UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

Micheline Dayse Gomes Batista

Entre a rede e a comunidade: interação e comunicação nos grupos do Facebook – o caso do *Direitos Urbanos | Recife*

RECIFE, 2015

Micheline Dayse Gomes Batista

Entre a rede e a comunidade: interação e comunicação nos grupos do Facebook – o caso do *Direitos Urbanos | Recife*

Orientador: Dr. Jonatas Ferreira
Coorientador: Dr. Breno Fontes

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Doutora em Sociologia, área de concentração em Mudança Social, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco

Recife, 2015

Catalogação na fonte
Bibliotecário Rodrigo Fernando Galvão de Siqueira, CRB-4 1689

B333e Batista, Micheline Dayse Gomes.
"Entre a rede e a comunidade : interação e comunicação nos grupos do Facebook – o caso do Direitos Urbanos Recife / Micheline Dayse Gomes Batista. – 2015.
324 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr.Jonatas Ferreira.
Coorientador: Prof. Dr. Breno Fontes
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2015.
Inclui referências e anexos.

1. Sociologia. 2. Redes sociais on-line. 3. 4. Interação social. 5. Facebook (Rede social on-line). I. Ferreira, Jonatas (Orientador). II. Fontes, Breno (Coorientador). III. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-37)

PROPESQ
Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação

Universidade Federal de Pernambuco

Ata Da Defesa De TESE De Doutorado, do Programa De Pós-Graduação Em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 26 de Novembro de 2015.

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e quinze (2015), às 16:00 horas, na sala de seminários do 12º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da Tese de Doutorado intitulada "**Entre a rede e a comunidade: interação e comunicação nos grupos de Facebook – o caso do *Direitos Urbanos | Recife***" da aluna **MICHELINE DAYSE GOMES BATISTA**, na área de concentração mudança social, sob a orientação do Prof. Dr. Jonatas Ferreira. A doutoranda cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de DOUTORA em Sociologia. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de pós-graduação em 16 de outubro de 2015, na sua décima Reunião ordinária e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.047400/2015-95 em 10/11/2015, composta pelos Professores: **Dr. Jonatas Ferreira** (Presidente/Orientador), do Departamento Sociologia da UFPE; **Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes** (Titular interno), do Departamento Sociologia da UFPE; **Dr. Remo Mutzenberg** (Titular interno), do Departamento Sociologia da UFPE; **Dr. Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior** (Titular externo), da Universidade Católica de Pernambuco e **Dra. Cristina Teixeira Vieira de Melo** (Titular externa), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE. Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da Tese. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder à mesma a menção **Aprovado** da referida Tese. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Secretária de Pós-Graduação, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 26 de Novembro de 2015.

Karine Mendes

Karine Mendes da Silva
Secretária do Programa de
Pós-graduação em Sociologia

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jonatas Ferreira _____

Prof. Dr. Breno Augusto Souto Maior Fontes _____

Prof. Dr. Remo Mutzenberg _____

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinto da Costa Júnior _____

Profª. Drª. Cristina Teixeira Vieira de Melo _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador, professor Jonatas Ferreira, pela atenção, paciência e olhar crítico, que geraram discussões sempre pertinentes e frutíferas. Sem essa parceria, iniciada ainda em 2008 lá no mestrado, esta tese não seria possível. Agradeço também ao professor Breno Fontes, que solidariamente aceitou a missão de ser meu coorientador, emprestando seu tempo e seus valiosos conhecimentos. Que esses agradecimentos se estendam aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE), por terem me proporcionado um período de grandes aprendizados ao longo dos últimos sete anos. Abstenho-me de citar nomes para não correr o risco de esquecer alguns.

Agradeço ainda ao apoio da minha família, em especial ao meu pai Aurélio, à minha mãe Maria da Penha e à minha irmã Penha Maria, que ainda na adolescência me iniciou na filosofia. Também não posso deixar de agradecer ao meu irmão Marco Aurélio (*in memoriam*), que deixou como herança a vontade de conhecer. A conclusão dessa tese também não teria sido possível sem a compreensão de Cláudia Santos, minha chefe no Diario de Pernambuco, e de Márcio Stefanni Monteiro Morais, meu chefe nas secretarias de Desenvolvimento Econômico e da Fazenda de Pernambuco. Por fim, um agradecimento mais do que especial à companheira de todas as horas Vilma Barbosa Felix, tanto pelo apoio quanto pelas deliciosas e infindáveis discussões em torno do tema deste trabalho.

Doze torres no cais, doze torres a mais
Erro das estatais, o sangue jorra no cais
A lama, o drama, a fama dos cartões postais
O drama que emana da fome desses animais
O povo protege o Recife e seus ancestrais
por mais que se quebram e choram na beira do cais

(Criolo)

RESUMO

Esta é uma tese sobre comunidades on-line abrigadas em *sites* de redes sociais. Seu objetivo é investigar as possibilidades e limites das trocas interacionais e comunicacionais que ocorrem nesses ambientes, considerando que são mediadas pela tecnologia. Tomamos como objeto empírico o grupo *Direitos Urbanos* | *Recife* (DU), abrigado no Facebook desde 2012, cujo propósito é discutir os problemas urbanos da cidade do Recife, estado de Pernambuco, Brasil. Contando com cerca de 30 mil participantes, a página da comunidade representa um campo institucional que dá suporte às ações off-line do movimento, que se caracterizam pela ocupação de espaços públicos no sentido de reivindicar o direito à cidade. O Facebook é utilizado pelo movimento não apenas para discussões, mas também para informar, articular e mobilizar, seguindo uma receita adotada por inúmeros outros movimentos que têm eclodido ao redor do mundo, tais como o Ocupe Wall Street. Analisando as trocas interacionais e comunicacionais no ambiente do DU, e os efeitos positivos e negativos da tecnologia sobre esse ambiente, buscamos identificar a estrutura das redes sociais e os atores mais centrais, formatos, conteúdos e fluxo das publicações, como ocorre a conversação em si e a ação dos moderadores para a manutenção da ordem e dos discursos do grupo. Constatamos, entre outras coisas, que o DU abriga redes pouco vivas e muito fragmentadas, com poucos atores bem conectados, baixa interação e poucas relações de amizade. Além disso, a comunicação nesse espaço está sujeita a ruídos e ambiguidades e, ainda assim, consegue abrir brechas para a ação comunicativa, gerando laços de apoio e solidariedade.

Palavras-chave: Comunidades on-line – Redes sociais – Facebook – Interação social – Ação comunicativa

ABSTRACT

This is a thesis about online communities sheltered in social network sites. It aims investigate the possibilities and limits of interactional and communicational exchanges that occur in these environments considering that are mediated by technology. We took as empirical object the *Direitos Urbanos | Recife* group, sheltered in Facebook since 2012, whose purpose is to discuss urban problems of the city of Recife, state of Pernambuco, Brazil. Bringing together about 30,000 participants, the community page is an institutional field that supports the offline actions of the movement which is characterized by occupying public spaces in order to claim the right to the city. Facebook is used by the movement not only for discussion but also to inform, coordinate, and mobilize, following a recipe adopted by numerous other movements that have hatched around the world such Occupy Wall Street. Analyzing the interactional and communicational exchanges in DU environment we seek to identify the structure of social networks and the most central actors, formats, content, and flow of publications, as is the conversation itself and the action of moderators to maintain order and group discourses. We find among other things that DU has little living and fragmented networks, with few well-connected actors, low interaction and few friendships. In addition communication in this space is subject to noise and ambiguities and still can open loopholes for communicative actions, generating support and solidarity ties.

Keywords: Online communities – Social networks – Facebook – Social interaction – Communicative action

RÉSUMÉ

Cette thèse porte sur les communautés en ligne hébergées dans des réseaux sociaux. Notre but est d'étudier les possibilités et les limites des échanges interactionnels et communicationnels qui se produisent dans ces milieux, en considérant qu'ils ont lieu par l'intermédiaire de la technologie. Nous avons pris comme objet empirique le groupe Direitos Urbanos | Recife (DU) [Droits Urbains | Recife (DU)], présent sur Facebook depuis 2012, dont le but est de discuter des problèmes urbains de la ville de Recife, État de Pernambouc, Brésil. Réunissant à peu près 30 000 participants, la page de la communauté constitue un domaine institutionnel visant à soutenir les actions off-line du mouvement, qui sont caractérisées par l'occupation d'espaces publics afin de revendiquer le droit à la ville. Facebook est utilisé par le mouvement non seulement pour des discussions, mais aussi pour informer, coordonner et mobiliser, suivant une formule adoptée par de nombreux autres mouvements qui ont éclaté dans le monde entier, comme Occupy Wall Street. Par l'analyse des échanges interactionnels et communicationnels au sein du DU, des effets positifs et négatifs de la technologie sur cet environnement, nous avons cherché à identifier la structure des réseaux sociaux, les acteurs plus centraux, ainsi que des formats, des contenus, le flux des publications, le déroulement de la la conversation elle-même, et enfin l'action des modérateurs pour le maintien de l'ordre et des discours du groupe. Nous avons constaté, notamment, que le DU accueille des réseaux peu vivants et très fragmentés, avec peu d'acteurs bien connectés, une faible interaction et peu de liens d'amitié. En outre, la communication dans cet espace est soumise aux bruits et à des ambiguïtés, étant malgré tout capable de donner lieu à l'action communicative, suscitant des liens de soutien et de solidarité.

Mots-clés: Communautés en ligne – Réseaux sociaux – Facebook – Interaction sociale – Action communicationnelle

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 (1) – Foto do #OcupeEstelita 1 – 15/04/2012..... 40
Figura 2 (1) – Capa da página do DU no Facebook – #OcupeCaiçara – Set./2013..... 46
Figura 3 (1) – Capa da página do DU no Facebook – Desapropriados de Camaragibe – 15/06/14..... 48
Figura 4 (1) – Capa da página do DU no Facebook – #ForaBraga – Fev./2014..... 49
Figura 5 (1) – Foto do Cais José Estelita..... 50
Figura 6 (1) – Capa da página do DU no Facebook, com o adiamento do #OcupeEstelita 2014..... 53
Figura 7 (1) – Capa da página do DU no Facebook, convocando os manifestantes para o #OcupeEstelita 2014 após o início da demolição dos galpões..... 54
Figura 8 (1) – Fotos de artistas que manifestaram apoio ao #OcupeEstelita..... 56
Figura 9 (1) – Banners diversos para divulgação das atividades no #OcupeEstelita 2014..... 57
Figura 10 (1) – Foto da reintegração de posse do Cais José Estelita – 17/06/2014..... 63
Figura 11 (1) – Banner Soltem Deivisson, ativista preso durante reintegração de posse do Cais José Estelita..... 65
Figura 12 (1) – Projeto Novo Recife – Redesenho..... 68
Figura 13 (1) – Banner #OcupeEstelita – Nossos ideais cabem no cais – 16/11/2014..... 69
Figura 14 (1) – Foto do #OcupeEstelita com David Harvey – 16/11/2014..... 70
Figura 15 (1) – Banner da vaquinha virtual para financiamento do #OcupeEstelita de 16 nov. 2014..... 71
Figura 16 (2) – Pontes de Königsberg, o leiaute antes de 1875..... 76
Figura 17 (3) – Progressão do desenvolvimento da participação em comunidades on-line..... 143
Figura 18 (4) – Simulação de sociograma (grafo) – Autores X Curtidores..... 188
Figura 19 (5) – Grafo da rede de conexões de amizade no grupo DU..... 204
Figura 20 (5) – Grafo da rede de conexões de amizade no grupo DU – Sub-rede de atores com mais de 10 conexões..... 206
Figura 21 (5) – Grafo da rede de interações no grupo DU..... 207
Figura 22 (5) – Grafo da rede de interações no grupo DU – Sub-rede de atores com mais de 10 conexões..... 209

Figura 23 (5) – Grafo da rede de interações entre autores e “curtidores”..... 212
Figura 24 (5) – Grafo da rede de interações entre autores e comentadores..... 215
Figura 25 (5) - Níveis de interação em comunidades do Facebook..... 220
Figura 26 (5) – Compartilhamento de informações no formato de foto..... 228
Figura 27 (5) – Enquete no DU..... 231
Figura 28 (5) – Mobilização para eventos no DU..... 233
Figura 29 (5) – Postagem com *link* para notícia em blog – 19/11/2013..... 236
Figura 30 (5) – Post sobre o minidocumentário “Recife, cidade roubada” – 18/11/2014..... 236

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 (1) – Local de residência dos membros do DU..... 41
Tabela 2 (1) – Percentual dos que conhecem outros membros do DU pessoalmente..... 42
Tabela 3 (1) – Tipo de transporte utilizado pelos membros do DU..... 42
Tabela 4 (1) – Formas de participação nas discussões do DU no Facebook..... 43
Tabela 5 (2) – Evolução do número de usuários do Facebook..... 105
Tabela 6 (4) – Simulação de sociomatriz – Autores X Curtidores..... 187
Tabela 7 (5) – Métricas das redes de conexões de amizade e de interações no DU..... 210
Tabela 8 (5) – Métricas das redes autores X curtidores e autores X comentadores..... 217
Tabela 9 (5) – Formato das postagens analisadas X Interação..... 227
Quadro 1 (1) – Eventos realizados pelo DU – 2012/2014..... 45
Quadro 2 (4) – Terminologias referentes à etnografia nos meios digitais..... 180
Quadro 3 (4) – Perfil dos entrevistados..... 196
Quadro 4 (5) – Categorias das postagens analisadas..... 222

SUMÁRIO

Introdução..... 14

1 Do virtual para as ruas: o grupo *Direitos Urbanos | Recife* e a revolução urbana.. 22
1.1 A ampliação da esfera política e a revolução urbana..... 23
1.1.1 “Movimento de movimentos”: o direito à cidade..... 25
1.2 O grupo *Direitos Urbanos | Recife*..... 33
1.2.1 O que é o DU..... 33
1.2.2 Surgimento do DU..... 38
1.2.3 O projeto Novo Recife..... 49
1.2.4 O #Ocupaço..... 53

2 A rede social como lugar do individualismo e da racionalidade estratégica..... 73
2.1 Redes sociais: conceito, teoria e métodos..... 75
2.1.1 O surgimento do conceito de rede social..... 76
2.1.2 As bases teóricas da Análise de Redes Sociais..... 83
2.1.3 Simmel e a ideia de círculos sociais..... 87
2.1.4 A constituição da disciplina Análise de Redes Sociais..... 92
2.1.5 Agência X estrutura: um debate necessário..... 97
2.2 As redes sociais da internet..... 101
2.2.1 O Facebook..... 104
2.3 Individualismo: da ascensão ao declínio?..... 112
2.3.1 O neotribalismo..... 120

3 Comunidades on-line: possibilidade de abertura para uma racionalidade mais comunicativa e menos estratégica..... 131
3.1 Comunidades on-line: definições possíveis..... 135
3.1.1 Elementos-chave da comunidade on-line..... 144
3.2 A tecnologia e seus efeitos sobre a comunicação..... 148
3.2.1 Comunicação: produção e reprodução de formas simbólicas..... 148
3.2.2 O humano e a tecnologia: duas tradições..... 150

3.3 Teoria da Ação Comunicativa: possibilidade de transformação?..... 165

4 Pesquisa na internet: considerações metodológicas..... 175
4.1 Construção do *corpus*: a coleta de dados na internet..... 176
4.1.1 Netnografia..... 177
4.1.2 Coleta e sistematização de dados..... 182
4.1.3 Análise de redes sociais..... 186
4.1.2 Entrevistas..... 193
4.1.2 Fechando a base de dados..... 197

5 Possibilidades e limites das trocas interacionais e comunicacionais no grupo *Direitos Urbanos | Recife*..... 201
5.1 Experiência de rede: amizade e interação..... 202
5.1.1 Rede de conexões de amizade no DU..... 203
5.1.2 Rede de interações no DU..... 206
5.1.3 Ampliando o campo de visão: autores, “curtidores” e comentadores..... 210
5.1.3.1 Rede de interações entre autores e “curtidores”..... 212
5.1.3.2 Rede de interações entre autores e comentadores..... 214
5.1.4 Tipologia das interações possíveis nos grupos do Facebook..... 217
5.2 Mapeando a interação: conteúdos, formatos e fluxo de postagens..... 221
5.2.1 Conteúdos e formatos de postagens X interação..... 222
5.2.2 Fluxo de postagens e os efeitos da tecnologia sobre a comunicação..... 234
5.2.2.1 Efeitos da tecnologia sobre a comunicação..... 237
5.3 Experiência de comunidade: força dos laços, ordem e controle social..... 245
5.3.1 A conversação e o trabalho de moderação..... 250
5.3.1.1 Manifestação contra Dilma divide opiniões..... 250
5.3.1.2 A polêmica dos flanelinhas..... 256
5.3.1.3 Hooters: entre o sexismo e o conservadorismo..... 261
5.3.1.4 Fila “interminável” de carros no #OcupeEstelita..... 270
5.4 A produção de mudanças fora da tela..... 280

Considerações finais..... 287

Referências..... 296

ANEXOS..... 309

Introdução

Não há dúvidas de que a internet mudou o modo como pensamos, estudamos, trabalhamos, compramos, divertimo-nos, produzimos e consumimos informações. Vivemos, cada vez mais, a era da hiperconectividade. Mas a mudança mais fundamental talvez tenha ocorrido na forma como nos relacionamos e nos comunicamos. A internet tem propiciado a criação de espaços sociais nos quais as pessoas se encontram e interagem umas com as outras. Através de ferramentas como *e-mail*, *chats*, sistemas de conferência e *sites* de redes sociais, os internautas compartilham textos, fotos e vídeos; discutem diversos assuntos; jogam; entretêm-se; estudam; trabalham; e se envolvem em projetos colaborativos, num processo que se convencionou chamar de "comunicação de muitos para muitos".

Desde o início da internet, em 1969, prevalece a ideia de que os encontros on-line são, de alguma forma, tipos de comunidade. Antes mesmo da Web – o primeiro navegador, o Netscape, foi lançado em dezembro de 1994 – já existiam os quadros de avisos eletrônicos (*Bulletin Board Systems* – BBS), a Usenet, o Well (Whole Earth 'Letronic Link), o America Online (AOL), as listas de *e-mail* etc. A Usenet, lançada em 1979, foi o primeiro serviço a extrapolar os muros dos centros de pesquisa, permitindo que usuários comuns trocassem mensagens sobre tópicos específicos. Depois vieram os fóruns, *weblogs* e *microblogs*, *wikis*, *sites* para amantes de fotos ou vídeos, *podcasts*, *videoblogs* e os mundos virtuais, que igualmente podem ser pensados como lugares de comunidade e cultura. Mais recentemente, são os *sites* de rede social, como o Facebook, que têm chamado atenção pelas possibilidades mais amplas de estruturação de novas conexões e amizades.

O potencial agregador dessas ferramentas é algo que demanda uma redefinição de conceitos como comunidade e mesmo comunidade on-line. Não é a interação pura e simples na internet que nos dá o sentido de comunidade. Howard Rheingold (2000), que cunhou o

termo comunidade virtual em 1987, era usuário do Well. O autor defendia que a internet estava criando uma nova forma de comunidade, ou um comunitarismo renovado, capaz de reunir pessoas em torno de valores e interesses comuns, gerando laços afetivos e de apoio. Definiu comunidades virtuais como “agregações sociais que emergem da internet quando uma quantidade suficiente de pessoas leva adiante discussões públicas por tempo longo o suficiente, com suficiente sentimento humano, para formar teias de relações pessoais no ciberespaço” (RHEINGOLD, 2000, p. xx).

Ou seja, também na internet, é preciso haver *permanência* e *contato repetido* para que haja a ideia de pertencimento a um grupo particular. E que esse contato repetido seja alimentado por discussões, isto é, por diálogos. Diálogos pressupõem comunicação, no sentido de cultura, linguagem, compartilhamento de saberes, não a mera troca de informações de forma automatizada.

O Facebook conecta mais de 1,2 bilhão de usuários. É o maior *site* de rede social do mundo, rodando inclusive em dispositivos móveis, integrado a outros aplicativos e no presente contínuo. Sem dúvida, isso mudou radicalmente a forma com que interagimos uns com os outros. Uma das ferramentas oferecidas pelo *site*, os grupos, tem sido utilizada para criar e manter comunidades focadas em temas específicos. É o que David Kirkpatrick (2011, p. 13) chama de “Efeito Facebook”: “quando a rede social põe as pessoas em contato umas com as outras, às vezes de forma inesperada, em torno de algo que tenham em comum: uma experiência, um interesse, um problema ou uma causa”. Vai de uma simples guerra de travesseiros, um *mobflash*, a um protesto político de grandes proporções.

Aqui chamamos atenção para os grupos focados na organização e mobilização de protestos e diversos tipos de ação coletiva que se tornaram um fenômeno nos últimos anos. O estudo empírico de um desses grupos, o *Direitos Urbanos | Recife* (DU), foi o que nos deu

subsídios para problematizar, do ponto de vista teórico, o fenômeno interativo/comunicacional que ocorre nas comunidades on-line.

Nossa hipótese, em parte confirmada neste trabalho, era a de que os grupos/comunidades do Facebook, apesar de estarem estruturados em um *site* de redes sociais, ofereceriam um espaço coletivo no qual é possível experimentar o diálogo, o entendimento mútuo, a dimensão participativa/deliberativa, a solidariedade. Sem esses elementos, certamente a articulação desses novos movimentos sociais pela internet não seria possível, pois a rede social é mobilizada pela ação racional estratégica. A rede viabiliza o "contágio", mas é a experiência comunitária que possibilita a ação coletiva. O Facebook, no fim das contas, ofereceria essas duas dimensões, a estratégica e a comunicativa, nas quais as demandas instrumentais e individuais se compatibilizam com as demandas emocionais e coletivas.

Essa abertura à ação comunicativa que enxergamos nas comunidades on-line, inclusive, seria algo fundamental para se conseguir quebrar a rigidez do sistema tecnológico que, sob certos aspectos, usa-nos, vigia-nos e manipula-nos, elimina nossas subjetividades e reduz a comunicação a meros fluxos informacionais (BAUDRILLARD, 2005; ELLUL, 1980). Vez por outra, esse sistema sofre fissuras ao ponto de deixar escapar expressões como a Revolução Egípcia e o Ocupe Wall Street, que sacudiram o Egito e os Estados Unidos em 2011. No Brasil tivemos, por exemplo, as chamadas jornadas de junho de 2013 e, no Recife (PE), o Movimento Ocupe Estelita (MOE), articulado pelo DU em conjunto com outros movimentos, entidades e coletivos.

O que o MOE vem reivindicando desde 2012 é, basicamente, o direito à cidade. O movimento luta contra a construção de um projeto imobiliário de luxo composto por 13 arranha-céus na área central da capital pernambucana, o Cais José Estelita. A ação mais importante do MOE, o #OcupeEstelita 2014, levou, entre outras coisas, ao redesenho do

projeto, forçando o reescalonamento da altura dos prédios e sua integração com as áreas do entorno. A desocupação violenta da área foi notícia em diversos meios de comunicação nacionais e internacionais.

Atualmente, o DU possui cerca de 30 mil membros e se autodefine como um movimento social, podendo ser considerado um caso emblemático de como interações sociais em comunidades on-line podem extrapolar o chamado "mundo virtual", trazendo consequências concretas para o cotidiano de uma cidade. Por sua atuação, o DU tornou-se, por exemplo, membro do Conselho da Cidade, instância cuja responsabilidade é discutir e acompanhar as políticas públicas relacionadas ao espaço urbano.

A relevância do DU cresce na medida em que pode ser situado no que Harvey (2014) chama de "movimento de movimentos", calcado em revoltas e protestos de massa que observamos em diversas partes do globo pelo menos desde o início da segunda década do século XXI. Ocorridos em contextos diferentes, esses movimentos (Revolução Egípcia, Primavera Árabe, Indignados da Espanha, Ocupe Wall Street etc.) revelaram uma quebra generalizada da confiança nas instituições (inclusive midiáticas) e mostraram que as pessoas estão buscando novas formas de participação política. Como a base dos *sites* de rede social é a comunicação, eles têm sido utilizados por esses movimentos para informar, articular, organizar e mobilizar para as ações off-line, geralmente caracterizadas pela ocupação de praças públicas e prédios simbólicos.

Através da experiência do DU buscamos responder algumas perguntas sobre os processos relacionais que ocorrem nas comunidades abrigadas no Facebook. A questão norteadora é: quais as possibilidades e limites das trocas interacionais e comunicacionais que ocorrem nas comunidades on-line, considerando que são trocas mediadas pela tecnologia? Sobre o que as pessoas estão falando, como falam, que recursos e discursos utilizam, como interagem? A tecnologia ajuda ou atrapalha, aproxima ou distancia? Que laços afetivos podem

existir entre os membros? Qual a dinâmica das postagens? Qual o papel dos moderadores? De que forma as discussões/deliberações ocorridas on-line influenciam as ações off-line patrocinadas pelo grupo e vice-versa?

A bibliografia sobre essa onda de mobilizações e protestos articulados através das redes sociais da internet cresce a cada dia (ver, por exemplo, HARVEY *et al*, 2012; CASTELLS, 2013; MARICATO *et al*, 2013; HARVEY, 2014). Porém, trata-se de uma literatura geralmente voltada à discussão do tema quase sempre sob o ponto de vista do ativismo/ciberativismo, dos movimentos sociais antiglobalização, deixando de lado (ou não aprofundando) a questão da comunicação, que é a base dessas redes. Fala-se em empoderamento, em apropriação das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), mas quase não se fala em como as pessoas estão interagindo e se comunicando nesses espaços e quais as peculiaridades desse fenômeno que envolve a produção e a recepção de formas simbólicas mediadas por essas novas tecnologias, como o PC, o celular e o *tablet*.

Estudar esses grupos do ponto de vista do fenômeno interativo/comunicacional é tão importante quanto estudá-los do ponto de vista do ciberativismo. Até porque a comunicação, uma das formas de interação, é também uma maneira de fazer política. E a política é constitutiva do processo de coletivização social, o meio através do qual integrantes de comunidades solidárias se conscientizam de sua interdependência mútua (HABERMAS, 2002, p. 270). Assim, se esses movimentos representam uma nova forma de participação política, faz-se necessária uma discussão sobre as novas práticas comunicacionais que esses grupos ensejam.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, iniciamos contextualizando o DU dentro desse “movimento de movimentos” (HARVEY, 2014). Ainda que este não seja um trabalho sobre movimentos sociais, essa contextualização é importante para entendermos as pautas e as lutas do DU. Em seguida, fazemos uma descrição do nosso objeto empírico, o DU. O que é o

grupo, como surgiu, quantos membros possui e perfil desses membros, quais as ferramentas utilizadas além do Facebook, principais pautas, eventos realizados, conquistas e parceiros. Uma atenção especial é dada ao #OcupeEstelita 2014. Relatamos como foram os 50 dias de ocupação, sua repercussão na mídia, estratégias de mobilização, formas de financiamento, o contra-ataque do consórcio Novo Recife e a ação violenta da polícia durante a desocupação da área.

No segundo capítulo, de cunho teórico, falamos sobre as redes sociais da internet, como surgiram, conceito, teorias e métodos. Algo que vem lá dos primórdios da sociologia, passando por Comte, pelos conceitos de comunidade e sociedade em Ferdinand Tönnies ([1887] 2001) e pela distinção entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica feita por Émile Durkheim ([1893] 1995). A partir das ideias de Georg Simmel o conceito ganha contornos mais nítidos até chegar à abordagem que ficou conhecida como Análise de Redes Sociais (ARS), envolvendo ainda o debate clássico entre agência e estrutura e as tentativas de síntese entre individualismo e holismo.

Nesse segundo capitulo analisamos, ainda, o que mudou nas relações humanas com o advento da internet, implicando o uso de *softwares* de redes sociais, a exemplo do Facebook, como um fenômeno massivo e global. Por fim, contrapomos as ideias de Castells e Wellman de que redes sociais egocêntricas dominam as relações sociais contemporâneas ao conceito de tribos urbanas desenvolvido por Michel Maffesoli (2006), fenômeno que segundo o autor estaria sendo impulsionado por um declínio no individualismo nas sociedades contemporâneas. Isto é, passa pela lógica da *identificação*, em contraposição à lógica das identidades – o pertencimento a um lugar, a um grupo, como é o caso do DU.

O capítulo seguinte, também teórico, busca justamente mostrar que os grupos do Facebook, que representam a dimensão comunitária desse *site* de rede social, podem nos indicar possíveis conexões entre o individual e o coletivo e uma abertura para uma

racionalidade mais comunicativa e menos estratégica. Assim, buscamos uma redefinição do conceito de comunidade a partir de sua versão on-line, mostrando que elas não foram substituídas por redes sociais, como afirmam Castells (2003) e Wellman (2001a). As duas formas de relações sociais continuam convivendo.

Nesse terceiro capítulo também exploramos as definições possíveis de comunidade on-line, os elementos-chave da interação on-line, suas possibilidades e limites. Analisamos a utilização das redes sociais da internet como "ponto de encontro" de integrantes de movimentos urbanos em diversas partes do mundo, no sentido de reivindicar o direito à cidade, contexto em que se insere o DU e o Movimento Ocupe Estelita. Abordamos, ainda, o processo mediado de produção e reprodução de formas simbólicas e as duas tradições a partir das quais podemos pensar a tecnologia tanto no campo da filosofia quanto da sociologia: a prometeica e a fáustica. Fechamos o capítulo falando sobre a possibilidade de transformar os efeitos negativos da tecnologia sobre a comunicação a partir da racionalidade comunicativa proposta por Habermas (2012a, 2012b).

Na tentativa de responder às perguntas que norteiam esse trabalho, lançamos mão da abordagem de tipo qualitativa e quantitativa, com utilização das técnicas de *netnografia* com observação participante na página do DU no Facebook e em alguns eventos promovidos pelo grupo, análise de redes sociais e entrevistas em profundidade entre novembro de 2014 e março de 2015.

Na análise de redes sociais, verificamos como o DU está estruturado em termos de relações de amizade e de interação. Procuramos identificar, ainda, os indivíduos mais centrais, quem publica e o que publica, quem curte e quem comenta. Esses dados, processados através dos *softwares* Ucinet e Gephi, permitiram-nos explorar medidas tais como densidade, centralidade, grau de intermediação, *hubs* e autoridades. Com isso, pudemos investigar tanto a

estrutura dessas redes quanto as interações nelas processadas, bem como identificar os atores centrais e mais influentes do grupo.

Buscamos identificar também os conteúdos das postagens e dos comentários, formatos e fluxo das postagens. Realizamos análise de conversação e de discurso para tentar entender a dinâmica das trocas comunicacionais que ocorrem neste espaço. Além disso, fizemos entrevistas em profundidade com nove membros do DU através da ferramenta de bate-papo do próprio Facebook, no intuito de compreender suas motivações e expectativas em relação ao grupo. Esses e outros aspectos metodológicos estão descritos no quarto capítulo.

No quinto e último capítulo, trazemos os resultados da pesquisa empírica. Os dados da análise de redes sociais nos mostraram que a comunidade é pouco viva tanto em termos de amizade quanto de interações e que o grau de envolvimento dos membros é baixo. Apesar disso, detectamos um fluxo intenso e caótico de postagens. Trocas de informações e experiências são os tipos de postagens mais frequentes, geralmente no formato de fotos e *links*. Há pouco espaço para deliberações, pois as decisões são tomadas em conversas privadas entre os administradores e em encontros face a face. Ainda que se declare “de esquerda”, o grupo abriga diversas correntes partidárias e ideológicas, o que dificulta o consenso. Olhando as postagens mais de perto, percebemos diálogos pouco amistosos, com muitas tensões, ironias, xingamentos, mal-entendidos, preconceitos, intolerâncias, rotulações, desinformação e críticas, muitas à gestão da cidade, mas também à atuação do próprio grupo. A moderação pareceu bastante atenta, assim como percebemos um esforço no sentido de manter o grupo coeso através de discursos (“jogos de linguagem”) hegemônicos e de um resgate constante das regras internas para manutenção de uma agenda mínima, sob pena de colocar em risco a coesão, embora tenha ficado claro que há pouco controle sobre o processo.

Por fim, apresentamos as considerações finais.

1 Do “virtual” para as ruas: a revolução urbana e o grupo *Direitos Urbanos | Recife*

Para compreendermos como ocorre o fenômeno interacional/comunicacional nos *sites* de redes sociais, mais especificamente nas comunidades on-line abrigadas no Facebook, elegemos como objeto empírico deste trabalho o grupo *Direitos Urbanos | Recife* (DU), escolhido pela proximidade e relevância institucional. O DU pode ser situado no que Kirkpatrick (2011, p. 13) chama de “Efeito Facebook”, isto é, quando o *site* de rede social põe pessoas em contato umas com as outras e essa relação passa a girar em torno de algo que tenham em comum: uma experiência, um interesse, um problema ou uma causa. No caso do DU, a causa em comum são os problemas urbanos da cidade do Recife, estado de Pernambuco.

Neste capítulo, mostraremos primeiramente que o DU não é um fenômeno isolado. Ele de alguma forma dialoga com o processo de ampliação da esfera política que observamos a partir da década de 1970 e se insere naquilo que Harvey (2014) chama de “movimento de movimentos”, calcado em revoltas e protestos de massa que mais recentemente têm sido articulados através das redes sociais da internet. Entre esses movimentos podem ser citados os Indignados da Espanha, o Ocupe Wall Street, as chamadas jornadas de junho de 2013 no Brasil e o próprio Movimento Ocupe Estelita (MOE), do qual o DU é um dos articuladores.

Na sequência, faremos uma descrição detalhada do nosso objeto empírico: o que é o DU, como surgiu, quantos membros possui e perfil desses membros, quais as ferramentas utilizadas para comunicação além do Facebook, principais pautas, eventos realizados, conquistas e parceiros. Uma atenção especial é dada ao projeto imobiliário que prevê a construção de 13 arranha-céus na região central do Recife – o projeto Novo Recife, que se tornou o principal alvo da atuação do DU. Também faremos um relato do que foi o

#OcupeEstelita 2014: como foram os 50 dias de ocupação, a repercussão na mídia, as estratégias de comunicação e mobilização, formas de financiamento, o contra-ataque do consórcio Novo Recife e a ação violenta da polícia durante a desocupação da área.

1.1 A ampliação da esfera política e a revolução urbana

Apesar de este não ser um trabalho sobre movimentos sociais, cabe discutir, ainda que rapidamente, a emergência desse fenômeno que dialoga com a ampliação da esfera política e com a revalorização do tema do poder local a partir da reivindicação do direito à cidade. A internet, de alguma forma, está tendo um importante papel na redefinição da complexa relação entre sociedade civil, Estado e esfera pública e é importante situarmos o DU e o MOE nesse contexto.

Numa pincelada rápida, é possível dizer que a emergência de novos movimentos sociais, a partir da década de 1970, colocou em evidência uma série de interesses sociais, econômicos, políticos e culturais específicos: religiosos, ambientalistas, étnico-raciais, territoriais, de gênero etc., além dos tradicionais movimentos de lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho e daqueles globais ou globalizantes (MUTZENBERG, 2011). É nesse contexto que o DU pode ser inserido.

Os chamados novos movimentos sociais mostraram que o conceito de “lutas de classes” tornou-se insuficiente para descrever os conflitos sociais na contemporaneidade (LACLAU, 1986). O político deixou de ser apenas um nível do social, como um espaço fechado e homogêneo, para permear toda a prática social. O próprio “sujeito” deixou de ser uma unidade racional e transparente, de significado homogêneo, para assumir diferentes posições no interior de uma estrutura, que é o que Laclau chama de discurso. O agente social contemporâneo deve, portanto, ser abordado como um agente descentralizado, “uma

pluralidade, dependente das várias posições de sujeito, através das quais o indivíduo é constituído, no âmbito de várias formações discursivas" (LACLAU, 1986). Se sou mulher, negra, homossexual, professora e defensora do meio ambiente, cada uma dessas posições vai se articular de forma contingente e indeterminada. O sujeito pode, assim, engajar-se em lutas diferentes que correspondam a cada uma dessas especificidades (ou interesses).

Este seria, segundo Laclau (1986), o potencial radicalmente democrático dos novos movimentos sociais, decorrente de "uma visão indeterminada e radicalmente aberta da sociedade". Sob esse prisma, o "global" se torna uma relação contingente resultante da barganha entre uma pluralidade de espaços políticos. Hoje temos atores individuais e coletivos agindo localmente a partir da internet, mais especificamente a partir dos *sites* de redes sociais, trazendo um ganho de escala e uma grande visibilidade a temas específicos.

Nas décadas de 1980 e 1990 o tema do poder local dominou a agenda das ciências sociais na tentativa de explicar fenômenos políticos, muitos de alcance global (FONTES, 2012). Na década de 1990 e na primeira década do século XXI surgem os temas das sociabilidades virtuais e da *glocalização*, incorporando novos atores (movimentos sociais) e a ampliação dos espaços de discussão e formação da opinião pública, em uma escala ao mesmo tempo local e global. Neste processo, a contribuição dos movimentos populares tem sido a criação e consolidação de espaços de democracia "a partir da construção da consciência cidadã, da incorporação dos valores universais da democracia no cotidiano da população" (FONTES, 2012, p. 153).

O processo de *glocalização* está intimamente relacionado à expansão e popularização das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Castells (1999, p. 468) lembra que havia uma suposição de que "a comunicação eletrônica domiciliar induziria ao declínio de formas urbanas densas e diminuiria a interação social localizada espacialmente". Mas não foi o que aconteceu, por exemplo, com o Minitel francês da década de 1980, primeiro sistema de

comunicação mediada por computador (CMC) com difusão em massa, cujo objetivo inicial era proporcionar encontros amorosos e/ou sexuais: “Na verdade, os estudantes franceses utilizavam o Minitel para organizar manifestações de *rua* contra o governo”. No final das contas, portanto, além de servir como lugar de paquera, o aparato tecnológico acabou fomentando a estruturação de grupos sociais, ou o que depois se convencionou chamar de “comunidades virtuais”, com atuação local.

Para Sodré (2006, p. 19), o impacto da chamada “economia digital” modifica a natureza do espaço público, tradicionalmente animado pela política e pela imprensa escrita. Agora, o velho e o novo, representado pelo virtual, interagem, abrindo caminho para que novos sujeitos sociais se constituam e se movimentem. As tecnomediações, realizadas a partir de artefatos tecnológicos (ou próteses midiáticas), teriam “um potencial de transformação da realidade vivida” (SODRÉ, 2006, p. 21).

Neste sentido, acreditamos ser pertinente falarmos um pouco desse cenário de movimentos urbanos fortemente articulados através redes sociais da internet que têm sacudido o mundo mais recentemente, contexto em que o DU pode ser situado. Com motivações aparentemente diferentes e significados locais, o que todos eles reivindicam, fundamentalmente, é o direito à cidade, como explicaremos adiante.

1.1.1 “Movimento de movimentos”: o direito à cidade e a revolução urbana

O recente fenômeno de movimentos urbanos articulados através das redes sociais da internet teria sido iniciado no norte da África, provocando a derrubada das ditaduras do Egito, Líbia e Iêmen; estendendo-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e na Grécia e revoltas nos subúrbios de Londres; atingindo o Chile, com a reivindicação pela educação

pública e gratuita; os Estados Unidos, com a ocupação de Wall Street; a Rússia e também o Brasil, com as chamadas jornadas de junho e o Movimento Ocupe Estelita.

Carneiro (2012, p. 8) observa que em 2011 ocorreu "uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua". Tanto os Indignados da Espanha, quanto o Ocupe Wall Street e os protestos no Chile, eclodiram justamente em 2011, numa espécie de "despertar coletivo" difundido pela internet.

> Houve algo de dionisíaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores. (CARNEIRO, 2012, p. 9)

Essa onda de mobilizações e protestos sociais teria como pano de fundo comum a crise social, econômica e financeira que afeta o planeta desde 2008. Sem alternativas políticas organizadas, os movimentos eclodiram quase que de forma espontânea, posicionando-se contra partidos políticos, sindicatos e outras organizações tradicionais. Apesar disso, segundo Carneiro (2012, p. 8), eles não deram sinais de uma articulação mais orgânica nem representativa dos "anseios de transformação e ruptura" que traziam em seu bojo. Wallerstein (2012, p. 74) afirma que a questão, agora, é saber "como avançar e converter o sucesso do discurso inicial em transformação política".

No Brasil, as chamadas jornadas de junho de 2013 foram iniciadas em São Paulo pelo Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento de R$ 0,20 nas passagens de ônibus e se espalharam por mais de 80 cidades, envolvendo a mobilização de pessoas através das redes sociais da internet, principalmente através do Facebook. A página do MPL nesse *site* de rede social agrega cerca de 16,7 mil pessoas. Posteriormente, o movimento cresceu e incorporou outras pautas, como melhorias em geral no transporte público, na educação, na saúde e na

segurança, o combate à corrupção e a insatisfação com os gastos públicos nas obras faraônicas da Copa do Mundo de 2014. Não se via tamanha mobilização popular no Brasil desde os Caras Pintadas, que em 1992 foram às ruas do país exigir o *impeachment* do então presidente da República, Fernando Collor de Melo.

Em um mundo globalizado e marcado pelo individualismo, esses movimentos têm mostrado que a união de pessoas em torno de uma causa comum continua sendo uma das principais alavancas para a mudança social. Essa causa comum, que atrai pessoas das mais variadas matizes ideológicas e classes sociais, seria a melhoria das condições de vida daqueles 99% mais pobres, afetados pela extrema concentração de riquezas e governos corruptos, empurrados ao limite da luta pela sobrevivência. Castells (2013, p. 8) observa que, nesse processo de compartilhamento de "dores e esperanças no livre espaço da internet", redes estão sendo formadas a despeito das opiniões pessoais ou filiações organizacionais dos indivíduos.

Segundo Castells (2013), além da crise econômica e da falta de democracia (no caso do norte da África), o que conseguiu unir tanta gente foi a vontade de reagir à humilhação provocada pelo "cinismo" e pela "arrogância" dos donos do poder, seja financeiro, político ou cultural. E onde há poder há contrapoder, que é a capacidade de desafiar o poder no intuito de reivindicar a representação dos valores e interesses dos próprios atores sociais. Esse processo dependeria fundamentalmente da existência de uma comunicação supostamente autônoma, livre do controle de governos e empresas de mídia, controladores históricos dos canais de comunicação que dão sustentação ao poder hegemônico. "Em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões" (CASTELLS, 2013, p. 9).

Nesse cenário, as redes sociais da internet se tornaram fundamentais porque propiciam a criação e o compartilhamento de novos significados mediante a troca de informações,

ampliando seu alcance e poder de multiplicação. As mensagens são transmitidas de muitos para muitos, a produção da mensagem é decidida de forma autônoma pelo remetente, assim como quem vai recebê-la e multiplicá-la. Essa mudança do ambiente comunicacional, segundo Castells (2013, p. 11), "afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder", embora a autonomia desses espaços, muitos controlados por governos e empresas, seja por nós questionada.

De qualquer forma, para Castells (2013), as redes sociais da internet são apenas um dos componentes do processo comunicativo. Faz-se necessário abrir um novo espaço que não se limite à internet, um espaço público, que seja visível a todos. Daí a ocupação, por esses movimentos, do espaço urbano (ruas, praças, parques) e de prédios simbólicos.

De acordo com o autor (2013, p. 15-16), os espaços ocupados têm desempenhado um importante papel na história da mudança social basicamente por três motivos: i. Eles criam uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade (cria a noção de "dentro" e de "fora", de "nós versus eles"); ii. Os espaços ocupados, normalmente áreas do poder do Estado, de instituições financeiras ou símbolos de levantes populares anteriores, já são carregados de significado – a ocupação é uma forma de reivindicar a própria cidade para aqueles expulsos pela especulação imobiliária e burocracia municipal; e iii. Ao construir uma comunidade livre em um espaço simbólico, os movimentos sociais criam um espaço público que se torna um espaço político, de deliberações. Surge, assim, o *espaço em rede*, um híbrido entre as redes sociais da internet (*espaço de fluxos*) e o espaço urbano ocupado (*espaço de lugares*).

Vale destacar que Castells vem estudando a emergência de movimentos sociais urbanos há pelo menos duas décadas. Tais movimentos – incluímos o DU nessa categoria – teriam como metas principais: a) necessidades urbanas de condições de vida e consumo

coletivo; b) afirmação da identidade cultural local; e d) conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos (CASTELLS, 2008, p. 79).

Segundo o autor, normalmente esses movimentos têm vida curta, porém, independentemente das conquistas ou da ausência delas, eles acabam sempre produzindo algum significado não apenas para os atores sociais envolvidos, mas para toda a comunidade. Assim, tornam-se as fontes principais de entrincheiramento contra a lógica unilateral do capitalismo, estatismo e informacionalismo, pois

> diante do fracasso dos movimentos e políticas pró-ativas (por exemplo, o movimento trabalhista, os partidos políticos) na luta contra a exploração econômica, a dominação cultural e a repressão política, não restou outra alternativa ao povo senão render-se ou reagir com base na fonte mais imediata de auto-reconhecimento e organização autônoma: seu próprio território. Assim, surgiu o paradoxo de forças políticas com bases cada vez mais locais em um mundo estruturado por processos cada vez mais globais. Houve a produção de significado e identidade: minha vizinhança, minha comunidade, minha cidade, minha escola, minha árvore, meu rio, minha praia, minha capela, minha paz, meu ambiente. (CASTELLS, 2008, p. 80)

Para Harvey (2012, p. 58), que vai na mesma direção de Castells ao identificar um ponto comum nesses movimentos mais recentes – a reivindicação do direito à cidade –, as pessoas têm se engajado em massa porque o problema é sistêmico, não individual. São as desigualdades econômicas, a exploração do trabalho alheio, o saque ao meio ambiente, a ilusão da liberdade de expressão, o monopólio da violência pelo Estado etc.

Falando especificamente sobre o Ocupe Wall Street, movimento que teria se espalhado por mais de 1.500 cidades no mundo e cuja página no Facebook reúne mais de 715 mil pessoas[1], o autor sintetiza as táticas desses movimentos: a tomada de um espaço público central e a presença de corpos humanos para transformar esse mesmo espaço em um lugar de discussão e debates sobre as mazelas trazidas pelo poder do dinheiro e o que fazer para combatê-lo. “Ela [essa tática] mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público

[1] https://www.facebook.com/OccupyWallSt.

continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado" (HARVEY, 2012, p. 60-61).

Trata-se, portanto, de uma luta que é global e local ao mesmo tempo. Harvey (2014) também pontua que por trás da emergência de todos esses movimentos sociais no mundo inteiro está a reivindicação do direito à cidade, já que

> a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p. 28)

Nos últimos cem anos, diz Harvey, forças sociais poderosas vêm provocando um processo de urbanização dramático, calcado na concentração de riquezas, privilégios e consumismo em quase todas as cidades do mundo. Inevitável não associar essa imagem à ideia de colonização do mundo da vida pelo poder e pelo dinheiro – o que Habermas (2012a; 2012b) chama de "patologia" do mundo contemporâneo. O mundo estaria "doente" e o "remédio" seria a solidariedade, a dimensão participativa/deliberativa, os grupos, enfim, a inclusão do outro.

A reivindicação do direito à cidade seria, pois, a reivindicação de algum tipo de poder sobre a configuração dos processos de urbanização, para incluir esse outro. Normalmente, esses processos são dominados pela força do capital, que "precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização" (HARVEY, 2014, p. 30).

Para Harvey (2014), o direito à cidade deve ser entendido não como um direito individual exclusivo, mas como um direito coletivo concentrado. Direito de reconstruir e recriar a cidade de modo a erradicar a pobreza e a desigualdade social, curando “as feridas da desastrosa degradação ambiental” (HARVEY, 2014, p. 247). Para tanto, seria preciso interromper a produção das formas destrutivas de urbanização facilitadoras da acumulação de capital, em um mundo onde distinções entre o urbano e o rural, a cidade e o campo, que antes faziam todo o sentido, vão tornando-se irrelevantes por causa do vaivém das cadeias de abastecimento.

O mesmo urbanismo tributário da ética neoliberal individualista, que vende a comunidade – aquela repleta de muros, cercas elétricas e vigiada por seguranças particulares, como observa Bauman (2003) – e o “estilo butique” produzem cidades fragmentadas, suscetíveis a conflitos, onde os pobres, os desprivilegiados e marginalizados são os que mais sofrem. Os movimentos sociais urbanos, como o DU, chegam justamente para tentar superar o isolamento e lutar por uma reconfiguração da cidade “de modo que ela passe a apresentar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada pelos poderes dos empreiteiros apoiados pelas finanças, pelo capital empresarial e por um aparato estatal que só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos” (HARVEY, 2014, p. 49).

Não é de hoje que a negação do direito à cidade às massas urbanas provoca rebeliões. Em 1871, em Paris, os desapropriados se uniram para reivindicar a cidade que havia sido perdida na reforma de Haussmann. Segundo Harvey (2014, p. 60), os movimentos sociais urbanos da mesma Paris, de Bangcoc, da Cidade do México e de Chicago em 1968 também buscavam definir um modo de vida diferente daquele imposto pelas empreiteiras capitalistas e pelo Estado, o que incluiria a reivindicação do direito à cidade. Da mesma forma, as mobilizações e protestos que têm ocorrido ao redor do mundo apontam nessa direção e estaríamos, de acordo com o autor, na eminência de um “contágio” ainda maior.

> Os sinais de revolta estão por toda parte (a inquietação na China e na Índia é crônica, a África é varrida por guerras civis, a América Latina está em plena ebulição, movimentos autônomos surgem por toda parte e até nos Estados Unidos os indícios políticos sugerem que a maioria da população está dizendo “Basta!” no que diz respeito às acintosas desigualdades). A qualquer momento, esses fortes indícios de revolta podem se tornar contagiosos. (HARVEY, 2014, p. 60)

A ideia é a de que o capital se esforça para impor sua vontade na configuração das cidades, mas não consegue controlar totalmente a população. E a proliferação dos protestos ao redor do mundo – o #OcupeEstelita é um deles – mostraria que estamos assistindo a uma nova fase da luta anticapitalista, configurando o que Harvey chama de “movimento de movimentos”, já que não estamos lidando com uma organização focada em apenas um objetivo.

Tais movimentos indicam que as formas de participação social e de fazer política estão mudando, sob a égide das novas tecnologias de comunicação, colocando em xeque o velho modelo de república representativa inventado no século XVIII e implantado praticamente em quase todo o planeta como modelo hegemônico. “Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de fazer política e as formas de participação social” (SAKAMOTO, 2013, p. 95). As TICs tornam-se, assim, ferramentas potenciais de construção e reconstrução da realidade.

Lévy (2012, p. 382) acredita que a internet reúne condições “para que se possa exprimir a opinião de uma sociedade civil mundial, com sua agenda original, diferente daquela das opiniões públicas nacionais”. De acordo com o autor, a esfera política planetária parece se polarizar em torno da questão da mundialização: de um lado, temos uma oposição ecologista, social, muitas vezes antiliberal, antiamericana e antiglobalização; de outro, temos os movimentos de liberalização das trocas, de abertura dos mercados e de circulação da informação impulsionados pelas forças políticas e econômicas dominantes.

Isso não significa, contudo, que as formas tradicionais de organização da esquerda, como partidos políticos, grupos de militantes, sindicatos, movimentos sociais tradicionais, estão desaparecendo. Apenas passam a conviver com essas novas formas de participação social e de fazer política também através da internet. De qualquer forma, seguimos Harvey (2014) quando ele diz que entender a política e o potencial revolucionário de tais movimentos contemporâneos representa um grande desafio.

A partir dessa contextualização, percebemos que nem o DU nem o MOE, de maneira mais ampla, estão isolados na luta pelo direito à cidade. Pelo contrário: é nesse cenário que eles se inserem e onde buscam inspiração. Feitas essas considerações, passaremos à descrição do nosso objeto empírico, o DU. Perceberemos que, independentemente das conquistas ou da ausência delas, há um legado de luta e resistência que o grupo deixa para a população da cidade, cujo significado e identidade passam a ser criados e recriados, ou construídos e reconstruídos coletivamente. Algo do tipo: “juntos podemos mais”.

1.2 O grupo *Direitos Urbanos | Recife*

1.2.1 O que é o DU

O grupo *Direitos Urbanos* | *Recife* (DU) é um grupo de discussão hospedado no *site* de rede social Facebook (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos). Criado em março de 2012, o grupo reunia, em janeiro de 2015, 30.060 membros, formando uma comunidade on-line de pessoas interessadas em debater a questão urbana na cidade do Recife, estado de Pernambuco. Tem como principal objetivo “discutir não só os problemas da cidade do Recife, mas também idéias, propostas, novos rumos. A ideia é reunir pessoas interessadas

em um Recife realmente para as pessoas (não só nos slogans), um Recife com vida", conforme descrição resumida apresentada na página do grupo no Facebook.

A página do grupo no Facebook concentra as principais discussões e campanhas do DU, mas não é a única ferramenta utilizada para comunicação. Em março de 2012, os administradores do DU[2] também criaram uma *fan page* na mesma rede social[3], contando com 21.430 "curtidas" em janeiro de 2015. Em abril de 2012, foi criado um perfil na rede de *microblogging* Twitter[4] que contava com 3.295 seguidores também em janeiro de 2015. Além disso, foi criado um *blog*[5], utilizado como ferramenta auxiliar para consolidar as discussões realizadas no grupo do Facebook e hospedar arquivos (artigos, documentos, estudos etc.) considerados importantes para que possam ser consultados a qualquer momento. O grupo utiliza, ainda, a rede social Instagram[6] e o Flickr[7] para compartilhamento de fotos e o YouTube[8] para compartilhamento de vídeos.

A multiplicidade de canais de comunicação, aparentemente, busca dar suporte às diversas atividades do grupo na internet, mas também sugere que o Facebook é insuficiente para as necessidades comunicacionais do DU. O Twitter, por exemplo, tem a capacidade de fazer circular mensagens curtas (de até 140 caracteres) com grande velocidade, sendo utilizado frequentemente na cobertura de eventos em tempo real ("ao vivo") e nos chamados "tuitaços", ações coordenadas para divulgação de ideias e/ou propostas, geralmente envolvendo uma ou várias *hashtags*[9]. #MudaOJogoPrefeito, #Tombaiphan, #TombaMinc, #EstelitaVivo e #ResisteEstelita são algumas das *hashtags* já utilizadas pelo grupo em seus

[2] No início da pesquisa de campo, em novembro de 2013, o grupo do DU no Facebook possuía 13 administradores, número que chegou a 20 ao término da pesquisa.
[3] https://www.facebook.com/DireitosUrbanos.
[4] https://twitter.com/OcupeEstelita.
[5] http://www.direitosurbanos.wordpress.com.
[6] http://instagram.com/direirosurbanos.
[7] https://www.flickr.com/people/direitosurbanos/.
[8] https://www.youtube.com/channel/UCC9-uXiOAchxgnfR2FkTbgg.
[9] *Hashtags* são palavras-chave antecedidas pelo símbolo #, popularmente conhecido no Brasil como "jogo da velha".

tuítes, cujo sentidos ficarão mais claros na medida em que avançarmos na descrição do nosso objeto.

Não apenas os canais de comunicação utilizados pelo DU na internet são múltiplos como também o grupo necessita transitar constantemente entre as dimensões on e off-line, indo além de um "mero fórum virtual". A internet é utilizada "como um meio para atuar, obter e processar informações, articular e incorporar mais gente", contudo, periodicamente, são realizados encontros face a face, como o "Do sofá pra rua: roda de diálogos" (10/10/2013), desnudando uma intermitência entre o *espaço de fluxos* e o *espaço de lugares* (CASTELLS, 1999).

Para Castells (1999, p. 501), "*espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos"*. O autor entende *fluxos* como as sequências de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nos campos econômico, político e simbólico. O espaço de fluxos pode ser descrito pela combinação de pelo menos três camadas de suportes materiais: circuito de impulsos eletrônicos (microeletrônica, telecomunicações, sistemas de transmissão e transporte em alta velocidade); nós e centros de comunicação (cidades globais, que se conectam a centros nacionais e regionais); e elites gerenciais dominantes.

O *espaço de lugares*, por sua vez, seria o espaço cultural e historicamente enraizado. Castells (1999, p. 512) define *lugar* como *"um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contiguidade física"*. Como exemplo de lugar, ele cita o bairro de Belleville, em Paris, construído por seus moradores (principalmente imigrantes) como um espaço interativo significativo, com diversos usos, funções e expressões. Há, ao mesmo tempo, riqueza espacial e interação social nesse espaço. O autor esclarece que lugares não são, necessariamente, comunidades, mas podem contribuir para sua formação.

Assim, no caso do DU, temos um grupo que se articula tanto no *espaço de fluxos*, isto é, no Facebook, quanto no *espaço de lugares*, que seria a cidade do Recife, com suas ruas, seus bairros, seus moradores e seus inúmeros problemas urbanos. Significa dizer que o grupo transita nessas duas dimensões, on e off-line, e que essas dimensões se retroalimentam.

Apesar de ser um grupo aberto, o DU se nega a ser um fórum que abriga correntes ideológicas diversas. Sua pauta é declaradamente "de esquerda", posicionando-se em "defesa da democracia, da justiça social, da diversidade, das minorias, da inversão das prioridades no processo de urbanização, na mobilidade, defesa da transformação da cidade e do país e não do retrocesso, do preconceito, do conservadorismo, do aprofundamento das desigualdades sociais". As pautas mais frequentes do grupo são transparência e participação popular; valorização do espaço público; revitalização sem gentrificação; e o subsídio e valorização do transporte coletivo como forma de distribuição de renda e de construção de um modelo de mobilidade mais eficiente (ver pauta completa no Anexo A).

Com o *slogan* "Porque a cidade é feita pelas pessoas", o DU se autodefine como um movimento social, "reconhecido como tal por diversas instituições", posicionando-se "ao lado dos grupos, coletivos, movimentos e setores da sociedade que defendem intransigentemente a democracia, seus princípios, valores e instituições" (Anexo A). O grupo não cita diretamente quais são as instituições que o reconhecem como movimento social, mas podemos inferir relações com Prefeitura do Recife, Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pernambuco (OAB-PE), além da Frente de Luta pelo Transporte Público de Pernambuco (FLTP-PE). A FLTP-PE comandou o protesto que reuniu, nas jornadas de junho de 2013, cerca de 67 mil pessoas no Centro do Recife, segundo estimativas da Polícia Militar.

Por sua capacidade de articulação, o DU acabou conquistando o direito de participar da comissão instituída em julho de 2013 com o objetivo de elaborar o projeto de lei municipal

que criaria o Conselho da Cidade do Recife (ConCidade). A criação do conselho foi uma deliberação da 5ª Conferência das Cidades, realizada em maio de 2013. Os 45 membros da comissão ganharam assento no próprio conselho, instalado efetivamente um ano depois (maio de 2014) com a responsabilidade de discutir e acompanhar as políticas públicas relacionadas ao espaço urbano. São 18 representantes do poder público municipal, sendo 16 indicados pelo prefeito e dois vereadores escolhidos pela Câmara Municipal; 12 representantes da sociedade, de entidades sindicais, movimentos sociais e populares; 6 membros representando o empresariado; e 9 membros de entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa e conselhos da área[10]. O DU entrou no ConCidade na cota dos movimentos sociais e populares.

Outro aspecto que demonstra a projeção alcançada pelo DU é a criação de grupos semelhantes em outras cidades brasileiras, inspirados no caso recifense. Como exemplo, podemos citar os grupos *Direitos Urbanos | Rio de Janeiro*[11], *Direitos Urbanos | Salvador*[12], *Direitos Urbanos – Maceió*[13] e *Direitos Urbanos | Fortaleza*[14]. Já o grupo fechado *Direitos Culturais*[15], com cerca de 3.860 participantes, pode ser considerado uma derivação (*spin off*) do DU, criado por membros que queriam um espaço exclusivo para debater a política cultural de Pernambuco. Além disso, surgiu até uma troça carnavalesca, *Empatando tua vista*, que estreou no carnaval de 2014 no Recife, com os foliões fantasiados de arranha-céus[16].

---

[10] Ver: CONSELHO da Cidade do Recife inicia os trabalhos. **Portal da Prefeitura da Cidade do Recife**, Recife, 19 mai. 2014. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/node/9340>. Acesso em: 20 jun. 2014.
[11] https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos.rj.
[12] https://www.facebook.com/direitosurbanossa.
[13] https://www.facebook.com/dumaceio.
[14] https://www.facebook.com/DireitosUrbanosFortal.
[15] https://www.facebook.com/groups/direitosculturais/.
[16] Ver: ARAÚJO, Penélope. Blocos do Recife usam bom humor para discutir temas sérios no carnaval. **G1 Pernambuco**, Recife, 29 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/carnaval/2015/noticia/2015/01/blocos-do-recife-usam-bom-humor-para-discutir-temas-serios-no-carnaval.html>. Acesso em: 30 jan. 2015.

1.2.2 Surgimento do DU

O DU surgiu no Facebook em março de 2012 a partir de dois outros grupos que já existiam no mesmo *site* de rede social, desde o segundo semestre de 2011, debatendo temas específicos: *Salve o Caiçara*[17] e *Lei Seca de Marília Arraes – Eu digo não!*[18]. O *Salve o Caiçara* tinha como proposta o tombamento do Edifício Caiçara, na orla do bairro de Boa Viagem, no Recife. A construção de três pavimentos da década de 1940, em estilo neocolonial tardio, estava em estado de abandono e havia um projeto para erguer no local mais um "espigão". Em 24 de setembro de 2011, membros do grupo *Salve o Caiçara* realizaram um protesto em frente ao edifício para tentar evitar sua demolição[19].

Já o grupo *Lei Seca de Marília Arraes – Eu digo não!* tinha como alvo dois projetos de lei da então vereadora Marília Arraes (PSB) que visavam, como medidas de combate à violência, à limitação de horário para funcionamento de bares e similares aos domingos e à proibição do consumo de álcool nas vias públicas do Recife entre as 18h e 6h (projetos de lei nº 129 e 130, respectivamente, apresentados na Câmara de Vereadores no fim de agosto de 2011[20]). Os membros do grupo compartilhavam a opinião de que os projetos, principalmente o PL nº 130/2011, traziam um ônus à vivência da cidade, enclausurando as pessoas e esvaziando as ruas.

No dia 22 de março de 2012 foi realizada, na Câmara de Vereadores do Recife, uma audiência pública para discutir um novo projeto imobiliário para a capital pernambucana – o Novo Recife, que previa a construção de 13 edifícios, contendo entre 20 e 40 andares, no Cais José Estelita, região central da cidade. Para tanto, seriam demolidos os armazéns da antiga

[17] https://www.facebook.com/groups/salveocaicara/.
[18] https://www.facebook.com/groups/204096093007548/.
[19] https://www.facebook.com/events/250786358293105/.
[20] Ver: LOPES, Helder. Três projetos de lei pretendem regulamentar o consumo de álcool no Recife. **Blog de Jamildo,** Recife, 31 ago. 2011. Disponível em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2011/08/31/tres-projetos-de-lei-pretendem-regulamentar-consumo-de-alcool-no-recife/>. Acesso em: 30 jan. 2014.

Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Diversos membros dos grupos *Salve o Caiçara* e *Lei Seca de Marília Arraes – Eu digo não!* compareceram à audiência e decidiram se articular com outras pessoas presentes para criar um novo grupo no Facebook, este de escopo mais amplo, no intuito de unir forças para combater um modelo de cidade considerado excludente, predatório e violento, imposto pelo apetite das construtoras e com a conivência do poder público, capaz de causar degradação ambiental, paisagística, histórica e arquitetônica. Assim surgia o grupo *Direitos Urbanos | Recife*.

Note-se que, mesmo após a criação do novo grupo, tanto o *Salve o Caiçara* quanto o *Lei Seca de Marília Arraes – Eu digo não!* permaneceram abertos no Facebook, embora praticamente inativos. O primeiro conta com 845 membros e, o segundo, com 523 membros. Uma parte dos membros do DU – o núcleo inicial, digamos assim – participa dos dois primeiros grupos e do DU ao mesmo tempo.

A primeira grande mobilização do DU, já constituído no Facebook, ocorreria no dia 15 de abril de 2012 justamente contra o projeto Novo Recife[21]. A manifestação organizada através do *site* de rede social incluiu música, grafitagem, passeio de bicicleta, performances e piqueniques, um "encontro festivo, mas não ameno", "contra o projeto previsto pelas construtoras, contra a conivência do poder público e a favor de um uso mais responsável e democrático desta propriedade, ainda que privada". Faixas anunciavam o slogan do movimento: "A cidade é nossa. Ocupe-a!", como pode ser visto na Figura 1.

[21] https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita/#chegar.

Figura 1 (1) – Foto do #OcupeEstelita 1 – 15/04/2012

Fonte: Internet (https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos)

Na ocasião, centenas de pessoas compareceram ao Cais José Estelita para protestar, na esteira de outros movimentos mundiais que também utilizaram as redes sociais da internet para informar, organizar e mobilizar, tais como a Primavera Árabe (Tunísia, dezembro de 2010) e o Ocupe Wall Street (Estados Unidos, setembro de 2011). Um fenômeno típico de uma sociedade que estuda em rede, trabalha em rede, diverte-se em rede e também protesta em rede.

Este primeiro #OcupeEstelita seria o início de uma história de lutas em busca de uma melhor qualidade de vida para os recifenses, situando o DU como um agente ativo na sociedade civil organizada local, como constatamos em um trabalho anterior:

> Desde então, articulados em rede, os membros do *Direitos Urbanos | Recife* vêm ganhando visibilidade e força política, enquanto ator coletivo inserido na sociedade civil organizada, para pressionar o poder público e tentar obter melhorias na qualidade de vida dos recifenses (BATISTA & FELIX, 2013).

O DU surgiu, portanto, a partir de pessoas que já se conheciam face a face e já costumavam se mobilizar em torno de outros temas de interesse da urbe. Mas quem são essas pessoas? Uma pesquisa quantitativa realizada em maio de 2013 com 336 membros do DU,

através de questionário disponibilizado na internet (BATISTA & FELIX, 2013), deu-nos uma ideia do perfil dos membros dessa comunidade on-line. Na época o DU possuía cerca de 11.700 membros. Os dados, processados através do *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), forneceram-nos algumas pistas sobre quem são e como se comportam essas pessoas, sendo que alguns dados foram confirmados posteriormente nesta pesquisa.

Dos entrevistados, 74,4% possuíam até 34 anos e 89% residiam na cidade do Recife ou em outros municípios da Região Metropolitana, sendo que 92% deles – número bastante expressivo – afirmaram conhecer outros membros do grupo *pessoalmente*. Não podemos dizer, com isso, que o DU está ancorado majoritariamente em relações face a face, mas é algo digno de nota. Outro detalhe importante é que 70% dos que responderam à pesquisa afirmaram ter participado de pelo menos um dos eventos realizados até então pelo grupo (ver Quadro 1).

Tabela 1 (1) – Local de residência dos membros do DU

Opções de resposta	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
No Recife	71,10%	329
Na Região Metropolitana do Recife	17,90%	60
No interior de Pernambuco	1,50%	5
Fora de Pernambuco (outros estados)	5,10%	17
Fora do Brasil (outro país)	4,50%	15
TOTAL		**336**

Fonte: BATISTA & FELIX (2013)

Tabela 2 (1) – Percentual dos que conhecem outros membros do DU pessoalmente

Opções de resposta	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
Sim	92,0%	287
Não	8,0%	25
TOTAL		**312**

Fonte: BATISTA & FELIX (2013).

Percebemos, assim, que a maioria dos membros do DU reside na cidade que é objeto de discussão da comunidade (Recife), se conhece pessoalmente e costuma frequentar os principais eventos realizados pelo grupo.

Como o deslocamento não motorizado é uma das pautas prioritárias do DU (Anexo A), perguntamos qual o tipo de transporte que os entrevistados utilizavam na cidade. Na pesquisa, praticamente metade (47,5%) dos entrevistados afirmaram se locomover principalmente através do transporte coletivo, sendo 44,7% de ônibus e 2,8% de metrô. Por outro lado, a parcela que utiliza automóvel particular como principal meio de transporte foi muito significativa (34,2%), enquanto que 9,6% afirmaram utilizar a bicicleta; 5% afirmaram andar a pé; 2,5% citaram a motocicleta; e 1,2% o táxi (BATISTA & FELIX, 2013).

Tabela 3 (1) – Tipo de transporte utilizado pelos membros do DU

Opções de resposta	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
Bicicleta	9,6%	31
Ônibus	44,7%	144
Metrô	2,8%	9
Moto	2,5%	8
Carro particular	34,2%	110
Táxi	1,2%	4
Nenhum. Ando a pé	5,0%	16
TOTAL		**322**

Fonte: BATISTA & FELIX (2013).

Sobre a frequência e as formas de atuação na página do grupo no Facebook, ainda segundo Batista & Felix (2013), identificou-se que 46,5% dos membros acessam a página

diariamente e 26,5% mais de uma vez por semana. No entanto, a grande maioria (66,2%) apenas lê, acompanha, "curte" e compartilha as postagens, significando que apenas 33,8% dos membros participam postando algum tipo de conteúdo. Na prática, isso quer dizer que o conteúdo da página é produzido por apenas 1/3 dos membros, que podem ser considerados mais centrais, ou *hubs*, nos termos de Barabási (2009). Essa centralidade observada em poucos membros foi confirmada nesta pesquisa, como veremos mais adiante no quinto capítulo.

Tabela 4 (1) – Formas de participação nas discussões do DU no Facebook

Opções de resposta	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
Apenas lendo/acompanhando as postagens	63,3%	194
Curtindo as postagens	70,5%	215
Compartilhando as postagens	60,0%	183
Comentando as postagens	57,0%	174
Postando	33,8%	103
TOTAL		**305**

Fonte: BATISTA & FELIX (2013).

Considerando que o grupo se autodeclara como sendo "de esquerda", foi bastante curioso notar que a maioria dos membros do DU afirmou não participar de partidos políticos (90,72%) nem de movimentos sociais (62,42%). Como diz Carneiro (2012, p. 8), é comum esses movimentos se posicionarem contra partidos políticos, sindicados e outras organizações tradicionais. Não foi surpresa, contudo, o alto nível de escolaridade dessas pessoas: 41,2% possuem ensino superior completo e 39,9% pós-graduação. A renda individual indica tendência para classe média e alta: 45,7% ganhavam acima de três salários mínimos da época (R$ 2.035), com 26,5% recebendo acima de seis salários mínimos (R$ 4.069).

No tocante à profissão/ocupação, o leque identificado pela pesquisa de Batista e Felix (2013) se mostrou bastante variado. Das 69 categorias mencionadas, destacamos estudantes

(27,33%), arquitetos/urbanistas (8,07%), funcionários públicos (6,83%), professores (6,83%), jornalistas (6,52%), *designers* (4,97%), sociólogos (2,8%) e advogados (2,48%).

> O perfil do grupo muito se assemelha aos participantes das manifestações no Brasil e no mundo, em sua maioria: jovens, estudantes ou profissionais liberais, de classe média com um razoável grau de escolaridade, sem vínculos partidários ou engajamento em outros movimentos sociais, mas decididos a ir às ruas em busca de transformações sociais. (BATISTA & FELIX, 2013)

A partir de um levantamento realizado na página da comunidade no Facebook e no *blog*, identificamos que, entre 2012 e 2014, o DU (sozinho ou em conjunto com outros grupos) promoveu pelo menos 15 eventos no Recife (Quadro 1), sempre envolvendo uma ampla mobilização pelas redes sociais da internet. O levantamento compreende desde o primeiro #OcupeEstelita, realizado em abril de 2012, até o #OcupeEstelita – Nossos ideais cabem no cais, realizado em novembro de 2014. No Quadro 1 podem ser conferidas as datas, locais e motivações de cada um desses eventos.

Quadro 1 (1) – Eventos realizados pelo DU – 2012/2014

	Evento	Data	Local	Motivação
1	#OcupeEstelita (1)	15/04/2012	Cais José Estelita	Contra o projeto Novo Recife.
2	#OcupeEstelita (2)	22/04/2012	Cais José Estelita	Contra o projeto Novo Recife.
3	#OcupeEstelita 3+12 Ocupa Brasil	12/05/2012	Cais José Estelita	Contra o projeto Novo Recife.
4	#OcupeSãoLuiz	21/05/2012	Cine São Luiz – Rua da Aurora	Ato cultural, com a realização da I Mostra Direitos Urbanos. Promoveu debates a partir da exibição de filmes com uma temática comum: o progresso das grandes cidades e as consequências urbanísticas, sociais e ambientais de seus projetos.
5	#GaragemResiste	28/07/2012	Bar Garagem, bairro das Graças	Ato político-cultural em conjunto com a Articulação dos Atingidos pelas Ações da Prefeitura da Cidade do Recife nas Margens do Rio Capibaribe e com o Movimento Ecossocialista de Pernambuco. Contra a expulsão de moradores de terrenos situados às margens dos rios para serem ocupados por empreendimentos imobiliários. Foi utilizado como exemplo da especulação nas margens do Rio Capibaribe a demolição do bar Garagem, no bairro das Graças, ocorrida três anos antes.
6	#OcupeAgamenon	11/08/2012	Av. Agamenon Magalhães, bairro do Derby	Contra a construção de quatro viadutos na Avenida Agamenon Magalhães.
7	#OcupePrefeitura	30/11/2012	Prefeitura do Recife – Cais do Apolo	Contra a tentativa do Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife (CDU) de aprovar o projeto Novo Recife em uma reunião extraordinária.
8	#OcupeMPPE	05/03/2013	MPPE – Rua do Imperador, bairro de Santo Antônio	Contra o afastamento da promotora de Defesa do Meio Ambiente do Recife, Belize Câmara, autora de ação civil pública que pedia o embargo do projeto Novo Recife.
9	#OcupeEstelita+1	28/04/2013	Cais José Estelita	Contra o projeto Novo Recife.
10	#OcupeCaiçara	29/09/2013	Avenida Boa Viagem	Contra a derrubada do Edifício Caiçara e a favor do tombamento do imóvel, com pedalada saindo do Marco Zero do Recife.
11	Som na Rural + Ocupa Aurora	24/01/2014	Rua da Aurora	Apoio ao projeto Som na Rural.
12	Ato em Defesa das Famílias Desapropriadas pelas Obras da Copa do Mundo	26/04/2014	Procuradoria Geral do Estado – Rua do Sol	Em defesa das famílias desapropriadas pelas obras da Copa do Mundo em Pernambuco.
13	#ForaBraga	11/04/2014	Caminhada da Praça da Independência à Prefeitura do Recife	Ato para exigir a saída do secretário de Mobilidade e Controle Urbano do Recife, João Braga.
14	#OcupeEstelita 2014	21/05/2014 a 10/07/2014	Cais José Estelita	Contra o Projeto Novo Recife.
15	#OcupeEstelita – Nossos ideais cabem no cais	16/11/2014	Cais José Estelita	Contra o Projeto Novo Recife.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desse levantamento percebemos que a atuação do DU no mundo off-line está diretamente ligada aos “ocupes”, manifestações de rua mobilizadas através das redes sociais da internet que buscam chamar a atenção da população e do poder público para um determinado problema urbano. É o que Castells (2013, p. 15-16) chama de *espaço em rede*, um híbrido entre o espaço de fluxos (as redes sociais da internet) e o espaço de lugares (o espaço urbano ocupado). Foi assim, por exemplo, com o #GaragemResiste e o #OcupeAgamenon, realizados em 2012, respectivamente, contra a especulação imobiliária nas margens dos rios do Recife e contra a construção de viadutos na Avenida Agamenon Magalhães, principal artéria de ligação entre as zonas Norte e Sul da capital pernambucana.

Ao longo do tempo, outros temas surgiram e a cada evento agendado a foto do grupo no Facebook mudava a fim de dar maior visibilidade às manifestações. Em 2013, no mês de setembro, seria realizado o #OcupeCaiçara, contra a derrubada do Edifício Caiçara e a favor do tombamento do imóvel (Figura 2). O Conselho Estadual de Cultura havia decidido pelo não tombamento e o prédio, dias antes, chegou a ser parcialmente demolido, mesmo com a suspensão da licença de demolição, emitida em 2011. Por causa da demolição irregular, ainda que parcial, a construtora Rio Ave ficou sujeita ao pagamento de uma multa de R$ 15 mil.

Figura 2 (1) – Capa da página do DU no Facebook – #OcupeCaiçara – Set./2013

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

Em 2014, o ano começou com o evento Som na Rural + Ocupa Aurora, realizado no dia 24 de janeiro na Rua da Aurora, centro do Recife. O evento foi realizado em apoio ao produtor cultural Roger de Renor, que na noite do dia 7 daquele mês havia sido impedido de realizar mais uma edição do seu projeto *Som na Rural*. Agentes de trânsito da Prefeitura do Recife e policiais militares não permitiram que o veículo, uma Rural Willys, ficasse estacionado na calçada da Rua da Aurora. Os administradores do DU justificaram o apoio ao projeto afirmando que "eventos como o Som na Rural reafirmam o elo entre cultura e cidade e democratizam o espaço público, enchendo a rua de VIDA!"[22].

Em março de 2014, no dia 26, o DU convocou seus membros para participarem de um ato em defesa das famílias desapropriadas pelas obras da Copa do Mundo de 2014 (Figura 3). Naquela data, o então procurador geral do Estado, Thiago Norões, secretários estaduais e representantes da Defensoria Pública iriam receber o Comitê Popular da Copa e famílias do Loteamento São Francisco, situado no município de Camaragibe, cujas casas foram desapropriadas para dar lugar a obras como o Ramal da Copa. "Vamos fazer uma vigília, mostrando que as famílias de Camaragibe não estão sozinhas e que estamos cansados de tantas injustiças", dizia o convite ao ato[23]. Na página do evento no Facebook consta que foram convidadas 14,9 mil pessoas e 196 confirmaram presença, o que de certa forma nos faz duvidar da eficácia desse instrumento de mobilização popular.

[22] Ver https://www.facebook.com/events/122321384625410/. Acesso em: 19 jul. 2014.
[23] Ver https://www.facebook.com/events/1409719005955129/. Acesso em: 19 jul. 2014.

Figura 3 (1) – Capa da página do DU no Facebook – Desapropriados de Camaragibe – 15/06/14

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

No dia 11 de abril de 2014, o DU se uniria ao Sindicato do Comércio Informal, ao Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH) e ao Movimento Passe Livre (MPL-PE) para exigir a saída do secretário de Mobilidade e Controle Urbano do Recife, João Braga, considerado um inimigo dos ambulantes e a favor dos empresários e construtoras[24]. O #ForaBraga (Figura 4) significou uma caminhada da Praça da Independência, no bairro de Santo Antônio, à sede da Prefeitura do Recife, no Cais do Apolo, e chegou a reunir, segundo estimativas, cerca de 200 pessoas[25]. A imagem alusiva ao evento que foi ao ar na capa da página do DU no Facebook (Figura 4) fazia referência a dois outros projetos imobiliários de luxo, estes previstos para a rua da Aurora (Jardins da Aurora e Arcos da Aurora Prince), supostamente aprovados irregularmente pelo CDU sem o Estudo de Impacto de Vizinhança.

[24] Ver MANIFESTANTES pedem saída do secretário João Braga. **JC Online**, Recife, 11 abr. 2014. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/04/11/manifestantes-pedem-saida-do-secretario-joao-braga-124701.php>. Acesso em: 11 abr. 2014.

[25] Ver SÁVIO, Domingos. Movimentos sociais realizam protesto em frente à Prefeitura do Recife. **Folha de Pernambuco Online**, Recife, 11 abr. 2014. Disponível em: <http://www1.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/cotidiano/noticias/arqs/2014/04/0163.html>. Acesso em: 11 abr. 2014.

Figura 4 (1) Capa da página do DU no Facebook - #ForaBraga – Fev./2014

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

Apesar da importância de todos esses eventos, sem sombra de dúvida, o projeto Novo Recife aparece como problema central e principal alvo do DU, sendo tema de oito dos 15 eventos realizados pelo grupo entre 2012 e 2014. Diante da relevância desse emblemático projeto no escopo de atuação do grupo, explicamos a seguir o que é o Novo Recife e como ele foi em parte modificado a partir da atuação política do grupo, tanto nas ruas quanto nas redes sociais da internet.

1.2.3 O projeto Novo Recife

O projeto Novo Recife prevê a implantação de um complexo imobiliário de luxo na região central do Recife. A área, situada no Cais José Estelita (Figura 5) e medindo aproximadamente 101,7 mil metros quadrados, abriga um pátio ferroviário e diversos armazéns de açúcar antes pertencentes à antiga RFFSA. Em 2008, essa área foi leiloada pela União e adquirida pela bagatela de R$ 55 milhões por um grupo imobiliário formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, o único a comparecer ao leilão[26]. O intuito desse grupo é construir no local 13 torres,

[26] Em 30 de setembro de 2015 a Polícia Federal deflagraria a operação Lance Final para apurar suspeitas de fraude no leilão do terreno do Cais José Estelita e o Movimento Ocupe Estelita realizaria mais um protesto pelas ruas do Recife. Ver: MOVIMENTO Ocupe Estelita realiza protesto na área central do Recife. **G1 Pernambuco**,

contendo entre 20 e 40 andares, sendo dez residenciais, um hotel, um edifício de uso misto (flat e empresarial) e outro corporativo incluindo centro de convenções, além de estacionamento para cinco mil veículos. Inicialmente, o projeto foi orçado em R$ 800 milhões.

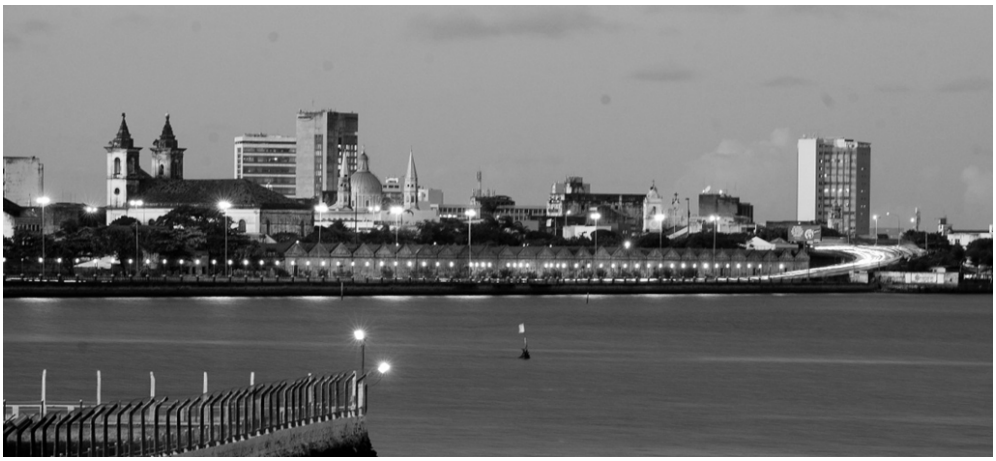


Figura 5 (1) – Foto do Cais José Estelita

Fonte: Internet (https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos)

O anúncio do projeto Novo Recife, feito em meados de 2011, causou indignação em diversos setores da sociedade e as denúncias de irregularidades não tardaram a aparecer. O plano imobiliário chegou a ser alvo de cinco ações judiciais – uma do Ministério Público Federal (MPF), uma do MPPE e três ações populares ingressadas por advogados ligados ao DU. O MPF, por exemplo, alega que o leilão não poderia ter sido realizado sem antes a União ter consultado outros órgãos públicos que pudessem ter interesse na área. Além disso, entre as irregularidades do projeto, aponta-se a ausência de estudo de impacto ambiental, de estudo de impacto de vizinhança e de licenças dos órgãos competentes – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Departamento Nacional de Infraestrutura de

---

Recife, 1 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/10/movimento-ocupe-estelita-realiza-protesto-na-area-central-do-recife.html>. Acesso em: 10 out. 2015.

Transportes (Dnit) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)[27] –, em desrespeito às diretrizes do Plano Diretor e do Estatuto das Cidades.

A despeito das denúncias de irregularidades, a Prefeitura do Recife marcou para o dia 30 de novembro de 2012 uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU) para aprovação do projeto Novo Recife, na surdina e ao fim do mandato do então prefeito João da Costa (PT). Este evento motivou o DU a realizar o #OcupePrefeitura para exigir o cancelamento da reunião. Os manifestantes estavam respaldados por um parecer jurídico que apontava irregularidades na composição paritária do CDU[28].

Apesar dos esforços, a reunião extraordinária do CDU não foi cancelada. Entretanto, alguns conselheiros pediram vistas do processo e uma nova reunião foi marcada, desta vez para o dia 21 de dezembro daquele ano. Dois dias antes, o DU ingressou com uma ação popular pedindo o cancelamento da nova reunião até que a composição paritária do CDU fosse restabelecida. A ação foi acatada pela Justiça e a reunião não ocorreu. Porém, no dia 28 de dezembro de 2012, a Prefeitura obteve uma liminar e outra reunião foi realizada, ocasião em que o projeto Novo Recife foi finalmente aprovado.

Uma das iniciativas do DU após a aprovação do projeto Novo Recife no CDU foi a elaboração de uma carta ao novo prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB), publicada em 7 de fevereiro de 2013 e disponibilizada na internet[29] na forma de petição pública (Anexo B). Até julho de 2014, tal petição eletrônica contava com 15.826 apoiadores. No documento foram apontadas algumas das ilegalidades do projeto, com base na legislação urbanística vigente,

[27] Ver: TRUFFI, Renan. A batalha pelo Cais José Estelita. **Carta Capital**, São Paulo, 18 jun. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>. Acessado em: 18 jun. 2014.

[28] Pela lei, o CDU deve ser constituído por 28 conselheiros, sendo 14 do poder púbico e 14 da sociedade civil, mas na ocasião três das quatro vagas reservadas a associações comunitárias e não governamentais estavam sem representantes, além do que a 14ª vaga da sociedade civil sequer havia sido indicada. Parecer jurídico disponível em: <http://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/01/parecer-juridico-sobre-a-irregularidade-da-reuniao-do-cdu-sobre-o-novo-recife/>. Acesso em: 30 jul. 2013.

[29] http://www.change.org/pt-BR/petições/carta-ao-prefeito-do-recife-geraldo-júlio.

dentre elas: a) ausência de plano urbanístico para a área do Cais; b) inexistência de Estudo Prévio de Impacto Ambiental; c) inexistência de Estudo de Impacto de Vizinhança; d) ausência de parcelamento prévio do imóvel; e e) ausência dos pareceres obrigatórios do Iphan, Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Dnit e ANTT.

Diante dessas irregularidades, o DU pedia, entre outras coisas, a revisão dos procedimentos da gestão anterior referentes ao projeto Novo Recife, "anulando-se as etapas irregulares e ilegais" e que o projeto só voltasse a ser analisado pelo CDU depois que todos os estudos e procedimentos exigidos "pela população" fossem feitos. Mas o prefeito, até então, não parecia lhes dar ouvidos.

A causa parecia praticamente perdida até que, no dia 22 de fevereiro de 2013, uma decisão da Justiça, em caráter liminar, suspendeu o processo do projeto Novo Recife, acatando as denúncias feitas pelo MPPE. Esta decisão foi considerada uma vitória decorrente das mobilizações do DU e de outras entidades da sociedade civil organizada. No entanto, tal vitória causaria o afastamento da promotora de Defesa do Meio Ambiente do Recife, Belize Câmara, autora da ação civil pública que pediu o embargo do projeto. Para protestar contra essa arbitrariedade e exigir a volta da promotora, o DU realizou, no dia 5 de março de 2013, o #OcupeMPPE.

Em abril de 2013, o DU realizaria mais uma ocupação no Cais José Estelita, o #OcupeEstelita+1[30], para marcar o primeiro ano de existência do grupo. A programação contou com exposições, oficinas, shows e apresentações de teatro.

O próximo evento promovido pelo grupo com o tema Novo Recife, o #OcupeEstelita 2014, ganharia grande dimensão e até repercussão internacional. Também conhecido como #Ocupaço, tornou-se um claro exemplo de como as discussões travadas em comunidades on-line como o DU podem extrapolar o mundo virtual, com consequências concretas. Fazemos a

[30] https://direitosurbanos.wordpress.com/ocupeestelita-0/ocupeestelita-1-28-de-abril-de-2013/.

seguir um relato detalhado de como foi este movimento pela sua importância, seu alcance, conflitos e conquistas, fazendo um resgate histórico dos principais acontecimentos.

1.2.4 O #Ocupaço

O #OcupeEstelita 2014 estava originalmente marcado para ocorrer no dia 18 de maio. Em função da greve da Polícia Militar, que durou de 13 a 15 de maio, os organizadores preferiram adiar a manifestação para 1º de junho. A paralisação da PM trouxe um clima de guerra para as cidades da Região Metropolitana do Recife. Foram registrados arrastões, saques e muita violência, demandando a presença da Força Nacional[31]. "A cidade parou e, como parte dela, a reta final de produção do evento acabou sendo afetada de várias maneiras. Junto a isso, a Prefeitura não deu resposta às várias solicitações que havia atendido sem problemas nas edições anteriores do Ocupe, como liberação de banheiros, limpeza, capinação etc.", justificaram os organizadores na página do evento no Facebook.

Figura 6 (1) – Capa da página do DU no Facebook, com o adiamento do #OcupeEstelita 2014

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

[31] Ver: TERMINA a greve dos policiais militares em Pernambuco. **NE10**, Grande Recife, Recife, 15 mai. 2014. Disponível em < http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/grande-recife/noticia/2014/05/15/termina-a-greve-dos-policiais-militares-em-pernambuco-487972.php>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Eis que, na noite do dia 21 de maio, tratores começam a trabalhar na demolição dos armazéns do Cais José Estelita. Pessoas que passavam pelo local testemunharam (e fotografaram) a destruição e as notícias começaram a chegar à página do DU no Facebook. Um dos administradores do grupo publicou uma mensagem convocando os membros a irem ao cais na mesma noite. Na ocasião registramos muitas mensagens de pessoas de várias partes da Região Metropolitana do Recife oferecendo carona, propondo dividir um táxi ou uma simples companhia para fazer o percurso de bicicleta, tudo para chegar o Cais José Estelita e tentar impedir a demolição.

Ali teve início, de fato, o #OcupeEstelita 2014, pois algumas pessoas chegaram a montar acampamento do lado de fora do imóvel já naquela noite. No dia seguinte, tanto a página do grupo quanto a do evento no Facebook amanheceram com uma nova foto: “O #OcupeEstelita2014 começou! #OcupeEstelita AGORA! #OcupeEstelitaSEMPRE!” (Figura 7). A página do evento no Facebook alcançou 38 mil pessoas convidadas, das quais 4,2 mil afirmaram ter comparecido.

Figura 7 (1) – Capa da página do DU no Facebook, convocando os manifestantes para o #OcupeEstelita 2014 após o início da demolição dos galpões

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

Desde então, e durante 50 dias, integrantes do DU estiveram acampados no local, inicialmente na área externa e em seguida na área interna do terreno, passando posteriormente para uma área adjacente, como explicaremos adiante. Coletivos e entidades como a Frente

Independente Popular (FIP), #RecifeResiste, Marcha das Vadias, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Coletivo Lama, Mídia Ninja e Coque RExiste se juntaram ao movimento, dando mais peso e visibilidade à ocupação.

No dia seguinte ao início da demolição dos armazéns, o Iphan embargou a obra por meio de uma decisão da Justiça Federal, alegando que o Consórcio Novo Recife não possuía licença para a demolição[32]. A decisão deu um fôlego a mais ao movimento.

No primeiro domingo de ocupação (1º de junho de 2014) foi organizado um grande evento para atrair a atenção do público para o problema. Na ocasião registramos a ocorrência sucessiva ou simultânea de dez atividades diferentes: apresentação de repentistas; teatro; pintura em camisetas; grafitagem; confecção de instrumentos musicais com materiais reciclados; coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular que visava à regulamentação do comércio informal em vias públicas; distribuição gratuita de comida vegetariana; exposição de fotos; bazar de roupas; e shows de Karina Buhr e Siba no *Som na Rural*. Cerca de 10 mil pessoas compareceram ao evento, de acordo com os organizadores[33].

Ainda segundo a organização do MOE, cerca de 100 pessoas permaneceram acampadas durante aqueles dias de ocupação. Rapidamente, mensagens de apoio ao movimento começaram a se espalhar pela rede, partindo principalmente de artistas locais e nacionais, tais como os músicos Otto, Lirinha, banda Nação Zumbi, Ney Matogrosso, a cartunista Laerte e os atores Alessandra Negrini, Dira Paes, Irandhir Santos e Letícia Sabatella, entre outros (Figura 8).

---

[32] Ver: JUSTIÇA Federal suspende demolição dos galpões do Cais José Estelita. **Portal da Justiça Federal da 5ª Região**. Recife, 22 mai. 2014. Disponível em: <http://www.jfpe.jus.br/index.php/2015-03-12-18-14-35/781-justica-federal-suspende-demolicao-dos-galpoes-do-cais-jose-estelita.html >. Acesso em: 23 jul. 2014.

[33] Ver: MAIS de 10 mil pessoas se reúnem contra a especulação imobiliária em Recife. Conheça o Ocupe Estelita. Mídia Ninja, 1º jun. 2014. Disponível em: <https://ninja.oximity.com/article/Mais-de-10-mil-pessoas-se-re%C3%BAnem-1>. Acesso em: 6 jul. 2014.

Figura 8 (1) – Fotos de artistas que manifestaram apoio ao #OcupeEstelita

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

Esse apoio de peso foi dando um fôlego renovado ao movimento e, obviamente, ampliou sua visibilidade em outras regiões do país e também no exterior. O #Ocupaço foi notícia em diversos veículos nacionais (anotados os jornais *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Valor Econômico*, além das revistas *Carta Capital*, *Carta Maior* e *Caros Amigos*) e mesmo internacionais (anotados *Le Monde Diplomatique, The Guardian, El País* e *Al Jazeera Online*). Já nos veículos locais a cobertura foi inicialmente bastante tímida – senão inexistente –, principalmente nos jornais impressos. Semanas depois do início da ocupação, tendo em vista a repercussão em outras esferas, a imprensa local começou a dar mais atenção ao #OcupeEstelita.

Para manter o acampamento em alta, inclusive na mídia, foi montada uma agenda quase diária de atividades: Ocupinho, com oficina de instrumentos musicais do projeto Gambiarra e brincadeiras de rua para crianças (01/06); aula pública com a professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Maria Eduarda da Mota Rocha (“O espaço público e o privado”, 05/06); apresentação de DJ (Ricardo Alves, 06/06); meditação (#MeditaEstelita, 07/06); Arraiá do Estelita (07/06); Oficina de Saúde Bucal (07/06); exibição

de curtas do cineasta Kleber Mendonça Filho seguida de debate (#CineOcupe, 08/06); oficina de dança com André Aguiar (Dançando no Cais José Estelita, 08/06); aulão de fotografia com Dariana Araújo (Tributo ao Estelita, 08/06); Jornada Ameciclo (15/06); entre outros.

As atividades eram divulgadas através de *banners* (Figura 9) publicados nas páginas do DU, do #OcupeEstelita[34], #ResisteEstelita[35] e do grupo *Salve o Cais José Estelita*[36] no Facebook, estas três últimas criadas durante a ocupação, numa verdadeira batalha comunicacional para conseguir se contrapor ao poder da imprensa local que, assim como em outros lugares, é em parte financiada por anúncios de construtoras.

Figura 9 (1) – Banners diversos para divulgação das atividades no #OcupeEstelita 2014

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

Segundo a coordenação do MOE, cerca de 100 *designers* se revezaram em um coletivo que tinha como objetivo a produção gráfica de *banners* e panfletos (virtuais e físicos) para o #Ocupaço. Uma dessas peças foi o fanzine *O Estelita é Nosso* (Anexo C), lançado dia 30 de junho de 2014. O objetivo da publicação foi dar subsídios para que a população entendesse a polêmica em torno do Cais José Estelita, externar a posição do MOE e mostrar que existiam outras propostas para a área além do projeto dos condomínios de luxo. Propostas, por

[34] https://www.facebook.com/pages/OcupeEstelita/1447067488906490?fref=ts.
[35] https://www.facebook.com/pages/Resiste-Estelita/656041921137604?fref=ts.
[36] https://www.facebook.com/groups/348480681859986/?fref=ts.

exemplo, que contemplam uso misto, com ênfase em comércio, serviços, turismo e gastronomia, para que as pessoas possam circular a pé, trazendo mais segurança e vitalidade ao bairro; criação de áreas de convivência e entretenimento públicas; habitação e negócios com diversidade social; e restrição da altura das construções, priorizando a paisagem e o patrimônio histórico.

Durante o #Ocupaço também registramos várias pessoas se voluntariando, através da página do DU no Facebook, para participar da organização do movimento. Estas manifestações de solidariedade incluíam a elaboração de listas colaborativas de linhas de ônibus que passam pelo local; aulas de reforço escolar para crianças de comunidades vizinhas; empréstimos de equipamentos para conexão à internet e eletrodomésticos, como geladeiras; instalação de canos para abastecimento de água; e, principalmente, a formação de uma rede solidária de fornecimento de alimentos e materiais de limpeza e higiene para os acampados, a partir de uma lista das necessidades atualizada quase que diariamente e postada nas páginas do DU, do #OcupeEstelita, do #ResisteEstelita e do grupo *Salve o Cais José Estelita*. Na lista, itens como pratos e talheres, água mineral, gelo, pão, café, frutas, raízes, verduras e ovos, além de detergente, água sanitária e sabão (Anexo D).

Evidentemente, não faltaram críticas à ocupação. Teve gente que tratou o movimento como uma espécie de Woodstock, como neste texto publicado em um *blog* local no dia 9 de junho de 2014:

> Levado pela curiosidade, depois de ler tantas coisas nos jornais na semana passada sobre o Cais José Estelita, fui ontem, pela primeira vez, ao #ocupeestelita. Pelo que lia e ouvia pelos meios de comunicação, esperava encontrar um local de debate sobre o uso que se deve dar para aquele terreno, que durante décadas esteve ali abandonado sem ninguém olhar para ele e que hoje virou uma espécie de jóia da coroa. Mas para a minha surpresa, o que eu vi foi uma versão tupiniquim de um Woodstock recifense. Jovens bebendo, deitados em colchões infláveis, sentados em sofás, fumando seus cigarros e ouvindo música.[37]

[37] Ver: DIAS, Bio. Minha primeira e última vez no ocupe estelita. **Blog de Jamildo,** Recife, 9 jun. 2014. Disponível em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/06/09/minha-primeira-e- ultima-vez-no-ocupeestelita/>. Acesso em: 15 jun. 2014.

No dia 13 de junho, o mesmo *blog* trouxe uma espécie de resposta (embora não se saiba exatamente se foi essa a intenção) a esse depoimento:

> Visitei o acampamento. Você visitou? Encontrei estudantes da Universidade Rural ocupados em fazer espirais de hortas orgânicas em solo maltratado e pedregoso. Dispostos e preparados para discutir sobre agricultura sustentável, espaços verdes e alimentação saudável. Encontrei arquitetos e paisagistas ocupados em desenhar propostas alternativas para o imenso terreno em questão. Encontrei jovens ocupados em construir casas em árvores. (Compreende o que isso quer dizer?) Encontrei advogados ocupados em discutir saídas que preservem os direitos urbanos. Encontrei artistas ocupados em manifestar, através da música e da poesia, sua resistência aos godzillas de concreto. Encontrei o orgulho de ser recifense e a força para acreditar que ainda existe Recife no Recife.[38]

Ambos os textos, pelo menos ao que parece, foram escritos por pessoas sem ligação direta com o MOE e que se dispuseram a relatar a experiência de ter "visitado" a ocupação. O fato é que o #OcupeEstelita polarizou as opiniões na cidade, dividindo a população entre os que são "contra" e os que são "a favor" do projeto Novo Recife. Uma comunidade de pessoas que são "a favor" do projeto imobiliário chegou a ser criada no Facebook: *Ocupe-se*[39]. Na descrição, o grupo afirmava ser "Contra o Ocupe Estelita, a favor do desenvolvimento do Recife, da atração de investimento privado e da geração de empregos. Não ocupe, #ocupe-se !". A foto de capa trazia o seguinte texto:

> Somos empresários, magistrados, médicos, trabalhadores, advogados ou apenas cidadãos, de todas as cores, de todas as classes, mas sempre contra a baderna que vem sendo promovida pelo grupo Direitos Urbanos, e principalmente pelo seu filho querido: o movimento Ocupe Estelita.
> Exigimos respeito ao Estado Democrático de Direito, à segurança jurídica, ao poder Judiciário e ao poder público em geral.
> Estamos estarrecidos com a falta de coragem dessa gestão do Prefeito Geraldo Júlio, que mostrou-se complacente com todas as ilicitudes cometidas pelo Movimento Ocupe Estelita, sem penalizá-los de nenhuma forma. (...)[40]

---

[38] Ver: VIEIRA, Lina Rosa Gomes. Caranguejos não sobem de elevador. **Blog de Jamildo**, Recife, 13 de jun. 2014. Disponível em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/06/13/publicitaria-diz-porque-nao-quer-o-projeto-novo-recife>. Acesso em: 15 jun. 2014.

[39] https://www.facebook.com/seocupe.

[40] Ver: <https://www.facebook.com/seocupe/photos/a.306811472810804.1073741827.306802576145027/320379158120702/?type=1&theater>. Acesso em: 20 jul. 2014.

No dia 29 de maio, o MOE sofreria o primeiro revés: uma decisão judicial determinou a reintegração de posse do terreno aos proprietários, "com apoio da força policial, se necessário". No dia seguinte, advogados do DU entraram com pedido de *habeas corpus* para garantir o direito de ir e vir das pessoas, uma vez que se tratava de uma ocupação pacífica. No dia 2 de junho, é realizada uma reunião na Secretaria Estadual de Defesa Social, com participação de representantes do movimento e das secretarias estaduais de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, para discutir a reintegração. O encontro, porém, terminou sem que uma data fosse fixada para a desocupação. Ficou acertado que a polícia faria um levantamento sobre o tipo de ocupação, quantas pessoas estavam no local etc., para só depois chamar os atores envolvidos no intuito de montar o esquema da desocupação[41].

No dia 3 de junho, foi a vez da Prefeitura do Recife realizar uma audiência com as partes interessadas. Além de representantes do MOE, participaram os presidentes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-PE), do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-PE), da OAB-PE, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-PE) e os reitores da UFPE e da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Ao ouvir os posicionamentos contrários ao projeto Novo Recife desse grupo altamente qualificado, o prefeito Geraldo Julio decidiu suspender o alvará que permitia a demolição dos galpões do Cais José Estelita e marcou para dois dias depois um encontro com as empresas do consórcio para discutir uma maneira de reduzir os impactos do projeto[42].

Como resultado, no dia 5 de junho, o Consórcio Novo Recife aceitou rever o projeto, inclusive a área privada e não apenas a área pública que vinha sendo objeto de ações compensatórias (recuperação da Igreja Matriz de São José, por exemplo). As empresas

[41] Ver: ENCONTRO termina sem definição sobre reintegração em cais do Recife. **G1 Pernambuco**, Recife, 2 jun. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/encontro-termina-sem-definicao-sobre-reintegracao-em-cais-do-recife.html >. Acesso em: 7 jun. 2014.

[42] Ver: PREFEITURA suspende alvará de demolição do Cais José Estelita. **JC Online**, Editoria de Cidades, Recife, 3 jun. 2014. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/06/03/prefeitura-suspende-alvara-de-demolicao-do-cais-jose-estelita-130100.php> . Acesso em: 7 jun. 2014.

exigiram, contudo, a desocupação imediata da área como condição para o avanço do processo de diálogo[43]. No dia 6, depois de outra reunião na Prefeitura do Recife, foi divulgado que o licenciamento do projeto iria ser refeito por um grupo formado por integrantes do poder municipal e entidades jurídicas e de urbanismo (OAB, IAB, CAU, Centro Dom Hélder Câmara de Estudos – Cendhec, Fórum de Reforma Urbana, Movimento Observatório Recife e Crea-PE). Após formatação, o novo licenciamento deveria ser submetido à análise do Ministério Público[44].

Neste ínterim, o Consórcio Novo Recife começou a veicular anúncios em jornais comunicando ao público "sua firme disposição para o diálogo", afirmando que "o Projeto foi objeto da mais ampla discussão durante mais de quatro anos" e reafirmando que "a desocupação do terreno e sua propriedade é condição para o entendimento, posto que representa uma ocupação que afronta o direito de propriedade" (Anexo E).

Ao mesmo tempo, o consórcio põe na rua uma ampla campanha publicitária com o mote "O Novo Recife é bom para a cidade", que chega com o objetivo de rebater as principais críticas feitas ao projeto pelo MOE. Com peças veiculas na TV, em horário nobre da emissora campeã de audiência (Rede Globo), a campanha dizia (transcrição):

> O Novo Recife vai trazer vida a uma região abandonada da cidade, a uma área importante, próxima do centro da cidade, que vai renascer com um empreendimento de uso misto. Com edifícios residenciais, comércio, hotéis empresariais, espaços culturais e de lazer. Serão construídos pela iniciativa privada novos acessos à Ilha do Leite e aos bairros vizinhos, melhorando a mobilidade. E assim nossa cidade vai ganhar um novo cartão postal, e também muito mais verde, com um parque público aberto para toda a população. Além disso, apenas 7,7% de seu terreno, de mais de 100 mil metros quadrados, será ocupado pelos edifícios. Tudo isso vai contribuir para o desenvolvimento dessa área e todo o Recife. Em plena harmonia com

[43] Ver: CONSÓRCIO Novo Recife aceita rever o projeto no Cais José Estelita. **Diario de Pernambuco**, Editoria de Últimas Notícias, 5 jun. 2014. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/outros/ultimas-noticias/46,37,46,11/2014/06/05/interna_vidaurbana,508353/consorcio-novo-recife-aceita-rever-o-projeto-no-cais-jose-estelita.shtml >. Acesso em: 7 jun. 2014.

[44] Ver: NO Recife, área do Cais José Estelita terá licenciamento refeito. **G1 Pernambuco**, Recife, 6 jun. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/no-recife-area-do-cais-jose-estelita-tera-licenciamento-refeito.html>. Acesso em: 7 jun. 2014.

> o nosso patrimônio histórico. Novo Recife. Bom para a cidade. Bom para você.[45]

Posteriormente, adicionaram ao vídeo depoimentos favoráveis de pessoas como o líder comunitário Fusquinha, do Coque; do ex-presidente da CUT-PE, Jorge Roma; do presidente do Secovi-PE, Elísio Junior; do presidente do bloco Galo da Madrugada (desde 1978 baseado no bairro de São José), Rômulo Menezes; e do arquiteto José Luiz da Mota Menezes, a fim de respaldar e dar mais credibilidade ao discurso do Consórcio Novo Recife. A guerra comunicacional foi ficando cada vez mais acirrada.

No dia 16 de junho, é divulgada uma pesquisa encomendada pelo Consórcio Novo Recife ao Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), onde se afirma que oito em cada dez recifenses são a favor do projeto que prevê a construção de empreendimentos comerciais e residenciais na área do Cais José Estelita. Esse universo considerou quem dizia conhecer ou já ter ouvido falar das propostas a partir dos comerciais veiculados na TV[46].

Na manhã seguinte, os ativistas sofreriam um duro golpe, sendo surpreendidos ainda enquanto dormiam no acampamento: a Polícia Militar compareceu ao José Estelita para garantir o cumprimento do mandado de reintegração de posse do terreno (Figura 10). Um grupo de cerca de 150 policiais do Batalhão de Choque, do Regimento da Polícia Montada e da Companhia Independente de Policiamento com Cães bloquearam os acessos viários e lançaram balas de borracha, bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta[47].

---

[45] Ver: CONSÓRCIO NOVO RECIFE. Projeto Novo Recife. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YNJDBVvOp8M>. Acesso em: 20 jul. 2014.
[46] Ver: PESQUISA aponta aprovação. **Diario de Pernambuco**, Caderno Local, p. A16, Recife, 16 jun. 2014.
[47] Ver: PM cumpre mandado de reintegração de posse no Cais José Estelita. **G1 Pernambuco**, Recife, 17 jun. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/pm-cumpre-mandato-de-reintegracao-de-posse-no-cais-jose-estelita.html>. Acesso em: 19 jul. 2014.

Como resultado, seis pessoas foram detidas e três ficaram feridas (Cf. LACERDA, 2014). A reintegração de posse foi notícia em cadeia nacional de emissoras de rádio e TV[48].

Figura 10 (1) – Foto da reintegração de posse do Cais José Estelita – 17/06/2014

Fonte: Internet (https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos)

Cerca de 30 pessoas dormiam no local, incluindo cinco crianças e uma gestante. Artigo publicado no *site* da revista *Carta Capital* batizou o evento como "A batalha pelo Cais José Estelita": "A desocupação é o mais recente episódio polêmico de uma briga iniciada em 2008 e que diz respeito a um problema não só do Recife, mas de várias capitais brasileiras: a falta de diálogo e consulta popular sobre o desenvolvimento da cidade" (TRUFFI, 2014).

Na ocasião da desocupação, a advogada e professora de direito, Liana Cirne Lins, integrante do DU, afirmou que a ação representava o descumprimento de todos os acordos firmados previamente com as secretarias estaduais de Defesa Social e de Direitos Humanos e Ministério Público. Entidades como a Anistia Internacional, o próprio MPPE, UFPE, OAB-PE e Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco (Sinjope) emitiram notas de repúdio à violência

[48] Ver, por exemplo, AÇÃO de reintegração de posse termina em violência no Recife. **G1 – Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/videos/t/edicoes/v/acao-de-reintegracao-de-posse-termina-em-violencia-no-recife/3428568/>. Acesso em: 18 jun. 2014.

da desocupação. A cobertura na mídia, no entanto, não foi unânime e algumas reportagens chegaram a afirmar que a ação policial foi necessária porque os ocupantes não saíram pacificamente[49].

No dia seguinte, o MOE convocou uma coletiva de imprensa para falar sobre o ato violento de reintegração de posse. Liana Cirne Lins foi mais uma vez a porta-voz do movimento. “Fomos traídos pelas instituições do Governo do Estado que haviam se comprometido conosco. Elas mentiram e descumpriram o acordo”, voltou a disparar a advogada, acrescentando em seguida que a polícia negou o acesso ao local dos advogados populares que acompanham o MOE. No balanço apresentado, foi dito que 35 pessoas foram encaminhadas ao Instituto Médico Legal (IML) por lesões corporais e seis foram detidas durante a desocupação. Também foi denunciado o confisco de aparelhos celulares dos manifestantes contendo fotos e vídeos feitos durante a ação policial.

A transmissão ao vivo da coletiva pela internet[50] foi vista por cerca de quatro mil pessoas. Os manifestantes aproveitaram ainda a ocasião para exigir publicamente, e diante de dezenas de jornalistas, a soltura de um dos seis manifestantes detidos, conhecido como Deivisson, morador de uma comunidade vizinha, o único manifestante – não por acaso negro e pobre – que foi encaminhado a um presídio (Figura 11). Os demais foram liberados na delegacia após assinarem o termo circunstancial de ocorrência.

[49] Ver, por exemplo, CUMPRIMENTO de mandado deixa três pessoas feridas no Cais José Estelita. **Globo.tv**, NETV 1ª edição, Recife, 17 jun. 2014. Disponível em: <http://globotv.globo.com/rede-globo/netv-1a-edicao/t/edicoes/v/cumprimento-de-mandado-deixa-tres-pessoas-feridas-no-cais-jose-estelita/3426152/>. Acesso em: 18 jun. 2014.

[50] *Streaming* disponível em: <http://bambuser.com/v/4712972>. Acesso em: 18 jun. 2014.

Figura 11 (1) – Banner Soltem Deivisson, ativista preso durante reintegração de posse do Cais José Estelita

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

A ocupação, contudo, não terminaria com a reintegração de posse. Uma parte dos manifestantes passou a ocupar um espaço abaixo de uma das alças do viaduto Capitão Temudo, próximo ao local do conflito. As atividades culturais e palestras continuaram, embora em menor ritmo. No dia 5 de julho, foi realizado mais um grande evento com o *Som na Rural*, desta vez com a participação dos músicos Criolo e Lirinha e dos DJs Dolores e Renato da Mata. Criolo, inclusive, cantou a música que fez especialmente para o movimento enfocando a desocupação violenta, *Sangue no cais*[51].

Antes do show, realizado na Praça Abelardo Rijo, próxima aos armazéns, a advogada Liana Cirne falou sobre as conquistas do DU, sendo bastante aplaudida pelo público presente, estimado em cerca de cinco mil pessoas. O discurso, uma espécie de balanço das ações do grupo, foi registrado em vídeo dividido em duas partes e postado no Facebook pela equipe de

[51] Ver: OCUPE Estelita. Criolo Ocupa Estelita – Sangue no Cais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GQ8xl_BGSWQ>. Acesso em: 12 jul. 2014.

comunicação do Ocupe Estelita[52]. A transcrição completa consta no Anexo F. Abaixo, alguns trechos do discurso:

> Nós conseguimos impedir a execução dos viadutos da Agamenon, que ia ser um caos para a cidade. Nós conseguimos preservar o Clube Líbano. Nós estamos lutando pela preservação da memória do Edifício Caiçara. Nós conseguimos fazer um pedido de tombamento da Fábrica da Torre, que está impedindo projetos do mesmo tipo que esse contra o qual estamos lutando, na área da Torre. Nós fizemos uma representação ao Ministério Público que motivou a formulação do plano urbanístico para a Zona Especial de Patrimônio Histórico da Boa Vista, a ZEP Boa Vista. (...) Nós propusemos a ação popular que impediu que o projeto Novo Recife fosse aprovado, lá no CDU em 2012, e nos desse a oportunidade para nós estarmos aqui hoje. (...) Nós conseguimos colocar em um mês de ocupação do Cais José Estelita, ocupação lá dentro, conseguimos colocar mais de 20 mil pessoas, felizes, fruindo arte, vivendo a cidade. (...) apanhamos com cassetetes, com bala de borracha, nós levamos chicotadas, levamos bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta. E nós resistimos. (...) Nós mudamos essa cidade porque nós estabelecemos uma vivência democrática de verdade. (...) E isso que nós construímos é um caminho sem volta. Ocupe Estelita!

A ocupação só terminaria, de fato, no dia 10 de julho, após 50 dias de acampamento. Os ativistas alegaram temer atos de violência durante a noite. Naquele momento, havia três barracas com no máximo oito pessoas dormindo no local. “Estamos deixando de dormir na ocupação, não é uma desmobilização. Grupos de apoio ao Projeto Novo Recife e grupos de incitação à violência estão fazendo apologia à violência física e à agressão moral aos ocupantes”, disse na ocasião a advogada Liana Cirne (Cf. BALBINO, 2014). O acampamento foi então desmontado, mas a organização do MOE prometeu manter as ações culturais e palestras durante o dia. Poucos dias depois, no entanto, a desmobilização estaria completa.

No dia 17 de julho, a Prefeitura do Recife realizou uma audiência pública para apresentar uma lista de sugestões para o redesenho do projeto Novo Recife. Ao todo foram apresentadas oito premissas – entre elas, o escalonamento da altura dos prédios de modo a não prejudicar a paisagem do bairro; integração com as áreas do entorno; prioridade para os

[52] Primeira parte do vídeo disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?v=10204181884283122&set=vb.1107067015&type=2&theater>. Segunda parte do vídeo disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?v=10204195933074333&set=o.233491833415070&type=2&theater>. Acesso em: 14 jul. 2014.

pedestres; e implementação de habitações de interesse social[53]. A consulta ficou aberta a contribuições da sociedade civil e, posteriormente, essas diretrizes foram entregues pela Prefeitura ao Consórcio Novo Recife.

No dia 31 de julho de 2014, o DU divulgou um documento criticando as sugestões colocadas pela Prefeitura e apresentando suas propostas de diretrizes para o Cais José Estelita. O documento contém quatro eixos: Espaços Públicos, Mobilidade, Inclusão Sócio-Espacial e Patrimônio e Paisagem. Os autores defendem, entre outras coisas, que "O espaço público deve ser tratado de forma a promover a adequada transição entre espaço privado, o espaço de acesso público e áreas públicas". A ideia é "criar lugares de encontro e permanência, e não apenas de passagem. Lugares que toda a população possa apreciar e adotar, que sejam acessíveis, agradáveis, acolhedores e versáteis".

Em relação à mobilidade, os autores da proposta pedem a conexão da área com modais mais sustentáveis e inclusivos, como metrô e ciclovia, reduzindo o espaço para os automóveis. A proposta contempla ainda habitação de interesse social, incentivo ao comércio de bairro e plano para o comércio ambulante, além da preservação dos armazéns de açúcar, casas, tonéis e outras estruturas remanescentes da atividade ferroviária. Esse e outros documentos com propostas alternativas para a área estão disponíveis no *site* do MOE[54].

O redesenho do projeto foi finalmente apresentado pela Prefeitura à população em audiência pública realizada em novembro de 2014, envolvendo mais uma polêmica. A primeira audiência, marcada para o dia 6 de novembro, foi suspensa pela Justiça porque a gestão municipal não respeitou o tempo mínimo de 15 dias, previsto em lei, entre a convocação e o evento, sendo que um dia antes o novo plano já havia sido apresentado à

[53] Ver: VIEIRA, Felipe. Diretrizes para o Novo Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, Caderno Cidades, p. 1, 18 jul. 2014.
[54] http://www.ocupeestelita.com.br/estudos-2/.

imprensa com exclusividade. Uma nova audiência foi convocada, seguindo os trâmites legais, para o dia 27 de novembro e foi marcada por vaias e bate-bocas[55].

Segundo a Prefeitura, o redesenho do projeto incorporou as diretrizes elaboradas a partir de cerca de 300 sugestões enviadas pela sociedade durante a consulta pública. Os técnicos do consórcio argumentaram que o novo plano reserva 65% da área para uso público, enquanto a legislação determina um mínimo de 35%. Houve uma ampliação no Parque das Cinco Pontas, com demolição do Viaduto do Forte das Cinco Pontas, além da construção de um café, livraria e centro de artesanato nas três casas existentes no terreno. Os antigos tanques de melaço, de acordo com as empresas, serão transformados em uma biblioteca e um espaço cultural, enquanto que a oficina eletrotécnica seria transformada em anfiteatro. Juntas, essas medidas mitigatórias representariam um custo de R$ 62,75 milhões.

Figura 12 (1) – Projeto Novo Recife - Redesenho

Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife

Representantes do DU que assistiram à apresentação afirmaram que o redesenho "não contempla as reivindicações da população em termos de urbanismo" e voltaram a pedir mais

[55] Ver: AUDIÊNCIA pública do projeto Novo Recife começa com vaias e bate-boca. **G1 Pernambuco**, Recife, 27 nov. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/11/comeca-audiencia-publica-para-apresentar-redesenho-do-novo-recife.html>. Acesso em: 27 nov. 2014.

participação popular. Para eles, a questão da habitação e a revitalização do centro histórico ainda precisariam ser abordadas com uma maior clareza. O projeto, no entanto, só começará a sair do papel depois que o Consórcio Novo Recife enviar à Prefeitura um projeto formal, que será analisado e, se aprovado, o poder público municipal elaborará um projeto de lei com o Plano Específico de Ocupação da área do Cais José Estelita, Cais de Santa Rita e Cabanga. Este projeto de lei precisará ser discutido no âmbito do ConCidade e depois passar pelo crivo da Câmara dos Vereadores. Até janeiro de 2015, nada disso tinha ocorrido ainda.

Entre a audiência que foi cancelada e aquela que seria efetivamente realizada para apresentação do redesenho do projeto Novo Recife, os coletivos e entidades que compõem o MOE organizaram mais um ocupe, desta vez no dia 16 de novembro de 2014, em frente aos armazéns. Com o mote “Nossos ideais cabem no cais”, o evento reuniu cerca de seis mil pessoas, segundo os organizadores, e contou com shows musicais com mais de dez bandas, Ocupinho, rodas de conversa, exposições, oficinas, debates, recitais, entre outras atividades.

Figura 13 (1) – Banner #OcupeEstelita – Nossos ideais cabem no cais – 16/11/2014

Fonte: Movimento Ocupe Estelita (http://www.ocupeestelita.com.br)

Uma das principais atrações deste “Ocupão” foi a ilustre presença do geógrafo britânico David Harvey (na Figura 14, de camisa vermelha), que estava no Recife para, no dia seguinte, participar da conferência de lançamento de sua obra *Para entender o capital: Livros II e III*. Harvey foi um dos intelectuais que apoiou o Ocupe Wall Street em Nova York. Na visita ao Cais, ele elogiou o movimento que, na sua opinião, pratica “o direito à cidade” [56].

Figura 14 (1) – Foto do #OcupeEstelita com David Harvey – 16/11/2014

Fonte: Internet (http://www.ocupeestelita.com.br)

Cabe explicar, ainda que rapidamente, como esses eventos do #OcupeEstelita são financiados. Em primeiro lugar, as atividades (música, oficinas, exposições, recitais etc.) são feitas de forma voluntária. Artistas como Otto, Criolo, Lirinha e Karina Buhr se apresentaram sem a cobrança de cachê, por exemplo. Em segundo lugar, são feitas “vaquinhas” para cobrir despesas com aluguel de gerador e som, gráfica para lambe-lambe e panfletos, toldos, tintas, confecção de faixas, cartazes, entre outros itens.

O método de arrecadação das doações também costuma ser virtual, como no caso da “vaquinha” realizada para cobrir os custos desse #OcupeEstelita de 16 de novembro de 2014

[56] Ver: TEMOS que nos tornar anticapitalistas, diz David Harvey no Ocupe Estelita. **Carta Capital,** São Paulo, 24 nov. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/temos-que-nos-tornar-anti-capitalistas-diz-david-harvey-no-ocupe-estelita-9906.html>. Acesso em: 25 nov. 2014.

(Figura 15), envolvendo uma ampla divulgação na rede. Em quase um mês (entre os dias 20/10 e 17/11), foram arrecadados R$ 1.690[57].

Figura 15 (1) – Banner da vaquinha virtual para financiamento do #OcupeEstelita de 16 nov. 2014

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita)

Observa-se que, apesar de possuir um escopo maior do que a luta contra o projeto Novo Recife (tombamento do Edifício Caiçara e da Fábrica da Torre, preservação do Clube Líbano e do bairro da Boa Vista etc.) ela é bastante importante para o DU. É o assunto que mais frequenta as discussões na comunidade on-line e o que mais provoca debates acalorados, e isso foi constatado durante a pesquisa de campo. É também o assunto que mobiliza o maior número de participantes nos eventos off-line. Tornou-se uma espécie de símbolo para o grupo.

Nos dois próximos capítulos, de cunho teórico, partiremos em busca de respostas para esse fenômeno de movimentos sociais que se organizam e se mobilizam a partir das redes sociais da internet, como o DU. Nosso objetivo é investigar quais os limites e possibilidades

[57] Ver *OcupeEstelita – Recife rebelde*. Disponível em http://www10.vakinha.com.br/VaquinhaE.aspx?e=309149. Acesso em: 17 nov. 2014.

das trocas interacionais e comunicacionais que ocorrem nas comunidades on-line abrigadas nesses ambientes, considerando que são trocadas mediadas pela tecnologia. Temos em mente que esses movimentos só se viabilizam em um *site* de redes sociais como o Facebook porque ele propicia duas experiências distintas – a de rede e a de comunidade – e que precisam ser compreendidos em suas dimensões on e off-line.

Abordaremos, primeiramente, a experiência de rede. O que seria essa experiência? Desde sua gênese, o tradicional conceito de redes sociais traz embutida uma noção individualista e estratégica das relações sociais. Apesar do fato de muitos grupos, entre eles o DU, estarem conseguindo se organizar e se mobilizar através de *sites* de redes sociais como o Facebook, esse é um dos aspectos que pode limitar e impactar negativamente as trocas interacionais e comunicativas que ocorrem nesses ambientes. Falaremos sobre o surgimento do conceito, teoria e métodos e como esses elementos se articulam em relação às redes sociais da internet e ao novo espaço de conversação e trocas proporcionado pelo Facebook. Fechamos o capítulo contrapondo a ideia de individualismo em rede, lançada por autores como Barry Wellman e Manuel Castells, à ideia de que o individualismo estaria em declínio nas sociedades de massa defendida por Michel Maffesoli. Esse fenômeno é o que pode estar abrindo brechas para que movimentos como o DU sejam bem-sucedidos dentro e fora da internet, reduzindo os impactos negativos da racionalidade estratégica subjacente à experiência de rede e potencializando a experiência comunitária.

2 A rede social como lugar do individualismo e da racionalidade estratégica

Neste capítulo procurarei desenvolver o argumento de que o individualismo e a racionalidade estratégica já estavam presentes na gênese do conceito de rede social, conceito este que recebeu contribuições de alguns dos fundadores da disciplina sociologia e teve suas bases teóricas lançadas por Georg Simmel. Isso ganha relevância na medida em que a rede social (ou individualismo em rede) passa a ser considerada a configuração dominante das relações sociais contemporâneas, sustentada por novos padrões de urbanização e racionalizada pela crise de legitimidade política que induz o indivíduo a se retirar da esfera pública, por causa do crescente distanciamento entre o cidadão e o Estado (CASTELLS, 2003, p. 108).

Paradoxalmente, essa mesma configuração é o que vem conseguindo reunir milhares de pessoas em torno do político, de uma causa comum, como é o caso do recente fenômeno de movimentos urbanos fortemente articulados através das redes sociais da internet, contexto no qual está inserido o *Direitos Urbanos | Recife*, cujo grupo no Facebook é objeto empírico deste trabalho. É paradoxal porque o individualismo e a racionalidade estratégica afetam diretamente a comunicação, que é a base dos *sites* de redes sociais (RECUERO, 2010), pois exclui – ou deixa de considerar – as necessidades e desejos do outro. Apesar disso, nas redes sociais da internet, as pessoas parecem estar conseguindo se comunicar e buscando se entender sobre algo, indo além da simples troca de informações por mero interesse individual.

A observação desse fenômeno só se torna possível quando compreendemos que o Facebook nos oferece dois tipos de experiência distintos: a experiência de rede (conectar e desconectar) e a experiência de comunidade. Na experiência de rede, as relações são egocentradas, focadas no aumento estratégico do número de “amigos” e na visibilidade e

influência que o indivíduo pode alcançar. O privado se torna público, embora pouco ou nada interesse ao público. Na experiência de comunidade – presente, por exemplo, nos grupos de discussão –, as relações seguiriam uma lógica racional menos estratégica e mais comunicativa, significando uma brecha que inspira resistência à dominação do sistema, seja social, político, econômico ou tecnológico.

Estaríamos passando por um período paradoxal, de convivência entre a racionalidade estratégica e uma abertura para uma racionalidade mais comunicativa, como nos termos colocados por Jürgen Habermas (2011; 2012a; 2012b). Assumirmos essa convivência ambígua implica assumirmos também, ao contrário de Manuel Castells e Barry Wellman, que a rede social ou individualismo em rede não é a configuração dominante das relações sociais contemporâneas. Relações terciárias (CASTELLS, 2003) ou redes egocentradas (WELLMAN, 2001a) convivem agora com um novo tipo de sociabilidade, calcada na empatia e na solidariedade, nas pulsões gregárias e no prazer de estar junto, na proxemia e no sentimento de pertença que é reafirmado pelo desenvolvimento tecnológico, como propõe Michel Maffesoli (1996; 2006).

São inferências como essas que norteiam, do ponto de vista teórico, o problema de pesquisa aqui proposto: quais as possibilidades e limites das trocas interacionais e comunicacionais que ocorrem nas comunidades on-line, considerando que são trocas mediadas pela tecnologia? Haveria, nessas interações que se desenvolvem em um ambiente que é essencialmente técnico, uma predominância da racionalidade estratégica ou haveria abertura para uma racionalidade mais comunicativa? Ora, contrariamente à comunicação tradicional, a comunicação na cibercultura nos impõe cada vez mais simultaneidade, atualização constante e velocidade. Somos, a todo momento, manipulados e controlados pelos artefatos tecnológicos.

Para ajudar no entendimento desse problema, pretendemos, neste capítulo, explorar a experiência do Facebook como uma experiência de rede, propondo-nos a: i. buscar a origem do conceito de redes sociais, passando pelos conceitos de comunidade e sociedade em Ferdinand Tönnies e pela distinção entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica feita por Émile Durkheim, no intuito de demonstrar que a ideia rede é portadora de uma racionalidade estratégica; ii. explorar o desenvolvimento da abordagem teórico-metodológica que ficou conhecida como Análise de Redes Sociais (ARS), a partir das ideias de Georg Simmel; iii. analisar o que mudou nas relações humanas com o advento da internet, implicando o uso de *softwares* de redes sociais como um fenômeno massivo e global; e iv. contrapor as ideias de Castells e Wellman de que redes sociais egocêntricas dominam as relações sociais contemporâneas ao conceito de tribos urbanas desenvolvido por Michel Maffesoli, fenômeno que segundo o autor estaria sendo impulsionado por um declínio do individualismo nas sociedades contemporâneas.

2.1 Redes sociais: conceito, teoria e métodos

Como já vimos, a comunidade on-line do grupo *Direitos Urbanos | Recife* está abrigada no *site* de rede social Facebook. Desta forma, está sujeita tanto à lógica comunitária quanto à lógica de rede, que é individualista e instrumental, sendo regida pelas atividades de conectar e desconectar. Para entendermos melhor essa lógica, faz-se necessário resgatarmos o tradicional conceito de rede social, cujos estudos foram iniciados por matemáticos e posteriormente adotados pela sociologia. O surgimento desse conceito, portanto, segue duas tradições distintas.

2.1.1 O surgimento do conceito de rede social

Ao contrário do que muitos “nativos digitais” possam pensar, o conceito de rede social não é algo novo. Como semente de uma abordagem científica, a metáfora da rede teria sido utilizada pela primeira vez pelo matemático Leonard Euler (MERCKLÉ, 2004; BARABÁSI, 2009; RECUERO, 2010). Em 1736, Euler publicou um artigo sobre o enigma das pontes de Königsberg, cidade da antiga Prússia localizada em meio a ilhas no centro do Rio Pregolya. A diversão dos habitantes era tentar atravessar a cidade cruzando cada uma das sete pontes apenas uma vez. As sete pontes originais estão representadas na Figura 16.

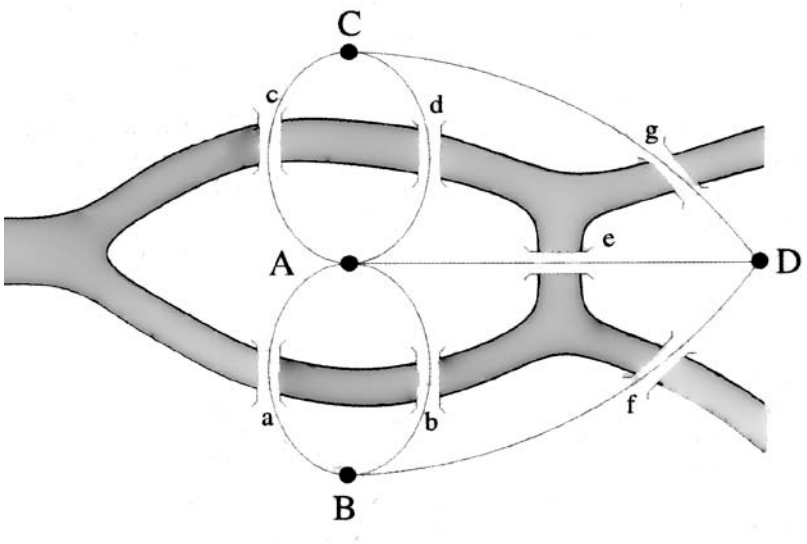


Figura 16 (1) – Pontes de Königsberg, leiaute antes de 1875

Fonte: BARABÁSI, 2009, p. 10

Em seu estudo, Euler demonstrou que esse feito – atravessar a cidade cruzando cada uma das sete pontes apenas uma vez – era impossível. Para provar sua tese, ele substituiu as quatro porções terrestres (A, B, C e D) por nós e cada uma das sete pontes (a, b, c, d, e, f e g) por *links*, obtendo um grafo formado por quatro nós e sete *links*. A partir desse grafo (figura

que representa uma rede, cuja metáfora é utilizada no estudo de diversos sistemas, desde rotas de voo e seus respectivos aeroportos a interações entre indivíduos), Euler provou a inexistência da rota buscada pelos moradores de Königsberg (BARABÁSI, 2009, p. 10). Esse caminho não poderia existir em um grafo que tivesse mais de dois nós com um número ímpar de *links* e o grafo de Königsberg tinha quatro desses nós (A, B, C e D).

Com essa demonstração, Euler criaria o primeiro teorema da *teoria dos grafos* (RECUERO, 2010, p. 19). Segundo Barabási (2009, p. 11), a população de Königsberg concordou com a teoria euleriana, desistindo das tentativas infrutíferas de atravessar a cidade cruzando cada uma das sete pontes apenas uma vez. Curiosamente, em 1875, foi construída uma oitava ponte, ligando B e C, facilitando assim o encontro do caminho desejado.

> a mensagem involuntária de Euler é muito simples: grafos ou redes possuem propriedades, ocultas em sua construção, que limitam ou intensificam nossa capacidade de lidar com eles. Por mais de dois séculos, o *layout* do grafo de Königsberg limitou a capacidade de seus cidadãos resolverem o problema de seus cafés. Contudo, numa mudança de *layout*, a adição de apenas um *link* extra, repentinamente eliminou essa restrição. (BARABÁSI, 2009, p. 11).

Assim, os estudos de redes foram iniciados principalmente por matemáticos, mas depois foram adotados por diversos ramos das ciências sociais (RECUERO, 2010, p. 18). A proposta do que hoje é referenciada como Análise Estrutural de Redes Sociais, ou simplesmente Análise de Redes Sociais (ARS), é perceber os grupos de indivíduos conectados e, a partir de grafos, extrair propriedades estruturais e funcionais do campo empírico. Como a ideia é estrutural, a ARS traz subjacente uma racionalidade sistêmica que vai além dos agrupamentos humanos, podendo tomar qualquer sistema (malhas aéreas, ferrovias, telefonia, redes neurais, insetos, epidemias etc.) como objeto de estudo. A sobrevivência desses sistemas está atrelada ao atendimento de certas condições estruturais, assim como suas propriedades podem limitar ou intensificar nossa capacidade de lidar com eles, como apontou Barabási (2009, p. 11).

Trazendo a discussão para o campo das ciências sociais, é importante dizer que a ideia de que os indivíduos estão ligados uns aos outros por laços invisíveis (isto é, arestas ou conexões) já estava presente nos primórdios da sociologia (Cf. FREEMAN, 2004) e nos parece útil traçar um histórico da formação do conceito de redes sociais até chegarmos às redes sociais da internet e, consequentemente, ao nosso objeto empírico, que é o DU.

Percebemos uma ligação fundamental entre o início dos estudos sociológicos sobre os efeitos da Revolução Industrial do século XVIII, que marcou, entre outras coisas, o declínio das sociedades arcaicas, e o surgimento de um embrião do que seria, mais tarde, forjado como conceito de rede social, um arranjo social típico (ainda que não exclusivo) de sociedades complexas, baseadas na racionalidade.

Há toda uma literatura que aponta a Revolução Industrial como responsável pelo fim das comunidades. A discussão teria sido iniciada em Ferdinand Tönnies ([1887] 2001, p. 257), para quem a comunidade (*Gemeinschaft*) seria caracterizada pelo entendimento tácito (possibilitado pela linguagem, na forma de gestos e sons), pelo costume e pela religião. Significaria uma "vida genuína, duradoura, de união". O sentido de unidade, nesse tipo de agrupamento, seria mantido mesmo quando as pessoas estão separadas. Sua unidade primal é a "comunidade pelo *sangue*", que também se desenvolve em uma "comunidade de *lugar*", isto é, aquela formada por pessoas que vivem fisicamente próximas uma das outras, que por sua vez pode se desenvolver em uma "comunidade de *espírito*", de pessoas que trabalham juntas pelo bem comum. Dessa forma, os três tipos originais de comunidade seriam o parentesco, a vizinhança e a amizade/camaradagem (TÖNNIES, [1887] 2001, p. 27-28). Todas indicando um sentido de pertencimento.

Para além desses grupos, Tönnies admite que os pequenos aglomerados urbanos, mais pelo espírito comum do que pelos interesses naturais compartilhados, também podiam ser chamados de comunidades. Principalmente pela emergência, nesses lugares e à época do

autor, de certas instituições, como uniões de artesãos, guildas ou corporações e as congregações religiosas. Em todas essas formações, baseadas em uma cultura homogênea, haveria um forte sentimento de pertencimento e compromisso mútuo.

Para Tönnies, crítico ferrenho da industrialização, uma organização em larga escala, como a grande cidade, Estado ou nação, não deveria ser chamada de comunidade, mas de sociedade (*Gesellschaft*), posto que esta organização, ao contrário da comunidade deixada para trás, seria fundada em convenções, na política e na opinião pública (TÖNNIES, [1887] 2001, p. 257). As relações são impessoais, baseadas nos interesses particulares, nas trocas monetárias, no mercado competitivo.

Essa teoria tem como ponto de partida um grupo de pessoas que, como na *Gemeinschaft*, vivem pacificamente umas ao lado das outras, mas sem estarem essencialmente unidas – pelo contrário, estão essencialmente separadas. “Na *Gemeinschaft* elas permanecem juntas a despeito de tudo que as separa; na *Gesellschaft* elas permanecem separadas a despeito de tudo que as une” (TÖNNIES, [1887] 2001, p. 52). Surge, aí, uma importante dicotomia: comunidade/sociedade (*Gemeinschaft/Gesellschaft*), conceitos supostamente opostos e, para Tönnies, referentes a períodos históricos *subsequentes*.

Poucos anos depois, Émile Durkheim ([1893] 1995) desenvolveria uma diferenciação particular entre sociedades simples (“primitivas” ou “arcaicas”) e sociedades industriais (“modernas” ou “complexas”), onde a coesão social seria determinada pelo *grau de consenso* produzido entre os indivíduos, chamado de *solidariedade*. A *solidariedade mecânica* seria característica dos agrupamentos humanos de tipo tribal formado por clãs, onde os indivíduos compartilhavam os mesmos valores sociais (tanto crenças religiosas e quanto interesses materiais) que asseguravam a coesão social e, portanto, o consenso.

Já na *solidariedade orgânica*, típica das sociedades industriais, os indivíduos não compartilhariam dos mesmos valores e crenças, isto é, existiria uma diferenciação e maior

consciência social. Neste caso, o que garantiria a coesão social seriam os códigos e regras de conduta (leis), não mais do tipo punitivo como na solidariedade mecânica, mas do tipo restitutivo. Essa noção durkheimiana de solidariedade orgânica se mostra próxima da ideia de sociedade (*Gesellschaft*) desenvolvida por Tönnies.

Tanto o entendimento tácito em Tönnies quanto o consenso em Durkheim não seriam mais possíveis com o advento da modernidade, época marcada pelo crescimento do individualismo como parte da nova dinâmica social. Simmel, contemporâneo dos dois autores, revelou-se um atento observador dessa transição. Para ele ([1896] 1998a), a época moderna teria possibilitado a liberdade individual (ainda que não absoluta), mas deu um caráter objetivado aos conteúdos práticos (os interesses, as finalidades) da vida, impondo o domínio das coisas sobre os seres humanos. Para Simmel ([1900] 1998b), e também para Durkheim, a diferenciação dos fatores subjetivos e objetivos estaria relacionada à divisão do trabalho, tanto no âmbito da produção quanto do consumo.

Simmel ([1903] 1979) afirma que o ritmo frenético da vida econômica, ocupacional e social na modernidade teria tornado as relações mais impessoais, racionais, modificando as formas de socialização. O século XVIII trouxe a promessa de liberdade e igualdade para os seres humanos, mas também exigiu a especialização do seu trabalho, para que se tornasse incomparável a outros e indispensável, e ao mesmo tempo dependente de todos os outros. Segundo o autor ([1903] 1979, p. 11), os problemas da vida moderna têm início quando o indivíduo começa a reivindicar a preservação de sua autonomia e individualidade, passando a resistir ao nivelamento e à uniformização de um mecanismo sociotecnológico.

A esse respeito, Bauman (2003, p. 20-21) observa que o crescente grau de diferenciação social dissolveu a homogeneidade das comunidades tradicionais. O que antes só poderia ser obtido através da comunidade, passou a ser obtido por conta própria. Para o autor, "'Identidade' significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a

procura da identidade não pode deixar de dividir e separar". Segundo Bauman, a individualização fez com que os seres humanos trocassem a *segurança* da comunidade pela *liberdade* que, ao mesmo tempo em que tinha sua face emancipatória, era também coercitiva.

O avanço dos meios de transporte e de comunicação também teria rompido a homogeneidade até então existente nos agrupamentos humanos, e as trocas mútuas internas passaram a ter menos peso do que aquelas que se começou a ter com o mundo exterior. Essa "fissura" nos muros da comunidade teria ocorrido, primeiramente, com o ir e vir dos mensageiros, os "portadores de informação" (BAUMAN, 2003, p. 18-19).

Obviamente, como assinala Bauman (2003, p. 10-11), a tensão entre comunidade e individualidade "provavelmente nunca será resolvida e assim continuará por muito tempo". Para este autor, essa tensão reside na necessidade de escolha entre a segurança, representada pela comunidade, e a liberdade, representada pela individualidade, não sendo possível vivenciar plenamente as duas coisas. Comunidade, aqui, é tradada como um tipo ideal. Para Bauman, se o indivíduo nasce em uma comunidade, essa comunidade precede o indivíduo.

O importante, contudo, é compreendermos que uma forma não substituiu a outra, isto é, a *Gesellschaft* não substituiu a *Gemeinschaft*, como foi assumido pela sociologia clássica. Cada tipo de sociabilidade geraria um padrão particular de vínculo social – e este é um dos pontos centrais deste trabalho. Como nos explica Fontes:

> Sociabilidades encontradas no mundo da vida, em círculos sociais predominantemente compostos por laços fortes, não são exclusivas de sociedades tradicionais, menos complexas. As sociedades modernas, com maior diferenciação social, certamente apresentam campos de sociabilidades orientadas para o que os clássicos apontavam como *gesellschaft*; mas esta é a forma dominante, não exclusiva. (FONTES, 2012, p. 140)

Neste sentido, Wellman e Gulia (1999) traçam uma linha histórica das abordagens sociológicas relacionadas, primeiro, ao desaparecimento, depois à persistência da comunidade. Durante mais de um século, a sociologia se preocupou em mostrar como as

mudanças tecnológicas (juntamente com a burocracia, a industrialização e o capitalismo) tinham afetado a comunidade: 1) causando seu desmoronamento; 2) fazendo com que pequenas vilas perseverassem abrigadas da sociedade de massa; e 3) libertando-a do fecho de grupos solidários tradicionais.

Até a década de 1950, temia-se que a rápida modernização significasse a perda da comunidade, deixando as relações mais transitórias, desconectadas e com menos capacidade de garantir apoio a seus membros. “Desde então, técnicas mais sistemáticas de etnografia e pesquisa têm demonstrado a persistência da comunidade em vizinhanças e grupos de parentesco” (WELLMAN & GULIA, 1999, p. 169). A ênfase na localidade comum (isto é, o determinismo espacial) e, em menor medida, a ênfase na solidariedade, encorajavam a identificação de comunidade com vizinhança (WELLMAN & LEIGHTON, 1979, p. 365).

Mais recentemente, a sociologia descobriu que a vizinhança e os laços de parentesco são apenas *uma parte* da totalidade das redes comunitárias das pessoas, já que carros, aviões e telefones possibilitaram a manutenção de relacionamentos a longas distâncias (WELLMAN & GULIA, 1999). Percebeu-se, assim, que as comunidades podem ser formadas por parentes, amigos e colegas de trabalho que não precisam, necessariamente, compartilhar a mesma vizinhança, uma vez que território possui uma dimensão tanto material quanto simbólica (HAESBEART, 2007). Território seria o espaço que é socialmente apropriado e a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção de territórios e territorialidades – ou multiterritorialidades, como prefere Haesbeart (2007) ao introduzir uma alternativa conceitual ao que muitos chamam de “desterritorialização”.

Essa revolução conceitual permitiu definir comunidade não mais como algo relacionado exclusivamente ao espaço/vizinhança, mas em termos de redes sociais (WELLMAN & GULIA, 1999). Por isso, defendem Wellman e Leighton (1979, p. 367), a perspectiva de análise de rede seria mais apropriada para responder à questão da comunidade

em estudos urbanos do que o tradicional foco na vizinhança. A análise de rede de comunidade toma como ponto de partida a busca por vínculos sociais e fluxos de recursos e pode nos mostrar, por exemplo, que apesar de continuarem abundantes, os laços fortes, aqueles que apresentam duração no tempo, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos (GRANOVETTER, 1973), raramente estão localizados na vizinhança. Com isso, não estamos anulando o papel estruturador do território/vizinhança na construção de sociabilidades, mas admitindo uma diminuição na sua importância. Essa é uma ideia fundamental para compreendermos as redes sociais da internet.

2.1.2 As bases teóricas da Análise de Redes Sociais

Tönnies e Durkheim, entre outros, contribuíram em maior ou menor grau para a formação do conceito de redes sociais. Entretanto, as bases teóricas para o que se conhece hoje como Análise de Redes Sociais (ARS) foram postas por Georg Simmel (Cf. FREEMAN, 2004; WELLMAN, 1988; FONTES, 2012). Para este autor, a sociedade existe quando um certo número de indivíduos interage e o estudo dessas interações é ele mesmo o objeto da sociologia. É porque as pessoas interagem que existe sociação.

Para Mercklé (2004), Georg Simmel teria sido um dos precursores da teoria das redes, mas Fontes (2012) discorda, pois considera o sociólogo alemão não um precursor, mas “um autêntico *fundador* da disciplina Redes Sociais, construindo alguns conceitos e princípios metodológicos que ainda hoje são recorrentes entre os que trabalham com este campo disciplinar” (FONTES, 2012, p. 88).

Wellman (1988) observa que foi a partir da tradução do trabalho de Simmel para o inglês, no pós-guerra, que muitos pesquisadores norte-americanos puderam se familiarizar com o argumento simmeliano de que “as formas determinam seu conteúdo”. Em Simmel, as

formas são as interações sociais concretas e, os conteúdos, as pulsões, os interesses, as finalidades, tendências, desejos etc., tidas como necessidades fundamentais do ser humano.

Teria sido a partir do trabalho de Simmel que surgiu o interesse em saber, por exemplo, como o tamanho dos sistemas sociais, e os modos através dos quais os relacionamentos estão interconectados, constrangem o comportamento individual e a troca diádica. Em Simmel, o processo de sociação se dá mesmo que os indivíduos reajam às formas, mas não existe contradição entre ação e estrutura, forma e conteúdo. Uma constitui a outra, em uma relação dialética.

Como atento observador das mudanças trazidas pela modernidade, Simmel ([1903] 1979) enxergava um contraste profundo entre a vida na metrópole e aquela na cidade pequena e na vida rural, contraste este que impacta os fundamentos sensoriais da vida psíquica. Tal contraste estaria intimamente relacionado ao movimento e à velocidade, noções que vão influenciar a ideia que o autor tem de modernidade. Na pequena cidade e no campo, o ritmo de vida e daquilo que o autor chama de "conjunto sensorial de imagens mentais" flui de maneira mais lenta, de forma mais habitual e uniforme. Mais emocional, até.

Na metrópole, esse ritmo é cada vez mais frenético, de forma que nossos sentidos são impactados a todo momento, cada vez que atravessamos a rua, por exemplo. Haveria uma alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores, alteração essa que passa a fazer parte da base psicológica da individualidade metropolitana, causando o que Simmel vai chamar de atitude *blasé*, isto é, a incapacidade de reagir a novas sensações com uma energia apropriada, um "embotamento do poder de discriminar" (SIMMEL, [1903] 1979, p. 16). Na metrópole, significados e valores deixam de ser diferenciados e o indivíduo passa a reagir sempre com a cabeça, pouco com o coração. Mais razão, menos emoção. Em Simmel, o sujeito metropolitano é, portanto, caracterizado por uma personalidade intelectualizada e

calculista, revelando uma prevalência do intelecto sobre as emoções e, a metrópole, o lugar próprio da atitude racionalista ou *blasé*, aqui configurada como um mecanismo de defesa.

O movimento e a velocidade seriam, para Simmel, a fonte fisiológica da atitude *blasé*. A outra fonte seria a economia do dinheiro, que deixou a mente moderna mais calculista, reduzindo os valores qualitativos a quantitativos, pois "A técnica da vida metropolitana exige pontualidade, integração de atividades e relações mútuas em um calendário estável e impessoal" (SIMMEL, [1903] 1979, p. 15). Passamos a viver de forma reservada, desconfiada, o que "nos faz parecer frios e desalmados". Segundo Simmel, seria a antipatia, a aversão burguesa ao outro, numa atitude de estranheza e repulsão mútuas (dissociação), que nos protegeria dos "perigos" da metrópole. Nas grandes cidades, os contatos inter-humanos seriam breves e escassos, pois o "espírito objetivo" estaria sempre se sobrepondo ao "espírito subjetivo" (SIMMEL, [1903] 1979, p. 23). Ideias como essas nos levam a inferir que, se antes (em Durkheim, por exemplo) a racionalidade era algo externo ao indivíduo, em Simmel essa mesma racionalidade pode estar *dentro* do indivíduo.

Interessante notar uma aproximação entre Simmel e Elias (1994b) quando este último fala em *sociogênese*, relacionada aos processos de mudança nas relações sociais, e *psicogênese*, que seriam as transformações do comportamento humano e da estrutura psíquica humana. Apesar de aparecerem como conceitos separados, eles estariam inter-relacionados e como tal precisam ser compreendidos. Na medida em que as sociedades foram ficando cada vez mais complexas, as pessoas foram sendo compelidas a regular sua conduta de maneira cada vez mais estável, diferenciada e reflexiva. O controle social se tornou mais profundamente entranhado na estrutura psíquica humana, sendo absorvido como uma função autônoma da consciência das pessoas (HUGUES, 1998). Desse modo, Elias argumenta que o processo de sociogênese e a psicogênese estão fundamentalmente relacionados.

Enquanto a sociogênese (Elias) ou a cultura objetiva (Simmel) se desenvolve, “os indivíduos se tornam, paradoxalmente, cada vez mais pobres e pouco cultivados” (SOUZA, 1998, p. 14)[58]. A separação entre as culturas subjetiva e objetiva seria, para Simmel, o fenômeno mais geral e característico da modernidade ocidental – uma fatalidade, ou tragédia, resultante da própria lógica interna do ser humano (Cf. SOUZA, 1998, p. 9-10). O domínio das coisas sobre as pessoas já havia sido apontado por Karl Marx, com a ideia de fetichismo, e por Max Weber em seu conceito de racionalidade orientada por valores e por fins. Simmel inova ao analisar os fatores estruturais e relacioná-los à vida cotidiana.

Seguindo esse raciocínio, a economia do dinheiro (SIMMEL, [1896] 1998a) teria substituído as antigas comunidades, como as corporações de tecelões (que integravam o ser humano por inteiro, desde os aspectos técnicos, sociais, religiosos, políticos etc.), por associações de caráter puramente técnico. Significa dizer que, nesta nova dinâmica, podemos entrar e sair de grupos sem nada perder de nossa personalidade, pois não haveria um envolvimento pleno como havia na corporação medieval. A relação é de impessoalidade, anonimidade, individualismo e independência.

Simmel (1964) nos chama a atenção, ainda, para a possibilidade de pertencimento simultâneo a múltiplos agrupamentos, ainda que fluidos, momentâneos, que envolvem o ser humano numa teia de relações mútuas e dinâmicas – fenômeno chamado de *interseção dos círculos sociais* ou, na teoria das redes, de multiplexidade. Tal experiência enriqueceria as vidas individuais e aproximaria, na mesma extensão, os ideais de individualismo e coletivismo. Essa multiplicação de vínculos e relações seria, então, uma espécie de pré-condição para o surgimento da noção de indivíduo e, consequentemente, da ideia de que “o indivíduo pode possuir uma identidade própria, apartada da social” (SOUZA, 1998, p. 11).

58 Numa nota de rodapé, Souza (1998) fala de uma aproximação entre essa ideia simmeliana e a tese de “fragmentação do mundo vivo”, de Jürgen Habermas, como uma das patologias do mundo moderno.

2.1.3 Simmel e a ideia de círculos sociais

Simmel (1964) utiliza a palavra *círculo* como sinônimo de *grupo*, em uma analogia geométrica[59]. Para este autor, o círculo social original é a família, formada por indivíduos que acidentalmente nasceram próximos. Além do parentesco, a vizinhança também seria determinada por critérios primários – no caso, proximidade geográfica. Posteriormente, cada indivíduo estabeleceria para si contatos com pessoas que estão fora destes dois círculos primários (família e vizinhança), porém relacionadas em virtude de uma similaridade de talentos, inclinações, atividades, interesses etc. Assim, formam-se grupos secundários baseados na racionalidade, determinados por um propósito (SIMMEL, 1964, p. 128), fenômeno característico de sociedades cada vez mais complexas.

A coesão desses grupos, portanto, deixa de depender de fatores geográficos e de parentesco, e esses fatores são cada vez menos significativos quanto maior o desenvolvimento da sociedade. Simmel vai chamar esses círculos sociais secundários de "comunidades de interesse" ou "associações voluntárias", substituindo o conceito de sociedade (*Gesellschaft*) pelo de sociação (*Vergesellschaftung*). Vamos procurar entender o por que desta substituição.

Para Simmel ([1917] 2006, p. 15), sociedade é um conceito abstrato que significa "interação psíquica entre os indivíduos". Interação esta que tem origem em impulsos e finalidades as mais diversas, tais como

> Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade – mais exatamente, uma "sociedade". (SIMMEL, [1917] 2006, p. 59-60)

[59] Conforme Reinhard Bendix, tradutor do texto "Die Kreuzung sozialer Kreise" para o inglês, explica em nota.

Essas interações entre indivíduos podem ser duradouras, isto é, aquelas que já foram objetivadas em formas/unidades caracterizadas como Estado, família, corporações, igrejas, classes, associações etc., ou transitórias/fluidas/momentâneas, aparecendo em casos isolados, conscientes ou inconscientes, consequentes ou inconsequentes. A sociedade teria, para Simmel, um caráter funcional, no qual os indivíduos exercem influência e são influenciados ao mesmo tempo, isto é, a sociedade seria feita de relações mútuas e dinâmicas (uma das ideias-chave da abordagem de redes). Por isso, Simmel prefere falar em *sociação*, ao invés de sociedade. *Sociedade* seria apenas um nome para um círculo de indivíduos ligados e determinados mutuamente, enquanto que *sociação* seria

> a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses, sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, casuais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana. (SIMMEL, [1917] 2006, p. 60-61)

Para Simmel, portanto, a vivência interativa com outros indivíduos – objeto da sociologia – é o que determina o ser humano. É neste sentido que "a sociedade é concebida como a interação entre indivíduos" ou como uma "ação recíproca entre indivíduos", isto é, como *sociação* (SIMMEL, [1917] 2006, p. 33).

Não por acaso, os modos formais de comportamento dos indivíduos, considerados isoladamente, são os mesmos que encontramos nos grupos sociais, seja uma comunidade religiosa ou um grupo de conspiradores: "Dominação e subordinação, concorrência, imitação, divisão do trabalho, formação de partidos, representação, simultaneidade da união interna e da coesão perante o mundo exterior e outras incontáveis formas semelhantes" (SIMMEL, [1917] 2006, p. 34).

Entretanto, Simmel ([1917] 2006, p. 39-40) assinala uma diferença fundamental entre grupos e indivíduos: enquanto o indivíduo é transitório, o grupo é imortal. Os grupos conseguem descartar elementos importantes e ainda assim não se extinguem. Não apenas isso. Enquanto o indivíduo é habitado por sentimentos, impulsos e pensamentos contraditórios, o grupo social está convencido de sua orientação. Sabe quem é amigo, quem é inimigo, havendo uma discrepância menor entre o querer e o fazer, os meios e os fins. Já os objetivos seriam os mesmos, tanto para os indivíduos quanto para os grupos: sobrevivência, aquisição de bens materiais, desejo de ampliar a própria esfera de poder, defesa do que já foi conquistado etc.

Ao preferir trabalhar com o conceito de *sociação*, ao invés de *sociedade*, Simmel separa a mera agregação isolada de indivíduos das formas de *estar com o outro* e *ser para o outro*, que segundo o autor pertencem ao conceito geral de interação. É isso que faz com que cada indivíduo, ao mesmo tempo, gere efeitos sobre os outros e receba efeitos dos outros, ideia bem próxima do conceito de rede social como conhecemos hoje.

É possível, ainda, pertencer a diferentes grupos sem que haja conflito, pois, segundo Simmel, os grupos não se superpõem (um não anula o outro) e o laço com o grupo primário continua a existir – fenômeno que o autor chama de *interseção dos círculos sociais*. Tal experiência, diz o sociólogo alemão, enriqueceria as vidas individuais, fortalecendo o indivíduo a partir da diversidade de interesses existentes em cada grupo[60]. Além disso, o padrão de participação em grupos de cada pessoa é único. Mesmo que pertençam ao mesmo grupo, dois indivíduos vão pertencer a um conjunto de grupos diferentes, distinguindo-se um do outro em referência a esses grupos.

> O pertencimento a múltiplos círculos sociais pode fortalecer o indivíduo e reforçar a integração de sua personalidade (…) o ego pode se tornar mais

60 Schutz (1979, p. 84), que faz uma distinção entre *grupos "existenciais"* e *grupos voluntários*, menciona a ideia de interseção dos círculos sociais em Simmel. O autor argumenta que o pertencimento simultâneo a grupos diversos pode, sim, levar a "conflitos na personalidade", causados pelo esforço de atender à expectativa de desempenhar múltiplos papéis sociais, cada um correspondendo a uma parte de sua personalidade que é dedicada a cada um dos grupos que integra.

> claramente consciente de sua unidade, quanto mais é confrontado com a tarefa de reconciliar dentro dele mesmo uma diversidade de interesses de cada grupo (SIMMEL, 1964, p. 141-142)

Segundo Simmel (1964, p. 162-163)., o pertencimento a uma multiplicidade de grupos implica que os ideais de individualismo e coletivismo se aproximam na mesma extensão. “De um lado, o indivíduo encontra uma comunidade para cada uma de suas inclinações e esforços que torna fácil satisfazê-los. (...) De outro, as qualidades específicas do indivíduo são preservadas”. O autor já realçava que cada grupo/associação possui suas regras, seus códigos de conduta, que em caso de transgressão o indivíduo sofre sanções cujo objetivo é controlar os interesses individuais, que não podem se sobressair aos do grupo.

Haveria, portanto, padrões de liberdade e de obrigações nos círculos sociais secundários, em alguns até divisão de trabalho, assim como nas famílias, nas guildas, nas comunidades religiosas etc. A diferença é que, nos círculos sociais secundários, o que mantém os indivíduos coesos é apenas um critério racional: solidariedade ou afinidade. Isto é, não há laços de parentesco ou de vizinhança, aquilo que os autores clássicos costumam chamar de comunidade de vida. Como observa Bauman (2003), contemporaneamente, as pessoas não nascem, crescem e vivem mais nos mesmos lugares, sem precisar “sair”, rodeadas sempre pelas mesmas pessoas. Por isso, defende o autor, as comunidades de hoje não seriam mais naturais – seriam produzidas, provocadas artificialmente a partir de desejos comuns.

Um aspecto interessante da ideia de círculos sociais em Simmel é que, quando o indivíduo pertence a uma multiplicidade de grupos, a relação entre competição e socialização varia. O indivíduo age e sente *com* outros, mas também *contra* outros. Em um grupo, ele tem a oportunidade de socialização e, em outros, de competição. Desconfiamos, contudo, que é bastante comum encontrarmos socialização e competição como fenômenos individuais simultâneos no interior de um único grupo, como indica nossa pesquisa de campo.

O conceito de círculos sociais em Simmel, talvez seja interessante colocar, aproxima-se da ideia de *figuração* desenvolvida por Elias (1994a, 1994b)[61]. Na sociedade de indivíduos, as cadeias que ligam uma pessoa a outras não são visíveis – são elásticas, variáveis, mutáveis, mas, nem por isso, são menos reais. Os indivíduos estariam enredados em uma teia infinita, móvel e dinâmica e a configuração dessa teia mudaria a todo instante uma vez que é resultado da *interdependência* entre esses mesmos indivíduos. Essa é a ideia de *figuração* em Elias. O autor recorre a uma metáfora para explicar como ocorre a relação entre os indivíduos: a rede de tecido.

> Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele. (ELIAS, 1994a, p. 35)

Para Elias, portanto, a sociedade não é a mera somatória de indivíduos e nem o indivíduo está de todo isolado, pelo contrário. Elias alerta que esse modelo, ainda que sirva para nos dar uma ideia de como uma rede de muitas unidades origina uma ordem que não pode ser estudada nas unidades individuais, é estático. Ele sugere que a rede deve ser imaginada como algo em constante movimento, "como um tecer e destecer ininterrupto". Afinal, o indivíduo cresce como um ponto nodal "partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar".

[61] Em nota de rodapé, Fontes (2012, p. 116) faz uma referência a Elias como "um autor aparentemente distante da perspectiva teórica simmeliana (mas ao mesmo tempo conhecedor e crítico de sua obra)", que teria construído "um conceito bastante similar ao de círculo social": a ideia de configuração (que aqui tratamos como figuração).

Na tentativa de resolver esse que considera “um dos problemas cardiais da sociologia” (o dilema agência/estrutura), Elias propõe um novo modelo no qual os seres humanos estão ligados uns aos outros numa pluralidade, isto é, numa sociedade. “É incomum falar-se em uma sociedade de indivíduos. Mas talvez isso seja muito útil para nos emanciparmos do uso mais antigo e familiar que, muitas vezes, leva os dois termos a parecerem simples opostos” (ELIAS, 1994a, p. 7).

E não são. No apêndice do primeiro volume de *O processo civilizador* (ELIAS, 1994b), o autor critica a análise dos fenômenos sociais a partir de pares de conceitos, isto é, de dicotomias. Defende que a relação entre indivíduo e sociedade não é de interpenetração, como se fossem duas entidades diferentes (ideia que está presente em Parsons, por exemplo), mas de interdependência. As pessoas devem ser vistas como *Homines aperti*, isto é, abertas, ligadas, interdependentes.

2.1.4 A constituição da disciplina Análise de Redes Sociais

A constituição da disciplina Análise de Redes Sociais pode ser considerada um momento de síntese entre as tradições matemática e sociológica que deram origem ao conceito de rede social. No entanto, para além das bases colocadas por Simmel, não há um consenso em torno da origem do conceito nas ciências humanas.

Segundo Freeman (2004), o psicoterapeuta Jacob Moreno estaria entre os fundadores da disciplina análise estrutural ou de redes, cunhando, em 1934, o termo sociometria. A sociometria é descrita por Moreno como uma “técnica experimental... obtida através da aplicação de métodos quantitativos... que investiga a evolução e organização de grupos e a posição dos indivíduos dentro dele” (MORENO *apud* FREEMAN, 2004, p. 37). Sua principal inovação teria sido a utilização de sociogramas, “construídos de forma análoga aos desenhos

da geometria, com indivíduos representados por pontos e suas relações com outros atores, indicadas por linhas". Tal método proposto por Moreno nos possibilitaria "observar regularidades nas práticas de sociabilidades" e "inferir padrões estruturais de organização da sociedade" (FONTES, 2012, p. 52).

O ponto de partida na construção histórica da disciplina tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá seriam, portanto, os estudos de Moreno e um grupo de pesquisa na área de administração de empresas da Universidade de Harvard, na década de 1930.

Entre as décadas de 1940 e 1960 teria havido um declínio do interesse neste tema na América. Do outro lado do Atlântico, John Barnes teria sido o primeiro a utilizar conscientemente o termo rede social, em 1954, para analisar os laços que ultrapassam os grupos de parentesco e classes sociais em uma cidade pesqueira da Noruega.

Elizabeth Bott, por sua vez, foi quem desenvolveu a primeira medida de estrutura social – "knit" (malha), agora chamada de densidade ou conectividade – para mostrar que a dinâmica da estrutura familiar depende não apenas do comportamento de seus membros, mas também das relações que esses membros estabelecem com parentes, vizinhos, amigos e colegas (Cf. PORTUGAL, 2007, p. 5).

Em seu estudo, Bott mostrou a existência de uma estrutura relativamente estável de laços sociais tanto no núcleo familiar (pai, mãe, filhos) quanto nos círculos sociais ampliados (círculos sociais secundários em Simmel), aqueles resultantes das interações na escola, no trabalho, na vizinhança. Dependendo das posições e dos papéis exercidos por cada participante desses grupos, haveria um maior ou menor acesso a recursos e informações e diferentes tipos de sociabilização.

A antropóloga fazia parte de um grupo de antropólogos e psicólogos sociais ingleses, da escola de Manchester. Seu estudo sobre famílias de classe média da Inglaterra na década de 1950 nos "oferece, de forma sistematizada, alguns dos principais conceitos ainda hoje

utilizados entre os que trabalham com redes: densidade, centralidade, multiplexidade etc." (FONTES, 2012, p. 55).

Teria sido a partir do trabalho de Barnes e Bott que se chegou à abordagem que hoje é conhecida como ARS. Ambos definiram a rede como *um conjunto de laços ligando membros de um sistema social através de categorias sociais e grupos delimitados* (Cf. WELLMAN, 1988). Entre as características que dão unidade a essa abordagem, diz Wellman (1988), estão o foco nas relações padronizadas (cujas alterações afetam o comportamento de outros membros da rede) e a ideia de estrutura (tratada como uma rede que pode ou não ser particionada em grupos; esses grupos não são, necessariamente, os tijolos da estrutura).

Aqui, definimos rede social como uma estrutura formada por um conjunto de atores (nós) ligados uns aos outros por laços invisíveis (arestas ou *links*), que agem de maneira interdependente, podendo ou não formar grupos ou subgrupos. Essa estrutura é, ao mesmo tempo, rígida e elástica, e por essa última característica pode se expandir indefinidamente, incorporando novos atores ou nós.

Em 1967, Stanley Milgram mostrou que era possível conectar duas pessoas desconhecidas em 5,2 passos e que no caminho entre elas existiam poucos nós importantes (Cf. MOLINA, 2004; BARABÁSI, 2009). Seu experimento, que resultou na expressão "seis graus de separação", consistiu em enviar uma carta, através de uma rede de contatos, a um destinatário sobre o qual havia poucas informações. Milgram mostrou que, mesmo vivendo em sociedades complexas, é possível chegar a qualquer pessoa através de seis contatos, em média.

Outra contribuição importante foi a de Granovetter (1973), com sua teoria de laços fortes e fracos, que pode nos ajudar a entender a dinâmica existente nas relações do Facebook e a lógica de acumular "contatos". Segundo ele, a força de um laço vai depender da "quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e serviços

recíprocos" (GRANOVETTER, 1973, p. 1361). A força do laço fraco (meros conhecidos, por exemplo) estaria não na intensidade ou intimidade da relação, mas no elemento estruturador. É o laço fraco que conecta os grupos. Os laços fortes seriam fontes de informações redundantes, pois todos se conhecem. Os fracos, em contraposição, trazem sempre novidades (oportunidades de emprego, por exemplo), pois sempre estão em contato com outras redes.

Com essa teoria, Granovetter inspiraria o desenvolvimento de uma teoria mais geral de capital social – a ideia segundo a qual a conexão existente entre as pessoas possibilita o acesso a recursos tais como um emprego melhor ou promoções (Cf. BORGATTI *et al*, 2009).

É a partir da década de 1970 que a ARS ressurge com força total, devido a dois fatores basicamente: o desenvolvimento da informática e o surgimento e a expansão da internet (Cf. FREEMAN, 2004, p. 139-141). Os recursos da informática teriam facilitado o acesso ao tratamento de dados e ao processamento de bases de dados mais amplas, além da simulação de modelos. Naquela década surgiram, por exemplo, os primeiros *softwares* específicos para a ARS, embora ainda muito complicados de usar. Aqueles com interfaces mais amigáveis, a exemplo do *Ucinet*, surgiriam somente a partir da década de 1980. Já a internet, segundo Freeman (2004), permitiu o estabelecimento de conexões entre acadêmicos estudiosos da ARS espalhados por diversas partes do planeta.

Apesar de todas essas contribuições salutares, segundo Wellman (1988), a análise estrutural (ou de redes), não possuía um programa ou manual até pelos menos a década de 1980. Até então, tentava-se unir princípios parciais a conclusões de estudos empíricos e tradição oral, seguindo-se modelos diferentes com semelhanças compartilhadas.

No fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, os estudos na área de análise de redes começaram a receber uma atenção renovada a partir de um elemento novo – a Web –, sobretudo após a publicação dos trabalhos do próprio Wellman (2001a; 2001b; ver também WELLMAN & GULIA, 1999) e de Barabási (2009).

Albert-László Barabási (2009) introduziu o conceito de redes sem escala (*scale free network*), em contraposição ao modelo de redes randômicas ou aleatórias trabalhado por Paul Erdós e Alfréd Rényi e ao modelo dos mundos pequenos, elaborado por Duncan Watts e Steven Strogats.

O desafio assumido por Erdós e Rényi foi descobrir um modelo que descrevesse sistemas tão diferentes entre si. Como se formam as redes? Surge daí o clássico exemplo da festa: dez convidados, situação em que nenhum conhece o outro, começam a conversar formando pequenos grupos. Inicialmente, os grupos estão isolados, mas quando convidados começam a se deslocar para outros grupos a rede social começa a ser formada aleatoriamente, tornando possível encontrar um caminho (*link)* por entre dois convidados quaisquer. Nos grafos randômicos, os *links* são distribuídos aleatoriamente e todos os nós teriam a mesma chance de obter um *link.*

Segundo Barabási (2009, p. 12), a solução que Erdós e Rényi propuseram determinou profundamente o que ainda hoje pensamos acerca das redes. Esse modelo aleatório influenciou, por exemplo, a teoria de mundos pequenos de Watts e Strogats. Porém, de acordo com essa outra teoria, haveria uma maior chance de conexão entre aqueles nós que estão mais próximos. O *coeficiente de clusterização* seria capaz de explicar porque alguns de meus amigos podem não ser amigos uns dos outros. Assim, esse coeficiente indicaria o grau de coesão de um determinado grupo, isto é, o quanto seus membros estão interconectados. No modelo de Erdós e Rényi, pelo contrário, um brasileiro e um esquimó teriam a mesma chance de estabelecer uma conexão um com o outro do que meus dois melhores amigos.

Já nas redes sem escala, proposto por Barabási (2009), alguns nós são mais conectados do que outros e esse processo não ocorre de forma aleatória, como se propunha anteriormente. Significa que os nós são diferentes entre si e por isso têm chances diferentes de obter um *link.* O autor argumenta que a ordem real não é aleatória, sendo regida por leis fundamentais.

Quanto maior o número de conexões de um nó, maior a probabilidade de aquisição de novas ligações, enquanto que os nós com menos conexões terão menos chance de ampliar seus laços – o modelo *Power Law*, ou a ideia de que "os ricos ficam mais ricos" (*rich get richer*) e os "pobres mais pobres". São muitos nós com poucas conexões e poucos nós com muitas conexões. Além disso, a própria rede também cresce, evolui e se adapta constantemente, seguindo uma dinâmica de imitação, isto é, alguns nós preferenciais atraem outros.

Barabási elaborou esse novo modelo partindo da teoria dos grafos de Euler no intuito de explicar a ampla emergência dessas redes em sistemas naturais, tecnológicos e sociais, indo do celular à internet e às comunidades virtuais. As redes são *complexas* e *dinâmicas*. No universo nada ocorreria isoladamente – muitos fenômenos estariam interconectados, o que leva o autor a postular que as redes "são a chave para compreendermos o complexo mundo que nos rodeia" (BARABÁSI, 2009, p. 11).

Segundo Barabási, que propõe a criação de uma nova disciplina (a ciência das redes), a internet seria um exemplo de rede sem escalas porque, enquanto alguns *sites* recebem muitas *hiperligações*, outros não recebem nenhuma. As ideias do autor fazem todo o sentido quando consideramos não apenas *sites*, mas, sobretudo, indivíduos. Indivíduos e suas redes sociais na internet, com todas as possibilidades de expressão e sociabilização proporcionadas pela comunicação mediada por computador (CMC).

2.1.5 Agência X estrutura : um debate necessário

A ARS surge como uma nova abordagem para o estudo da estrutura social. Não se trata de uma única teoria, com leis, proposições e correlações próprias, mas antes uma estratégia, um paradigma ou perspectiva que ao longo do tempo vem recebendo numerosas contribuições. Ao final temos um campo complexo no qual os analistas de rede costumam

disputar, em pesquisas empíricas, a operacionalização de ideias tais como estrutura, centralidade, diâmetro, coesão e a própria ideia de rede (EMIRBAYER & GOODWIN, 1994, p. 1414).

Emirbayer e Goodwin (1994) observam que, normalmente, a literatura sobre ARS tende a se restringir ao delineamento de conceitos básicos, à discussão de procedimentos técnicos e ao resumo dos achados empíricos. Mesmo os precursores teóricos – além de Simmel, os autores citam Durkheim – e seus marcos conceituais costumam ser invocados superficialmente. “A análise de redes é uma das correntes mais promissoras na pesquisa sociológica e, no entanto, nunca foi submetida a uma a avaliação teórica crítica e esclarecedora” (EMIRBAYER & GOODWIN, 1994, p. 1411).

Evidentemente, existem pressuposições teóricas básicas que norteiam a análise de redes e que são aceitas pela maioria dos pesquisadores. Essas pressuposições estão baseadas em questões fundamentais da análise sociológica, por exemplo, a relação entre indivíduo e sociedade, “micro” e “macro”, e a estruturação da ação social a partir de padrões objetivos, supraindividuais.

Segundo Emirbayer e Goodwin (1994, p. 1414), o ponto de partida da análise de redes é o *imperativo anticategórico*, que rejeita todas as tentativas de explicar o comportamento humano ou processos sociais tão somente em termos de atributos categóricos dos atores, sejam individuais ou coletivos. Categorias como classe, afiliação político-partidária, idade, gênero, status social, crenças religiosas, etnia, orientação sexual e predisposições psicológicas, entre outras, são simplesmente descartadas. A inspiração no formalismo simmeliano certamente é um dos motivos da rejeição a essas categorias.

Uma importante crítica que Emirbayer e Goodwin (1994) fazem é em relação à ênfase dada à estrutura nesses estudos. Os autores acreditam que a consideração de fatores culturais e discursivos implicaria em uma concepção mais ampla de ação social do que aquela que tem

sido defendida pelos analistas de rede. O conceito de estrutura social é poderoso, mas ignora o papel dos ideais, crenças e valores e o esforço dos atores para realizá-los, negligenciando o momento cultural e simbólico na determinação da ação social. O modelo se fortaleceria com a adoção de uma perspectiva dinâmica e histórica, incorporando a ideia de agência, estrutura e cultura como aspectos relacionados entre si.

Na análise de rede, toda a atenção é dada à estrutura global dos laços, suprimindo o conteúdo substantivo. Ou seja, a ARS segue a ideia da sociologia formal simmeliana, onde as formas determinam o conteúdo, rejeitando o culturalismo, o essencialismo e individualismo metodológico. O dualismo simmeliano entre grupos e atores também está presente – a ideia de que a natureza dos grupos é determinada pela interseção de atores, isto é, pelos laços recíprocos existentes entre os membros, enquanto a natureza dos atores é determinada pela interseção dos grupos aos quais pertencem. Dessa forma,

> Ao facilitar deste modo as análises, tanto a nível individual quanto de grupo, a análise de rede torna possível preencher a lacuna micro-macro, a ponte teórica entre a microssociologia, que examina a interação dos indivíduos, e a macrossociologia, que estuda a interação de grupos ou instituições. (EMIRBAYER & GOODWIN, 1994, p. 1418)

De um lado, está a ideia de que os fenômenos sociais são determinados pelas vontades e idiossincrasias de cada indivíduo (individualismo). Nela, a realidade social nada mais é do que a soma dos atos de interpretação onde os significados são construídos coletivamente através da interação. De outro, destaca-se o formal-estruturalismo e as determinações supraindividuais e os padrões construídos socialmente (holismo). Sustenta-se que a realidade social consiste em um conjunto de relações e forças que se impõem sobre os agentes, independentemente de sua consciência ou vontade, determinando a conduta e as representações dos indivíduos. Lembremos que em Durkheim (2007, p. 105) o fato social é algo sistêmico, coercitivo, externo a nós. Essa visão holística também está presente no

conceito durkheimiano de solidariedade orgânica, que repousaria não na cognição dos seres humanos, mas no entrelaçamento e interação de relações sociais objetivamente definidas.

Fontes (2012, p. 119) lembra que os debates em torno da dicotomia agência/estrutura, individualismo e holismo são relativamente antigos e que, grosso modo, não se pode dizer que existem posições "puras". As posições tendem mais ou menos para cada um dos extremos, porém nunca se fixam em um único ponto. "Há, na verdade, um continuum entre orientações individuais ou societárias para os comportamentos humanos. Em qualquer hipótese, as determinações se distribuem entre os dois polos, tendendo mais ou menos para cada um dos extremos" (FONTES, 2012, p. 119).

Dessa possível ponte teórica entre a micro e a macrossociologia possibilitada pela ARS, também uma resposta ao estrutural-funcionalismo (mas que na opinião de Emirbayer e Goodwin dá demasiada atenção ao determinismo estrutural), surgem duas estratégias conceituais para explicar como redes restringem e ao mesmo tempo possibilitam padrões de relacionamentos entre atores sociais dentro de um sistema.

Segundo Emirbayer e Goodwin (1994), a primeira delas é a análise relacional, uma maneira de representar a estrutura social que está ligada à ideia de *redes sociocentradas*. Nas redes sociocentradas, o foco é nas categorias institucionais, isto é, no nível rede, a rede como um campo de sociabilidades distintas. A segunda estratégia conceitual é a análise posicional, que enfatiza a importância da equivalência estrutural. Pegam-se partes de uma rede (submatrizes) e comparam-se posições mais ou menos idênticas entre os atores. Essa segunda estratégia estaria ligada à ideia de *redes egocentradas*, isto é, centradas em indivíduos e em como estes se relacionam com outros indivíduos.

2.2 As redes sociais da internet

Para além do debate teórico necessário e das tentativas de síntese entre a micro e a macrossociologia, é preciso dizer que a ARS ganhou um novo fôlego com a popularização da Web. Nesse sentido, os *sites* de redes sociais, como o Facebook, oferecem um rico material para pesquisadores das mais diversas áreas, pois, ao interagir e se comunicar com outros usuários através desses *sites*, o internauta deixa "rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais" (RECUERO, 2010, p. 21).

Foi justamente essa possibilidade de rastreamento que deu novo fôlego à abordagem de redes sociais, já que

> a abordagem de rede fornece ferramentas únicas para o estudo dos aspectos sociais do ciberespaço: permite estudar, por exemplo, a criação das estruturas sociais; suas dinâmicas, tais como a criação de capital social e sua manutenção, a emergência da cooperação e da competição; as funções das estruturas e, mesmo, as diferenças entre os variados grupos e seu impacto nos indivíduos. (RECUERO, 2010, p. 21).

Suportadas pelas novas tecnologias da informação, as redes sociais da internet também amplificam o potencial de comunicação e de multiplicação dos *links* entre indivíduos, ao possibilitar a rápida localização de conhecidos e a aproximação com desconhecidos com base na afinidade de interesses.

Mas o que são exatamente as redes sociais da internet, ou simplesmente redes sociais, como são chamadas popularmente? São *sites* de redes sociais (do inglês *social network sites*), *softwares* destinados à CMC. O uso de alguns deles, como o Facebook, transformou-se em um fenômeno massivo e global. No formato em que as conhecemos atualmente, as redes sociais da internet começaram a surgir no fim da década de 1990 no intuito de ajudar as pessoas a se comunicarem com mais eficiência com amigos, familiares e colegas de trabalho. Isso significa que foram criadas para dar suporte a redes sociais pré-existentes (off-line),

embora algumas permitam também, como dissemos, a aproximação com desconhecidos com base em afinidades. Em ambas as situações, as redes sociais da internet são capazes de ajudar a formar e a manter comunidades on-line dos mais variados tipos.

Para Boyd e Ellison (2007), o surgimento das redes sociais da internet como um fenômeno global indica uma mudança na organização das comunidades on-line, pois, "Enquanto websites dedicados a comunidades de interesse continuam existindo e prosperando, os sites de redes sociais estão organizados principalmente ao redor de pessoas, não de interesses". Ao contrário das comunidades on-line tradicionais, como Usenet e fóruns de discussão, estruturados por tópicos, as redes sociais da internet estão estruturadas como redes pessoais (também chamadas "egocêntricas"), isto é, o indivíduo está no centro de sua própria comunidade.

De acordo com Boyd e Ellison (2007), as redes sociais da internet podem ser definidas como serviços baseados na Web que permitem aos indivíduos: 1) construir um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema fechado; 2) articular uma lista de outros usuários com quem eles compartilham uma conexão; e 3) visualizar e percorrer suas listas de conexões e as listas de conexões de outros usuários dentro desse mesmo sistema.

"A grande diferença entre sites de redes sociais e outras formas de comunicação mediada pelo computador é o modo como permitem a visibilidade e a articulação das redes sociais, a manutenção dos laços estabelecidos no espaço *off-line*" (RECUERO, 2010, p. 102-103). De um lado, temos a *apropriação* de um *software*, que é o que mantém e dá sentido às redes sociais; de outro, temos a *estrutura*, que é a exposição pública da rede dos atores (lista de amigos, conhecidos, seguidores etc.). Porém, o mais importante é entendermos que essa rede só está realmente viva por causa das interações que ocorrem entre os atores. Sem essas interações, os *sites* de redes sociais são apenas sistemas. Como explica Recuero:

> Embora os sites de redes sociais atuem como suporte para as interações que constituirão as redes sociais, eles não são, por si, redes sociais. Eles podem apresentá-las, auxiliar a percebê-las, mas é importante salientar que são, em si, apenas sistemas. São os atores sociais, que utilizam essas redes, que constituem essas redes. (RECUERO, 2010, p. 103).

O primeiro *site* de redes sociais teria sido o SixDegrees.com, lançado em 1997, embora *sites* de relacionamento e de comunidades existentes anteriormente, como o ICQ, já possibilitassem a criação de perfis e de listas de amigos. A diferença é que essas listas de amigos não podiam ser visualizadas por outros usuários. O Classmates.com, por sua vez, permitia a afiliação à lista de um colégio ou faculdade, mas não possibilitava a criação de perfis nem listas de amigos.

O SixDegrees.com teria sido, portanto, o primeiro *site* a reunir as duas características – criação de perfis e de listas de amigos visíveis a outros usuários. Suas atividades se encerraram no ano 2000. Depois dele, vieram centenas de outros *sites*. LinkedIn, Friendster, Couchsurfing, MySpace, Orkut, Hi5, Bebo, Facebook e Twitter estão entre as mais conhecidas (ver linha do tempo do surgimento dessas redes no Anexo G). Recuero (2010) inclui na categoria dos *sites* de rede social também os *fotologs* e *weblogs* (ou simplesmente *blogs*), embora, a rigor, eles não atendam às duas características elencadas acima.

Na década de 2000, as redes sociais da internet transformaram-se em um fenômeno global, algumas se sobressaindo mais em certos países do que em outros: MySpace nos Estados Unidos; Mixi no Japão; LunarStorm na Suécia; Orkut no Brasil; Hi5 em pequenos países da América Latina; Bebo no Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália etc. (BOYD & ELLISON, 2007). O Orkut, criado em 2004, teve uma adesão tão forte no Brasil (e também na Índia) que em 2005 o *site* ganhou versão em português (até então só existia em inglês) e

em 2008 passou a ser operado pela subsidiária brasileira do Google até seu encerramento em setembro de 2014[62].

No mundo atual, os *sites* de redes sociais têm sido cada vez mais integrados às práticas diárias daqueles com acesso à internet, seja fixa ou móvel, constituindo-se um novo espaço de conversação e trocas. Espaço que dialoga com o cotidiano das pessoas numa relação de continuidade – como numa via de mão dupla, aspectos da vida off-line são levados para o ambiente on-line e vice-versa. Seriam as novas "praças do bairro", às quais as pessoas comparecem diariamente para se socializar. Hoje, a "praça da moda" é o Facebook, por isso vamos procurar saber um pouco mais sobre ele.

2.2.1 O Facebook

O Facebook foi idealizado em 2004 como um *website* (Thefacebook) para facilitar o entrosamento entre os estudantes da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Abriu sua plataforma para pessoas externas à universidade em 2006, expandindo-se geograficamente e em número de usuários a partir de então. No Brasil, país onde rivalizou com o Orkut durante anos, sua popularização só se daria a partir de 2008, quando ganhou uma versão em português. Quase dez anos depois, em 2013, este *site* possuía mais de 1,2 bilhão de usuários no mundo, sendo 61,2 milhões no Brasil (Tabela 5).

[62] Ver: GOLGHER, Paulo. Adeus ao Orkut. Orkut Blog, 30 jun. 2014. Disponível em: <http://blog.orkut.com/2014/06/adeus-ao-orkut.html>. Acesso em: 20 jul. 2014.

Tabela 5 (2) – Evolução do número de usuários do Facebook

Ano	No Brasil	No mundo
2008	209.460	145.000.000
2009	2.413.900	360.000.000
2010	8.821.880	608.000.000
2011	35.157.560	845.000.000
2012	43.300.000	1.056.000.000
2013	61.200.000	1.230.000.000

Fontes: Facebook, Nick Burcher e Statista.com. Elaborada pela autora.

Para se ter uma ideia da magnitude desses números, basta dizer que, ao final de 2014, o total de usuários da internet chegou a 3,07 bilhões ou 42,4% da população mundial[63]. Para o Brasil os dados disponíveis são de 2013: 109,77 milhões de usuários ou 54,2% da população. Significa dizer que mais de um terço dos usuários da internet no mundo utilizam o Facebook e que, no Brasil, esse número chega a mais da metade.

Segundo Santaella e Lemos (2010, p. 58), o Facebook inaugurou a era das redes sociais da internet 3.0, marcadas pela integração com outras redes e pelo uso generalizado de aplicativos, inclusive jogos (tais como Farmville e Mafiawars), e de dispositivos móveis. Essas características teriam gerado mudanças na modalidade de interação, que teria evoluído em consonância com a penetração e a apropriação social dessas redes.

Nas redes sociais da internet 1.0, como o ICQ, a navegação era unidirecional, isto é, ia apenas de um ponto a outro, de forma linear e obedecendo a uma sequência temporal, ainda que o ciberespaço, como um todo, seja não linear e atemporal. Nas redes 2.0, como Orkut, MySpace e LinkedIn, adentramos na era do compartilhamento de arquivos, do entretenimento e dos contatos profissionais, integrados em uma mesma plataforma. Por isso, esses *sites* representariam uma transição para o que Santaella e Lemos (2010) chamam de interação

[63] Ver: INTERNET world stats. Disponível em: <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

multimodal, representada pelo Facebook e pelo Twitter que, em função dos dispositivos móveis conectados à internet, rodam no presente contínuo. *Always on.*

> O acesso já não se dá através de pontos fixos no espaço-tempo, pois ele é ubíquo. As formas de acesso também já não são fixas como na fase anterior, em que cada máquina tem seu servidor fixo, sua identidade fixa, seu processo específico. O acesso *wireless* dessa nova década é nômade e mutante. Também são mutantes as suas vias de acesso: através de aplicativos é possível se conectar a várias plataformas ao mesmo tempo. (SANTAELLA & LEMOS, 2010, p. 59)

Em geral, os usuários do Facebook acessam o *site* diariamente para comunicação com amigos e familiares e para buscar informação e lazer. Quase todos os membros do DU entrevistados para este trabalho afirmaram ficar conectados o dia inteiro, principalmente pelo celular. Talvez por isso haja uma sensação de que a vida on-line consome mais tempo do que gostariam. Em alguns casos, o acesso ao Facebook substitui inclusive o consumo de mídias tradicionais, como jornais e TV. Parece estar substituindo, também, o uso do correio eletrônico, como observa Kirkpatrick:

> Hoje em dia, as redes sociais estendem-se por todo o planeta. O Facebook é a maior dentre elas. É raro um estudante do ensino médio ou um universitário que não use rotineiramente o Facebook ou o MySpace. Esses sistemas tornaram-se tão difundidos como meio de comunicação que muitas pessoas de todas as idades já quase não usam e-mail. Começando com o sixdegrees, passando pelo Friendster e chegando até o Facebook, as redes sociais tornaram-se uma parte familiar e onipresente na internet. (KIRKPATRICK, 2011, p. 82)

A missão da maior rede social do mundo – se fosse um país, teria a terceira maior população, atrás somente da China e da Índia – é “tornar o mundo mais aberto e conectado”. Mas até que ponto vai essa abertura e qual a qualidade da conexão possível em um ambiente mediado pela tecnologia? Antes de tudo, é preciso entender como se formam as redes sociais dentro do Facebook, quais os limites e possibilidades dessa ferramenta.

Atualmente, ao se inscrever de forma gratuita no Facebook, o internauta ganha uma página com o seu perfil onde pode escolher seu avatar (a foto que aparece no perfil) e uma foto de capa (que aparece ao fundo de sua página). Ao criar seu perfil o usuário é convidado a inserir diversos dados pessoais sobre trabalho e educação, locais onde já morou, informações de contato, de sua família e de seus relacionamentos. Na seção "Sobre você", cabe uma pequena biografia. Na seção "Acontecimentos", pode-se adicionar eventos marcantes de sua vida, como nascimento, formatura, o ingresso em um novo emprego etc.

Criado o perfil, pode-se começar a publicar, seja um *status* (texto relatando o que está acontecendo, pensando, fazendo, ouvindo etc.), fotos, vídeos ou *links* de qualquer tipo (notícias, por exemplo) para páginas externas ao Facebook.

O *site* oferece um mecanismo interno de busca onde o usuário pode encontrar "pessoas, coisas e locais", o que geralmente significa o início dos processos interativos. "Coisas" pode ser um evento, um jogo – são centenas de aplicativos de terceiros que rodam dentro do Facebook. Mesmo outras ferramentas de redes sociais, como Instagram, Twitter e TripAdvisor, podem rodar integradas ao Facebook como aplicativos. Também é possível "curtir" páginas (*fan pages)* mantidas por marcas, governos, grupos, instituições em geral, e ingressar em comunidades on-line, que são os grupos de discussão como o DU. Qualquer usuário também pode criar e manter sua própria *fan page* ou seu próprio grupo.

No caso de pessoas, é possível enviar um pedido de amizade, iniciando assim sua rede ou "coleção" de amigos. É a lógica de conectar (e desconectar), de "acumular" amigos, cultivando centenas de laços, o que parece reforçar traços culturais de uma sociedade capitalista orientada pela racionalidade instrumental. Em um contexto de sociedade pós-moderna, o consumo também assume um importante papel. Quanto mais "amigos", melhor. Os próprios aspectos formais do *site* estimulam esse consumo, pois usuários com muitas conexões acabam se tornando ponto de apoio para anúncios e propagandas.

Os contatos podem ser classificados como “amigos”, “melhores amigos”, “conhecidos” ou incluídos em uma lista específica (família, por exemplo). Quanto maior a rede, mais as pessoas podem ver e ser vistas. Supõe-se, também, que quanto maior a rede, maior o prestígio e a influência do usuário. Isto é, maior seu capital relacional. Os membros do DU entrevistados para este trabalho possuem, em média, cerca de 800 amigos. Na maioria dos casos, são pessoas com quem mantêm algum tipo de relação face a face, mas também existem os chamados “amigos do Face”, isto é, contatos cuja interação geralmente (mas não exclusivamente) fica restrita ao ambiente do *site*.

Segundo Recuero (2010, p. 108-113), alguns dos valores mais comumente relacionados aos *sites* de rede social e sua apropriação pelos atores são a *visibilidade* (associada ao capital relacional, pois quanto mais conectado está o nó, maiores as chances de que receba informações e suporte social); a *reputação* (percepção construída pelos demais atores); e a *popularidade* (relacionado à audiência – “Um nó mais centralizado na rede é mais popular, porque há mais pessoas conectadas a ele e, por conseguinte, esse nó poderá ter uma capacidade de influência mais forte que outros”). Há ainda, a *autoridade*, que é o poder de influência que um nó possui em sua rede social. De acordo com a autora, esse último valor vai além da simples posição do nó na rede – é a sua efetiva influência, em conjunto com a percepção dos demais atores em relação à sua reputação. “Autoridade, portanto, compreende também reputação, mas não se resume a ela” (RECUERO, 2010, p. 113).

Todas as postagens feitas pelos amigos, pelos grupos ou pelas páginas “curtidas” pelo usuário aparecem em sua página inicial do Facebook, no chamado *feed* de notícias. As atualizações desse *feed* são feitas a partir das publicações mais recentes – embora o *site* também se dê ao luxo de escolher as notícias que são “mais importantes” para você, independentemente da ordem cronológica, o que eles chamam de “principais histórias”.

Todos os passos do usuário do Facebook, aliás, são devidamente monitorados pelo *site* e também é possível aos usuários monitorar as atividades dos outros – quem curtiu ou comentou o que, quem começou uma amizade com quem, quem confirmou presença em determinado evento etc. Ali, em uma pequena caixa situada no canto direito superior da página, é possível saber tudo sobre todos. É o fenômeno da visibilidade. "O Facebook se baseia na radical premissa social de que uma transparência inevitável e generalizada tomará conta da vida moderna" (KIRKPATRICK, 2011, p. 184).

Sim, trata-se de uma abertura que não deixa de despertar, de um lado, a exposição de individualidades e, de outro, certo "voyeurismo social". As pessoas querem ver e ser vistas e é a própria arquitetura do *site* que estimula e/ou oferta essa exposição. Nas redes sociais da internet, a vida alheia vira "fonte de pesquisa e vigilância", pois, na Web, "o querer ser visto é mais imperativo do que o fato de ser visto por acaso" (RODEGUIERO, 2012, p. 66). O usuário quer ser observado e faz questão de expor sua privacidade, seja através de fotografias, de vídeos, de mensagens textuais.

> Para o bem ou para o mal, o site [Facebook] está levando a uma completa redefinição dos limites da intimidade pessoal. Um grande número de usuários do Facebook, em particular os mais jovens, deleita-se com a transparência total. Muitos usuários fornecem voluntariamente diversos detalhes sobre sua carreira, seus relacionamentos e interesses, sua história pessoal. Se você é amigo de alguém no Facebook pode saber mais sobre essa pessoa do que em dez anos de amizade off-line. (KIRKPATRICK, 2011, p. 184)

Além disso, a partir do monitoramento das atividades do internauta e de dados inseridos em seu perfil, o *site* "sugere" amigos, grupos e anúncios publicitários de produtos e serviços que supostamente poderiam interessar ao usuário, porque disponibiliza seus dados pessoais para os anunciantes. O sistema, portanto, é que determina o que seria interessante para o usuário do Facebook. Cada dado de interação é coletado em tempo real. "Cada clique,

cada *login*, cada palavra-chave teclada é transformada em dado estatístico e/ou de *marketing*" (SANTAELLA & LEMOS, 2010, p. 60).

Como observa Kirkpatrick (2011, p. 185), a quantidade de dados que o Facebook armazena sobre as pessoas levanta diversas questões sobre políticas públicas acerca da privacidade. O Facebook sabe muito sobre seus usuários, mas estes sabem pouco sobre como a empresa utiliza seus dados.

Em relação às possibilidades interativas, o Facebook oferece as opções de "curtir", comentar e compartilhar postagens a que o usuário tem acesso em seu *feed* de notícias. Também é possível enviar e receber mensagens privadas em uma caixa de entrada ("*inbox"*), funcionando como um ambiente de bate-papo (*chat*) caso as pessoas estejam on-line. Da mesma forma, o usuário pode publicar em sua própria página de perfil, nos perfis de seus amigos (invasão de privacidade...), nas *fan pages* que criou ou escolheu "curtir" (caso seja permitido) ou nas páginas dos grupos que criou ou dos quais tornou-se membro.

Em tese, no Facebook, as pessoas costumam interagir com o que se identificam, a partir da emoção, embora também existam "curtidas", comentários e compartilhamentos de "cortesia" – quando as pessoas interagem apenas para mostrar que estão prestigiando o outro quando, na verdade, pouco se interessaram pelo conteúdo (o próprio *site* estimula uma certa competição, ao indicar "Seja o primeiro a curtir isto").

Dizemos "em tese" porque é como se a emoção, apesar de presente, não encontrasse tempo para se manifestar. Como pontua Virilio (1996b), a máquina exige decisões e respostas rápidas, pois não há tempo para reflexões. Tudo é automático. A linguagem é comprometida pela necessidade de performance. Da mesma forma, o ser humano também necessita melhorar sua performance, tendo como critério para o sucesso apenas o desempenho individual.

Sem dúvida, o Facebook torna a comunicação mais rápida e fluida. É fácil compartilhar conteúdos e todo tipo de informação – o que inclui notícias falsas e

sensacionalistas, difíceis de serem desmentidas, pois, "enquanto não for desmentida, [a informação] será verossímil. E, salvo acidente, nunca sofrerá desmentido; restará, portanto, credível" (BAUDRILLARD, 2005, p. 45). No Facebook, assim como no hiperespaço em geral, *a informação, ainda que desmentida, nunca será de todo falsa* – é o que Baudrillard (2005) chama de "verdade fractal", isto é, o que consumimos na rede são *frações* de verdade.

Em julho de 2014, por exemplo, o *site* humorístico Diário Pernambucano cravou que o projeto Novo Recife seria redesenhado pelo artista plástico Romero Britto, por determinação do prefeito Geraldo Julio[64]. Muitos não só acreditaram como criticaram severamente a suposta decisão do prefeito. Diversas farsas ("*hoaxs*") criadas na internet também retornam periodicamente e novamente viram sensação, como se novidade fossem. Desde 2014, uma notícia falsa sobre a "profecia" feita por Fidel Castro em 1973 quanto ao reatamento das relações entre Cuba e Estados Unidos vem sendo reproduzida por diversos sítios "sérios" ao redor do mundo, incluindo o mexicano *La Jornada*, o espanhol *Clarín* e o brasileiro *Pragmatismo Político*[65].

No fim das contas, percebemos que o Facebook cria uma nova lógica de sociabilidade, demonstrando ter potencial para se transformar em um novo espaço de conversação e trocas, mas parece ter tornado as relações sociais mais superficiais e teleológicas – para conectar, basta pressionar "adicionar" e, para desconectar, o botão delete. Por outro lado, a vigilância e o controle exercido pelo próprio *site* são aspectos que podem constranger a ação dos indivíduos, afetando principalmente a comunicação, que pode ficar reduzida a meros fluxos informacionais.

---

[64] Ver: ROMERO Britto realizará "redesenho" do Projeto Novo Recife. **Diário Pernambucano**, Recife, 17 jul. 2014. Disponível em: <http://www.diariopernambucano.com.br/noticias/romero-britto-realizara-redesenho-do-projeto-novo-recife/>. Acesso em: 2 ago. 2015.

[65] Ver: A INCRÍVEL profecia de Fidel Castro existiu mesmo? **E-farsas.com**. 24 jul. 2015. Disponível em: <http://www.e-farsas.com/a-incrivel-profecia-de-fidel-castro-existiu-mesmo.html>. Acesso em: 2 ago. 2015.

Isso contrasta com a ideia de uma nova mídia mais livre e mais democrática (como defende, por exemplo, Pierre Lévy), pois a internet é controlada por gigantes como Microsoft, Google e Facebook – os "novos donos do mundo" ou "os senhores do telecapitalismo", como define Baudrillard (2005, p. 19) – e a própria tecnologia impõe seus limites. Temos aqui um indicativo de que, também no Facebook, as formas determinam o conteúdo (no sentido simmeliano), isto é, a arquitetura do *site* influenciaria a sociabilidade, que é emotiva e racional ao mesmo tempo.

Tanto Wellman (2001a) quanto Castells (2003) postulam que a internet (e o Facebook, por extensão) funciona como uma espécie de suporte tecnológico para o individualismo em rede. Para estes autores, agora seria o indivíduo, e não mais a família ou o grupo, a unidade primária de conectividade. As pessoas utilizam suas redes sociais, inclusive aquelas baseadas na internet, para buscar informação, apoio e sociabilidade. No caso do Facebook, essas redes egocentradas podem estar sendo sugeridas pela própria dinâmica/arquitetura do *site* – mais uma vez, a forma determinando os conteúdos, ao estimular que o usuário curta muito, exponha-se muito etc. Já Maffesoli (1996; 2006) acredita que o individualismo (e consequentemente o individualismo em rede) estaria em fase de declínio e enxerga a ascensão de novas formas de socialidade[66] que ele denomina *tribos urbanas*.

2.3 Individualismo: da ascensão ao declínio?

Mas o que de fato muda nas relações sociais com o advento da tecnologia, um fenômeno ainda da Revolução Industrial? Assim como Simmel, Benjamin ([1936] 2012)

[66] Maffesoli (2006, p. 276) propõe traduzir a expressão simmeliana *Geselligkeit* por socialidade, e não por sociabilidade. Ele se baseia em uma análise da obra de Simmel *Sociologie et épistémologie* (Paris: PUF, 1981), traduzida por L. Gasparini. "Contrariamente à tradutora Mme. L. Gasparini, proponho traduzir *Geselligkeit* por socialidade, e não por sociabilidade". A socialidade seria a coexistência social, a forma pura que seria o *estar-junto à toa*, o lúdico, sem finalidade ou utilidade. "Para compreender tudo isso é necessário usar essa alavanca metodológica que é a perspectiva orgânica do grupo" (MAFFESOLI, 2006, p. 140-141).

também observou que o mundo contemporâneo provocou mudanças profundas no nosso aparelho perceptivo e na forma como nos relacionamos com pessoas e coisas. Quando ele falava na reprodutibilidade técnica se referia à substituição da intervenção humana por processos automáticos, mecânicos, o que igualmente se aplicaria aos processos de sociação, que passaram a ser mediados pela técnica. Para Benjamin, as experiências de comunidade teriam sido deixadas para trás, mediante a substituição das relações de vizinhança pelas relações impessoais de trabalho, embora para o autor essas mudanças não sejam necessariamente negativas.

Segundo Wellman (2001a), essa transição entre relações de comunidade porta a porta para relações de comunidade lugar a lugar (casa/trabalho, por exemplo), teria ocorrido na virada do século XIX para o século XX, provocada pelo desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação. O grupo solidário baseado em um único território, calcado principalmente na vizinhança, perde importância e começam a emergir redes sociais múltiplas sem base territorial específica.

Para o autor, uma segunda transição, de laços entre agregados com âncora territorial para interações individualizadas e especializadas, estaria em curso. De lugares a pessoas, daí a ideia de redes personalizadas (ou egocentradas) e, por extensão, de individualismo em rede. Um fenômeno influenciado mais pelas inovações na área da comunicação do que nas de transporte, com destaque para um artefato de uso individual – o telefone móvel. Posteriormente, viria o computador sem fio, ampliando as possibilidades de conexão entre as pessoas mesmo que estejam a quilômetros de distância.

Desde o correio, o rádio, a televisão, o cinema etc., a informação deixou de depender do transporte de corpos para circular, gerando o que a sociologia convencionou chamar de *interações secundárias* (VON WIESE & BECKER, [1932] 1980). Enquanto os contatos primários (gestos, sorrisos, expressões faciais, uma pergunta, o beijo, as brincadeiras, danças,

acenos e jogos) se estabelecem diretamente por meio dos sentidos (principalmente a visão, mas também o olfato, a audição e o tato), por pessoas que estão geograficamente próximas, os secundários envolvem, fundamentalmente, a separação física.

Os relacionamentos mantidos a longas distâncias possibilitados pelo avanço e barateamento dos meios de transporte e comunicação sem dúvida colaboraram para uma atualização no conceito de comunidade. Interações entre vizinhos, que antes ancoravam a prática comunitária, cederam lugar a redes sociais pessoais que podem estar dispersas geograficamente. Neste sentido, Wellman (2001a) defende que passou a ser o indivíduo, e não mais a família ou o grupo, a unidade primária de conectividade. O autor define "comunidade" como "redes de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, um senso de pertencimento e identidade social", não limitando o conceito a vizinhanças ou vilas, como o faziam, por exemplo, Tönnies ([1887] 2001) e Durkheim ([1893] 1995). Com o advento da internet, todo esse processo teria sido radicalizado.

Vivemos, desde o fim do século XX, um novo paradigma tecnológico (ou sociotécnico) organizado em torno da tecnologia da informação, tão importante quanto a Revolução Industrial do século XVIII. Castells (1999, p. 67) chama esse novo paradigma de *Era da Informação,* uma era que acena com a possibilidade de mudança na operação e nos resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. E a base tecnológica para a forma organizacional dessa nova era seria, justamente, a rede. "A formação de redes é uma prática humana muito antiga, mas as redes ganharam vida nova em nosso tempo transformando-se em redes de informação energizadas pela Internet" (CASTELLS, 2003, p. 7).

Vimos como o conceito de rede social, desde o início, está imbricado com o individualismo e com a racionalidade acentuados com o advento da modernidade. Com as "redes energizadas pela internet", essa ideia é ainda mais radicalizada, ao ponto de Castells

(2003, p. 107-108) enxergar na ascensão do individualismo a tendência dominante na evolução das relações sociais nas sociedades contemporâneas. A internet, para o autor, seria o suporte material para o individualismo em rede, enfatizando a ascensão de um novo sistema de relações sociais centrado no indivíduo: “o que observamos em nossas sociedades é o desenvolvimento de uma comunicação híbrida que reúne lugar físico e ciber lugar para atuar como suporte material do individualismo em rede” (CASTELLS, 2003, p. 109-110).

Entretanto, Castells destaca que “não é a internet que cria um padrão de individualismo em rede, mas seu desenvolvimento que fornece um suporte material apropriado para a difusão do individualismo em rede como a forma dominante de sociabilidade” (CASTELLS, 2003, p. 109). Isto é, a essência da internet não é em si individualista, mas ela ajuda a difundir o individualismo em rede que, para Castells, é o arranjo de sociabilidade dominante nas sociedades contemporâneas.

Para Castells, as redes egocentradas, que corporificam as “comunidades personalizadas” (Wellman) estariam substituindo as relações secundárias (centradas em associações), que por sua vez já tinham substituído as relações primárias (centradas em famílias e comunidades). Tanto para Castells quanto para Wellman, tais redes egocentradas – definidas por ambos os autores como redes *interpessoais, fragmentadas, diversificadas e especializadas* (isto é, construídas em torno de interesses específicos) – representariam a “privatização da sociabilidade”, própria dos tempos pós-modernos.

Castells (2003) explica que essa relação seria racionalizada por uma “crise de legitimidade política”, uma vez que o distanciamento cada vez maior entre os cidadãos e o Estado estimularia a retirada do indivíduo da esfera pública. Dessa forma, passam a viver voltados para si, cultivando atitudes egoístas, nada solidárias.

Tal relação individualizada com a sociedade, diz Castells (2003), seria um padrão de sociabilidade específico, não um atributo psicológico. Enquanto padrão de interação, vai além

do mero acúmulo de indivíduos isolados. Difícil não associar essa ideia, resguardadas as devidas diferenças teóricas, ao modelo de "sociedade de indivíduos" proposto por Elias (1994a): nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um dos atores podem ser consideradas isoladamente. Em qualquer sociedade, os indivíduos estão ligados uns aos outros. O que estaria havendo, para Castells, seria uma mudança na forma (no sentido simmeliano), isto é, na interação em si. E essa forma, acrescentamos, é em grande parte determinada pela própria dinâmica/arquitetura da internet e dos *sites* que abriga, a exemplo do Facebook.

O deslocamento da comunidade para a rede, então, é proposto por Castells (2003, p. 106) como um passo analítico necessário para se compreender as novas formas de interação social na era da internet. Isso implicaria, segundo o autor, numa redefinição da comunidade, dando menos ênfase ao aspecto cultural e mais ênfase ao papel de apoio a indivíduos e famílias. Enquanto que as comunidades baseavam-se no compartilhamento de valores e organização social, "As redes são montadas pelas escolhas e estratégias de atores sociais, sejam indivíduos, famílias ou grupos sociais" (CASTELLS, 2003, p. 107).

Um aspecto a ser considerado é a facilidade hoje existente para conectar e desconectar, fazer e desfazer laços. Como observa Bauman[67], "Ao contrário da comunidade, á rede é feita e mantida viva por duas atividades diferentes. Uma é conectar e a outra é desconectar". Nas relações off-line, diz Bauman, romper relações é sempre algo traumático: tem o corpo a corpo, o olho no olho, você tem que se explicar, pedir desculpas. Já no Facebook basta pressionar o botão *delete.* "Em vez de 500 amigos, você terá 499, mas isso será apenas temporário, porque amanhã você terá outros 500, e isso mina os laços humanos", critica.

Evidentemente, como as pessoas se ligam e se desligam da internet, as comunidades on-line seriam essencialmente efêmeras. As pessoas mudam de interesses. Daí a ideia de que

[67] Ver: FRONTEIRAS DO PENSAMENTO. Diálogos com Zygmunt Bauman. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=in4u3zWwxOM>. Acesso em: 25 nov. 2014.

essas comunidades formam redes de laços fracos, porque “raramente constroem relações pessoais duradouras” (CASTELLS, 2003, p. 108). Isto é, seriam efêmeras porque raramente articulariam a interação on-line com a interação física. A rede, ainda, evolui ou deixa de evoluir de acordo com os interesses pessoais (e também valores, afinidades, projetos) de cada um dos atores e de acordo com a forma da própria rede.

Wellman (2001b), inspirado por Granovetter (1973), afirma que a rede social de cada indivíduo compreende desde meia dúzia de amigos íntimos a centenas de laços mais fracos, e isso ocorreria tanto on-line quanto off-line. Na internet, onde se situa o Facebook e o grupo que nos propomos estudar, o *Direitos Urbanos | Recife*, haveria uma predominância dos laços comunitários *não íntimos*. As pessoas estariam mais interessadas em um *apoio especializado* que tem origem em determinados *membros* de dada comunidade, e *não na comunidade em si*, pois

> Este é um tempo de indivíduos e suas redes, não de grupos ou famílias. As pessoas gastam seu capital de rede no apoio especializado dos membros da comunidade individual e não “na comunidade” em si. A coletividade abrangente se tornou uma rede fragmentada e personalizada. Autonomia, oportunidade e regras incertas fazem o jogo da comunidade atual. (WELLMAN, 2001b, p. 70)

Essa ideia acabaria gerando o conceito de *individualismo em rede* (*networked individualism*), cuja ascensão foi apontada por Wellman em um artigo seminal publicado no *International Journal of Urban and Regional Research* (WELLMAN, 2001a). Mais tarde, o autor avançaria nesse conceito em um trabalho conjunto com Rainie (RAINIE & WELLMAN, 2012). No mundo dos indivíduos em rede, a pessoa é o foco, e não a família, a vizinhança, a unidade de trabalho ou o grupo social. O *individualismo em rede* seria, portanto, um novo sistema operacional social, em contraste a sistemas sociais tradicionais, como famílias e comunidades.

Os autores chamam esse conceito de “sistema operacional” porque essa expressão descreveria as formas através das quais as pessoas se conectam, se comunicam e trocam informações. Segundo os autores, esse novo sistema operacional social é: a) *pessoal* (*personal*) – o indivíduo é o centro autônomo; b) *multiusuário* (*multiuser*) – as pessoas estão interagindo com inúmeras outras; c) *multitarefa (multitasking)* – as pessoas estão fazendo diversas coisas; e d) *multiemaranhado (multithreaded)* – elas estão fazendo coisas mais ou menos simultaneamente.

Essa seria a distinção fundamental entre a internet e antigas tecnologias como a imprensa, a TV ou mesmo os automóveis. As novas tecnologias, como o *smartphone*, o PC, o *tablet* estão sendo *incorporadas* à vida social das pessoas. “Quando as pessoas andam nas ruas teclando em seus telefones, estão obviamente se comunicando” (RAINIE & WELLMAN, 2012, p. 6). Isto é, estão *conversando* com outras pessoas, sejam remetentes de *e-mails*, *blogueiros*, usuários do Facebook etc. “Pessoas não estão viciadas em aparelhos, elas estão viciadas umas nas outras”, argumentam Rainie e Wellman (2012, p. 6). As pessoas usariam variados ramos do seu sistema operacional de rede para encontrar apoio, resolver problemas e melhorar seus conhecimentos e habilidades.

Não podemos com isso dizer que as relações típicas do *individualismo em rede* dão mais ênfase à quantidade do que à qualidade, mas é inegável a existência, aí, de um forte elemento teleológico/estratégico. Recorre-se à “conversa”, termo utilizado por Rainie e Wellman (2012), para atingir determinados fins.

Para Rainie e Wellman (2012, p. 11-12), estaríamos vivendo uma tripla revolução, calcada em redes sociais, internet e telefonia móvel. A rede social nos possibilita ir além dos grupos íntimos; a internet nos dá o poder da comunicação e da coleta de informações; e a telefonia móvel nos permite acessar amigos e informações a qualquer hora e em qualquer lugar. Essa tripla revolução tornou possível o que os autores chamam de individualismo em

rede. “A nova mídia é a nova vizinhança. A internet desempenha um papel especial no individualismo em rede porque é um meio participativo”, dizem os autores, citando o *e-mail*, os *blogs*, os *posts* no Twitter e no Facebook como opções interativas. Através dessas ferramentas as pessoas podem contar suas histórias, criar um público para elas (exposição) e encontrar apoio. Mudam, portanto, as expectativas e realidades sobre transparência, disponibilidade e privacidade (RAINIE & WELLMAN, 2012, p. 17), daí as questões que são levantadas, por exemplo, quanto às políticas de privacidade do Facebook.

Esse “novo mundo do individualismo em rede” seria orientado por redes soltas e fragmentadas que já existiam bem antes da internet, mas teriam sido potencializadas pela popularização do uso da rede mundial de computadores e dos telefones móveis. Assim, as pessoas passaram a ter acesso a novas maneiras de resolver problemas e de suprir suas necessidades sociais, ao mesmo tempo em que experienciam a liberdade de agir por conta própria.

Maffesoli (1996; 2006) enxerga todo esse processo de mudança social de outra maneira, ou por outro prisma. Para este autor, o surgimento de microgrupos, sobretudo nas grandes cidades, indicaria a emergência de um novo tribalismo em contraposição ao individualismo narcísico, marcando um processo de “desindividualização” que estaria ocorrendo desde o fim do século XX. Neste sentido, o *social* racionalizado (os interesses) poderia ser substituído por uma *socialidade* predominantemente empática e o sentimento de pertença poderia ser reafirmado pelo desenvolvimento tecnológico e a interatividade que ele proporciona. Mas, até que ponto isso seria possível? Podemos falar em uma ideia enfraquecida de individualidade?

2.3.1 O neotribalismo

Indo de encontro a toda uma literatura que afirma o primado do indivíduo no mundo moderno, Maffesoli (1996; 2006) enxerga um declínio do individualismo nas sociedades contemporâneas. Para esse autor, de tanto que se debateram as dicotomias indivíduo/sociedade, micro/macro, subjetivismo/objetivismo, o conceito de indivíduo ficou saturado, uma vez que a pessoa só existe na relação com o outro (como já apontavam, aliás, Simmel e Elias), e ao outro está ligado quer pela cultura, pela comunicação, pelo lazer ou pela moda.

Maffesoli afirma a ideia de comunidade de forma articulada às de rede e grupo não como poder, mas como força (NEVES, 2006, p. x). Ao colocar a pessoa (aberta) em contraposição ao indivíduo (fechado), Maffesoli (1996, p. 310) vai destacar que "a pessoa constrói-se na e pela comunicação", o que incluiria, além da razão, a imaginação, os sentidos, os afetos e, principalmente, o desejo de fusão.

Nessa mudança de enfoque de que nos fala Maffesoli (2006), o individualismo seria substituído pela necessidade de identificação com um grupo – enquanto família ampliada – e este aspecto seria reforçado pelo desenvolvimento tecnológico, a exemplo da TV a cabo e do computador, constituindo-se a partir de valores arcaicos como o localismo e a proxemia. O enfoque é relacional.

Esse processo de identificação (ainda que apenas uma emoção, uma moda) sucederia, para Maffesoli (1996, p. 18), a lógica das identidades, que para o autor não seria algo relacional, mas sim algo baseado na existência de indivíduos autônomos e donos de si, marcando a passagem da identidade à identificação. A identidade é incerta. *Somos vários*, no sentido do indivíduo cindido, *plural*, como também advoga Hall (2006), para quem a identidade moderna remete à ideia de fragmentação do indivíduo. Já a identificação é o que

nos permite associar nossos fragmentos identitários a uma ou várias religiões, a um ou vários estilos musicais, a um ou vários modos de vida, a uma ou várias ideologias, a uma ou várias orientações sexuais etc.

Maffesoli propõe a metáfora da “tribo” para observar a metamorfose do vínculo social, embora reconheça que, por ser algo ainda muito novo, ainda não haveria uma “segurança” nesse conceito: “é preciso se contentar com as metáforas, analogias, imagens, todas coisas vaporosas, que seriam os meios menos piores para dizer ‘o que é’, o que está em estado nascente” (MAFFESOLI, 2006, p. 5). Trata-se, portanto, de uma “verdade aproximativa” e “momentânea”, seguindo a tradição hermenêutica, que ele sintetiza através de dois eixos essenciais: “de um lado, o que salienta os aspectos ao mesmo tempo ‘arcaicos’ e juvenis do tribalismo. De outro, o que salienta sua dimensão comunitária e a saturação do conceito de Indivíduo”.

Falando sobre a natureza dos vínculos sociais, Lyotard (2011, p. 28) afirma que a ideia da “dissolução do vínculo social e a passagem das coletividades sociais ao estado de uma massa composta de átomos individuais”, um dos efeitos da modernidade que foi radicalizado na pós-modernidade, reflete uma concepção orgânica, funcional, de sociedade que ignora o componente relacional. Mas o ser humano não está isolado.

> O *si* mesmo é pouco, mas não está isolado; é tomado numa textura de relações mais complexa e mais móvel do que nunca. Está sempre, seja jovem ou velho, homem ou mulher, rico ou pobre, colocado sobre os “nós” dos circuitos de comunicação, por ínfimos que sejam. (LYOTARD, 2011, p. 28)

O componente relacional seria justamente uma das tônicas do tribalismo maffesoliniano. Tal fenômeno teria como características essenciais: o sentimento de pertencimento (ainda que a pertença não seja absoluta, já que a ideia é de fragmentação), a colocação em rede horizontal, a “simbiose afetual” e os processos de contaminação. Maffesoli não substitui o conceito de comunidade pelo de neotribalismo, mas nos fala dessa “lógica da

fusão" como uma metáfora para a comunidade, até porque o neotribalismo é caracterizado pela fluidez, pelos ajuntamentos pontuais e pela dispersão (MAFFESOLI, 2006, p. 132).

Ao contrário do que muitos podem imaginar, diz Maffesoli, o sentimento de pertença pode ser reafirmado pelo desenvolvimento tecnológico e a interatividade que ele proporciona. Grupos de configurações e objetivos diversos surgem e morrem, o que para o autor não deixa de lembrar a estrutura das antigas tribos e clãs. A diferença seria apenas temporal.

> A única diferença notável característica da galáxia eletrônica é, certamente, a temporalidade própria dessas tribos. Na verdade, ao contrário do que, geralmente, essa noção sugere, o tribalismo de que tratamos pode ser perfeitamente efêmero, e se organiza conforme as ocasiões que se apresentam. Para retomar uma antiga terminologia filosófica, ele se esgota na ação. Dessa maneira, o que ressalta de diversas pesquisas estatísticas é que cada vez mais pessoas vivem como "celibatários". Mas o fato de ser *solitário* não significa viver *isolado.*(MAFFESOLI, 2006, p. 225)

Em Maffesoli, o tribalismo exprimiria as novas formas sociais de proxemia, de solidariedade, de generosidade, de associativismo e cooperativismo, passando pelo afeto e pelo prazer de estar junto. Portanto, trata-se de uma ideia bastante diferente da ideia de *individualismo em rede* defendida por Rainie e Wellman (2012), em que os indivíduos acionam determinados contatos de sua rede no intuito de atingir determinados fins. Não haveria, nesse retorno do tribal, o perigo do enclausuramento endogâmico absoluto – como o que se verifica nos guetos, por exemplo, a que Bauman (2003) refere-se – pois, para Maffesoli, cada tribo ou grupo compõe redes e essas redes se superpõem, se reconfiguram e se movem, formando o que o autor chama de "redes das redes".

Nessas "redes das redes", o sentimento tem papel essencial, representando a "liga" dos pensamentos e ações clânicos. O neotribal suporia a "*participação* mágica" – com os outros, com o mundo, com a natureza. É essa integração que sobredetermina o indivíduo e que, se não o elimina conceitualmente, pelo menos retira o triunfo do seu império.

Esse neotribalismo, prevê Maffesoli, seria o valor determinante para as próximas décadas – um fenômeno essencialmente cultural que se contrapõe ao mito do progresso, de uma história linear, segundo a qual as novas tecnologias transformariam a sociedade em uma aglomeração de indivíduos isolados. “Ao Progresso linear e seguro, causa e efeito de um evidente bem-estar social, está em vias de suceder uma espécie de ‘regresso’ que caracteriza o ‘tempo das tribos’” (MAFFESOLI, 2006, p. 7). Valores do passado, como o localismo e a proxemia, reaparecem fortalecidos e multiplicados pelas novas tecnologias, falando-nos da importância do cotidiano e seus rituais, das emoções e paixões grupais. Do prazer de estar junto e de ser intenso nesses momentos, o que para o autor inspira um neologismo: “ingresso”, isto é, “um caminho sem objetivo, uma marcha que não termine”, no qual as fantasias, as experiências oníricas e as manifestações lúdicas são levadas a sério.

É justamente neste importante contexto que entendemos que o DU se situa, um contexto de sociedade midiatizada, individualista, pós-moderna, no qual paradoxalmente observamos o surgimento de redes, de pequenos grupos, como analisa Maffesoli (2006). Sinal de que a ação estratégica não necessariamente prescinde da emotividade. A própria emotividade pode estar sendo mobilizada pela racionalidade instrumental. É como se a dinâmica/arquitetura de um *site* como o Facebook (a forma) perdesse momentaneamente o controle, deixando escapar coisas como o #OcupeEstelita.

Nesse sentido, podemos dizer que o #OcupeEstelita 2014 (#Ocupaço) significou, sob certos aspectos, um retorno aos valores arcaicos (localismo, proxemia, paixão comunitária) na forma de resistência ao capital imobiliário, uma vez que lá se estabeleceu um acampamento solidário sustentado por doações de equipamentos, alimentos (principalmente vegetarianos), bebidas, produtos de limpeza etc., além de ter havido diversas atividades com crianças (Ocupinho, oficina de instrumentos musicais, brincadeiras de rua). Eis a junção do arcaísmo e da vitalidade, representada para Maffesoli pela figura da “criança eterna” (“o falar jovem, o

vestir-se jovem"), o que para alguns críticos do autor existiria apenas "em uma determinada faixa etária, a de uma adolescência prolongada" (MAFFESOLI, 2006, p. 8). Verifica-se, contudo, que o espírito juvenil pode ser identificado em qualquer faixa etária e classe social.

Pode-se inferir, ainda, que os "ocupantes do Estelita" estavam ali representando um estilo de vida em referência à vivência da urbe em todo o seu potencial ou, pelo menos, o desejo de um retorno a uma cidade mais humanizada, empática, envolvendo a partilha de afetos, de emoções. Uma cidade com menos arranha-céus e mais áreas destinadas ao convívio social, com menos automóveis e mais bicicletas, com mais hortas, áreas verdes, parques etc. – bandeiras que estão no centro da pauta do DU. Na luta por esse ideal, os ativistas acabaram confundidos com baderneiros e se tornaram alvos de balas de borracha, bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta.

O bárbaro, o arcaico, o tribal, retornam justamente nesse contexto de sociedades por demais racionalizadas, exageradamente assepsiadas, aversas ao risco. Para Beck (2010), o risco (político, tecnológico, ecológico, individual) é o imperativo da sociedade moderna e precisamos agir para minimizá-lo ou controlá-lo. A percepção do risco é o que gera negócios, mas os riscos fogem ao nosso controle. São globais e irreparáveis, efeitos do progresso.

Maffesoli observa que, até então, essa vitalidade, "um pouco lúdica, um pouco anômica", dizia respeito apenas a alguns grupos de vanguarda, marginais ou *outsiders* voluntários. Vitalismo que pode ser encontrado hoje nas efervescências musicais, mas também na publicidade, no retorno à natureza, no ecologismo, na importância que o corpo assume, enfim, em tudo aquilo "que lembra o animal no humano". Essa "virada" no modo de enxergar as coisas estaria focada no mecanismo de participação – com os outros (tribalismo), com o mundo (magia) e com a natureza (ecologia), exaltando a abertura para o Outro e a alteridade, numa perspectiva holística que une o social ao natural.

Isso ocorre porque, segundo Maffesoli, estaríamos vivendo a passagem "de uma ordem política a uma ordem fusional". Estaríamos "longe do *universalismo* moderno, o do Iluminismo, o do Ocidente triunfante". Universalismo que o autor vai chamar de "etnocentrismo particular generalizado", no qual os valores europeus são transformados em um modelo válido para todos. "O tribalismo lembra, empiricamente, a importância do sentimento de pertencimento, a um lugar, a um grupo, como fundamento de toda vida social." (MAFFESOLI, 2006, p. 11). Sentimento de pertencimento que é, sem sombra de dúvida, uma das molas propulsoras das ações do DU – no caso, o pertencimento a um lugar, que é a cidade do Recife, e a um grupo de pessoas interessadas em tornar esse lugar mais humano.

Outra chave para entendermos o tribalismo pós-moderno seria o que Maffesoli chama de "dimensão comunitária da socialidade". Para ele, a *intelligentsia* que prega o indivíduo e o individualismo como marca essencial da contemporaneidade estaria "defasada", já que a moda, o instinto de imitação, as pulsões gregárias, os agrupamentos musicais, esportivos, religiosos, estariam aí para mostrar que o que ocorre nos dias de hoje é exatamente o contrário. A dimensão comunitária estaria presente, por exemplo, no meio acadêmico, "constituído de um conjunto de clãs", onde "aquele que não tem o cheiro da matilha é, infalivelmente, rejeitado". Ideia também presente na imprensa, no mundo político e sindical, nos clubes etc., onde se pode enxergar com clareza "o papel da camaradagem, a importância das redes de influência" (MAFFESOLI, 2006, p. 12). A partir desses clãs "vão se constituir as redes de influência, a camaradagem e outras formas de ajuda mútua".

> Não se trata de dizer se é bom ou mau. É melhor reconhecer que, de encontro a um social racionalmente pensado e organizado a socialidade é somente uma concentração de pequenas tribos que se dedicam, de qualquer modo, a se ajustar, se adaptar, se acomodar entre si. (…) não é mais a partir de um indivíduo, poderoso e solitário, fundamento do contrato social, da cidadania desejada ou da democracia representativa que se defende como tal, que se faz a vida em sociedade. (MAFFESOLI, 2006, p. 13-14)

O novo milênio marcaria, então, para Maffesoli, o fim de um tempo no qual o mundo era organizado a partir do primado do indivíduo, autônomo e senhor de si. A ajuda mútua, as novas formas de solidariedade, de generosidade, de caridade, de hedonismo e a busca de harmonia com as pessoas e as coisas – tudo isso exaltaria um complexo processo baseado nas interações múltiplas, no prazer de estar junto, no gozo coletivo, que para o autor representaria o fim da prevalência da "forte identidade individual".

O neotribalismo seria precedido pelas noções da comunidade emocional, da potência e da socialidade, tendo como consequências o policulturalismo e a proxemia. Sobre a comunidade emocional, Maffesoli vai dizer que vivemos em um tempo que tende a substituir o *social* racionalizado por uma *socialidade* predominantemente empática. Isso pode ser constatado a partir de termos como "trans" e "meta", cada vez mais utilizados para traduzir o sexo, a aparência, os modos de vida, aspectos cujos contornos se tornam indefinidos, ultrapassando a lógica identitária e/ou binária. Isso apontaria para a necessidade de mudarmos a maneira como avaliamos os agrupamentos sociais.

Revisitando o conceito de comunidade emocional de Max Weber, o autor afirma que entre suas grandes características estão "o aspecto efêmero, a 'composição cambiante', a inscrição local, a 'ausência de uma organização' e a estrutura quotidiana" (MAFFESOLI, 2006, p. 39-40). Características encontradas nas religiões e seu poder carismático, mas também no movimento *punk*, na tendência à orientalização da existência (meditação, yoga, *feng shui*), exemplos da ambiência emocional que emana do desenvolvimento tribal. Enquanto que os períodos racionais estariam apoiados no princípio de individuação, de separação, os períodos empáticos seriam dominados pela *indiferenciação*, pelo "perder-se" em um sujeito coletivo, pela expressão do Nós.

Essa perspectiva poderia nos levar à superação – se é que isso é possível – da dicotomia clássica entre sujeito e objeto, que para Maffesoli representa a base da filosofia

burguesa. A ênfase dada pelo autor é naquilo que nos une, não no que nos separa. E é neste sentido que Maffesoli vai se ocupar da religiosidade (*religare*) e dos rituais que reafirmam o sentimento de grupo. A partilha sentimental de valores, de lugares ou de ideais circunscritos teria um aspecto "coesivo".

> Observando expressões da vida quotidiana, tais como dar calor humano, cerrar fileiras, fazer uma corrente para frente, podemos pensar que talvez esteja aí o fundamento mais simples da ética comunitária. (…) Sem entrar no mérito da questão, parece-me que essa é a viscosidade que se exprime no estar-junto comunitário. Assim, insisto, para evitar qualquer desvio moralizante, que é, por força das circunstâncias, porque existe proximidade (promiscuidade), porque existe a partilha de um mesmo *território* (seja ele real ou simbólico), que vemos nascer a ideia comunitária e a ética que é o seu corolário." (MAFFESOLI, 2006, p. 46)

Os agrupamentos contemporâneos seriam, pois, guiados pela estética (o sentir em comum), pela ética (o laço coletivo) e pelo *costume*, entendido em sua acepção mais ampla, normalmente não verbalizado – "o conjunto dos usos comuns que permite a um conjunto social reconhecer-se como aquilo que é" (MAFFESOLI, 2006, p. 54). O autor entende estética em sua essência etimológica, como a faculdade comum de sentir, experimentar e, também, uma forma de reconhecer-se, como nos cabelos multicoloridos e na vestimenta dos *punks*, em que a estética comum representa o "nós".

O costume, isto é, o não dito, representaria para Maffesoli a *centralidade subterrânea* ou "potência" social (a massa), algo que não se deixa dominar e que foge à lógica da racionalidade instrumental. Do costume surge a cultura informal, produzia nos subterrâneos, que por sua vez remete à proxemia, presente, por exemplo, nas redes de amizade cujos integrantes se reúnem sem qualquer objetivo, "sem projeto especifico", apenas pelo prazer de estar junto, que em Simmel é o estar junto à toa, o lúdico. *Religação.*

Existiria, para Maffesoli, uma "ligação íntima" entre a proxemia e a solidariedade, pois ele acredita que a ajuda mútua pode surgir "por força das circunstâncias". Locais de conversação, de convivialidade (como cabarés, cafés e outros espaços públicos), cuja base é a

comunicação, seriam propícios a esse fenômeno – embora a solidariedade possa ser algo restrito ao grupo, não implicando em tolerância na relação com outros grupos (vide, por exemplo, os grupos neofascistas).

De qualquer forma, para Maffesoli, em tempos de internet e *sites* de redes sociais como o Facebook, o crescimento das tribos urbanas favoreceria a retomada dos rituais da antiga Ágora. Nesse processo de *reencantamento do mundo*, as massas são difratadas em tribos, ou as tribos se agregam em massas, tendo na emoção ou na sensibilidade vivida em comum seu principal cimento.

Daí a importância da revalorização, que o DU defende, dos espaços públicos, dos espaços de convivência, como pátios, praças, parques etc. Maffesoli (2006, p. 129) afirma que a situação face a face cria uma relação de empatia, uma sintonia, "seja pelo contato, pela percepção ou pelo olhar", um "sensível que é o substrato do reconhecimento e da experiência do outro". A originalidade da sociologia residiria justamente no fato de que ela se apoia na *materialidade*, ainda que "virtual", do estar-junto. O indivíduo não está isolado, mas sim ligado a uma comunidade. Para Maffesoli, assim como para Simmel, a vida social é sempre determinada em relação ao grupo, que seria algo maior do que uma "reunião de indivíduos" (em Elias, maior que a soma dos indivíduos). Vejamos:

> Tempo houve em que se realçava tudo que era possível distinguir em um dado conjunto, tudo que se podia separar e particularizar. Agora, cada vez mais, nos damos conta de que mais vale considerar a sincronia ou a sinergia das forças que agem na vida social. Isso posto, redescobrimos que o indivíduo não pode existir isolado, mas que ele está ligado, pela cultura, pela comunicação, pelo lazer e pela moda, a uma comunidade, que pode não ter as mesmas qualidades daquelas da Idade Média, mas que nem por isso deixa de ser uma comunidade. E esta é que precisa ser destacada. (MAFFESOLI, 2006, p. 140)

A valorização do grupo significaria, seguindo esse raciocínio, a desconstrução do individualismo. Individualismo que marcou, por exemplo, o positivismo durkheimiano. Ele não desaparece, mas é contrabalançado pelo coletivismo numa relação de "tensão paradoxal"

que, para Maffesoli (2006, p. 50), é o que assegura “a tonicidade de uma dada sociedade”. A primazia passa a ser das relações entre os indivíduos, não dos indivíduos em si, como aliás já preconizavam Simmel e Elias. “Essa ideia de interconexão é notável, pois privilegia o papel de cimento que o afetivo, o ombro a ombro, pode representar” (MAFFESOLI, 2006, p. 152).

Estaríamos, assim, chegando ao fim de toda uma era marcada pelo individualismo? Percebemos que o ideal moderno, que nos traz a ideia de um indivíduo senhor de si, autônomo, estaria se enfraquecendo. O tempo todo somos mobilizados e não sabemos se estamos preparados para atender a todas as demandas. Como já apontava Schutz (1979), há uma dificuldade em conciliar a diversidade de interesses e o desempenho de múltiplos papéis sociais. Para entender esse fenômeno, precisamos fugir das polarizações. Agência e estrutura são aspectos tensos, porém coexistem e não são exatamente contraditórios.

O componente relacional da vida social não se restringiria, segundo Maffesoli, à relação entre um ser humano e outro, mas igualmente à relação entre o ser humano e um território, uma cidade, um meio ambiente que é compartilhado com outros. É o espaço, inclusive, que possibilita a socialidade – “*o lugar se torna laço*”. Ainda que esse território seja um espaço simbólico, uma *cosa mentale* (MAFFESOLI, 2006, p. 224), pois um grupo não precisa necessariamente estar ligado a um espaço geográfico (WELLMAN & GULIA, 1999). Com as tecnologias do virtual, podemos estar aqui e lá ao mesmo tempo.

Percebe-se que entre os membros do DU há todo um investimento afetivo – amor à cidade, às pessoas, à natureza. O Cais José Estelita tornou-se símbolo de luta por uma cidade melhor para se viver, cidade que, sem dúvida, começa em uma rua, em um bairro, que precisa urgentemente ser atualizado, reinventado, para que seja um facilitador de interconexões e não um território de pessoas isoladas. E, a cidade, algo além de uma mera sucessão de territórios, produto do urbanismo de “colcha de retalhos”. Uma cidade que, apesar do caos, interligue as pessoas, colocando-as para conviver e conversar.

Evidentemente, as chamadas tribos urbanas não se movem ou se mobilizam pelo racional. Pelo menos não de acordo com o racional da lógica iluminista. Ainda segundo Maffesoli (2006, p. 232), “Parâmetros como o afetual ou o simbólico podem ter sua própria racionalidade”. A racionalidade das experiências partilhadas, da comunicação não verbal, da linguagem corporal, seria mais ampla e mais generosa. Maffesoli refere-se a outro modelo possível de razão, diferente daquele dos séculos XVIII e XIX.

Ainda que teoricamente não seja possível fazer comparações, até porque são posturas filosóficas bem distintas, Habermas (2011; 2012a; 2012b) vai chamar esse outro modelo possível de razão de comunicativo. Para Habermas, ao contrário de Maffesoli, o projeto moderno não está concluído, fazendo-se necessário haver uma ideia mais ampla de emancipação e uma racionalidade do tipo mais aberta, para que as pessoas comecem a dialogar e a reconhecer o outro ainda na modernidade. Consideramos que esse outro tipo de racionalidade é o orienta a experiência comunitária que também pode estar presente nos grupos do Facebook, apesar da sobredeterminação da estrutura da rede e do constrangimento da ação que a tecnologia pode acarretar. Esse é o principal argumento que procuraremos desenvolver no próximo capítulo.

3 Comunidades on-line: possibilidade de abertura para uma racionalidade mais comunicativa e menos estratégica

No capítulo anterior, vimos como o surgimento do conceito de redes sociais, que teve suas bases teóricas lançadas por Georg Simmel, coincide com a emergência de sociedades complexas e de um novo padrão de urbanização. A modernidade que trouxe a divisão do trabalho e uma maior diferenciação social também foi marcada pelo crescimento do individualismo, tornando as relações humanas mais impessoais e racionais.

Essa mudança fundamental nas formas de socialização levou alguns autores da sociologia clássica, como Tönnies, a decretarem o "fim" das comunidades, até então vistas como agrupamentos humanos associados a um território físico, caracterizados pelo entendimento tácito, pela partilha de costumes, valores e crenças, implicando um forte sentido de pertencimento e compromisso mútuo.

Por mais de um século, a preocupação da sociologia foi mostrar como as mudanças tecnológicas, aliadas à burocracia, à industrialização e ao capitalismo, tinham eliminado as comunidades. No lugar da comunidade surge a *sociedade*, compreendida como uma agregação isolada de indivíduos, desconectados, movidos por interesses racionais e relações mais transitórias, supostamente desterritorializadas.

As ideias de Simmel foram fundamentais para começarmos a entender *sociedade* não como mera agregação isolada de indivíduos, mas como *interação entre indivíduos* ligados e determinados mutuamente, isto é, como *sociação*. Interações que podem ser duradouras, como na família, ou transitórias/fluidas/momentâneas, como nos grupos secundários. Para Simmel, o pertencimento simultâneo a diversos grupos, ao invés de enfraquecer, enriquece as vidas individuais, ao mesmo tempo em que invoca ideais de coletivismo, pois cada grupo

possui suas regras e códigos de conduta, definidos para que os interesses individuais não se sobressaiam aos do grupo.

Simmel lançou as bases para o que se conhece hoje como Análise de Redes Sociais (ARS). A partir do seu trabalho surgiu o interesse em saber como as formas, isto é, as interações sociais concretas, determinam seu conteúdo (interesses, finalidades etc.), constrangendo o comportamento individual e as trocas.

Estudos mais recentes têm confirmado a persistência das comunidades, que passam a ser formadas não mais apenas por parentes, amigos e colegas de trabalho que compartilham a mesma vizinhança, mas também por relacionamentos mantidos a longas distâncias, possibilitados pelos avanços nas tecnologias de transporte (carro, avião) e comunicação (telefone, internet etc.). Entretanto, deixando o peso da tradição de lado, esses agrupamentos passam a ser entendidos por alguns autores não mais em termos de comunidades, mas de redes sociais. Redes que são fundamentalmente personalizadas (ou egocentradas), dando lugar a um fenômeno que Wellman (2001a) e Castells (2003) chamam de individualismo em rede.

Já Maffesoli (2006) defende que o individualismo não está mais tão forte assim, enxergando a emergência de novas formas de sociabilidade mais afetuosas e solidárias, ainda que fluidas e momentâneas. E, ao contrário do que muitos possam imaginar, o desenvolvimento tecnológico e a interatividade que ele nos proporciona reafirmaria o sentimento de pertença. Isso abre espaço para pensarmos o início de uma transição em que a racionalidade estratégica e a racionalidade comunicativa podem conviver, em que o individualismo e o neotribalismo maffesoliniano podem coexistir.

Todas essas influências são importantes se queremos aprender algo sobre comunidades on-line, que são o foco deste capítulo. Muitas delas precisarão ser revisitadas para nos ajudar nesse processo de aprendizagem, que também vai exigir uma reflexão sobre o processo de produção e reprodução de formas simbólicas com a mediação de artefatos tecnológicos e

sobre a relação do ser humano com a tecnologia, que decidimos incluir neste capítulo. Fica cada vez mais claro que a sociologia clássica não nos oferece elementos suficientes para entendermos o recente fenômeno de movimentos sociais urbanos fortemente articulados através das redes sociais da internet, como o DU, menos ainda como se dá a comunicação no interior das comunidades on-line que servem de base para esses movimentos. Comunicação que é mediada por um aparato tecnológico, com todas as suas limitações e determinações, e que ainda assim sofre fissuras ao ponto de deixar escapar expressões de rupturas tais como o Ocupe Wall Street e o #OcupeEstelita.

Acreditamos que a internet, justamente por não ser algo transparente e sim opaco, pode nos dar algumas pistas a respeito dessas ambiguidades. Ao considerarmos o Facebook uma esfera pública, isto é, um lugar ideal para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões (HABERMAS, 1997, p. 92), admitimos que os *sites* de redes sociais são lugares propícios ao individualismo e à racionalidade estratégica, mas também possuem uma dimensão participativa/deliberativa e solidária, podendo ser utilizados pelas pessoas para apresentação de demandas, para fazer críticas e buscar soluções para problemas que atingem uma coletividade.

Defendemos que essa abertura para uma racionalidade mais comunicativa não estaria exatamente no *feed* de notícias do Facebook, mas nos grupos/comunidades baseados neste *site* de redes sociais. Como vimos, o modelo de rede social está impregnado de individualismo e racionalidade estratégica, o que faz com o que no *feed* de notícias predominem a superficialidade e a cortesia de “curtir” e ser “curtido”, havendo pouco diálogo, pouco apoio e pouca solidariedade. No *feed*, o mais individual se torna público, mas pouco interessa ao público. No Facebook em geral, o objetivo principal da ação dos atores é justamente construir e expandir uma rede, “acumulando” cada vez mais amigos.

Já os grupos do Facebook, apesar de igualmente estarem sujeitos a essa lógica, ofereceriam um espaço coletivo favorável ao entendimento mútuo, à solidariedade, o que pode inspirar uma ação mais comunicativa e menos estratégica com relação a fins. Sem essa abertura, certamente a articulação desses novos movimentos sociais pela internet, como o DU, não seria possível, porque resvalariam na superficialidade, na temporariedade e no jogo de aparências tal como ocorre no *feed* de notícias. Nos grupos, supõe-se que há comprometimento, normas sociais a serem seguidas e um *ethos* que é compartilhado. Para Parsons, não há grupos sociais sem normas, mas nas comunidades on-line há algo mais que isso, como veremos adiante.

Comunidades on-line, como o DU, mostram-nos que é possível pensar e agir coletivamente também através da internet. Porém, regras antigas, aquelas do mundo da vida, da atitude cotidiana, da solidariedade, que preveem o uso da linguagem como meio possível de entendimento, são agora confrontadas com regras novas advindas da tecnologia, como a aceleração, a desterritorialização e a reterritorialização, e que são tão bem reproduzidas pelo Facebook.

Embora sejam formadas a partir de redes pessoais, as comunidades on-line teriam a capacidade de reunir pessoas em torno de sentimentos (e também suscitá-los), valores e interesses comuns, gerando laços de apoio, de amizade e solidariedade. Também podem ser vistas como um campo institucional que abriga redes sociocentradas, isto é, centradas não no indivíduo, mas no grupo em si. Isso é algo fundamental inclusive para ajudar a quebrar a rigidez do sistema tecnológico, que vigia-nos, manipula-nos e força uma redução da comunicação a meros fluxos informacionais (BAUDRILLARD, 2005; ELLUL, 1980).

Nas comunidades on-line haveria um elemento de indeterminação que foge à lógica do sistema tecnológico, indicando que, no caso dos grupos do Facebook, como o DU, haveria uma experiência que é, ao mesmo tempo, de rede e de comunidade. Ainda que o consenso

pareça algo difícil de alcançar, e a pesquisa de campo nos aponta isso, percebemos um esforço nas comunidades on-line para manter os grupos coesos e isso é feito através de um *ethos* que é compartilhado entre os participantes (GURAK, 1999).

Dessa forma, pretendemos, neste capítulo: i. buscar uma redefinição do conceito de comunidades a partir de sua versão on-line, mostrando que elas não foram substituídas por redes sociais, como afirmam Castells (2003) e Wellman (2001a); ii. explorar os elementos-chave da interação on-line, suas possibilidades e limites; ii. falar sobre a tecnologia e seus efeitos sobre a comunicação, analisando a produção e reprodução de formas simbólicas com a mediação de artefatos tecnológicos e a relação do ser humano com a tecnologia; e, finalmente, iv. discutir a possibilidade de transformar os efeitos negativos da tecnologia sobre a comunicação a partir da racionalidade comunicativa proposta por Habermas (2012a; 2012b).

3.1 Comunidades on-line: definições possíveis

Como vimos no capítulo anterior, desde a Revolução Industrial a sociologia tem apontado mudanças profundas nas relações humanas – esgarçamento dos laços sociais, perda da importância do território, domínio da racionalidade em detrimento da afetividade, a "invenção" da identidade e o crescimento do individualismo, entre outras. Essas mudanças levaram alguns autores da sociologia clássica a decretar "o fim" das comunidades. Passou-se, então, a se falar em comunidade com certa nostalgia, como algo utópico, distante, tornando o trabalho dos pesquisadores deste tema bastante problemático. Hoje, contudo, caminhamos para um entendimento de que a comunidade persiste e que convive com outros tipos de configuração social.

O conceito de comunidade vem sendo definido e redefinido ao longo do tempo, tornando-se central nos debates sobre a natureza dos agrupamentos humanos. Por isso mesmo,

torna-se fundamental para nós compreendermos este conceito em todas as suas nuanças se de fato queremos entender os processos relacionais e comunicacionais que permeiam as discussões e ações do grupo *Direitos Urbanos | Recife*, sejam no mundo on-line ou off-line. Sim, porque o DU está situado nessas duas dimensões e é dessa forma que deve ser compreendido. Veremos por que consideramos que o DU propicia a seus membros uma experiência que é, ao mesmo tempo, de rede e de comunidade

De maneira geral, comunidades são definidas como grupos, frequentemente associados a um território físico, com interesses e objetivos comuns, atividades e governança, além de cooperação no compartilhamento de recursos e na satisfação das necessidades de cada membro (PREECE, 2000). Mas o próprio significado da palavra grupo resvala em "um lugar vazio, que se preenche em cada ocasião, segundo o contexto, com distintos significados" (ADORNO & HORKHEIMER, 1969, p. 59). Um grupo pode ser uma comunidade de interesses enquanto aglomeração casual de indivíduos; uma comunidade dispersa ou única no tempo e no espaço; etc. Adorno e Horkheimer (1969) lembram que, em Simmel, o grupo é algo intermediário entre o indivíduo e a sociedade, sendo a sociedade um grupo social ampliado, como também postula Von Wiese ([1932] 1980, p. 214).

Assim, o termo comunidade pode assumir "numerosos significados, sociológicos e não-sociológicos" (JOHNSON, 1997, p. 45). Comunidade pode ser um grupo de indivíduos com algo em comum, como em "comunidade hispânica" (no caso, a língua espanhola), sem que necessariamente vivam em um mesmo local; pode ser um senso de ligação e identificação com outras pessoas, como em "espírito (ou senso) de comunidade". Ou, ainda, um grupo de pessoas com trabalhos relacionados, como em "comunidade da saúde", "comunidade acadêmica" etc., cujos membros também não precisam necessariamente compartilhar um mesmo território geográfico. Hoje se fala em comunidades até para designar, de forma "politicamente correta", aglomerados urbanos de habitações precárias – as favelas.

A maioria dos atributos relacionados à comunidade física aparece nas definições mais comuns de comunidade on-line. A diferença é que não há um território físico, mas simbólico, e as pessoas estão ali apenas virtualmente, isto é, desprovidas de seus corpos físicos.

Estar situada em um território simbólico e não físico não diminui a importância da comunidade on-line. De acordo com Haesbeart (2007, p. 20), desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica. Portanto, "não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído" (HAESBEART & LIMONAD, 2007, p. 42). O espaço se torna território pela apropriação e pela dominação social. A conotação simbólica, inclusive, vem ganhando importância cada vez maior, principalmente quando consideramos que o território ajuda a construir identidades, pois possui uma dimensão que é, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva. Quando plenamente usufruído, "o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva 'apropriação'" (HAESBEART, 2007, p. 20). A apropriação é tratada por esse autor também como algo ligado ao poder simbólico, não apenas ao poder tradicional, concreto.

Concordamos com Rheingold (2000, p. xvii) quando este diz que "Pessoas em comunidades virtuais fazem exatamente tudo que as pessoas fazem na vida real", mas discordamos quando afirma que nesse processo deixamos nossos corpos para trás. O corpo que deixamos para trás é apenas o corpo físico, pois acreditamos que ao navegar no ciberespaço projetamos uma corporeidade simbólica, o simulacro do corpo que possuímos ou desejamos possuir (BATISTA, 2010).

Membros de comunidades on-line podem ou não se encontrar face a face, mas pode-se dizer que a base desses relacionamentos está na relação que é mantida com palavras escritas, imagens e símbolos virtualizados na tela do computador – inclusive de corpos simulados, de materialidade subtendida. Nesses espaços sociais, como resume Rheingold, as pessoas batem papo, argumentam, envolvem-se em discursos intelectuais, fazem comércio, trocam

conhecimentos, compartilham apoio emocional, fazem planos, discutem ideias, fofocam, apaixonam-se, encontram e perdem amigos, jogam *games* e flertam, entre tantas outras atividades possíveis. E acrescentamos: algumas dessas atividades (compras, jogos) são realizadas a partir da projeção de nossos corpos simbólicos.

Rheingold (2000, p. xx) define comunidades virtuais como "agregações sociais que emergem da internet quando uma quantidade suficiente de pessoas leva adiante discussões públicas por tempo longo o suficiente, com suficiente sentimento humano, para formar teias de relações pessoais no ciberespaço". A questão é saber o que seriam essa "quantidade suficiente de pessoas", esse "tempo longo o suficiente" e esse "suficiente sentimento humano" capazes de transformar simples agregações sociais da internet em comunidades virtuais.

Kozinets (2012, p. 8-9), ao trabalhar com o conceito de Rheingold, *presume* que a quantidade mínima para que o grupo on-line possa "se sentir" uma comunidade seria de 20 pessoas. Seguindo a proposta do antropólogo Robin Dunbar, o autor afirma que o máximo se situaria entre 150 e 200 integrantes para que se garanta a eficiência da comunicação. Acima disso, os grupos tenderiam naturalmente a se dividir, a fim de manter a atmosfera próxima que é característica de uma comunidade.

Já a expressão "tempo longo o suficiente", para Kozinets, pressuporia relações contínuas, com contatos interativos repetidos, embora não seja estabelecido um número mínimo de interações. Por fim, "suficiente sentimento humano" estaria relacionado ao sentido subjetivo de contato autêntico com outros membros. Incluiria questões emocionais como honestidade, apoio recíproco, confiança, expressões de filiação e intenção de ser social com o outro.

De qualquer forma, para Rheingold, a proliferação de comunidades virtuais seria algo inevitável diante da popularização da CMC, "assim como inevitavelmente micro-organismos criam colônias". O autor suspeita que este fenômeno estaria relacionado a uma "fome por

comunidade" que cresce no seio da população ao redor do mundo na medida em que desaparecem os espaços públicos informais na nossa vida off-line.

Se já era assim em 1987, quando Rheingold cunhou o termo comunidade virtual, imaginamos que essa "fome por comunidade" só tenha aumentado. "Também suspeito que essa nova mídia atrai colônias de entusiastas porque a CMC possibilita às pessoas fazer coisas com outras pessoas de novas formas, e fazer juntas novos tipos de coisas – assim como os telégrafos, telefones e televisores fizeram" (RHEINGOLD, 2000, p. xxi).

Para Rheingold, portanto, o futuro da Net estaria conectado ao futuro da comunidade, seja em relação à democracia, à educação, à ciência ou à vida intelectual. Essa "fome por comunidade" de que o autor nos fala pode ser facilmente deduzida da proliferação de grupos de discussão, por exemplo, no Facebook. Há comunidades para todos os tipos e gostos: esportivas, religiosas, musicais, políticas, estudantis, profissionais, de empregos, de pesquisas, de compra e venda, de troca-troca, defesa dos animais, moda, viagens, gastronomia etc. etc. etc. Em uma delas, noivas do Recife trocam informações sobre preços e fornecedores de produtos e serviços para casamentos. Em outra, apreciadores de vinhos trocam dicas sobre os melhores rótulos, harmonização com comidas e rituais. Quer dizer, coisas que antes eram feitas na praça do bairro, nas ruas, cafés e clubes agora são feitas também na internet, a partir de uma necessidade de identificação, como vimos em Maffesoli (2006).

Bauman (2005, p. 37) chama esses agrupamentos fluidos de comunidades "guarda-roupas", provisórias, aquelas que só existem enquanto dura o espetáculo e que são "prontamente desfeitas quando os espectadores apanham seus casacos nos cabides". Essa transitoriedade estaria relacionada à fragmentação de nossas identidades, ao seu caráter instável, e à busca pelo pertencimento. O desenvolvimento tecnológico, diz Maffesoli (2006, p. 225), só aguça o sentimento de pertença, gerando a "fome por comunidade". O fenômeno

da retribalização indica que a comunidade emocional está funcionando de novo, porém não daquela forma tradicional de 200 anos atrás. Tem coisas diferentes acontecendo.

Kozinets (2012) observa que sempre houve uma prevalência do termo comunidade virtual para descrever o compartilhamento de diversos tipos de comunicação on-line. No início, durante o período conhecido como Web 1.0, a experiência on-line era mais frequentemente semelhante com ler um livro do que o compartilhamento de uma conversação. Naquela época, assumia-se que os membros dos grupos on-line quase nunca se encontravam pessoalmente e havia uma tendência à anonimidade, o que acabou gerando uma série de questões (que ainda hoje persistem) sobre a proliferação de identidades falsas na rede.

A noção de que encontros on-line eram de alguma forma tipos de comunidade, portanto, vem desde o início da Web e tem persistido. Neste sentido, listas de *e-mail*, fóruns, *blogs* ou *microblogs*, *wikis*, *sites* para amantes de fotos ou vídeos, *podcasts* e *videoblogs*, podem ser pensados como lugares de comunidade e cultura. *Sites* de rede social e mundos virtuais também seriam capazes de manifestar e forjar novas conexões e amizades.

Lee Komito teria complicado um pouco mais as definições clássicas de comunidade on-line (Hiltz, 1984) e comunidade virtual (Rheingold, 1987) ao enxergar similaridades com comunidades que compartilham normas de comportamento ou certas práticas definidas e impõem certos padrões morais, pois

> uma comunidade não é fixada em forma nem em função, ela é um saco misto de opções possíveis cujos significados e concretudes estão sendo sempre negociadas pelos indivíduos, em um contexto de restrições externas em mutação. Isto é verdadeiro se os membros do grupo interagem eletronicamente, via comunicação face a face ou ambos (KOMITO *apud* KOZINETS, 2012, p. 9)

Temos aqui a ideia fundamental de que tais grupos vão além da mera transmissão de informações – existem significados que estão em constante negociação, e essa negociação é feita através de complexos processos comunicacionais.

Por tudo que já vimos, o termo comunidade virtual pode muito bem ser utilizado em referência a um grupo de pessoas que compartilham interação social, laços sociais e uma forma interacional comum, lugar ou “espaço”, que no caso é o ciberespaço.

Também seria possível, segundo Kozinets (2012), situar no termo comunidade um senso de permanência ou contato repetido, que é o que garantiria alguma interação social sustentada e, além disso, um senso de familiaridade entre os membros.

Permanência e *repetição* seriam dois dos “ingredientes” que levam à ideia de comunidade virtual enquanto pertencimento a um grupo particular. Não dá para dizer que alguém pertence a uma comunidade on-line se essa pessoa só visitou o fórum uma ou duas vezes ou mesmo se ficou apenas espreitando a comunidade durante alguns meses. Por outro lado, se essa pessoa vez por outra posta comentários, se alguns dos principais colaboradores lhe são familiares e suas preferências e interesses são conhecidos por outros membros do grupo, então ela poderá ser considerada membro de uma comunidade on-line. A participação contínua, portanto, seria decisiva. Evidentemente, aspectos como familiaridade recíproca, conhecimento compartilhado de rituais e costumes e algum senso de obrigação também são importantes.

Aqui, definimos comunidade como um grupo de pessoas que compartilham interesses, valores, afetos e compromisso mútuo, gerando um sentimento de pertença. Essas pessoas podem ou não estar ligadas a um território físico. Trabalhamos o conceito de comunidade on-line como um grupo de pessoas que compartilham interesses, valores, afetos e compromisso mútuo com intensidade e de forma contínua na internet, gerando um sentimento de pertença ao longo do tempo.

Foram necessários cerca de 30 anos de pesquisas para entendermos que os encontros on-line seguem muitas das regras básicas dos grupos face a face, em que há um contexto de copresença e a partilha de um mesmo referencial de espaço e tempo. Por exemplo, o

desenvolvimento das normas internas e a importância da identidade de grupo. Hine (2000) observa que, nas comunidades on-line, também encontramos a afirmação de valores comunitários e o aparecimento de episódios de conflito – suspeitamos que alguns desses episódios são gerados pela própria plataforma. Também nesses agrupamentos, hierarquias podem ser formadas, modelos de poder podem emergir e normas de conduta podem ser fixadas.

Por outro lado, há características que pertencem apenas às comunidades on-line, como anonimidade e acessibilidade, que segundo Kozinets (2012) criam oportunidades únicas para o estabelecimento de um estilo distinto de interação.

Para o autor, comunidades on-line tanto podem intensificar relações existentes quanto ajudar a criar e a manter novos relacionamentos. Não é verdadeira, portanto, a afirmação de que a internet estimula apenas os laços fracos. Nos *sites* de redes sociais, talvez sim, porque o objetivo principal é justamente explorar e construir uma rede. Já em uma comunidade de jogo, por exemplo, o objetivo inicial será aprender as normas sociais do grupo ou as regras do jogo, podendo invocar comprometimento e sentido de pertença e levar à criação de laços fortes.

Kozinets argumenta que, com o tempo e um fluxo de comunicações frequente, a participação em comunidades on-line pode progredir da curiosidade inicial sobre determinada atividade, tema ou grupo, para um envolvimento maior e mais amplo que vai desde a simples troca de informações até a adoção das normas culturais do grupo, troca de dados pessoais, relacionamentos, comprometimento e, por fim, coesão cultural (Figura 17).

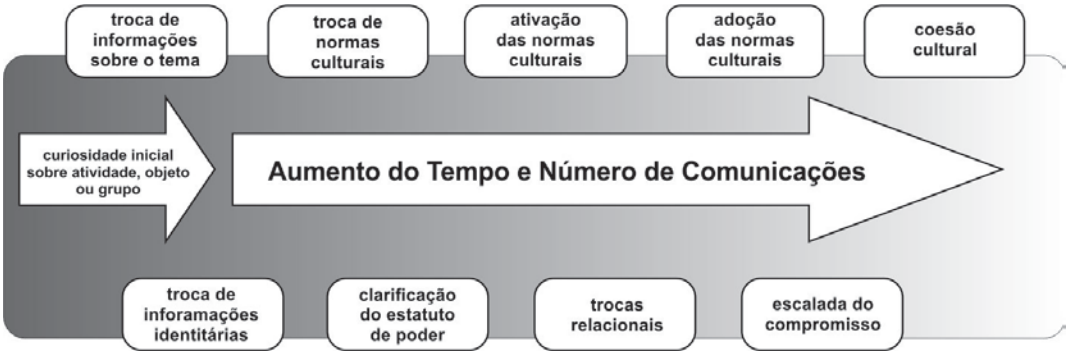


Figura 17 (3) – Progressão do desenvolvimento da participação em comunidades on-line

Fonte: Traduzido de KOZINETS, 2012, p. 28

Tal progressão pode transformar cada troca que ocorre no grupo em uma troca emocional. Esse componente emocional, de pertencimento, é o que faz, por exemplo, membros de grupos de apoio (alcoólatras, portadores do vírus HIV ou câncer etc.) passarem a se enxergar menos diferentes, o que aumentaria a autoestima e diminuiria a sensação de isolamento social. Com isso Kozinets conclui que não apenas as comunidades on-line trazem benefícios sociais reais como também possuem efeitos poderosos sobre a identidade das pessoas.

No caso do DU, esse envolvimento maior e mais amplo leva membros do grupo a se identificarem como pessoas preocupadas com os problemas urbanos da cidade do Recife e que buscam alternativas de ação a fim de ajudar a construir um lugar melhor para se viver. “Pertencer” ao DU significaria defender as pautas encampadas pelo grupo, como o aumento da transparência e da participação popular, a reorganização da legislação urbanística, a valorização do espaço público, do transporte não-motorizado e do transporte coletivo etc. Pertencimento que, segundo Kozinets (2012), só chega com o tempo e com um fluxo de comunicações frequente. *Permanência e repetição.*

3.1.1 Elementos da comunidade on-line

Para Preece (2000), o termo comunidade conotaria a *força* dos relacionamentos. A autora propõe que uma comunidade on-line consiste de quatro elementos: a) *pessoas*, que interagem socialmente; b) um *propósito* compartilhado, como um interesse, necessidade, troca de informações ou serviços; c) *políticas*, na forma de suposições tácitas, rituais, protocolos, regras e leis que guiam as interações; e d) *sistemas computacionais*, que dão suporte e mediam a interação social e propiciam um senso de união. Note-se que, com exceção do último elemento, todas as demais proposições são aplicáveis às comunidades físicas.

Aliás, segundo Preece (2000), nossas experiências com comunidades físicas acabam nos levando a inferir o que é uma comunidade on-line. Assim como na vida off-line, o propósito de uma comunidade on-line pode ser, por exemplo, trocar informações sobre plantas, discutir o governo local, conversar sobre jogos de futebol, apoiar pessoas acometidas por doenças, ajudar estudantes ou mesmo apoiar redes de negócios. “Na internet existem milhões de diferentes tipos de comunidades e todos os participantes possuem objetivos, seja encontrar informação, fazer novos amigos, encontrar as melhores ofertas, aprender sobre o mercado de ações ou obter conselhos” (PREECE, 2000, p. 7).

O elemento teleológico, portanto, está sempre presente nas comunidades on-line, como já apontava Simmel (1964, p. 124) ao se referir aos grupos secundários, também chamados de “comunidades de interesses”.

Smith e Kollock (1999) enxergam a internet como um campo estratégico de pesquisa para o estudo de processos sociais. Segundo os autores, a rede mundial de computadores nos fornece um nível de acesso privilegiado aos detalhes da vida social e à durabilidade dos traços de interação que ficam impressos na Net. O foco dos autores recai sobre os sistemas que até então suportavam essa interação antes do *boom* dos *sites* de redes sociais: *e-mails* e listas de

discussão, Usenet e BBSs (*Bulletin Board Services*), conversas de texto (*chats*), MUDs (*Multiple User Domain*), *sites* da Web e mundos gráficos.

O que haveria em comum entre essas ferramentas seria a possibilidade de interação, seja síncrona, em tempo real (como os chats e MUDs) ou assíncrona, como o *e-mail* e listas de discussão. Os quatro conceitos-chave que nos ajudam a entender as implicações da interação nesses espaços, ainda de acordo com Smith e Kollock (1999), são: *identidade, ordem e controle social, estrutura e dinâmica das comunidades* e *ação coletiva*.

A *identidade*, segundo os autores, seria o tijolo fundamental da interação social. Na interação face a face e por telefone há uma série de elementos que revelam nossa identidade e nossas intenções: roupas, vozes, corpos, gestos, que desnudam nosso status e permitem nos reconhecer como membros de um grupo. Já na interação on-line esses sinais desaparecem, o que pode ser ao mesmo tempo uma limitação e um recurso. Pode dificultar a interação mas, por outro lado, nos permite brincar com a identidade. Essa ambiguidade faz com que se pense que na Net as pessoas são julgadas apenas por suas ideias e não pelo seu gênero, raça, classe ou idade. Pelo contrário: também na Net as hierarquias são reproduzidas e talvez até amplificadas, principalmente em relação à raça e ao gênero.

Ordem e controle social promoveriam a autorregulação e a governança nos grupos virtuais. Imagina-se que a facilidade da comunicação e interação on-line poderia levar ao florescimento de instituições democráticas, mas na prática nem sempre isso acontece. De acordo com Smith e Kollock (1999), a maioria dos grupos on-line são anárquicos ou ditatoriais. Isso não quer dizer que são estruturas anômicas – há regras sociais e expectativas a cumprir. Quando não são cumpridas, entra a necessidade de controle social (moderação), que tanto pode partir de um membro ou grupo de membros, ou mesmo do proprietário do grupo.

Haveria, segundo esses mesmos autores, três caminhos para lidar com conflitos que podem surgir em grupos on-line: exercício do poder, reconciliação de interesses e a

adjudicação de direitos. Entre as providências que podem ser tomadas, a mais radical é o banimento do transgressor. A humilhação em público é outro recurso que pode ser utilizado.

Sobre *estrutura e dinâmica* das comunidades virtuais, é importante dizer, seguindo Smith e Kollock (1999), que por mais que as pessoas pensem estar interagindo em um ambiente privado, *trata-se de um espaço público*, onde todas as interações ficam registradas. Por isso, no campo metodológico, é necessário que o pesquisador trate os dados coletados nesses espaços com muito cuidado.

Em relação à *ação coletiva*, os autores vão pontuar com muita propriedade que comunidades on-line raramente existem apenas no ciberespaço. É muito comum o grupo surgir de uma relação face a face e vice-versa. Neste sentido, Laura Gurak (1999) vai dizer que a interação on-line permite aos indivíduos se mobilizar mais rapidamente com menos custos e de forma mais eficiente, além do que é fácil encontrar na rede outros usuários com preocupações e interesses similares. Mas os protestos, que se tornaram comuns na rede, não são eficazes apenas pela redução de tempo e custos, mas pelo *ethos* que é compartilhado entre os participantes.

Gurak (1999) analisa dois casos de mobilização popular via internet, um contra uma base de dados que continha informações de 120 milhões de consumidores chamada *MarketPlace* e outro contra uma tecnologia de encriptação chamada *Clipper*. A autora conclui que o *ethos*, enquanto conjunto de características construído por um grupo, sancionado por esse grupo e reconhecível por outros que compartilham valores ou experiências similares, é o que facilita e dá velocidade à comunicação, pois garante credibilidade aos discursos individuais e mantém coesas mesmo pessoas que nunca se viram pessoalmente. Os participantes *escolhem* acreditar, por isso publicam e republicam as mensagens que representariam um apelo a esses valores.

Por outro lado, diz Gurak (1999), esse mesmo *ethos* é o que pode encorajar a disseminação de informações imprecisas e deixar de lado vozes dissonantes. Pois, quem não compartilha desse *ethos*, que representa a maioria dos integrantes do grupo, é frequentemente excluído. De qualquer forma, é esse *ethos* que permite que as mensagens cheguem rapidamente a milhares de pessoas com valores e interesses semelhantes.

As ideias de Gurak mostram que, já no final da década de 1990, havia uma percepção de que não apenas as comunidades on-line são tão reais quanto as físicas como também têm potencial para apoiar os grupos off-line. Até então, como apontaram Wellman e Gulia (1999), a maioria dos analistas tratava as interações e as comunidades on-line como se não tivessem conexão com outras facetas da vida de uma pessoa. Os autores mostraram que, mesmo antes da Net, o conceito de comunidade já vinha passando por transformações, libertando-se da proximidade física. Invenções como carro, telefone e avião já mostravam ser possível sustentar relacionamentos sociais à distância, fora da vizinhança física imediata.

O foco que damos neste momento a esse tema tão amplo que é a comunidade e seus desdobramentos on-line é no intuito de nos ajudar a compreender os processos comunicacionais que ocorrem em espaços como o DU. A comunicação nesses ambientes, assim como nas esferas off-line, também depende do grau de coesão entre os membros do grupo, do comprometimento, da confiança, da adoção das normas, da resolução de conflitos e, sobretudo, do sentido de pertencimento. A diferença é que a mediação tecnológica pode limitar as interações que ocorrem no modo on-line, dados o controle e a vigilância que um ambiente como esse inspira, podendo resvalar na mera troca de informações. A reflexão que propomos a seguir é: até que ponto seria possível romper esses limites, apropriando-se da tecnologia e transformando-a em instrumento para a agência coletiva, tendo na linguagem um meio possível de entendimento?

3.2 A tecnologia e seus efeitos sobre a comunicação

3.2.1 Comunicação: produção e reprodução de formas simbólicas

Sociologicamente falando, é a comunicação que torna possível a interação social. Segundo Thompson (1998, p. 19), "a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social", desde as formas mais primitivas de comunicação gestual e de utilização da linguagem até desenvolvimentos tecnológicos mais recentes. Na era moderna, as formas simbólicas passaram a ser produzidas e reproduzidas em escalas crescentes através da mídia, isto é, dos meios de comunicação. Surge, assim, a comunicação mediada. Como nos explica Thompson,

> o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si. Se "o homem é um animal suspenso em teias de significado que ele mesmo teceu", como Geertz uma vez observou, então os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significação para si mesmos. (THOMPSON, 1998, p. 19-20)

Enquanto "tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas" (THOMPSON, 1998, p. 24), a comunicação implica a utilização de recursos de vários tipos. Geralmente, emprega-se um meio técnico, o elemento material através do qual a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor para o receptor – desde cordas vocais e ouvidos até alto-falantes, rádios, telefones, TVs, computadores etc. É esse meio técnico que permite, por exemplo, a fixação – ou preservação por períodos variados – da forma simbólica, sua reprodução (base da exploração comercial dos meios de comunicação) e um grau variável de distanciamento espaço-temporal.

O uso de tais meios exige certas habilidades, competências e conhecimentos, pois, como afirma Thompson (1998, p. 29), eles possuem regras e procedimentos de codificação e decodificação seja da informação, seja do conteúdo simbólico. Conhecer essas regras e procedimentos não implica necessariamente na capacidade de formulá-los, apenas na habilidade para usá-los. “A maioria dos indivíduos que assistem à televisão, por exemplo, é capaz de entender perfeitamente os programas, embora conheça muito pouco sobre a produção de um programa”, explica Thompson (1998, p. 29).

A interação não mediada por artefatos técnicos, isto é, a interação face a face, ocorre em um contexto de copresença no qual “os participantes estão imediatamente presentes e partilham um mesmo sistema referencial de espaço e tempo” (THOMPSON, 1998, p. 78). Há uma multiplicidade de “deixas simbólicas” (marcas gestuais, voz etc.). Já a interação mediada – aquela realizada através do papel, dos fios elétricos, das ondas eletromagnéticas etc. – diminui o uso dessas “deixas simbólicas”, pois elas ficam distanciadas no tempo. Há uma ambiguidade na comunicação/informação recebida e faltam referenciais para diminuição de ruídos. “Ao estreitar o leque de deixas simbólicas, as interações mediadas fornecem aos participantes poucos dispositivos simbólicos para a redução da ambiguidade na comunicação. Por isso as interações mediadas têm um caráter mais aberto do que as interações face a face” (THOMPSON, 1998, p. 79). Uma maior ou menor abertura está relacionada ao entendimento da mensagem.

No caso das redes sociais da internet e das comunidades on-line, o que existe é uma comunicação mediada por computador (CMC), onde duas ou mais pessoas interagem através de máquinas conectadas em rede, simultaneamente ou não. Se a interação mediada por computador for simultânea, e dependendo do equipamento utilizado, pode-se dizer que ela se aproxima da interação face a face copresencial, já que haverá um sistema referencial temporal comum (embora não espacial) e uma multiplicidade de deixas simbólicas. “Fisicamente os

indivíduos permanecem separados, mas unidos na simultaneidade determinante na composição do tempo na interação face a face" (ALMEIDA, 2003). O contexto pode ser reconstruído em outro extremo da rede (com o uso de *webcams*, por exemplo) na forma de telepresença.

Isso significa, em princípio, que as possibilidades e limites desse tipo de comunicação são dados pela máquina, que por sua vez é comandada por *softwares* escritos por pessoas e/ou empresas. A linguagem utilizada nesses ambientes vai depender, portanto, dos recursos oferecidos – no caso do Facebook, postar, "curtir", compartilhar, comentar, seja através de textos, fotos, vídeos, *links, emoticons* (ícones que traduzem expressões faciais, transmitindo o estado psicológico ou emotivo de quem os utiliza) ou bate-papo (*chat).* É a automação de um espaço de comunicação, sujeita a ruídos que podem comprometer a decodificação das informações e dos conteúdos simbólicos.

Pensando na aparente limitação desses recursos, perguntamos como tantos movimentos sociais – e o DU é apenas um deles – estão conseguindo se apropriar dos espaços criados pelas redes sociais da internet para articular e mobilizar milhares de pessoas em torno de uma causa comum? Como o DU, em conjunto com outros atores sociais, conseguiu, por exemplo, levar dez mil pessoas ao primeiro domingo do acampamento #OcupeEstelita em 2014?

3.2.2 O humano e a tecnologia: duas tradições

De acordo com Thompson (1998), a comunicação mediada precisa ser compreendida não apenas em seus aspectos técnicos, mas sobretudo em seus aspectos culturais, isto é, o caráter significativo das formas simbólicas e também sua contextualização social.

Acredita-se que é o ser humano que define as regras de funcionamento dos artefatos tecnológicos, o que nos remete a diversas questões da filosofia e da sociologia da técnica, sobre as quais é bastante comum os autores assumirem posições polarizadas. Essas posições oscilam da utopia à distopia – tradições que Martins (2012) vai chamar de prometeica (aquela que associa o domínio da natureza à emancipação do ser humano) e fáustica (influenciada pela Escola de Frankfurt e mais fortemente pela obra de Martin Heidegger, não enxerga objetivo na técnica além de sua própria expressão).

Ellul (1980, p. 93), que se insere na tradição crítica, observa que o computador cria uma nova realidade, uma realidade binária, sem nuanças. Nessa nova "cultura", termo utilizado pelo autor de forma paradoxal, a comunicação perde seu objetivo original, que é o compartilhamento de sentidos, resumindo-se a fluxos informacionais. O imperativo da transmissão, circulação, recepção e interpretação de múltiplas informações implica em processos que dependem fundamentalmente da *performance* da máquina. De forma muito mais intensa do que na Revolução Industrial, a sociedade da informação é feita *com e a partir* das máquinas e isso nos afeta, porque a velocidade dos fluxos informacionais reduz o espaço para a reflexão. Reduz mas não elimina, do contrário nem essa tese seria possível.

Ellul (1980) argumenta que é a própria multiplicação de dispositivos de transmissão de informação que demanda a teoria da informação, também chamada de teoria matemática da comunicação. Significa que é o próprio sistema tecnológico que demanda a informação. Na nossa época, esses dispositivos se multiplicam cada vez mais rapidamente e todos precisam trocar informações: PCs, *scanners*, máquinas fotográficas, *smartphones, tablets*, televisores e até geladeiras. Estamos cada vez mais hiperconectados. Vivemos em rede, *always on*. Esse fenômeno é o que leva o autor a dizer que agora não somos mais dominados pelo imperativo da produção, como na Revolução Industrial, mas sim pelo *imperativo da transmissão,*

circulação, recepção e interpretação de múltiplas informações. Bens materiais agora cedem espaço a bens simbólicos, como informações e imagens.

O sistema tecnológico seria, para Ellul (1980), formado pelo próprio fenômeno tecnológico, característico da civilização ocidental desde o século XVIII, e pelo avanço da tecnologia. Tal sistema é invisível – o que vemos são seres humanos utilizando (e sendo utilizados por) produtos, instrumentos, máquinas, métodos. O sistema tecnológico produz bens industriais e também símbolos, indivíduos, passatempos, ideologias, serviços, informação. Significa que ele fabrica não apenas o avião, mas também o passageiro e a necessidade de viajar. Afinal, o capitalismo necessita de informação.

Segundo Lyotard (2011, p. 20), a cibernética seria a representação pós-moderna do modelo orgânico originado ainda no século XIX, segundo o qual a sociedade forma um todo funcional e que na ausência desse todo deixa de existir sociedade. Nos anos 1950, essa visão é encampada por Parsons, que comparou a sociedade a um sistema autorregulável cujo fundamento é a programação e o aperfeiçoamento das performances. Na cibernética, o modelo não é mais o organismo vivo e sim o sistema computacional.

Virilio (1996a; 1996b), seguindo a corrente fáustica, fala-nos de uma aceleração sem rumo, da excitação permanente, de uma civilização fundada no vetor da velocidade. Hoje, é o tempo real dos computadores ligados à internet que dita o compasso da sociedade, uma revolução tecnológica que nos dá uma nova percepção do tempo e do espaço. Como assinala o autor, “Com a aceleração não há mais o aqui e o ali, somente a confusão mental do próximo e do distante, do presente e do futuro, do real e do irreal, mixagem da história, das histórias, e da utopia alucinante das técnicas de comunicação” (VIRILIO, 1996a, p. 39). Chegar ao destino não depende mais do movimento físico puro e simples. Neste cenário, as interações face a face e o território geográfico deixam de ser essenciais para as dinâmicas sociais. Na linguagem do computador, tudo passa a ser simulado.

Virilio se aproxima de Ellul na medida em que compreende o sistema tecnológico como um sistema totalitário, que não deixa espaço para a resistência. Além disso, para Virilio, o tempo real teria eliminado nossa capacidade crítica. Na sociedade dromológica (de *dromos*, prefixo grego que significa rapidez), é a organização sociotécnica que define a vida humana. Ela destrói, de forma violenta, a alteridade, a urbe, o ecossistema e sua cultura. Surge daí, em Virilio, o importante conceito de *dromocracia*, no qual a velocidade técnica e tecnológica organiza/desorganiza e reescalona relações e valores sociais, políticos e culturais das sociedades contemporâneas (TRIVINHO, 2007, p. 69). Quem domina o tempo, o fluxo e a circulação detém o poder e todos precisam se adaptar à aceleração da máquina. Assim,

> O conceito de dromocracia expressa bem aquilo de que se trata: a velocidade técnica e tecnológica equivale a um macrovetor dinâmico. A categoria [dromocracia] tensiona, a partir de dentro (vale dizer, de modo imanente), o seu próprio referente, ao evidenciar a ligação entre processo sociotécnico de fomento da velocidade e processo histórico permanente de destruição material e ou/simbólica da alteridade, de seu grupo ou classe social, de sua *urbis*, de seu ecossistema e de sua cultura; em suma, de sua alma. (TRIVINHO, 2007, p. 46-47).

De acordo com Virilio (1996b), os princípios da dromocracia, associados aos interesses da guerra, já podiam ser identificados, por exemplo, na época da constituição do Império Romano, em relação à sua logística, estratégia e tática. A dromocracia cibercultural (Trivinho), vigente pelo menos desde meados da década de 1970, teria colocado os meios de comunicação e as redes digitais como algo indissociável da velocidade tecnológica. Para Trivinho (2007), tornou-se impossível falar em dromocracia sem falar em cibercultura e vice-versa.

De fato, a criação da internet na Agência de Pesquisas em Projetos Avançados do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Arpanet), em 1969, provocou uma crise ainda mais acentuada do que aquela provocada pela Revolução Industrial na nossa experiência do espaço e do tempo que, segundo Harvey (2002, p. 187), são categorias básicas da existência

humana e essenciais à reprodução da vida social. Aprendemos quem ou o que somos a partir das ordenações simbólicas do espaço e do tempo. A aceleração e o encurtamento das distâncias proporcionadas pelas TICs detonaram uma explosão (e um excesso) de informações e tornaram os fluxos instantâneos, situando-os num contexto global e em tempo real. O espaço e o tempo foram, assim, reconfigurados.

Esse processo de reconfiguração levou alguns autores (por exemplo, LÉVY, 1999; 2012) a pensar a internet como um ambiente desterritorializado. Aliás, não apenas a internet, mas o mundo globalizado, com suas fronteiras dissolvidas, seria também um mundo de relações desterritorializadas. No entanto, a geografia tem mostrado que o que as pessoas vivenciam, seja no ciberespaço ou fora dele, é uma multiterritorialidade (HAESBEART, 2007), entendida como uma alternativa conceitual à desterritorialização.

> Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re) territorialização muito mais múltiplo, "multiterritorial". (HAESBEART, 2007, p. 19)

Para Haesbeart, a desterritorialização, que inclusive seria anterior à globalização e à internet, não passa de um "mito". Ele acredita que por trás de um processo de desterritorialização existiria uma reterritorialização, simplesmente porque somos animais territoriais. "O que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade" (HAESBEART, 2007, p. 20).

Quando pegamos um avião, saltamos de um território a outro de forma sucessiva. No caso da mobilidade virtual, viveríamos uma multiterritorialidade simultânea. Esse novo tipo de território, o território-rede, moldado pelo e no movimento, seria caracterizado pela descontinuidade, pela fragmentação e pela simultaneidade de territórios. Não sabemos onde começam e nem onde terminam, ou onde vão eclodir.

Os mais pessimistas, obviamente, enxergam na tecnologia não apenas um elemento de desterritorialização mas sobretudo um mundo de dominação, vigilância e controle social, onde a racionalidade perde sua força crítica e se transforma em submissão. Ou mesmo alienação, pois, “A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação, é o caráter repressivo da sociedade que se auto-aliena” (ADORNO & HORKHEIMER, 2002, p. 9). A própria imposição de um ritmo acelerado à vida representaria uma forma de dominação.

Alguns autores pós-modernos seguem linha crítica semelhante. Para Baudrillard (2005), por exemplo, a cibernética nada mais é do que o controle e o automatismo da programação. Não usamos a tecnologia; antes, somos usados por ela. O sistema tecnológico é autopoiético, isto é, reproduz a si próprio, eliminando territórios, indivíduos e subjetividades. No *clash* entre o real e o virtual, o real se desertifica; paisagem e território são anulados. A própria informação, no hiperespaço, já teria ultrapassado a barreira da verdade, pois nele “a informação é mais verdadeira que no verdadeiro por ser verdadeira em tempo real – por isso é fundamentalmente incerta” (BAUDRILLARD, 2005, p. 45).

No “cordão dos otimistas”, aqueles que acreditam que as tecnologias de informação e comunicação são ferramentas notáveis, capazes de ampliar nossa participação política, o contato social e o empoderamento, temos Pierre Lévy. É o autor que acredita na “tecnodemocracia”, no uso das TICs para alcançarmos uma sociedade mais justa e democrática: “*As técnicas não determinam nada.* Resultam de longas cadeias intercruzadas de interpretações e requerem, elas mesmas, que sejam interpretadas, conduzidas para novos devires pela subjetividade em todos os grupos ou dos indivíduos que tomam posse dela” (LÉVY, 1993, p. 186). Haveria, assim, um elemento de indeterminação na tecnologia. Dependendo de nossa interpretação e condução, portas podem se abrir.

Para Lévy (1993), a tecnociência como um todo seria hermenêutica, pois não é possível utilizá-la sem interpretá-la. Ele não nega a existência das máquinas “do mal”, das

máquinas de morte, de assujeitamento e de exploração, mas insiste que a máquina "útil", "apropriada" também existe. Neste sentido, podemos dizer que participar de um grupo como o *Direitos Urbanos | Recife* seria uma forma de se apropriar da tecnologia e tentar transformá-la em um instrumento de agência coletiva que extrapola o ambiente on-line.

Lévy (1999, p. 11) não crê, contudo, que a internet resolverá todos os problemas da humanidade em um passe de mágica. Por outro lado, diz que é relevante o crescimento do ciberespaço, pois resultaria de "um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem". Esse movimento, sem dúvida, encontramos nas redes sociais da internet, a exemplo do Facebook. Para o autor, a internet abre um novo espaço de comunicação e cabe a nós explorar suas potencialidades mais positivas.

No tocante às comunidades virtuais, Lévy (2012, p. 367) acredita que elas "abrem uma nova esfera pública em que floresce a liberdade de expressão". Seriam as novas ágoras on-line, que possibilitam novos modos de informação e deliberação política.

> A emergência das comunidades virtuais – gerais ou especializadas, comerciais ou militantes, ocasionais ou duráveis – constitui um dos maiores acontecimentos sociológicos dos cinco últimos anos. Essas comunidades virtuais podem duplicar comunidades já existentes, tais como empresas, cidades ou associações, mas podem também se constituir de maneira original no ciberespaço, a partir de uma vontade de comunicação em torno de "pontos comuns", quaisquer que sejam, entre internautas. O tamanho e a densidade das comunidades virtuais são, hoje, em dia, questões comerciais, culturais e políticas maiores, na medida em que representam, ao mesmo tempo, um mercado, uma fração da opinião no novo espaço público e uma potência de inteligência coletiva (coordenação, cooperação, trocas de saberes, ajuda mútua etc.). (LÉVY, 2012, p. 372-373)

Para o autor, a emergência da internet e o surgimento da Web ajudaram na evolução da esfera pública ao introduzir elementos radicalmente novos: a interconexão geral, a desintermediação e a comunicação de todos com todos, provocando "profundas repercussões sobre a vida democrática" (LÉVY, 2012, p. 369). Para Lévy, o aumento das interconexões

acarretaria para os atores sociais a necessidade de “comunicar”. Porém, não enxergamos na internet a referida “desintermediação”, pois a comunicação, nesse ambiente, é sempre mediada pelo próprio aparato tecnológico.

Também não concordamos com Lévy (2012) quando diz que esta nova esfera pública é inclusiva, transparente e universal. O autor acredita que o ciberespaço é inclusivo porque permite a expressão pública a todos os indivíduos, grupos, instituições e comunidades. Capazes de exprimirem-se, esses atores agora esperam ser ouvidos (embora a audiência seja algo incerto). O ciberespaço seria transparente porque autoriza um grau de acesso à informação superior ao que existia antes e de forma independente das elites culturais e políticas. Por fim, o ciberespaço seria universal por sua capacidade de transcender barreiras nacionais, linguísticas, institucionais e disciplinares, entre outras.

No entanto, quando consideramos que pouco mais de 40% da população mundial tem acesso à internet, percebemos que nem todos usufruem dessa possibilidade de expressão pública de que nos fala Lévy. Mesmo aqueles com acesso a computadores conectados à internet podem estar à margem desse processo, pois, para que a tecnologia faça diferença, é necessário levar em consideração o conteúdo, a língua, o letramento a educação e as estruturas comunitárias e institucionais (WARSCHAUER, 2006). É preciso ter a capacidade não apenas de acessar informações, mas também de adaptá-las e de criar conhecimento novo.

Sem dúvida a internet aumenta a visibilidade das pessoas, mas a audiência é incerta. Além disso, o ciberespaço é opaco, posto que controlado por grandes corporações como Facebook, Google e Microsoft. Abriga muitos recantos sombrios – não sabemos, por exemplo, o que é feito com os dados pessoais que são coletados nem com o grande volume de informações que geramos na rede todos os dias. Isso faz com que a sua suposta universalidade também seja questionada, pois só conseguimos transcender as barreiras que nos são

permitidas transcender por esses e outros atores que detêm o controle da internet ou de partes dela.

Já Castells (2003, p. 11) não considera seu pensamento nem utópico nem distópico. Para ele, a internet teria sido projetada deliberadamente como “expressão de nós mesmos”. Se não compreendemos isso, segundo o autor, não seremos capazes de mudar a realidade. A internet seria uma tecnologia de comunicação livre, elástica, isto é, uma “tecnologia de liberdade” (CASTELLS, 2003, p. 227). Por isso, mesmo que se tente comercializar a internet, mesmo que ela tenha sido convertida em instrumento essencial para a economia, seu principal uso segue sendo social e pessoal, não comercial.

Castells alerta, contudo, que as “redes de informação energizadas pela Internet” podem acabar criando mundos paralelos caso não sejam construídas “pontes culturais, políticas e *físicas*” entre o *espaço de lugares*, historicamente enraizado, e a nova lógica espacial chamada de *espaço de fluxos*, aqueles constituídos a partir das TICs. É a ideia de que o espaço organiza o tempo na sociedade em rede, e não o contrário, como acreditava-se. Sem pontes, os tempos dessas duas dimensões do hiperespaço social não conseguirão encontrar-se.

Na Era da Informação, os espaços de fluxos, controlados pelas elites mundiais, tenderiam a impor sua lógica sobre os lugares. Globalização *versus* localização.

> Em resumo: as elites são cosmopolitas, as pessoas são locais. O espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história. Portanto, quanto mais uma organização social baseia-se em fluxos aistóricos, substituindo a lógica de qualquer lugar específico, mais a lógica do poder global escapa ao controle sociopolítico das sociedades locais/nacionais historicamente específicas. (CASTELLS, 1999, p. 505)

Para Castells, o espaço de fluxos não é a única lógica espacial das sociedades contemporâneas, mas é a lógica dominante porque é a lógica daqueles que ditam as regras, isto é, as elites. Neste novo cenário, a importância do lugar/cidade não desaparece como creem os adeptos da tese da desterritorialização, mas ela fica mais vulnerável aos fluxos

globais de informação – “a rede de comunicação é a configuração espacial fundamental: os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede” (CASTELLS, 1999, p. 502). A infraestrutura tecnológica que está por trás da rede – que, lembramos, é essencialmente opaca – define o novo espaço assim como as ferrovias definiram as “regiões econômicas” e os “mercados nacionais” na era industrial.

Ao mesmo tempo em que há uma dispersão espacial, há uma concentração, pois a nova economia não deixa de estar organizada em torno de centros de comando e controle (megacidades como Nova York, São Paulo, Londres, Tóquio, entre outras), responsáveis pela disseminação de modelos, símbolos e valores ditos “internacionais”, que não estão ligados a nenhuma sociedade específica. Esses elementos, como nos lembra Castells (1999, p. 506), são facilmente identificados nas fachadas envidraçadas dos arranha-céus empresariais, nas salas VIPs de aeroportos, nos quartos de hotéis com paredes cor de camurça clara que criam uma atmosfera aconchegante, nas dietas a base de grelhados e saladas, nos celulares e *laptops* permanentemente conectados à internet.

Nesses espaços de fluxos, é como se não mais pertencêssemos a nenhum lugar ou cultura específica. E essa lógica global dos mercados, ainda para Castells (1999), acaba contaminando a lógica local das sociedades civis. Se o lugar perde importância, a sociabilidade não precisa mais de relações comunitárias baseadas em territórios físicos reais. A sociabilidade pode acontecer em territórios virtuais, simulados, ou hiper-reais, como prefere Baudrillard (1991). Se a presença física não é mais necessária, basta a telepresença ou a presença virtual e então essa cópia, o duplo do ser humano no ciberespaço, vai ser mais valorizada do que o original.

Ainda para Castells (2003), por sua capacidade de distribuir a força da informação, a internet é o meio de comunicação de muitos para muitos que está estruturando toda a atividade política, econômica e cultural ao redor do globo. Mas essa relação não seria uma via

de mão única: *se somos transformados pela internet, também podemos transformá-la*, o que abre inúmeras possibilidades para além da simples circulação de fluxos informacionais.

Assim, parece-nos razoável concluir que os movimentos sociais urbanos que se articulam através da internet, como o Ocupe Wall Street e o DU, parecem se guiar por essas brechas, por essas possibilidades de transformação em meio à opacidade que tanto é inerente ao sistema tecnológico quanto ao próprio ser humano.

> A comunicação consciente (linguagem humana) é o que faz a especificidade biológica da espécie humana. Como nossa prática é baseada na comunicação, a Internet transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia da comunicação. Por outro lado, ao usá-la de muitas maneiras, nós transformamos a própria Internet. Um novo padrão sociotécnico emerge dessa interação. (CASTELLS, 2003, p. 10)

Interessante notar que o conceito de individualismo em rede, defendido por Castells (2003) e Wellman (2001a) e desenvolvido por Rainie e Wellman (2012), traz em seu bojo a ideia, que consideramos perigosa, de que as fronteiras entre informação, comunicação e ação foram dissolvidas com a chamada *tripla revolução*, aquela provocada pelas redes sociais, pela internet e pelos telefones móveis. As mídias sociais e a web são vistas pelos autores como um "armazém" onde os indivíduos buscam informações, onde pessoas com experiências similares podem ser encontradas e contatadas e onde os *experts* de cada área podem ser consultados, ajudando na tomada de decisões (RAINIE & WELLMAN, 2012, p. 14).

É como se a rede oferecesse tudo, inclusive comunicação. Essa é uma ideia perigosa porque a distinção entre informação e comunicação deixa de ter importância e as duas passam a ser vistas como sinônimas. Obviamente, não são. Comunicação, no sentido de linguagem, implica em cultura, em compartilhamento de saberes. Como afirma Lyotard (2011, p. 30), quem funciona pela informação é a máquina cibernética, não o ser humano.

Neste sentido, Mattelart (2006) nos lembra que há tempos autores da tradição crítica desvelaram os pressupostos do conceito de "informação", tal como usada para designar a nova sociedade que sucede a sociedade industrial:

> A informação é assunto de engenheiros. Seu problema consiste em encontrar a codificação mais eficaz (em velocidade e custo) para transmitir uma mensagem telegráfica de um emissor a um destinatário. O que importa é o canal. A produção do sentido não está incluída no programa. A informação está separada da cultura e da memória. (MATTELART, 2006, p. 234).

Assim, o conceito de sociedade da informação *não* pressupõe que, nesta nova era, as pessoas estão se comunicando mais, produzindo sentidos, apenas que estão trocando mais informações. Mattelart (2006) nos dá como exemplo dessa visão tecnicista o fato de um organismo técnico das Nações Unidas (ONU), a União Internacional de Telecomunicações (UIT), ter sido o anfitrião de uma cúpula sobre sociedade da informação para discutir a necessidade de "regulação global". É como se a questão se resumisse à implantação das tecnologias digitais e suas redes e, consequentemente, à regulação do acesso à informação, processo que não deveria expurgar nem o diálogo entre as culturas nem a questão do poder, já que estamos falando de grandes corporações mundiais fabricantes de equipamentos.

Sodré (2006, p. 20-21), por sua vez, traz-nos a ideia de que a informação é um produto a serviço da lei estrutural do valor, que é o capital em si. Ela redefine o processo da comunicação não apenas de forma técnica, mas também mercadologicamente falando. Daí a hipótese, "já não tão nova, de que a sociedade contemporânea (dita pós-industrial) rege-se pela midiatização, quer dizer, pela tendência à virtualização das relações humanas".

Segundo Sodré, a midiatização implicaria numa forma particular de vida, um novo modo de o sujeito estar presente no mundo, para além das formas contemplativa (*bios theoreticus*), política (*bios politikos)* e prazerosa (*bios apolaustikos)* concebidas por Aristóteles. Pensada como um quarto *bios*, ou uma quarta esfera existencial, a midiatização, entendida como a tendência à virtualização das relações humanas, tem na tecnocultura sua

qualificação cultural própria, justificada por uma suposta necessidade de redefinição do espaço público burguês. “A questão inicial é saber como essa qualificação atua em termos de influência ou poder na construção da realidade social” (SODRÉ, 2006, p. 22). Essa seria, para o autor, a questão central de toda sociologia ou toda antropologia da comunicação na atualidade.

Além disso, diz Sodré (2012, p. 36-37), a glorificação das novas tecnologias por parte de estratos privilegiados da sociedade diminui a esfera social em que a cidadania se desenvolve. Para o autor, a “euforia tecnomercadológica” que tais estratos disseminam “faz parte de uma estratégia autolegitimadora, sustentada por discursos acríticos”. Nesse processo, em que os meios de comunicação (incluindo a internet) desempenham papéis estratégicos, universaliza-se o particular – a própria noção de globalização seria polissêmica, pouco definida – e reafirma-se a ideologia neoliberal. Daí a importância dos contradiscursos produzidos pelo novo tipo de ativismo e mobilização que se propaga graças à internet.

Informação e comunicação podem se fundir? Talvez. Baudrillard (2005, p. 19) acredita que, dada a aceleração do processo, é preciso “encorajar vivamente essa superfusão da informação e da comunicação”. Para o autor, hoje, a linguagem estaria sendo “confrontada pela fantasia hegemônica de uma comunicação global e perpétua”, processo no qual prevaleceria “a ultra-simplificação das linguagens digitais”, em detrimento da “complexidade figural nas linguagens naturais” (BAUDRILLARD, 2001, p. 75). A questão é saber se, em caso de fusão, quem perde e quem ganha. Muito provavelmente, perderá a comunicação.

A cibernética em si já havia reduzido a linguagem/comunicação à informação, o que Ferreira (2010, p. 526), em diálogo com Heidegger, diz trazer consequências graves. “O risco dessa concepção é que o seu comprometimento total com a *performance* aja de modo a impedir-nos de escutar a linguagem, ou seja, de pensar.” De acordo com Heidegger, a automação da linguagem advinda com o surgimento da cibernética na década de 1940

promove uma redução técnica, instrumental da linguagem, coloca o pensar matemático como o único modo válido de pensamento, iludindo e enfeitiçando o ser humano (HEIDEGGER *apud* DREYFUS, 1993, p. 305).

O filósofo alemão entendia a linguagem como uma característica essencial da nossa humanidade, como "a casa do ser", algo que nos diferencia dos outros seres vivos e que nos abre para o mundo, e não o simples envio e recebimento de mensagens (HEIDEGGER, 2005, p. 8). O entendimento dessa linguagem, enquanto *modo de ser*¸ pressupõe um saber pragmático, intuitivo, que vem antes de qualquer teoria, leis ou julgamentos. É o que nos orienta no mundo, precedendo qualquer interpretação. A interpretação vem com a consciência reflexiva quando algo, de repente, não funciona a contento, ou seja, quando o fluxo é interrompido. Já a técnica (*technè*) seria algo que nos ajudaria a conhecer nossas próprias possibilidades, não apenas como instrumentos à disposição do ser humano, e também como um destino inexorável "da verdade do ser" (HEIDEGGER, 2005, p. 49).

Destino, mas não uma sina. Como comenta Stiegler (1994, p. 17-18), a técnica é, em si, ambígua. O ser humano é histórico e a história do ser humano é sua inscrição na tecnicidade. Devemos fugir, portanto, de toda e qualquer visão niilista acerca da tecnologia, como observa Ferreira (2010, p. 518), deixando de enxergar apenas os limites dessa ferramenta. Se nos apropriarmos da tecnologia, as possibilidades podem se abrir.

Restaria aos indivíduos e aos grupos encontrar brechas que desnudem a opacidade, quebrem a rigidez e a determinação do sistema tecnológico – ou, trazendo a discussão para o nosso objeto empírico, brechas que rompam os limites da CMC e, consequentemente, da comunicação nas redes sociais da internet. Como sustentam Ferreira e Amaral (2004), não seríamos assim tão impotentes diante da sociedade da informação (como pensam Virilio e Baudrillard), pois "processos de inovação tecnológica não determinam simplesmente o cancelamento do 'mundo da vida' em benefício do 'sistema', da razão instrumental. O

‘mundo da vida’ subsiste como condição de operacionalização do próprio sistema” (FERREIRA & AMARAL, 2004, p. 159).

Raciocinando dessa forma, uma dessas brechas poderia surgir justamente através da linguagem, da comunicação, por mais paradoxal que isso possa parecer. É essa possibilidade que origina e motiva este trabalho. Talvez a “catástrofe” da eliminação da dimensão simbólica da linguagem pelos códigos binários de que nos fala Baudrillard (2001, p. 75-76) possa ser evitada a partir dos diálogos que são emulados nas comunidades on-line, pois “o jogo ainda não terminou”. O jogo ainda está sendo jogado. O sistema tecnológico contamina mas não domina, porque ainda existe o mundo da vida, o horizonte que é compartilhado intersubjetivamente. Significa que a dimensão simbólica da linguagem pode subsistir a despeito da opacidade e da dominação do sistema tecnológico.

Gadamer (2002; 2005), aluno de Heidegger, acreditava que a linguagem é o que revela nosso mundo, que é o mundo da vida. O mundo seria a compreensão compartilhada (participativa, dialógica) entre as pessoas e é a linguagem que viabiliza essa compreensão. Os animais não teriam mundo, pois não têm linguagem – eles não seriam capazes de interpretar, apenas de se comunicar. Para Gadamer, a linguagem não seria um instrumento, mas *um campo* de interação, um campo de abertura para o Outro. Portanto, paradoxalmente, a retomada ou revalorização (ou ainda reabilitação) da linguagem poderia significar uma possibilidade de transformação em meio a esse cenário dominado pela racionalidade tecnológica em que comunicação se confunde com informação.

Essa reabilitação da linguagem poderia ser alcançada, por exemplo, através do diálogo que, segundo Gadamer (2005), é algo distinto da discussão. No diálogo não se quer derrotar ninguém; testamos o Outro sem enfraquecê-lo. O diálogo, sendo intersubjetivo, pressupõe sempre um acordo, um consenso – mas não um consenso como forma de evitar mal-

entendidos. O simples ato de chamar o outro de “tu” pressupõe, para Gadamer (2002, p. 259), um profundo consenso.

A hermenêutica gadameriana acabaria influenciando a Teoria da Ação Comunicativa (TAC), elaborada por Habermas (2012a; 2012b), que tenta apontar saídas para os impasses e ambiguidades da modernidade. No cerne desta teoria está a ideia de que o sujeito não pode mais ser compreendido independentemente das relações com outros sujeitos, o que evidencia a importância das comunidades no mundo contemporâneo e seu papel nos processos de mudança social. Para além da razão instrumental totalitária e destruidora dos laços sociais tradicionais, a TAC nos coloca a possibilidade de pensarmos em formas de solidariedade pós-tradicionais, onde o diálogo pode se tornar a própria fonte de laços sociais.

3.3 Teoria da Ação Comunicativa: possibilidade de transformação?

Habermas (2011), seguindo Weber e Marcuse, enxergava a técnica, tal qual a ciência, como um processo racional de dominação sobre a natureza e sobre o ser humano. Para Marcuse (1999, p. 73), a tecnologia, enquanto modo de produção ou totalidade dos instrumentos, seria tanto “uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais”, quanto “um instrumento de controle e dominação”.

Essa ideia, declaradamente, recebe inspiração de Lewis Mumford (1970), historiador norte-americano que, apesar de ter uma visão bastante crítica, acreditava em uma harmonia entre o ser humano e as máquinas caso o desenvolvimento tecnológico tivesse seguido por outro caminho. Também encontramos eco no próprio Ellul (1980, p. 93-94), um dos mais ferrenhos críticos do sistema tecnológico. Para Ellul, o computador reúne o melhor e o pior. Como é o ser humano que define suas regras de funcionamento, ele tanto pode funcionar como um instrumento ditatorial ou democrático. A tecnologia, portanto, seria ambígua.

Marcuse também nos fala da ambiguidade da técnica. “A técnica por si só pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quando a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo” (MARCUSE, 1999, p. 74).

A opção pela interação simbolicamente mediada, que Habermas (2011, 2012a, 2012b) chama de ação comunicativa, seria uma das formas de emancipação do ser humano e de transformação da realidade, uma alternativa à ação racional estratégica. A questão é saber como esse tipo de ação pode se desenvolver em um ambiente essencialmente técnico como a internet e seus sistemas de redes sociais que, como vimos, trazem em seu bojo toda uma lógica capitalista orientada pelo individualismo e pela racionalidade instrumental. Haveria alguma possibilidade de transformar essa rigidez em diálogo e em solidariedade?

Segundo Pinzani e Dutra (2013, p. 321), Habermas, enquanto herdeiro tardio da teoria crítica da Escola de Frankfurt, assumiu como sua principal meta desenvolver uma teoria crítica da sociedade com viés emancipatório, indicando um dos caminhos através do qual a sociedade poderia ser transformada. Dois conceitos são centrais nessa empreitada: “mundo da vida” (Husserl, Schutz) e “jogo linguístico” (Wittgenstein).

O conceito husserliano de “mundo da vida”, adotado por Schutz (1979, p. 72-74) e que Habermas vai utilizar recorrentemente em sua obra, remete à “atitude natural” cotidiana, “o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado”.

O mundo da vida cotidiana é não problematizado, não racionalizado, isto é, apenas segue o fluxo contínuo dos acontecimentos (a *durée*, que Schutz resgata de Bergson) com ênfase no tempo presente – exceto quando abrimos parênteses para questioná-lo. Tal mundo é cena e ao mesmo tempo objeto de nossas ações e interações e sua interpretação depende das experiências próprias de cada um e do conhecimento que é transmitido de geração a geração –

o que Schutz chama de “estoque de experiências”, um dos elementos que determina a situação biográfica de cada ser humano.

Habermas reconstrói o conceito de mundo da vida a partir da fenomenologia e da hermenêutica, tomando-o como o horizonte que é compartilhado intersubjetivamente e estruturado a partir da racionalidade comunicativa. Daí a importância, nessa empreitada, da noção de jogos de linguagem em Wittgenstein. Assim como o jogo (de xadrez, por exemplo), a linguagem seria guiada por regras (regras gramaticais ou regras intersubjetivamente válidas, mais ou menos formais, mais ou menos explícitas, que podem sofrer mutações assim como as práticas humanas). Entretanto, o significado de cada palavra só pode ser compreendido em determinado contexto (WITTGENSTEIN, 1991, §§ 7, 432).

Segundo Lyotard (2011, p. 16-17), quando Wittgenstein foca seu interesse sobre os efeitos dos discursos e seus diversos tipos de enunciados, indica “que cada uma dessas categorias de enunciados deve poder ser determinada por regras que especifiquem suas propriedades e o uso que delas se pode fazer”, assim como no jogo de xadrez, definido como “um conjunto de regras que determinam as propriedades das peças, ou o modo conveniente de deslocá-las”. Lyotard observa que, sem regras, não há jogo[68], e que a mínima mudança em uma regra modifica a natureza do jogo. Um enunciado (ou “lance”) que não obedeça às regras não pertence ao jogo definido por elas. As regras, por sua vez, não se legitimam nelas mesmas. São, antes, objetos de um contrato (explícito ou implícito) entre os jogadores.

Uma das bases da TAC desenvolvida por Habermas seria a pragmática universal de Noam Chomsky (Cf. PINZANI & DUTRA, 2013, p. 310), que se ocupa das regras que operam sobre qualquer comunicação e visam a alcançar entendimento mútuo, saber compartilhado, confiança recíproca e consenso recíproco. A noção de jogos de linguagem que

[68] Lyotard (2011, p. 18) explica numa nota de rodapé que a ideia de um jogo que não pode prescindir de regras, lançada por John Von Neumann e Oskar Morgenstern, é algo estranho a Wittgenstein, “para quem o conceito de jogo escaparia aos ditames de uma definição, visto que já é um jogo de linguagem”.

o autor vai buscar em Wittgenstein possui uma base pragmática e nos mostra que as expressões linguísticas são usadas em um contexto singular a partir da interação entre falante e ouvinte, que empregam tais expressões (os discursos) com um determinado objetivo.

Existiria para Wittgenstein (que nas *Investigações filosóficas* resolveu abandonar a perspectiva logicista que caracterizava o *Tractatus*) uma "multiplicidade de jogos de linguagem", isto é, o que conhecemos como linguagem seria um conjunto de jogos de linguagem (discursos), que representariam parte de uma atividade ou formas de vida: comandar, descrever, relatar, conjeturar, expor, apresentar, pedir, cantar, contar piadas etc. (WITTGENSTEIN, 1991, § 23). Não nos caberia indagar sobre os significados da linguagem, apenas sobre suas funções práticas: "O significado de uma palavra é seu uso na linguagem" (WITTGENSTEIN, 1991, § 43). Para este autor, portanto, os jogos de linguagem devem ser entendidos como um complexo formado pela linguagem e pela práxis.

Para Habermas (1990, p. 186), a própria linguagem é o que vai mediar o processo de individuação através da socialização, que por sua vez coincide com a constituição de uma história de vida. Para o autor, que também dialoga com George Herbert Mead, individuação e diferenciação seriam processos diferentes – ao contrário de Durkheim, que enxergava um nexo entre a diferenciação social (ou divisão do trabalho) e a individuação progressiva nas sociedades modernas.

Em Habermas, o significado da expressão "individualidade" não deveria ser buscado no elemento atomizado ou indivisível, mas na singularidade ou especialidade – uma mônada (Leibniz) difere de todas as outras. "É até necessário que toda mônada singular difira de todas as outras. Pois, na natureza não existem dois seres perfeitamente idênticos" (HABERMAS, 1990, p. 190). Qualquer objeto que pode ser reconhecido entre uma multidão de outros objetos é individual, isto é, pode ser identificado. Entretanto, o significado de

"individualidade", para Habermas, deve ser entendido sob a ótica de uma primeira pessoa que se relaciona com uma segunda pessoa (o conceito de *second point* em Mead).

O autor entende que a psicologia social de G. H. Mead seria a única tentativa promissora de apreendermos plenamente o significado da individualização social. Em Mead, a diferenciação da estrutura de papéis seria colocada em contato com a formação da consciência e com a obtenção de autonomia em um contexto no qual os indivíduos são socializados em situações cada vez mais diferenciadas. No processo de socialização, o indivíduo cresce incorporando o que se espera dele. Em seguida, as expectativas são generalizadas, inclusive as contraditórias, gerando um "centro interior de auto-comando do comportamento" (HABERMAS, 1990, p. 186).

A individualidade em Habermas, portanto, deixa de ser pensada como singularidade e passa a ser pensada como *individuação* ou autorrealização do indivíduo. A individuação só se dá enquanto processo socialmente mediado. Haveria, assim, uma primazia da linguagem, e não da subjetividade. Nessa virada em relação à filosofia do sujeito, a linguagem é vista como meio possível de entendimento, da cooperação social e dos processos de aprendizagem, não estando relacionada à subjetividade. "Os mundos da vida, que fixam a gramática dos jogos de linguagem, não são formas de vida fechadas, tal como sugere a concepção monadológica de Wittgenstein" (HABERMAS, 2009, p. 230).

A filosofia da linguagem, em contraposição à filosofia da consciência, teria como pressupostos, *numa situação ideal de fala*, o sentido, a argumentação, o consenso, as relações intersubjetivas e o discurso. Existiria um ideal regulador, mas Habermas sabe que, na prática, não é isso o que acontece, pois nem sempre todos têm a mesma chance de falar.

Para Gadamer (2002; 2005), a experiência, o pensamento e a compreensão são atos essencialmente linguísticos. A compreensão, inclusive, surge como algo que é *produzido* no diálogo. Neste ponto, o autor discorda tanto dos linguistas modernos quanto dos filósofos da

linguagem, que costumam dar um caráter instrumental à linguagem. Em Gadamer, as palavras não devem ser tratadas nem como meros signos nem como formas simbólicas. A linguagem é uma *mediação*, um campo de interação, não um instrumento.

Evidentemente, ao longo do debate que Habermas travou com Gadamer durante uma década, não faltaram críticas à pretensão de universalidade da hermenêutica gadameriana. No entendimento habermasiano, existiria algo que está além do diálogo e da consciência hermenêutica, que é a possibilidade de crítica, da reflexibilidade. Na verdade, enquanto os teóricos da primeira geração da Escola de Frankfurt enxergavam a razão como um aspecto negativo da modernidade, algo totalitário, Habermas vai tentar reabilitar a natureza *libertadora* e *emancipatória* da razão, tal como era vista no Iluminismo. Isto é, a razão como algo pertencente ao reino da liberdade e da autodeterminação. Assim surge o conceito de razão comunicativa, introduzido no lugar da razão instrumental ou estratégica, esta centrada no sujeito.

A razão comunicativa teria um cunho comunitário e discursivo, envolvendo tanto a relação do sujeito com o mundo quanto expressões simbólicas – a linguagem – que mediam essa relação. É a partir desse conceito que Habermas formula a TAC, definindo, na trilha de uma sociologia linguístico-compreensiva, a ação comunicativa como sendo, ao mesmo tempo, livre, racional e crítica.

Segundo Habermas, a ação comunicativa

> refere-se à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal (seja com meios verbais ou extraverbais). Os atores buscam um entendimento sobre uma situação da ação para, de maneira concordante, coordenar seus planos de ação e, com isso, suas ações. (HABERMAS, 2012a, p. 166)

A linguagem intersubjetivamente partilhada seria, portanto, o *meio de entendimento*, através do qual falantes e ouvintes, a partir de seus referenciais do mundo da vida, negociam definições em comum para as situações, de forma pragmática. Neste modelo, a estrutura

teleológica também não deixa de estar presente, assim como ocorre em três outros modelos de ação que Habermas (2012a) analisa. Essa estrutura teleológica seria algo pressuposto em todos os modelos de ação.

A diferença da ação comunicativa em relação aos demais modelos de ação residiria no papel que a linguagem assume. No modelo teleológico/estratégico, que vem desde Aristóteles, a linguagem seria apenas um entre muitos meios utilizados pelos falantes para atingir determinados fins. O modelo normativo, importante nas obras de Durkheim e Parsons, pressupõe a linguagem como um meio para transmissão de valores culturais e para sustentar o consenso. Já no modelo dramatúrgico, de Goffman, a linguagem seria apenas um meio da autoencenação.

A ação comunicativa também é racional, porém não é instrumental e sim substantiva. Orienta-se por normas sociais, diferentes das normas técnicas que regem a ação racional instrumental e estratégica, que por sua vez definem as expectativas recíprocas de comportamento mediante a internalização de papéis (HABERMAS, 2011, p. 57-59). Para que esse tipo de ação se realize é necessário que pelo menos dois sujeitos entendam e reconheçam essas normas, tendo a linguagem como meio de entendimento. Como explica Habermas:

> Para evitar mal-entendidos, quero repetir que o modelo comunicativo de ação não equipara agir e comunicação. A linguagem é um *medium* de comunicação a serviço do entendimento, ao passo que os atores, à medida que logram entender-se uns com os outros com o intuito de coordenar suas ações, perseguem determinados fins, conforme o caso. Dessa forma, a estrutura teleológica é fundamental a *todos* os conceitos de ação. (...) Em todos os casos, a estrutura teleológica de ação é pressuposta a ponto de se atribuir aos atores a capacidade de demarcar propósitos e de agir de acordo com determinados fins, bem como o interesse pela realização de seus planos de ação. (HABERMAS, 2012a, p. 195)

O mundo da vida, entendido como uma estrutura transcendental e intersubjetiva onde os falantes e ouvintes se encontram (HABERMAS, 2012b, p. 231), seria justamente o pano de fundo do agir comunicativo, que é orientado pelo entendimento. Este mundo é dividido em

cultura, sociedade e personalidade, onde cultura é o acervo de saber que supre o entendimento; a sociedade é o que gera a solidariedade apoiada na pertença a grupos; e personalidade designa o conjunto de competências que tornam o sujeito capaz de falar e agir (HABERMAS, 2000, p. 476).

Porém, a mesma sociedade que abriga o mundo da vida abriga também sistemas autopoiéticos que se mantêm através da racionalidade instrumental, assim como a economia (telos: dinheiro) e a política (telos: poder)[69]. A diferenciação entre sistema e mundo da vida teria ocorrido com a modernidade (modernização como racionalização em Weber), assim como a "colonização" do mundo da vida pelo sistema, modificando afetos, relações humanas e trocas comunicativas.

A partir desses dois conceitos – mundo da vida e sistema –, Habermas propõe um diagnóstico das tendências, crises e patologias das sociedades desenvolvidas atuais. Segundo ele, estaria havendo uma "desacoplagem progressiva entre a integração social pelos caminhos do mundo da vida e a integração sistêmica" (Cf. SIEBENEICHLER, 2012, p. XXV-XXVI). A patologia (efeito colateral da racionalização), fenômeno considerado inevitável, ocorreria quando o sistema intervém nos processos de reprodução da cultura, da integração social e da socialização dos indivíduos, obstacularizando a reprodução simbólica do mundo da vida. Essa obstacularização ocorre, por exemplo, através da burocracia e da monetarização, provocando "assimetrias no uso dos potenciais de racionalidade, as quais podem afetar os recursos da solidariedade social que flui do mundo da vida". Como consequência, surgem as guerras, os conflitos de classe, as estruturas burocráticas e o poder exacerbado do mercado.

Neste cenário, movimentos sociais como o DU surgem no contexto do mundo da vida (nas comunidades, subculturas, subgrupos) como formas de agência coletiva e constituem

[69] O conceito de sistema Habermas toma emprestado da teoria de sistemas de Niklas Luhman (Cf. SIEBENEICHLER, 2012, p. XIII; PINZANI & DUTRA, 2013, p. 313).

formas de oposição ou resistência ao sistema – sistema enquanto elemento de dominação, e para Habermas é a dominação que permite a ação do sujeito.

Para Habermas estaria havendo não apenas uma separação gradual entre sistemas e mundo da vida, mas também uma submissão "colonizadora". O projeto emancipatório habermasiano é libertar o mundo da vida desta "colonização". A descolonização, para Habermas, só seria possível através da solidariedade, da dimensão participativa/deliberativa, dos grupos, isto é, da inclusão do outro. Habermas (2002, p. 270) vê a solidariedade como "a *terceira fonte* de integração social", ao lado do poder estatal e do mercado, que são instâncias reguladoras. É como se a solidariedade tivesse a capacidade de regular tanto o poder quanto o mercado.

A razão comunicativa prevê, pois, o fortalecimento das esferas comunicativas nas quais os sujeitos vão apresentar suas demandas. A esfera privilegiada do agir comunicativo seria a esfera pública, que não é uma instituição, nem organização, nem sistema. É um fenômeno social, entendido como "uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões" (HABERMAS, 1997, p. 92) onde os fluxos informacionais são "filtrados e sintetizados".

O Facebook, enquanto esfera pública, forneceria essa rede para criação e circulação de conteúdos, posições e opiniões em um ambiente essencialmente técnico. Porém, os espaços da cidade, assim como as próprias redes sociais da internet, acabam sendo colonizados pela lógica instrumental. Há, no Facebook, toda uma lógica de acumular "amigos" que parece reforçar traços de uma sociedade capitalista orientada pela racionalidade estratégica – quanto mais "amigos" possuir, mais "importante" ou "influente" será o usuário. O que vemos é toda uma superficialidade e uma cortesia, um verdadeiro jogo de aparências que não nos permite ver quem de fato são as pessoas, o que fazem e o que pensam.

Será que nos grupos é diferente? Haveria, nos grupos do Facebook, algum espaço para a democracia, a liberdade, a solidariedade, enfim, haveria espaço para uma ação mais comunicativa e menos estratégica? Está claro que o DU possui uma dimensão de rede mas também uma dimensão comunitária, da ordem da pertença e do afeto. Porém, é importante termos em mente que as pessoas estão ali para a consecução de determinados fins, sendo o principal deles a participação ativa nas decisões políticas que afetam a vida da cidade. Investigar quais as possibilidades e limites das trocas interacionais e comunicacionais que ocorrem nesse espaço é, também, uma forma de procurar descobrir como os membros negociam entre si para atingir esse objetivo e também o que os mantém coesos em um grupo tão grande e heterogêneo.

4 Pesquisa na internet: considerações metodológicas

Fazer pesquisa na internet, ao contrário do que muitos possam imaginar, não é nada fácil. Sem dúvida, como aponta Bryman (2008a), esse tipo de pesquisa é mais econômica, tanto em relação ao tempo de realização quanto em termos de custo, além de dispensar as trabalhosas transcrições, uma vez que os dados já estão em formato digital e podem ser coletados, copiados e "colados" rapidamente. Por outro lado, há uma série de desvantagens e talvez a maior delas seja a perda do contato visual entre entrevistador e entrevistado. Além disso, apesar de a internet ter sido criada lá no fim dos anos 1960, a Web é muito nova – o primeiro navegador, o Netscape, foi lançado em dezembro de 1994 –, exigindo cuidados extras tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.

Estamos, portanto, na infância da pesquisa na internet como a conhecemos hoje, com sua interface gráfica. De modo geral, pode-se dizer que ainda há uma dificuldade nas ciências humanas e sociais em relação à abordagem empírica nas pesquisas envolvendo as novas tecnologias e a internet, como pontuam Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 17). Essa dificuldade está diretamente relacionada ao "como fazer", "como aplicar" e "como pensar" metodologias eficientes que propiciem aos pesquisadores coletar e analisar dados compatíveis com seus problemas de pesquisa e enfoques teóricos, mantendo o devido rigor científico.

Este capítulo, dedicado aos aspectos metodológicos desta pesquisa, tem o intuito de contribuir para a formação de uma massa crítica em torno do que se chama *netnografia* e também de ajudar outros pesquisadores, da sociologia ou de outras áreas, a lidar com problemas que possam surgir nesse tipo de campo. Diferentemente de outras pesquisas baseadas parte no mundo on-line, parte no off-line, esta foi 100% feita através da internet, da observação participante às entrevistas em profundidade, passando pela análise de redes sociais e coleta de informações e referências de apoio – etapas realizadas entre novembro de 2013 e

março de 2015. O pouco que vem de fora da internet são apenas dados da observação participante feita durante eventos realizados pelo grupo *Direitos Urbanos | Recife*, a exemplo do #OcupeEstelita 2014, utilizados no primeiro capítulo deste trabalho.

4.1 Construção do *corpus:* a coleta de dados na internet

A internet tanto pode ser um *objeto* de pesquisa (tema estudado), quanto *local* de pesquisa (ambiente onde a pesquisa ocorre) e, ainda, *instrumento* de pesquisa (ferramenta para coleta de dados).

As primeiras abordagens envolvendo a rede mundial de computadores eram voltadas a análises estatísticas de usuários e das experiências deles dentro da rede (MITRA & COHEN *apud* FLICK, 2009, p. 239). Passadas duas décadas do surgimento da World Wide Web, a maioria das pesquisas que encontramos ainda são levantamentos quantitativos, questionários enviados por *e-mail* ou enquetes baseadas na Web. Ou seja, a rede mundial de computadores vem sendo mais frequentemente mais utilizada como uma *ferramenta de pesquisa*, servindo para aplicação de questionários semelhantes àqueles trabalhados off-line.

Mais recentemente, contudo, temos encontrado na internet pesquisas quantitativas e qualitativas, que versam sobre os mais diversos temas, utilizando variadas técnicas. Segundo Flick (2009, p. 240), tem crescido o uso de técnicas como a entrevista on-line, a observação participante, a etnografia virtual e os grupos focais. De acordo com o autor, são métodos que podem ser transferidos e adaptados com alguma facilidade à Web.

Nesta pesquisa, optamos pela triangulação de técnicas quantitativas e qualitativas com o intuito de obter um retrato o mais completo possível da experiência social no DU. Utilizamos etnografia virtual (ou *netnografia*, como preferimos) com observação participante, análise de redes sociais e entrevistas em profundidade. A triangulação é uma forma de expor,

simultaneamente, realidades múltiplas, utilizando diversas perspectivas teóricas, fontes de dados e metodologias (BRYMAN, 2008b, p. 379). Seria uma forma de cruzar dados, validá-los e torná-los mais confiáveis. A partir de agora, passamos a descrever como o *corpus* desta pesquisa foi construído a partir da utilização dessas três técnicas.

4.1.1 Netnografia

No caso da etnografia, elegemos como "lugar" a página do grupo *Direitos Urbanos | Recife* no Facebook (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/). O método etnográfico foi escolhido para ajudar na compreensão da dinâmica interacional existente no DU, dos fluxos comunicacionais e dos comportamentos dos membros, em relação à construção do próprio campo (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011, p. 179-180). Isto é, utilizamos a etnografia para entrar em contato com o grupo e contextualizar os informantes, suas práticas sociais e interações.

O termo etnografia vem sendo aplicado em estudos de comunidades e cultura on-line por pelo menos uma década (KOZINETS, 2012, p. 5). A etnografia virtual requer que se passe algum tempo observando o que os internautas fazem e o que dizem que fazem. "Isso se assemelha ao modo como os etnógrafos tornam-se participantes e observadores em comunidades do mundo real e em culturas. A diferença é que a etnografia virtual é situada em um ambiente técnico em vez de um ambiente natural" (FLICK, 2009, p. 246).

Flick (2009) argumenta que alguns elementos da etnografia tradicional podem ser transpostos para o meio virtual sem maiores problemas, enquanto outros precisam ser reformulados. A presença do etnógrafo no campo é exigida nos dois casos, mas no virtual a própria noção de "lugar da interação" ou "lugar do campo" é posta em xeque, porque não há limites. Muitas vezes, o "lugar" só se torna claro no decorrer do estudo.

Kozinets (2012) prefere o neologismo “netnografia”, ao invés de etnografia virtual, porque, na sua opinião, o termo “virtual” remeteria a algo que não é real. Além de etnografia virtual, encontramos na literatura outros termos tais como “webnografia”, “etnografia digital” e “ciberantropologia”. Para Kozinets, seriam todos termos parciais, pois considerariam apenas a parte da experiência on-line, não toda a experiência de indivíduos ou grupos. A ideia da netnografia (que surge de um cruzamento de pesquisas de mercado com pesquisas acadêmicas) é a de que nossos mundos sociais estão se tornando digitais, demandando a adaptação da pesquisa etnográfica de modo a incluir a influência da internet no nosso cotidiano como um todo.

Para os cientistas sociais, considerar a influência da internet seria a única forma de entender a sociedade atual. A netnografia, segundo Kozinets (2012), seria capaz de revelar e analisar as estratégias de autorrepresentação que as pessoas usam para construir um “eu digital”. Esse “eu digital” não é distinto do “eu real” – os dois “eus” se misturam num único mundo, que é o mundo da “vida real”, onde as pessoas vivem – ideia com a qual compactuamos. Neste mundo (que costumava ser “analógico” e se tornou híbrido), a tecnologia é utilizada para comunicação, socialização, expressão, compreensão etc.

Falando especificamente sobre as comunidades on-line, que fazem parte da experiência social de milhões de pessoas, Kozinets argumenta que o debate sobre o virtual como oposição ao (ou negação do) real estaria superado, pois

> As comunidades on-line não são virtuais. As pessoas que encontramos on-line não são virtuais. São comunidades reais povoadas com pessoas reais, é por isso que muitos acabam se encontrando pessoalmente. (...) Comunidades on-line *são* comunidades; não há mais espaço para o debate sobre este tema. Elas nos ensinam sobre linguagens reais, significados reais, causas reais, culturas reais. (KOZINETS, 2012, p. 15)

O autor justifica a necessidade de criação do neologismo *netnografia* afirmando, em primeiro lugar, que a entrada em uma cultura ou comunidade on-line é distinta de uma

experiência face a face, em termos de acessibilidade, abordagem e espaço de potencial inclusão. No mundo on-line, termos como participação e observação ganham novos significados. Em segundo lugar, Kozinets (2012, p. 5) diz que a coleta e análise de dados culturais no meio digital é tanto um desafio quanto uma oportunidade. Mudam radicalmente a ideia de inscrição das notas de campo e a quantidade de dados. Muda a aplicação de ferramentas analíticas e técnicas, pois os dados já estão na forma digital, o que pode demandar outras maneiras de tratar esses dados. Em terceiro e último lugar, Kozinets garante que existem poucos (se é que existem) procedimentos éticos para o campo feito face a face que possam ser facilmente traduzidos para o meio online, pois "As diretrizes abstratas de consentimento dos informantes estão abertas a largos graus de interpretação".

Chegamos, assim, a uma definição do que seria a *netnografia*:

> Netnografia, a etnografia de grupos online, estuda práticas culturais complexas em ação, direcionando nossa atenção para uma multiplicidade de ideias concretas e abstratas, significados, práticas sociais, relacionamentos, linguagens e sistemas simbólicos. (KOZINETS, 2012, p. 25)

No quadro a seguir (Quadro 2), podem ser conferidas as definições, tipos de pesquisa e pesquisadores que utilizam cada um dos termos relacionados à etnografia nos meios digitais.

Quadro 2 (4) - Terminologias referentes à etnografia nos meios digitais

	Definições e tipo de pesquisa	Pesquisadores que utilizam o termo
Netnografia	Neologismo criado no final dos anos 90 (net+etnografia) para demarcar as adaptações do método etnográfico em relação tanto à coleta e análise de dados, quanto à ética de pesquisa. Relacionado aos estudos de comunicação com abordagens referentes ao consumo, marketing e ao estudo das comunidades de fãs. Muitas vezes é descrita apenas como monitoramento de sites e grupos online, principalmente quando associada à pesquisa de mercado.	Robert Kozinets, Gebera, Ardevol, Simone de Sá, Sandra Montardo, entre outros.
Etnografia digital	Explorar e expandir as possibilidades da etnografia virtual através do constante uso das redes digitais, postando o material coletado. Outro objetivo é a criação de narrativas audiovisuais colaborativas em uma linguagem que sirva como material de estudo, mas atinja também um público extra-acadêmico.	Grupo da Kansas State University coordenado pelo pesquisador Michael Wesch.
Webnografia	Alguns autores o utilizam enquanto um termo relacionado à pesquisa aplicada de marketing na internet, relacionado à questão das métricas e audiências dos sites, principalmente em ambientes de discussão. Descreve a combinação de técnicas associadas à análise de conteúdo e pesquisa etnográfica para analisar 'clusters (grupos) de interesse' que se formam na USENET e ambientes de discussão. Outros compreendem o termo como o método não restrito a etnógrafos e antropólogos, mas sim a todos os pesquisadores interessados nos complexos aspectos sociais, culturais e psicológicos, relacionados com e através da Internet.	De acordo com a Webnographers Wiki,, projetos como o *Digital Youth* e *The Facebook Project*, entre outros, podem ser enquadrados nesse tipo de proposta. O site Webnographers Wiki apresenta uma lista de pesquisadores que, de acordo com os autores, estariam enquadrados dentro da proposta.
Ciberantropologia	Estudo dos humanos em ambientes conectados. Baseia-se nos conceitos da antropologia ciborgue de Donna Haraway para examinar a reconstrução tecnológica do homem e preparar o etnógrafo para lidar com uma categoria mais ampla de "ser humano" em suas reconfigurações.	Donna Haraway, Arturo Escobar e David Hakken são referências fundadoras. No entanto, alguns autores, como John Postill, defendem o uso do termo por vezes como complementar e em outras como substituto à netnografia ou etnografia virtual.

Fonte: Adaptado de FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011, p. 198-200.

Optamos pela *netnografia* com observação participante porque, ao iniciar a pesquisa sobre o DU, eu já era membro do grupo no Facebook e, como simpatizante da "causa", costumava "curtir" e comentar algumas postagens. Além disso, eu já havia comparecido ao primeiro #OcupeEstelita, realizado em abril de 2013. Enquanto pesquisadora, portanto, eu

possuía certo envolvimento com o objeto de estudo que acabou sendo muito importante para uma compreensão mais ampla deste objeto, apesar de o tempo todo estar ciente dos desafios de ser uma *insider*.

> observamos que a etnografia a partir da perspectiva do *insider* dentro de determinada cultura pode proporcionar um elemento subjetivo importante a ser destacado, principalmente pelo estilo narrativo e pelas facilidades e/ou dificuldades em coletar e analisar possíveis informações e dados obtidos de forma informal ou através de entrevistas, assim como diferentes valores, experiências e negociações vivenciadas pelo pesquisador (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011, p. 195)

A etnografia pode variar desde a participação intensa até a meramente observacional. Escolhemos observar *e* participar, no sentido de apreender melhor o *habitus* dos integrantes do DU. Para Clifford (1998, p. 33), a observação participante representa um contínuo vaivém entre o "interior" e o "exterior" de um grupo ou cultura. De um lado, capta sentidos específicos de ocorrências e gestos, através da empatia, e de outro possibilita um recuo para que se possa situar esses significados em contextos mais amplos.

A observação participante foi realizada durante um ano na página do DU no Facebook, entre novembro de 2013 e novembro de 2014. Nesse período, acompanhamos e participamos das discussões, identificamos quem eram os administradores, coletamos fotos e postagens para análise e anotamos as observações de forma mais ou menos sistematizada em um diário de campo. Também nos familiarizamos com as pautas, regras de moderação e eventos realizados pelo grupo. Além disso, "curtimos" e visitamos ocasionalmente páginas irmãs do DU, tais como *DU na Copa, Direitos Culturais*, *Movimento#OcupeEstelita* e *Salve o Cais José Estelita.*

Ao iniciar a pesquisa, a primeira providência foi procurar entender a dinâmica da comunidade – basicamente, o fluxo de postagens. Realizamos, então, um levantamento quantitativo entre os dias 1º e 24 de novembro de 2013. Neste período, foram identificadas 642 postagens, com média de 26,75 *posts*/dia. A partir de números como esses, percebemos

que o grupo apresentava um fluxo comunicacional bastante intenso, já difícil de acompanhar. Na época, eram pouco mais de 14 mil membros.

4.1.2 Coleta e sistematização de dados

O próximo passo foi verificar quem são as pessoas que postam no DU, o que postam (conteúdos), formatos das postagens (texto, *link*, foto, vídeo etc.), quantas "curtidas" e quantos comentários cada *post* costuma receber. Para tanto, começamos a coletar alguns *posts* para análise. Os dados foram coletados manualmente e inseridos em uma ficha pré-codificada construída no Microsoft Excel a partir das seguintes categorias: 1) Autor; 2) Administrador (Sim/Não); 3) Conteúdo da postagem; 4) Publicação afixada (Sim/Não); 5) Data da publicação; 6) Hora da publicação; 7) Data da coleta; 8) Hora da coleta; 9) Formato da postagem; 10) Categoria da postagem: 11) Tema da postagem; 12) Assunto da postagem; 13) Quantidade de "curtidas" recebidas; 14) Quantidade de comentários recebidos; e 15) Os três primeiros comentários recebidos pela postagem.

A atividade de coleta dos *posts* se mostrou extremamente árdua em termos metodológicos e parece válido relatar alguns problemas encontrados no campo. Estava claro que a amostra deveria ser não probabilística, isto é, intencional. Mas, como escolher as postagens para análise, diante das dezenas que eram publicadas por dia? Inicialmente, coletamos oito *posts* de forma aleatória (buscando, ao mesmo tempo, intensidade e heterogeneidade) a partir das "publicações recentes", o que ainda ssim se mostrou bastante problemático. Que critérios estaríamos usando? Postagens muito "curtidas" e comentadas? Quantas "curtidas" seriam suficientes para considerar que determinada publicação foi "muito curtida"? Algo muito subjetivo... Também não seria interessante coletar uma publicação que, por motivos desconhecidos, não tenha gerado interação?

A partir desses questionamentos, decidimos adotar um novo critério: coletar apenas as "publicações fixadas" no topo da página do DU. As publicações fixadas são consideradas as mais importantes (por isso são "fixadas" no topo pelos administradores) e sua posição na página garante mais visibilidade e, supostamente, mais interação. Logo, esse critério também se mostrou inadequado. Ao retornar à página dias depois, verificamos que a publicação fixada naquele momento estava lá havia dez dias. Outra postagem ficou fixada por 15 dias.

Desta forma, percebemos que a coleta de postagens por esse método levaria meses, talvez anos, o que inviabilizaria a pesquisa! Outra desvantagem era em relação à autoria dos *posts*, pois constatamos que a maioria das "publicações fixadas" era de autoria dos administradores da página. Na época, como eram apenas 13 administradores (ao término da pesquisa esse número chegou a 20), teríamos um leque pouco variado de autores.

Adotamos, então, um novo critério: o pulo de três. A cada dia de coleta, pegaríamos a primeira postagem da página, excluindo a "publicação fixada", pularíamos três e coletaríamos a seguinte, e assim por diante. Dos métodos experimentados, esse se mostrou o mais eficaz, até porque os *posts* seguem mais ou menos uma ordem cronológica decrescente, ficando um ou outro deslocado. Por exemplo, no meio dos *posts* de novembro de 2013 encontramos publicações dos meses de abril e maio de 2013 e outra de novembro de 2012. Mas nada que comprometesse a fluência da coleta. Bastou desconsiderar esses *posts* "deslocados" no tempo.

Outra questão que se apresentava era a seguinte: se a publicação fosse coletada pouco tempo depois de postada, correríamos o risco de não captarmos a interação que viria na sequência. Era preciso um tempo para que as pessoas curtissem e comentassem, apesar da velocidade que é característica da internet. Mas que tempo era esse? Felizmente, a maioria dos *posts* tinha respostas imediatas, geralmente poucos segundos depois de publicado. O primeiro que coletamos recebeu 50 dos seus 76 comentários no mesmo dia.

Em relação ao registro dos três primeiros comentários de cada *post* (item 15 da ficha pré-codificada), ao longo da pesquisa percebemos que não seria de muita utilidade e foram praticamente descartados. Os três primeiros comentários poderiam muito bem ter sido escritos por uma única pessoa, como constatamos em alguns casos. Como a ideia era captar a dinâmica conversacional, posteriormente foi preciso coletar os comentários de uma maneira diferente, considerando *todos* os comentários de cada postagem, como veremos no item 4.1.3.

No final das contas, depois de todos esses questionamentos, tentativas, erros, acertos e constatações, *alcançamos uma amostra mista de 40 postagens*, entre fixadas, aleatórias e com pulo de três. As postagens foram publicadas entre 20 de novembro de 2013 e 27 de abril de 2014, em diversos intervalos de tempo. Todas foram capturadas em tela na forma de imagens (PstScn) e salvas nos *softwares* de processamento de fotos Paint ou Photoshop, para que o registro ficasse garantido caso os dados fossem apagados ou simplesmente se perdessem – e essa é uma dica fundamental para quem trabalha com internet: sempre capture as telas (ou parte delas) com as quais for trabalhar. Especialmente no Facebook, onde o carregamento de postagens mais antigas é bastante lento, tornando-se inviável em alguns casos.

Utilizando o método de análise de conteúdo (BAUER, 2002), identificamos 12 categorias de postagens (compartilhamento de informações, compartilhamento de experiências, denúncias etc.) e oito tipos de formatos (fotos, *links*, vídeos etc.). Para Bauer (2002, p. 189-190), a internet e os arquivos on-line para jornais, programas de rádio e televisão (materiais produzidos para outros propósitos, não para a pesquisa em si) renovaram o interesse na análise de conteúdo (AC) e suas técnicas. Esse método "faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais". Em sua dimensão sintática, a AC enfoca os transmissores de sinais e suas inter-relações – *como* algo é dito ou escrito.

Um aspecto a se considerar é que, ao longo da pesquisa de campo, os nomes de alguns usuários podem sofrer modificações, pois o Facebook permite a edição de dados pessoais

(entre eles o nome público do usuário) a qualquer tempo. No fim de 2012, por exemplo, tornou-se bastante comum encontrar pessoas no Facebook com o "sobrenome" Guarani Kaiowa, em referência à etnia indígena do Mato Grosso do Sul que se dispôs a promover um suicídio coletivo por causa de uma ordem de despejo[70].

Também encontramos, no campo, codinomes curiosos, como *Ayrton Senna, Tuppan Poeta, Gina Imperial, Nossa Senhora do Lixo, Bairro do Coque* etc. Provavelmente, são pessoas que não querem aparecer com seus nomes reais ou possuem perfis que não são exatamente pessoais e sim representam um coletivo. O próprio DU, em dezembro de 2014, criou um perfil para ser "exclusivamente utilizado para postagens institucionais".

Em relação à identificação dos autores dos *posts* (e, posteriormente, dos entrevistados), havia a possibilidade de utilizar apelidos ou as iniciais dos nomes para preservar suas identidades. Apesar de o DU ser um grupo aberto, isto é, *seus posts e membros são visíveis a qualquer outro usuário do Facebook*, havia a questão ética. Como eram muitos nomes, criar apelidos para todos seria algo complicado. As iniciais também não serviriam pelo mesmo motivo – se você tem um Leonardo Cavalcanti e um Leandro Costa (nomes fictícios), por exemplo, como fazer? Optamos por utilizar as iniciais expandidas (três letras do primeiro nome, duas do segundo e uma do terceiro, quando houver). Desta forma teríamos, utilizando os exemplos fictícios acima, um LeoCa e um LeaCo.

Isso mostra que algumas questões éticas que eventualmente se levanta sobre a pesquisa na internet são semelhantes às da pesquisa tradicional: coletar dados apenas para um objetivo específico e legítimo, proteção contra o mau uso e acesso não autorizado, obtenção de consentimento, garantia de anonimato etc.

[70] Em outubro de 2012, um grupo da etnia indígena guarani kaiowa divulgou uma carta pelo Facebook e pelo Twitter denunciando que estavam sendo expulsos de suas terras: "Pedimos ao Governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas decretar nossa morte coletiva e enterrar todos nós aqui". A carta gerou um movimento de solidariedade e milhares de brasileiros passaram a agregar o "sobrenome" Guarani Kaiowa em seus perfis nas redes sociais. Ver: BRUM, Eliane. Sobrenome: "Guarani Kaiowa". **Época**, 26 nov. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/11/sobrenome-guarani-kaiowa.html>. Acesso em: 20 nov. 2013.

Outra questão que se apresenta é em relação à postura adotada pelo pesquisador no campo. Flick (2009, p. 252) não considera legítimo "espreitar" *chats* ou salas de bate-papo, mas como situamos, nesse caso, a netnografia? Pode-se dizer que *espreitar* faz parte do método etnográfico. Adotar uma postura anônima e "silenciosa" (ou *lurking*, no inglês), contrária à do *insider*, é uma das opções do pesquisador, situação já experimentada em outro trabalho (BATISTA, 2010), quando circulamos anonimamente por diversas "ilhas" do mundo virtual *Second Life*, na "pele" de uma avatar-pesquisador, "abordando e entabulando conversas anonimamente com dezenas de usuários".

Essas primeiras notas metodológicas indicam que, se o desenvolvimento da pesquisa on-line está apenas começando, algumas questões ainda seguem problemáticas ou sem resposta. Sem dúvida, há uma "netiqueta" a seguir, mas fica evidente que o código de ética tradicional de pesquisa precisa ser revisto de modo a contemplar essas novas questões, possibilidade que Bryman (2008a), por exemplo, já considera.

4.1.3 Análise de redes sociais

A partir das 40 postagens coletadas entre 20 de novembro de 2013 e 27 de abril de 2014 pudemos passar à próxima etapa da pesquisa, que era a análise de redes sociais. Na delimitação do objeto (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011), consideramos *atores* os membros do DU que postaram, "curtiram" e/ou comentaram e *conexões* as interações entre eles, isto é, as "curtidas" e os comentários. Com os autores de cada *post* já identificados na etapa de observação, faltava identificar quem "curtiu" e quem comentou cada postagem.

Assim, iniciamos a montagem de duas sociomatrizes diferentes no *software* Ucinet (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002), a partir das relações observadas nos 40 *posts* coletados na ficha pré-codificada. Sociomatrizes, em geral, são planilhas (que inclusive

podem ser importadas do Excel) onde estão representadas as relações entre os atores da rede social estudada (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011, p. 121).

Na primeira sociomatriz, colocamos os nomes dos autores de cada *post*, sem repeti-los. Os 40 *posts* foram publicados por 33 autores diferentes e os 33 receberam "curtidas" de 560 "curtidores" diferentes que produziram um total de 896 "curtidas". Ao final obtivemos uma sociomatriz 33x560, portanto, assimétrica.

Para melhor compreensão desse procedimento, oferecemos, a título de ilustração, uma simulação de sociomatriz entre autores e "curtidores" (Tabela 6). Trata-se de uma sociomatriz assimétrica, de tamanho 3x5, e unidirecional (porque não verificamos a reciprocidade, apenas a existência de relação). As relações ("curtidas") estão assinaladas com o número 1 e a ausência de relação com o número zero. Observe-se, por exemplo, que o Autor 2 recebeu "curtidas" de todos os atores e que o Curtidor 5 foi o único que interagiu com todos os autores.

Tabela 6 (4) – Simulação de sociomatriz – Autores X Curtidores

	Autor 1	**Autor 2**	**Autor 3**
Curtidor 1	0	1	0
Curtidor 2	1	1	0
Curtidor 3	0	1	1
Curtidor 4	1	1	0
Curtidor 5	1	1	1

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Figura 18 fornecemos uma simulação de sociograma a partir dos dados da Tabela 6 gerado pelo *Netdraw*. Perceba-se, por exemplo, ainda que a olho nu, que o Autor 2 é a figura central dessa rede, pois, como vimos, recebeu curtidas de todos os "curtidores". Sob outra ótica, o Curtidor 5 também se destaca, ao se relacionar com todos os autores, e o Curtidor 1 aparece praticamente isolado, pois se relacionou apenas com o Autor 2.

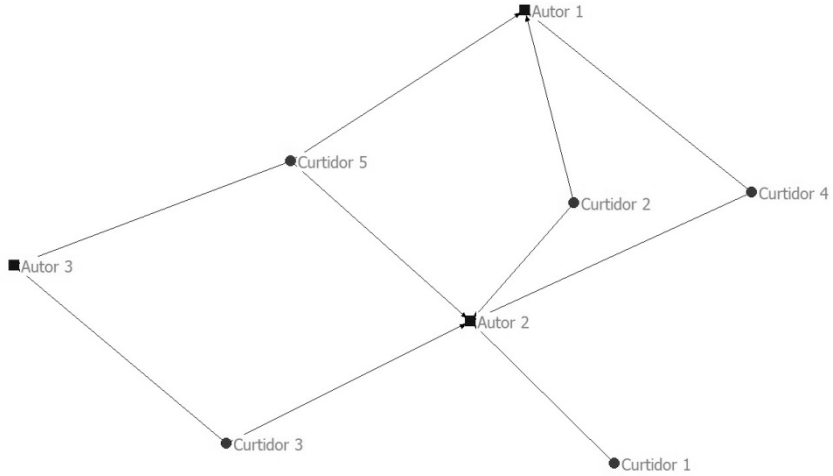


Figura 18 (4) – Simulação de sociograma (grafo) – Autores X Curtidores

Na segunda sociomatriz, repetimos o método: colocamos os nomes dos autores dos *posts* que receberam comentários. Dos 40 *posts*, 31 receberam comentários e esses 31 foram postados por 27 autores diferentes. Esses 27 autores receberam 437 comentários produzidos por 154 comentadores diferentes. Obtivemos, assim, uma segunda sociomatriz de tamanho 27x154, igualmente assimétrica e unidirecional. Mais uma vez, assinalamos em cada interseção a relação existente entre os atores.

Chegamos, assim, a duas redes diferentes: 1) Autores X Curtidores; e 2) Autores X Comentadores. Para trabalhar no *Ucinet* e poder extrair as medidas de rede, ambas as sociomatrizes foram simetrizadas (560x560 e 154x154). A fim de facilitar a visualização, geramos sociogramas (grafos) das sociomatrizes no *Netdraw* (BORGATTI, 2002). Sociogramas são representações de uma rede social, geralmente feitas através de grafos, onde as conexões (arestas ou relações) são linhas e, os atores, pontos (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011, p. 121).

Na Análise de Redes Sociais, os dados coletados podem ser analisados em termos de *estrutura*, *composição* e *dinâmica* (FRAGOSO, RECUERO & AMARAL, 2011, p. 122). A estrutura é a forma da rede, aquilo que evidencia suas características. Este primeiro nível da

análise de dados relacionais, de caráter descritivo, é o que revela as medidas (ou métricas) da rede e a posição dos nós (RECUERO, 2014).

Dentre as diversas propriedades da *estrutura* (nível rede) que podem ser consideradas na ARS, trabalhamos com as seguintes medidas para comparação das redes estudadas: *grau médio, diâmetro da rede, densidade do grafo, centralidade de autovetor* e *número de cliques*, onde:

– *Grau médio* (*average degree*) representa o número de conexões que, em média, os nós de uma rede possuem;

– *Diâmetro da rede* (*network diameter*) representa a maior distância existente entre dois nós, onde distância é o número de conexões intermediárias existentes entre esses nós;

– *Densidade do grafo* (*graph density*) é a medida que descreve o grau de conexão de determinada rede. Refere-se à proporção do número de conexões possíveis que um grafo suporta, variando aproximadamente de 0 a 1. Grafos muito densos (com densidade mais próxima de 1) são aqueles altamente conectados (isto é, aqueles onde os nós estão muito conectados entre si);

– *Centralidade de autovetor* (*eigenvector centrality*) é a medida que indica o quanto os atores estão bem conectados e o quanto podem influenciar outros atores da rede, seja direta ou indiretamente. Também varia aproximadamente de 0 a 1. Normalmente, quanto maior a centralidade, menor a densidade da rede, indicando uma estrutura mais horizontal;

– *Número de cliques* indica o número de subgrupos ou *clusters* existentes na rede, revelando menor ou maior fragmentação.

Em relação à centralidade, é importante destacar que existem diversas medidas, formas de cálculo e conceitos. Somente o *Ucinet* fornece pelo menos oito medidas diferentes, entre elas grau de intermediação (*betweenness*), grau de proximidade (*closeness*) e autovetor (*eigenvector*), quase sempre correlacionadas (Cf. VALENTE *et al*, 2008). O autovetor foi a medida que consideramos ideal para comparação das redes estudadas, já que as demais quase sempre se referem à centralidade do nó, não da rede como um todo, e nosso intuito era fazer uma análise relacional, isto é, focada em redes sociocentradas, em detrimento das

egocentradas. Foi também a medida que encontramos tanto no *Ucinet* quanto no *Netvizz*, cujo método de utilização será descrito mais adiante.

Como nossa intenção também era identificar os atores mais centrais e mais influentes nas redes Autores X Curtidores e Autores X Comentadores, até porque a ideia era entrevistar alguns deles, extraímos algumas medidas no nível nó. Foram elas:

– *Grau de centralidade* (*centrality degree*): indica quão central esse nó é para uma rede, isto é, qual a posição de acesso que determinado ator tem a outros atores da rede. Quanto mais conexões, maior a centralidade do nó. Em grafos assimétricos, pode-se obter o grau de centralidade de entrada (*in-centrality* ou *indegree*), que são as conexões que um ator recebe, e de saída (*out-centrality* ou *outdegree*), que são as conexões que um ator dá ou faz;

– *Grau de intermediação* (*betweeness*) é o número de vezes em que o nó atua como "ponte" entre vários grupos de nós. Segundo Recuero (2014, p. 65), "nós com altos graus de intermediação são aqueles que conectam grupos diferentes (e desconectados entre si) dentro do grafo";

– *Hubs* e *autoridades* são também medidas de centralidade de uma rede e estão relacionadas. Um ator com alto grau de *hub* aponta e referencia várias autoridades, unindo-as, enquanto que as autoridades são os nós que possuem relevância e são referenciados pelos *hubs* (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002). De modo geral, Barabási (2009, p. 52) define *hubs* como nós altamente conectados e extremamente visíveis em uma rede.

Já os dados de *composição* de uma rede social, segundo Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 122-123), tendem a ser utilizados em estudos de redes sociais mais qualitativos. "Referem-se, por exemplo, à qualidade dos laços sociais presentes na rede social e à sua formação". Neste sentido, são analisados aspectos como *laços sociais*, enquanto conexões que os atores estabelecem (podendo ser fortes ou fracos, seguindo as definições, por exemplo, de Granovetter) e *capital social*, normalmente definido como o conjunto de recursos que podem ser mobilizados pelos atores. De acordo com Recuero (2014), laços sociais e capital social pertencem a um segundo nível de análise.

Neste estudo, os aspectos de laços sociais e capital social foram apenas observados de modo não sistematizado. Na etapa etnográfica, percebemos a gradual formação do capital social do DU, desde a realização do primeiro #OcupeEstelita, a atuação conjunta com outras

entidades e coletivos, a conquista do assento no Conselho da Cidade do Recife etc. Nas entrevistas, foi possível perceber como os laços sociais são criados e fortalecidos entre os membros do grupo.

Em relação à *dinâmica* das redes sociais, Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 126) fazem referência aos processos denominados emergentes, como ordem, caos, agregação, desagregação e ruptura. É a ideia de que a rede é uma estrutura que, apesar de ser "fotografada" como algo estático, está sempre em movimento, em transformação. Propagação de memes[71], cooperação, adaptação, auto-organização, mundos pequenos e *clusters* são alguns exemplos de processos dinâmicos citados pelas autoras, a maioria abordada por Recuero (2010), que ainda precisariam ser mais adequadamente estudados. Mais uma vez, aqui, realizamos uma observação não sistematizada dos processos emergentes do grupo durante a etapa etnográfica, buscando identificar estratégias de cooperação e auto-organização (sinalizadas tanto em diálogos travados por alguns membros, no sentido de fortalecer o discurso do grupo, quanto na operacionalização dos "ocupes").

Por fim, em março de 2015, utilizei o aplicativo *Netvizz*[72] (RIEDER, 2013), versão 1.05. Essa ferramenta permite aos pesquisadores fazer rastreamento de dados (*data crawling*) e gerar arquivos de dados diretamente dos *sites* de redes sociais em formatos padrão (GDF, por exemplo), sem a necessidade de coleta manual ou programação personalizada.

Enquanto aplicativo integrado ao Facebook, o *Netvizz* extrai dados de redes pessoais, grupos e *fan pages* em referência ao status do usuário da plataforma (só é possível extrair dados de um grupo se o usuário do aplicativo for membro desse grupo, por exemplo) e em conformidade com a política de privacidade do *site* – os nomes das pessoas, por exemplo, são substituídos por um código numérico.

---

[71] Memes são ideias que se espalham na internet, podendo assumir a forma de um *hiperlink*, vídeo, imagem, *website*, *hashstag* ou mesmo uma palavra ou frase. Ver: MEME (INTERNET). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Meme_(Internet)&oldid=41806578> . Acesso em: 27 mai. 2015.

[72] https://apps.facebook.com/netvizz/.

No caso de grupos, o *Netvizz* extrai dois tipos de dados: *rede de conexões de amizade* (entendidas como as amizades do Facebook), isto é, quem é amigo de quem dentro do grupo; e *rede de interações*, isto é, quem interage com quem. Aqui, interações são entendidas como *curtidas* e *comentários* feitos em cada *post*. Os membros são os *nós* e as conexões de amizade ou interações são as *arestas*.

Infelizmente, o programa limita o número de usuários em cada grupo analisado a cinco mil. No caso de grupos maiores, como o DU, o *Netvizz* fornece dados de um conjunto aleatório de até cinco mil integrantes (Cf. RIEDER, 2013). Além disso, a extração de dados em um grupo com muitos integrantes pode levar horas, o que exige uma boa dose de paciência.

Na *rede de conexões de amizade* extraída pelo *Netvizz* da página do DU foram identificados 4.799 nós (atores) e 8.542 arestas (relações). Na segunda rede extraída, a r*ede de interações*, a versão utilizada do *software* coletou dados referentes às 200 últimas postagens feitas no grupo (data de referência: 7 de março de 2015). Nessas 200 postagens, o *Netvizz* identificou 7.921 interações, entre comentários e "curtidas", gerando 6.405 relações ou arestas (onde cada relação pode gerar mais de uma "curtida'/comentário).

Após a extração dos dados, o *Netvizz* fornece um arquivo gráfico (que pode ser lido em ferramentas como GUESS, Pajek ou Gephi, que foi o que utilizamos). No Gephi[73], um *software* de código aberto, é possível ainda trabalhar os dados gerados pelo *Netvizz* aplicando alguns filtros, como sexo e localização, não utilizados aqui por não interessar ao escopo da pesquisa.

[73] http://gephi.github.io.

4.1.2 Entrevistas

Os 40 *posts* coletados na página do grupo, trabalhados na ficha pré-codificada, nos ajudaram a identificar possíveis candidatos para as entrevistas em profundidade que pretendíamos realizar como um complemento à análise de redes sociais e à observação participante. A partir deles fizemos uma lista com os autores que mais publicaram, os que mais receberam "curtidas" e comentários e também os membros que mais "curtiram" e aqueles que mais comentaram. Chegamos a 11 nomes, dos quais sete, coincidentemente ou não, eram administradores do grupo.

Iniciamos as abordagens com os potenciais entrevistados enviando mensagens pelo *chat* do Facebook. Nessas mensagens explicávamos o que era a pesquisa e perguntávamos se o candidato tinha interesse e disponibilidade para responder. Todos se mostraram bastante solícitos. Na medida em que eles iam aceitando o convite, a data e o horário da entrevista eram agendados. Como a ideia da pesquisa era compreender como os membros do DU estão se comunicando a partir das ferramentas oferecidas pelo Facebook, as possibilidades e limites desse tipo de comunicação que é baseado na linguagem escrita, as entrevistas foram realizadas através do próprio *chat* do Facebook.

As entrevistas em profundidade, então, foram realizadas entre abril e agosto de 2014, no intuito de compreender melhor como os membros do DU se relacionam com a internet, com o Facebook e com a comunidade em si. Como sabemos, a entrevista nos permite explorar em profundidade a perspectiva dos atores, essencial para uma completa apreensão e compreensão das condutas sociais.

Como as citações de *entrevistas* e de *comentários* pinçados diretamente nas publicações poderiam se confundir ao longo do quinto capítulo, inclusive porque há citações dos mesmos autores nos dois casos, optamos por diferenciar as entrevistas pelo recuo de 4

centímetros da margem esquerda. Os comentários pinçados das publicações estão recuados a 1,25 cm da margem esquerda da página.

Como diz Poupart (2008, p. 216), a entrevista é um “instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores”, uma maneira de explorar melhor o mundo da vida dos informantes. Os resultados foram bastante interessantes, principalmente porque o recorte temporal abrange antes e depois do #OcupeEstelita 2014, período em que o grupo chegou a dobrar de tamanho. Obtivemos respostas muito ricas e esclarecedoras acerca da condição de ser um membro de um grupo como o DU, dos debates que são feitos, do trabalho de moderação, das experiências e valores compartilhados, da possibilidade de interferir na realidade de uma cidade etc.

Bryman (2008a) faz duas distinções entre os métodos de pesquisa na internet. A primeira delas se refere ao ambiente de coleta de dados, que pode ser baseado na Web (*web-based*) ou baseado na comunicação (*communication-based*). O primeiro diz respeito aos dados que são coletados *através* da internet, como os questionários on-line que os participantes são convidados a completar. O segundo está relacionado à utilização de meios de comunicação on-line, como o correio eletrônico e, acrescento, as plataformas de mensagens instantâneas *(chats*), como o Messenger que funciona integrado ao Facebook.

A segunda distinção metodológica feita por Bryman é a opção entre métodos *síncronos* ou *assíncronos.* O primeiro método é aplicado em tempo real, como no caso dos *chats*, onde o entrevistador pergunta e o entrevistado responde imediatamente, uma vez que está on-line. Já no método assíncrono, por não permitir a comunicação em tempo real, não há resposta imediata. Um exemplo é o questionário enviado por *e-mail*. A resposta pode levar dias, talvez até semanas ou meses, para ser enviada pelo entrevistado.

Mesmo utilizando o método baseado na comunicação (*communication-based*) e síncrono, enfrentamos diversos contratempos. Em primeiro lugar, alguns entrevistados não

"compareceram" ao *chat* no dia e horário marcados, sendo necessária a remarcação da entrevista. Em segundo lugar, algumas entrevistas precisaram ser interrompidas momentaneamente, ou por queda no sinal da internet ou porque o entrevistado parava para resolver outras coisas, na rede ou fora dela. Todos esses contratempos devem ser levados em conta durante o planejamento da pesquisa na internet.

A dinâmica de uma entrevista via *chat* também pareceu bastante diferente de uma entrevista face a face, como já havíamos constatado anteriormente (BATISTA, 2010). Escrevemos a pergunta e esperamos a resposta, mas é difícil saber quando o entrevistado conclui seu raciocínio. Assim, quando colocamos a questão seguinte, às vezes a resposta que vem ainda é referente à questão anterior, um complemento. Perguntas e respostas então se misturam. Não é nada que comprometa o entendimento, porém o entrevistador precisa estar mais atento do que o habitual. Até mesmo para saber em que momento deve colocar a próxima pergunta, a fim de não atrapalhar o raciocínio do entrevistado.

Essa atenção extra é requerida justamente por causa da inexistência de contato visual. Flick (2009) aponta que a perda dos elementos não verbais (como a intensidade do olhar) ou paralinguísticos, difíceis de transportar e de integrar ao ambiente da internet, é uma das desvantagens da pesquisa on-line. Por outro lado, é bom lembrar que sempre é possível lançar mão de uma série de elementos intertextuais comumente chamados de *emoticons*, que indicam risos, choros, piscadelas etc. É um aspecto que a literatura atual ainda não considera como algo que pode ajudar a preencher a lacuna do contato visual, ou pelo menos ainda não considera amplamente. Sem falar na possibilidade de utilização de *chat* com vídeo (*webcam*), que não era a proposta desse trabalho, mas que sem dúvida é algo capaz de proporcionar o tal contato visual entre entrevistador e entrevistado.

Outra questão que chamou atenção nesta pesquisa é que nem todos têm a mesma habilidade para digitar. Uns são mais ágeis, outros mais lentos. Uns escrevem tudo por

extenso e outros preferem abreviar as palavras. Uns são mais lentos no raciocínio, param mais para pensar, e outros vão logo escrevendo o que vem à mente. Uns são mais objetivos, outros mais prolixos. Em uma das entrevistas, o entrevistado respondeu parte das perguntas pelo celular, pois não estava mais à frente de um PC. No celular, a digitação costuma ser um pouco mais lenta. Essas peculiaridades provocaram muitas variações no tempo das entrevistas, indo de 1h07 a 2h55.

Após a realização da nona entrevista considerei que os dados coletados eram suficientes para a análise pretendida e dei por encerrada esta etapa da pesquisa. Dos nove entrevistados, seis eram administradores do grupo e apenas um (LucLo) não residia no Recife e sim em Lisboa, Portugal. O perfil completo de cada um deles pode ser conferido no quadro a seguir.

Quadro 3 (4) – Perfil dos entrevistados

Nome/Apelido	Sexo	Idade	Formação	Profissão/Ocupação
AnaPaP	Feminino	52	Doutoranda em sociologia	Pesquisadora e consultora autônoma
ClaTaM	Masculino	48	Superior (design gráfico)	Designer gráfico
EdiAl	Feminino	52	Pós-doutoranda em Desenvolvimento Urbano	Funcionária pública
LeoCi	Masculino	37	Mestre em filosofia	Professor universitário
LucAl	Masculino	29	Superior (relações internacionais)	Professor de inglês
LucLo	Masculino	40	Superior (especialista geografia/urbanismo, linguística e estudos europeus)	Pequeno empresário
MarSo	Masculino	41	Superior (jornalismo)	Fotojornalista
NadGrF	Feminino	47	Superior (arquitetura e urbanismo)	Funcionária pública
RudRa	Masculino	29	Pós-graduado	Assistente social

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise das entrevistas utilizei um método misto de análise de conteúdo em sua dimensão semântica (BAUER, 2002, p. 192-193), observando a relação entre as palavras e os sentidos denotativos e conotativos, e pouco de análise de discurso. A análise de discurso procurou identificar as práticas discursivas em seus níveis macro (intertextualidade e

interdiscursividade) e micro (textos) e a prática social da qual o discurso é parte integrante (FAIRCLOUGH, 2001, p. 282). Este processo envolve, segundo Fairclough (2001), da interpretação da prática discursiva (produção e consumo de texto) à descrição do texto propriamente dito e por fim a interpretação de ambos à luz da prática social na qual o contexto está situado.

Laclau e Mouffe (1993, p. 114), em diálogo com Wittgenstein, trazem a concepção de que todo espaço social é discursivo e de que discurso é uma totalidade formada tanto por elementos linguísticos quanto extralinguísticos. Isto é, vai além da fala e da escrita. O significado de cada objeto não é dado pelo objeto em si, mas por relações socialmente construídas. O uso determina o sentido. Burity (1997) observa que essa concepção de discurso é até mesmo anterior à distinção entre linguístico e extralinguístico, estando relacionado à situação em si e todos os seus aspectos, isto é, toda uma configuração que dá sentido às palavras e ações e estabelece as relações entre elas (o jogo de linguagem wittgensteiniano).

4.1.3 Fechando a base de dados

Caminhando para o encerramento do trabalho de campo, um ano depois voltamos a realizar o mesmo levantamento quantitativo na página do DU no Facebook para verificar o fluxo de postagens, utilizando como recorte um intervalo de tempo semelhante àquele estudado em 2013 (de 1º a 24 de novembro). Assim, entre 1º e 24 de novembro de 2014, identificamos 1.178 postagens, com média de 49,08 *posts*/dia. Isto é, o número de postagens quase dobrou em um ano.

É importante ressaltar que, entre um período e outro, o DU praticamente dobrou de tamanho, muito em função da visibilidade alcançada com o #OcupeEstelita 2014. Além disso, com o crescimento da base de usuários de internet móvel, hoje as pessoas estão mais

conectadas e podem publicar no Facebook a qualquer hora e de qualquer lugar, sem necessariamente precisar estar à frente de um PC em casa, no trabalho, em *lan houses* etc.

Aproveitamos este novo levantamento para pinçar *outras quatro postagens* com o objetivo de acompanhar a discussão em cada uma delas, do início ao fim, já que nos 40 *posts* coletados anteriormente o conteúdo dos comentários não havia sido considerado (ver item 5.3.1, "A conversação e o trabalho de moderação"). Desta vez, consideramos quem postou e o que postou, quem comentou e o que comentou, para que fosse possível verificar o desenrolar da conversação e a atuação dos moderadores. Coletamos aqueles *posts* que achamos interessantes, de conteúdos variados, que tenham gerado uma interação mais ou menos intensa, publicados entre 1º e 24 de novembro de 2014.

Para tratamento desse material, utilizamos análise da conversação e de fala (MYERS, 2002) e um pouco de análise de discurso. Segundo Myers, a análise conversacional

> pode ser empregada para explorar os tipos de categorias pressupostas pelos participantes (e não aquelas do pesquisador). Ela pode mostrar como os participantes juntam e contrastam atividades e atores (ligações que podem ser perdidas na análise de conteúdo), e como eles apresentam mutuamente seus pontos de vista. (MYERS, 2002, p. 273)

Com a aplicação desse método, procuramos interpretar o comentário (fala) de um membro do DU sobre determinada postagem do começo ao fim e, na sequência, a resposta de outro membro sobre o comentário do colega ou sobre o *post* em si. Sempre que possível, relacionamos os termos empregados (e elementos intertextuais, como risos, exclamações, reticências) ao contexto do grupo, suas pautas, discursos ("jogos de linguagem", segundo Wittgenstein) e práticas. Interessante perceber, no processo de interação, a ação comunicativa entre moderadores e membros do grupo no sentido de manter as discussões em um nível "civilizado", sem ofensas, e em consonância com as pautas do DU.

Na análise de discurso, estávamos particularmente interessados em algumas das categorias desse tipo de análise elencadas por Fairclough (2001), a saber: *controle*

interacional (exercido principalmente pelos moderadores do DU, mas não apenas por estes), isto é, quem controla as interações e em que nível; *coesão* (orações e períodos conectados e referências a outras falas); *polidez* (estratégias de discurso civilizado ou não civilizado, agressões, xingamentos etc.); e *ethos*¸ que Fairclough (2001) define como o conjunto de características que vão em direção à construção do eu ou de identidades sociais. No caso, percebemos a existência de um *ethos* compartilhado entre os integrantes do DU que, como aponta Gurak (1999), é o que dá credibilidade aos discursos ("jogos de linguagem") individuais e mantém os membros coesos.

Não raro, em uma discussão, percebemos que os membros do DU recorrem a esse *ethos* no sentido de reforçar os discursos uns dos outros com o intuito de desconstruir o discurso dos "inimigos" do grupo.

Em resumo: a observação participante, através da coleta manual de *posts*, forneceu-nos dados quantitativos e qualitativos sobre *o que as pessoas fazem* no DU, as entrevistas mostraram o que elas pensam e dizem que fazem e o rastreamento de dados nos possibilitou visualizar as relações sociais existentes entre os membros (de amizade e de interações). Acreditamos que essa triangulação de métodos e técnicas enriqueceu a pesquisa de campo e nos deu um panorama bastante amplo do que ocorre no DU – como e com quem as pessoas interagem, como se comunicam, o que e como costumam postar, como atuam os moderadores etc.

Vale a pena salientar que, apesar de utilizarmos métodos quantitativos e qualitativos nesta pesquisa, os dados quantitativos servem apenas de apoio para uma análise mais ampla que é fundamentalmente qualitativa. Essa análise leva em conta o olhar do observador no campo e valoriza sobremaneira a experiência individual dos atores.

Nas últimas décadas, como pontua Melucci (2005), estamos testemunhando na pesquisa social uma crescente valorização da vida cotidiana enquanto espaço onde os

indivíduos podem construir ativamente o sentido da própria ação. De acordo com esse autor, essa mudança de perspectiva estaria diretamente relacionada a contribuições teóricas importantes para as ciências sociais e que são caras a este trabalho, como a virada linguística, a hermenêutica e os estudos culturais. Em termos epistemológicos, esses processos nos levam a colocar a linguagem em um lugar central e a refletir sobre o papel do observador no campo. O observador não está mais isolado – ele interage com o observado e com o campo e nessa inter-relação são produzidos novos sentidos, novos conhecimentos. Trata-se, portanto, de uma relação contingente, onde toda observação é já uma intervenção para observador e observado.

No próximo capítulo, apresentamos os dados empíricos que dão sustentação a esta pesquisa.

5 Possibilidades e limites das trocas interacionais e comunicacionais no grupo *Direitos Urbanos | Recife*[74]

Neste capítulo apresentamos os dados empíricos que dão sustentação a esta pesquisa. O objetivo é traçar um panorama o mais completo e detalhado possível de como se processam as trocas relacionais e comunicacionais na página do grupo *Direitos Urbanos* | *Recife* no Facebook, em suas dimensões de rede e de comunidade, buscando apontar as possibilidades e os limites dessas trocas que são essencialmente mediadas pela tecnologia.

Na dimensão rede, analisamos quatro redes sociais que podem ser percebidas no interior do campo institucional que é a página do grupo no Facebook: i. rede de conexões de amizade; ii. rede de interações; iii. rede de interações entre autores e curtidores; e iv. rede de interações entre autores e comentadores. A ideia é observar regularidades e inferir padrões estruturais de organização desses grupos (FONTES, 2012).

No nível rede, nos quatro casos, trabalhamos com as métricas grau médio, diâmetro, densidade e centralidade. Nas duas últimas redes, trabalhamos também com métricas no nível nó a fim de identificar os atores mais centrais e influentes (centralidade, *betweenness*, *hubs* e autoridades). Finalizamos essa primeira parte com a elaboração de uma tipologia das interações possíveis nos grupos do Facebook.

Numa dimensão que pode ser considerada intermediária entre rede e comunidade, buscamos dar conta de como o campo institucional no qual o DU se situa no Facebook está estruturado. Assim, apresentamos um levantamento sobre formatos, conteúdos e fluxo das postagens e como isso influencia a interação. Veremos como a velocidade dos fluxos

[74] Este levantamento é o retrato de determinados momentos do grupo *Direitos Urbanos* | *Recife*, envolvendo determinados *posts* (selecionados a partir de uma determinada metodologia) e determinados atores. Outra ressalva a ser feita é que tanto os trechos das entrevistas quanto dos *post*s e comentários são reproduzidos aqui na íntegra, com todos os erros de digitação, ausência de pontuação e/ou acentuação e as abreviações que são característicos do "internetês". Na maior parte dos casos é possível inferir sentidos nessas omissões ou abreviações. Quando não, colocamos a palavra correta ente colchetes.

informacionais (Virilio) deixa a sensação de que muita coisa é perdida, pois há uma dificuldade em reter informações. No entanto, essa mesma fluidez é o que dá agilidade às ações do DU, conectando-o a outras redes e impedindo, por exemplo, a demolição de prédios históricos, como aconteceu no caso do Edifício Caiçara, no bairro de Boa Viagem. Essa fluidez também é percebida como algo estressante, que causa ruídos à comunicação e nos dá a sensação de que a internet consome mais tempo do que deveria, quiçá prejudicando as relações face a face.

Na dimensão comunidade, nos dedicamos a investigar a força dos laços, a ordem e o controle social (SMITH & KOLLOCK, 1999) que é exercido, principalmente, pelos administradores/moderadores do grupo. Até que ponto as comunidades on-line podem intensificar relações existentes e ajudar a criar novos laços? Debruçamo-nos, ainda, sobre a conversação entre os membros e o trabalho de moderação, no intuito de compreender como ocorre, na prática, a ação comunicativa no interior do grupo, isto é, quando os membros agem tentando entender-se uns com os outros, seguindo as normas sociais estabelecidas. Não foi surpresa, contudo, o fato de termos encontrado ações nada comunicativas. Percebemos muitas tensões, xingamentos, mal-entendidos, preconceitos, rotulações... Dissensos que são tão importantes para a manutenção da coesão do grupo quanto os consensos. Para Habermas (1989; 1981), se as pessoas discordam, é porque nem sempre existe a possibilidade de consenso.

5.1 Experiência de rede: amizade e interação

Como surge uma rede social? Surge a partir de indivíduos que se conectam entre si através de laços invisíveis e estabelecem uma relação de troca (intercâmbio afetivo, econômico, cultural, religioso, de informações etc.). A lógica da rede, como diz Bauman, é

conectar, isto é, expandir as relações pessoais, seja adicionando conhecidos ou desconhecidos com base na afinidade de interesses. E é também desconectar, desmanchando as relações que não mais lhe interessam. Por isso propomos pensar a rede como uma estrutura portadora de uma racionalidade estratégica.

A página do grupo *Direitos Urbanos | Recife*, abrigada no Facebook, representa um campo institucional no qual se localizam redes sociocentradas de sociabilidades distintas (EMIRBAYER & GOODWIN, 1994). É esse tipo de análise relacional que interessa-nos. A força dos laços existentes nas redes que podem ser identificadas no DU não é possível mensurar, mas podemos seguir algumas pistas. A primeira delas é saber se os membros da comunidade possuem algum laço de amizade no próprio Facebook, isto é, se são "amigos do Face". A segunda é saber se interagem e em que medida interagem uns com os outros, "curtindo" e/ou comentando as publicações de seus pares. E, a terceira, é investigar alguns meandros dessas interações – quem posta, quem curte, quem comenta as publicações e quem são os atores mais centrais nesses processos.

5.1.1 Rede de conexões de amizade no DU

Os dados das *conexões de amizade* extraídos da página do grupo DU no Facebook identificaram a existência de 4.799 nós (atores) e 8.542 arestas (relações) – uma amostra aleatória dentro da totalidade de membros do grupo, que na época da coleta girava em torno de 30 mil. Essas relações são as relações de amizade no Facebook – isto é, são considerados os membros do DU que possuem relação de amizade com outros membros do grupo especificamente nesse *site* de rede social (RIEDER, 2013). Esses "amigos", portanto, não representam, necessariamente, relações de laços fortes – são "os amigos do Face". Essa rede está representada na Figura 19.

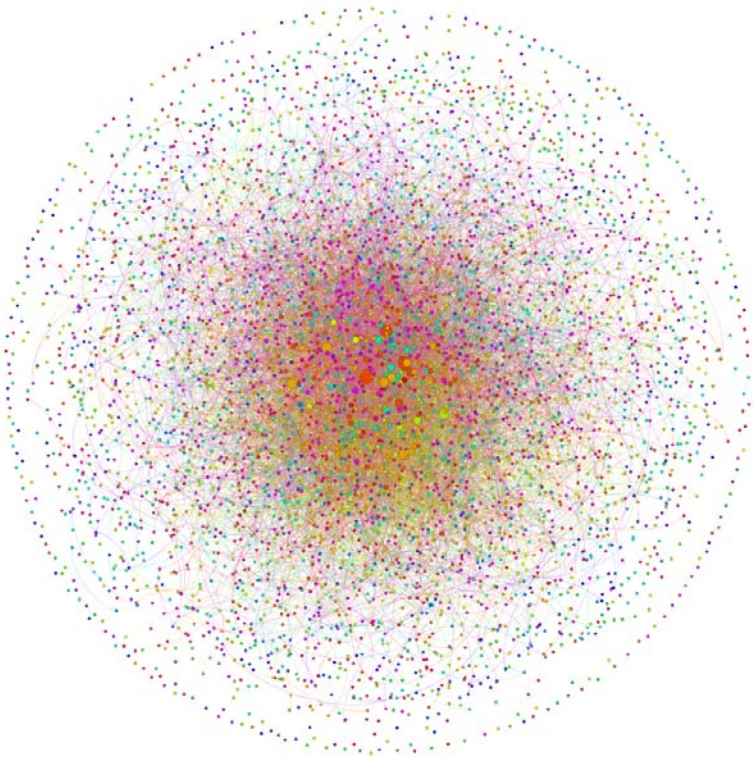


Figura 19 (5) – Grafo da rede de conexões de amizade no grupo DU

Ao analisarmos as métricas dessa *rede de conexões de amizade* no DU notamos que os membros do grupo pouco se relacionam entre si (em termos de amizade no Facebook). O grau médio dessa rede é 1,78, significando que cada membro do grupo tem relação de amizade no Facebook com apenas dois outros membros, em média. O diâmetro desta rede é 15, isto é, a distância entre o ator mais central e aquele mais periférico é de 15 passos (ou nós). Quanto maior o diâmetro, menos conectada é a rede. Isso fica mais claro quando observamos a densidade dessa rede, que é próxima de zero (numa escala que vai de 0 a 1), indicando uma rede pouco viva ou com uma vida bastante pobre, entendendo por vida a relação de amizade (no Facebook) existente entre os atores/membros do grupo. Considera-se uma rede completa, isto é, uma rede que tem todas as arestas/relações possíveis, quando sua densidade é igual a 1. Portanto, quanto mais perto de zero, menos completa e menos viva é a rede.

Normalmente, quanto menor a densidade de uma rede, maior sua centralidade ou centralização. A centralidade da *rede de conexões de amizade* do DU é 0,2363 (numa escala de 0 a 1), indicando uma rede mais verticalizada. Isto é, são poucos os atores que estão bem conectados e que podem influenciar outros atores da rede.

Outra análise que pode ser feita é em relação à modularidade, isto é, a detecção de comunidades, que nós chamamos de subgrupos ou cliques. Na *rede de conexões de amizade* do DU foi detectada uma modularidade de 0,584 e 1.293 subgrupos. Isso mostra que estamos falando de uma rede bastante fragmentada, onde as pessoas tendem a formar muitas *panelinhas*. Para se ter uma ideia, o maior percentual de conexões de amizade por subgrupo é 6,46% e o maior subgrupo é formado por 526 atores. Na Figura 19, esses diversos subgrupos estão representados por cores diferentes.

Filtrando os dados pelo grau (número de conexões) de cada ator, separando apenas aqueles que possuem dez conexões ou mais de amizade dentro do DU, reduzimos nossa rede de 4.799 atores e 8.542 arestas para 444 atores e 1.636 arestas – isto é, menos de 10% dos membros considerados na amostra possuem mais de 10 conexões de amizade dentro do grupo. Neste caso, a rede ganhou contornos um pouco mais vivos, passando a apresentar grau médio de 3,685 (onde cada membro passa a ter relação de amizade com quatro outros membros, em média), diâmetro 10 (significando que a distância entre o ator mais central e o mais periférico cai de 15 para 10 nós) e densidade 0,008, isto é, um grau de conexão um pouco maior do que o da rede original. Dentro desta sub-rede encontramos um índice de modularidade de 0,54 com 13 subgrupos. Abaixo a representação gráfica desta sub-rede com filtro (Figura 20). O tamanho do nó revela sua importância na rede e, a cor, o subgrupo a que pertence.

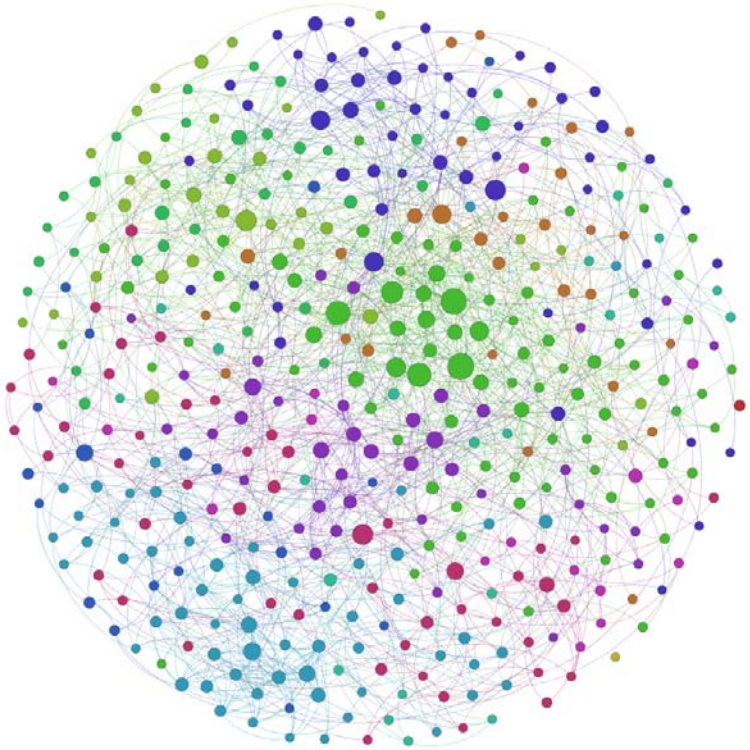


Figura 20 (5) – Grafo da rede de conexões de amizade no grupo DU – Sub-rede de atores com mais de 10 conexões

5.1.2 Rede de interações no DU

A segunda pista que seguimos nos é dada pela *rede de interações*, extraída automaticamente dentre as 200 últimas postagens feitas na página do grupo DU no Facebook (data de referência: 7 de março de 2015). De acordo com Rieder (2013), quando um ator "curte" ou comenta a publicação de outro ator, um *link* direto é criado entre os dois, gerando uma relação, que neste caso deixa de ser de amizade, como na rede anterior, e passa a ser de interação, entendida como "curtida" e/ou comentário.

Nessas 200 postagens, 2.850 usuários (nós) interagiram "curtindo" ou comentando. Foram identificados 7.921 comentários e "curtidas", gerando 6.405 relações ou arestas (onde cada relação pode gerar mais de uma curtida/comentário). Esta rede de pessoas que interagem

no DU possui grau médio de 2,247, isto é, cada ator interagiu curtindo e/ou comentando o *post* de pouco mais de duas pessoas, em média. O diâmetro dessa *rede de interações* é 8, indicando que a distância entre o nó mais central e o mais periférico é de oito passos. Trata-se de uma rede um pouco mais viva do que a *rede de conexões de amizade* que analisamos anteriormente, com densidade 0,001 (numa escala que vai de 0 a 1), mas ainda assim bastante pobre.

Já a centralidade da *rede de interações* é menor do que a *rede de conexões de amizade* (0,0196), indicando uma estrutura um pouco mais densa. Isto é, na *rede de interações*, temos um grupo menor de atores mais bem conectados e com poder de influência sobre outros atores. Abaixo, a representação gráfica da *rede de interações* (Figura 21).

Figura 21 (5) – Grafo da rede de interações no grupo DU

Em relação à modularidade da *rede de interações* no DU, foi identificado um índice de 0,451 e 19 subgrupos. Essa rede, portanto, é um pouco menos fragmentada do que a *rede de conexões de amizade*, isto é, as pessoas dividem-se menos na hora de interagir. Na Figura 21, esses diversos grupos estão representados por cores diferentes. Dos 19 subgrupos, os cinco maiores são responsáveis por mais da metade (53,89%) das interações existentes na rede. O subgrupo de cor vermelha possui sete integrantes que são responsáveis por 21,16% das interações detectadas no DU. O segundo maior subgrupo é o de cor azul clara, com 17 integrantes, responsável por 10,35% das interações no grupo. Portanto, temos apenas 24 atores que são responsáveis por quase um terço das interações que ocorrem no DU, em um universo de 2.850 membros considerados na amostra.

Com isso, entendemos que os membros do DU interagem com outros membros, curtindo ou comentando suas postagens, independentemente de serem ou não amigos no Facebook. Ou seja, a interação no grupo não está condicionada à existência de laços de amizade, sejam on ou off-line. Em termos de conectividade, pode-se dizer que a *rede de interações* no DU é um pouco mais viva e rica, mais horizontal e menos fragmentada do que a *rede de conexões de amizade*.

Isso nos levou a querer identificar se os atores interagiam com muitos ou poucos outros atores dentro dessa rede. Separamos aqueles nós com mais de 10 conexões de interações, o que reduziu bastante nosso campo de visão, de 2.850 para apenas 138 atores e de 6.405 relações ou arestas para 1.344 (Figura 22). Significa que apenas 138 atores (menos de 5%) interagiram com mais de dez pessoas diferentes dentro do grupo, curtindo ou comentando. No caso da rede analisada, foram detectados sete subgrupos ou cliques. *A interação é, portanto, mais centralizada do que na rede de conexões de amizade*. E, em cada grupo, há apenas um ou dois nós importantes.

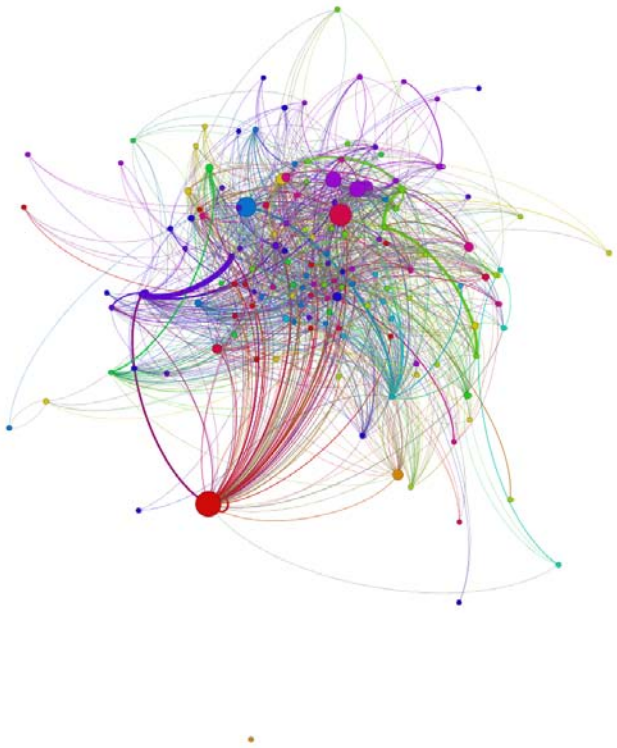


Figura 22 (5) – Grafo da rede de interações no grupo DU – Sub-rede de atores com mais de 10 conexões

Neste caso, a rede ganhou contornos ainda mais vivos, passando a apresentar grau médio de 9,081 (onde cada membro passa a ter relação de interação com nove pessoas em média), diâmetro 7 (significando que a distância entre o ator mais central e o mais periférico é de apenas sete nós) e densidade 0,062. Dentro desta rede, encontramos um índice de modularidade 0,215 com apenas sete subgrupos.

A seguir apresentamos uma tabela (Tabela 7) com a comparação das métricas dessas duas redes até aqui estudadas: *conexões de amizade* e *interações* no DU.

Tabela 7 (5) – Métricas das redes de conexões de amizade e de interações no DU

Métrica	Rede de conexões de amizade	Rede de interações
Nº de nós	4.799	2.850
Nº de arestas	8.542	6.405
Grau médio	1,78	2,247
Diâmetro	15	8
Densidade	0	0,001
Centralização (Eigenvector)	0,2363	0,0196
Nº de cliques	1.293	19

Fonte: Gephi a partir de dados extraídos do Facebook pelo Netvizz. Elaborada pela autora.

5.1.3 Ampliando o campo de visão: autores, "curtidores" e comentadores

Vimos com Recuero (2010) que, ao interagir e se comunicar com outras pessoas em *sites* de redes sociais como o Facebook, o internauta deixa rastros que nos permitem reconhecer os padrões de suas conexões e visualizar suas redes sociais. Fomos atrás desses rastros. Uma comunidade on-line oferece diversas possibilidades de interação. "Curtir" e comentar são apenas duas dessas possibilidades. Na análise de redes até agora apresentada, essas duas possibilidades foram tratadas sem qualquer diferenciação, ou seja, "curtidores" e comentadores são tratados como iguais nesse processo. Mas será que são iguais?

A "curtida" geralmente funciona como um endosso. Ao "curtir" uma postagem, o membro do grupo indica que concorda ou, pelo menos, que se identificou com a posição do autor e/ou com os argumentos utilizados. É fácil "curtir". A própria dinâmica do Facebook pode nos levar a "curtir" algo sem refletir ou sem se envolver na discussão, apenas para dizer que "achou legal" ou que prestigia o autor. Como vimos, é próprio do sistema tecnológico não deixar espaço para reflexão devido à velocidade dos fluxos informacionais (ELLUL, 1980).

Já o comentário demanda um investimento maior. É preciso refletir minimamente para poder elaborar uma resposta textual – processo hermenêutico que envolve tanto a compreensão quanto a interpretação dos conteúdos publicados. Além disso, o comentário

pode estar ou não atrelado à “curtida”. Quem comenta pode não ter “curtido” a postagem objeto do seu comentário, pois o comentário, diferentemente da “curtida”, pode representar um endosso mais substancial, mas também uma posição contrária, um protesto ou questionamento sobre a posição do autor. Ou, ainda, uma simples troca de informações. Os comentários, inclusive, costumam aparecer em menor número do que as “curtidas”. Portanto, assumimos que *é mais fácil “curtir” do que comentar*.

Então, se de fato queremos entender como ocorrem os processos relacionais e comunicacionais dentro de um grupo como o DU, precisamos avançar na nossa análise. Temos que considerar um terceiro tipo de interação, além da “curtida” e do comentário, que é a postagem. Postar em uma comunidade on-line demanda um investimento ainda maior do que comentar. Os membros que postam estão, na prática, pautando o grupo, colocando pontos para discussão. Pontos que precisam ser relevantes dentro do leque de interesses da comunidade (no caso do DU, os problemas urbanos da cidade do Recife), do contrário podem ser ignorados ou mesmo apagados pelos moderadores, como veremos mais adiante. De qualquer forma, ainda que a postagem seja ignorada, isto é, que não receba “curtidas” nem comentários, ela representa um discurso que ajuda a formar opinião.

Analisando 40 postagens publicadas entre 20 de novembro de 2013 e 27 de abril de 2014 na página do DU no Facebook, chegamos a duas outras redes, diferentes daquelas analisadas anteriormente: i. a rede dos que postaram e dos que “curtiram” (autores X curtidores); e ii. a rede dos que postaram e dos que comentaram (autores X comentadores).

Ao contrário dos dados extraídos nas duas redes anteriores, descritas nos itens 5.1.1 e 5.1.2, nas quais os dados foram coletados anonimamente por causa da política de privacidade do Facebook, este levantamento manual nos possibilitou identificar os atores mais centrais do DU – quem mais posta, quem é mais curtido, quem mais curte, quem é mais comentado e quem mais comenta as publicações.

Dentre as 40 postagens analisadas, identificamos 33 autores diferentes. Sozinhos, quatro autores foram responsáveis por dez dessas 40 publicações, isto é, quatro atores publicaram, em média, quatro *posts* cada um, o que nos leva a inferir que são poucos os membros do DU que publicam. Poucos postam muito, provendo informações para o grande grupo. Não se pode dizer que esses poucos são exatamente os moderadores do grupo, embora seja possível perceber que eles costumam publicar com bastante frequência.

5.1.3.1 Rede de interações entre autores e "curtidores"

Todas as 40 postagens publicadas entre 20 de novembro de 2013 e 27 de abril de 2014 na página do DU no Facebook que analisamos receberam "curtidas". O número total de "curtidas" atingiu 896, envolvendo 33 autores e 560 "curtidores", significando que cada membro "curtiu" mais de uma postagem. As "curtidas", em cada *post*, variaram de 1 a 120, com média de 22,4 "curtidas" por *post*.

Analisando a estrutura da rede dos que postaram e dos que "curtiram" as 40 postagens analisadas, foi gerado o seguinte sociograma (Figura 23), no qual os quadrados azuis representam os 33 autores e os círculos vermelhos os 560 "curtidores":

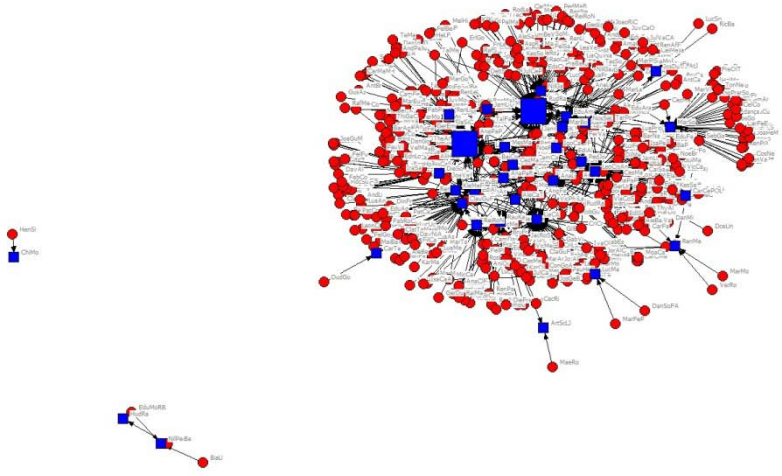


Figura 23 (5) – Grafo da rede de interações entre autores e "curtidores"

Temos aí uma rede com um total de 593 nós e 1.056 relações possíveis. O grau médio é de 1,42, indicando que cada membro interagiu com outros dois, em média, curtindo suas postagens. Como a rede tem como ponto de partida uma sociomatriz binária, em que a existência de relação é assinalada com o número 1 e a inexistência dela com o número zero, sem medir o peso das arestas, o diâmetro é invariavelmente 1.

Já a densidade é de 0,0027, em uma escala que vai de 0 a 1. Trata-se, portanto, de uma rede mais viva e mais rica do que as duas redes anteriormente analisadas (*rede de conexões de amizade* e *rede de interações*). Paradoxalmente, a centralidade da *rede de interações entre autores e curtidores* é 0,6753, maior do que a densidade, indicando que, apesar de ser uma rede mais densa, é também uma rede mais centralizada. Geralmente, quanto maior a densidade, menor a centralidade. Essa rede apresenta um total de 86 cliques ou subgrupos, mais fragmentada do que a *rede de interações*, que como vimos considera tanto as "curtidas" quanto os comentários. O tamanho dos subgrupos não foi aqui considerado.

Deixando o *nível rede* e adentrando no *nível nó*, para que possamos identificar os atores mais centrais e mais influentes da *rede de interações entre autores e curtidores*, verificamos uma maior centralidade *indegree*, isto é, a soma das conexões que os autores dos *posts* recebem, nos seguintes indivíduos: LeoCi (140), administrador; AnaPaP (120), administradora; RudRa (93), administrador; LiaCiL (91); EdiAl (38); NilGa (37); e AnaLi (30). Note-se que, dos seis autores que mais receberam "curtidas", três são administradores do grupo. Na Figura 23, LeoCi e AnaPaP, os dois que mais receberam "curtidas" em seus *posts*, estão representados por quadrados maiores.

Em relação ao grau de intermediação (*betweenness*), medida que expressa a possibilidade que um nó tem para intermediar as comunicações entre pares de nós, obtivemos os seguintes valores: LeoCi (6.922), administrador; AnaPaP (1.398), administradora; LiaCiL (1.040); RudRa (857), administrador; NilGa (856); e MarSo (526), administrador. Os valores

indicam o número de vezes em que esses atores atuaram como “ponte” entre vários e diferentes grupos de nós, desconectados entre si.

Por fim, analisamos os *hubs* (nós que referenciam várias autoridades, unindo-as) e as autoridades (nós que possuem relevância e popularidade) desta rede. Temos que os maiores *hubs* são: LeoCi (0,670), administrador; AnaPaP (0,461), administradora; RudRa (0,368), administrador; e AnaLi (0,177). As maiores autoridades são: HudRa (0,179); AleCaT (0,120); IgoCa (0,109) e ClaGuF (0,104).

Hubs e autoridades são também medidas de centralidade, variando aproximadamente de 0 a 1 (BORGATTI, EVERETT & FREEMAN, 2002). Portanto, quanto mais próximo de 1 o coeficiente, mais central é o ator.

5.1.3.2 Rede de interações entre autores e comentadores

Se todos os 40 *posts* analisados foram curtidos, o mesmo não pode ser dito em relação aos comentários. Dos 40, 31 (77,5%) foram comentados, atingindo um total de 437 comentários, envolvendo 27 autores e 154 comentadores. Cada um dos 31 *posts* comentados recebeu de 1 a 82 comentários, com média de 10,95 comentários por *post*. Grosso modo, podemos dizer que temos um comentário a cada duas “curtidas”.

Analisando essa segunda rede, a dos que postaram e aqueles que comentaram as postagens, obtivemos o seguinte sociograma (Figura 24), onde os quadrados azuis são os 27 autores dos *posts* comentados e, os círculos vermelhos, os 154 comentadores.

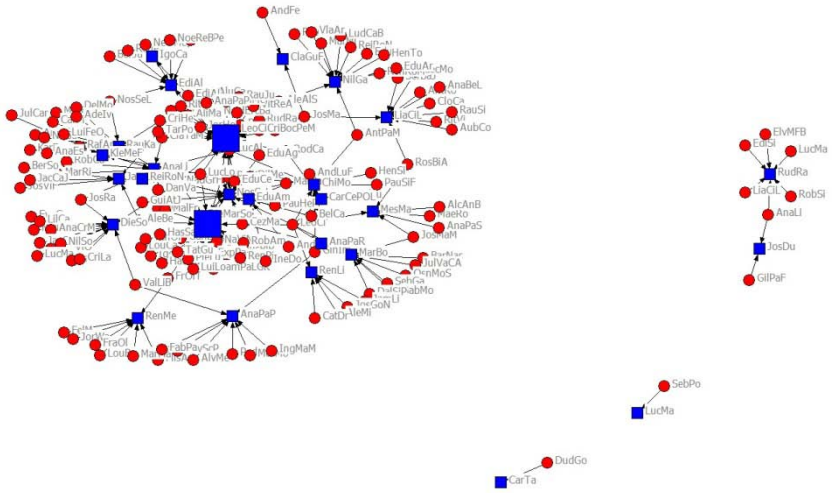


Figura 24 (5) – Grafo da rede de interações entre autores e comentadores

Trata-se de uma rede com um total de 181 nós e 702 relações possíveis. O grau médio dessa rede é 1,138, significando que cada ator interagiu com apenas um autor, em média, comentando sua postagem. O diâmetro, pelos motivos expostos anteriormente no item 5.1.4, também é 1. Já a densidade é 0,0087, três vezes maior do que aquela apresentada pela *rede de interações entre autores e curtidores*, enquanto que a centralidade é de 0,7002, sugerindo uma rede bastante verticalizada, com um grupo menor de atores bem conectados e com poder de influência sobre outros atores.

A partir dessas métricas, pode-se dizer que a *rede de interações entre autores e comentadores* é mais viva e mais rica do que a anterior (autores X curtidores), pois é mais conectada, embora em um grau ainda distante de uma rede completa (densidade 1), onde todas as relações possíveis são efetivamente estabelecidas. É, ainda, uma rede mais centralizada, onde são poucos os atores que dão as cartas. Essa rede está subdividida em 33 cliques ou subgrupos, portanto é menos fragmentada do que a *rede de interações entre autores e curtidores*. O tamanho dessas cliques não é aqui considerado.

Novamente, saindo do *nível rede* e entrando no *nível nó*, a fim de identificar os indivíduos mais centrais e mais influentes da *rede de interações entre autores e*

comentadores, verificamos uma maior centralidade *indegree*, isto é, a soma das conexões que os autores dos *posts* recebem, nos seguintes indivíduos: LeoCi (29), administrador; MarSo (26), administrador; NosSeL (13); DieSo (13); RauKa (13); NilGa (11) e LiaCiL (10). Esses são, portanto, os autores que mais receberam comentários em suas postagens. Na Figura 24, LeoCi e MarSo estão destacados com quadrados maiores.

Em relação ao grau de intermediação (*betweenness*), verificamos que os atores de maior destaque são: LeoCi (1.987), administrador; MesMa (967); MarSo (502), administrador; NilGa (375); e DieSo (191). Como sabemos, o grau de intermediação expressa o número de vezes em que os atores atuaram como "ponte" entre vários e diferentes grupos de nós, desconectados entre si.

Por fim, identificamos os *hubs* e as autoridades da *rede de relações entre autores e comentadores*. Temos que os maiores *hubs* são: LeoCi (0,710), administrador; MarSo (0,552), administrador; NosSeL (0,279); AnaLi (0,181); e RauKa (0,155). Já as maiores autoridades são: MesMa (0,364); JosDu (0,253); NilGa (0,216); AnaPaP (0,213), administradora; e MarSo (0,207), administrador. Lembrando que *hubs* e autoridades também são medidas de centralidade, variando de 0 a 1, portanto quanto mais próximo de 1 o valor, mais central é o ator.

Percebemos, analisando as duas redes (a dos que publicam e os que curtem e a dos que publicam e os que comentam), que LeoCi foi o autor que recebeu, ao mesmo tempo, o maior número de "curtidas" (140) e o maior número de comentários (29). Depois dele, AnaPaP foi a que recebeu o maior número de "curtidas" (120) e MarSo o maior número de comentários (26). LeoCi, AnaPaP e MarSo eram administradores do grupo na época da coleta desses dados.

Também percebemos que LeoCi também é o autor com o maior grau de intermediação (*betweenness*) e o maior *hub* das duas redes analisadas. Isto mostra, segundo Barabási (2009),

que os nós são diferentes entre si e que quanto mais conectado o nó, maiores as chances de aumentar suas ligações – o modelo *Power Law*, onde "ricos ficam mais ricos". Neste sentido, LeoCi pode ser considerado o ator mais conectado dessas duas redes.

Pode-se dizer, ainda, que esses indivíduos (LeoCi, AnaPaP e MarSo), posicionados de forma central nessas redes, possuem uma maior visibilidade, maior reputação e maior autoridade (RECUERO, 2010) em relação aos demais membros do DU. Eles possuem um capital social alto que contribui para a formação do capital social do grupo.

A seguir apresentamos uma tabela comparativa (Tabela 8) com as métricas dessas duas redes ora estudadas: *interações entre autores e curtidores* e *interações entre autores e comentadores*.

Tabela 8 (5) – Métricas das redes autores X curtidores e autores X comentadores

Métrica	Rede autores X curtidores	Rede autores X comentadores
Nº de nós	593	181
Nº de arestas	842	206
Grau médio	1,42	1,138
Diâmetro	1	1
Densidade	0,0027	0,0087
Centralização (Eigenvector)	0,6753	0,7002
Nº de cliques	86	33

Fonte: Ucinet a partir de dados extraídos manualmente do Facebook. Elaborada pela autora.

5.1.4 Tipologia das interações possíveis nos grupos do Facebook

Os dados das quatro redes sociais analisadas neste trabalho (conexões de amizade; interação; interação entre autores e curtidores; e interação entre autores e comentadores) nos dão alguns subsídios para desenhar uma tipologia das interações possíveis nos grupos/comunidades do Facebook.

Em primeiro lugar, os dados mostraram que são poucos os membros do DU que possuem relação de amizade no Facebook com outros membros. Cada um tem relação de amizade com apenas dois outros membros, em média. Trata-se de uma rede, no sentido de amizade, pouco viva e bastante fragmentada, multicentrada.

Em segundo lugar, os dados mostraram que cada membro interage, seja curtindo ou comentando, com apenas dois outros membros, em média. Para interagir, não precisa ter necessariamente relação de amizade. A estrutura da *rede de interações* é um pouco mais viva e um pouco mais horizontal do que a de *conexões de amizade*, além de um pouco menos fragmentada. Ainda assim, ambas estão distantes do que seria um rede completa, altamente conectada.

Em terceiro lugar, ao dedicarmos um olhar mais apurado para as relações existentes entre autores, curtidores e comentadores, podemos concluir que o nível de interação é relativamente baixo no DU. São poucos os membros ativos. É mais fácil "curtir" do que comentar e é mais fácil comentar do que publicar. Considerando o tamanho do grupo (14 mil membros na época da coleta) e a amostra considerada, são poucos os que curtem, os que comentam são menos numerosos ainda. Além disso, inferimos que são poucas as pessoas que postam (não por impossibilidade de acesso, mas por diferentes motivações quanto à participação).

Assim, sugerimos que a tipologia das interações possíveis nos grupos/comunidades do Facebook pode ser representada por uma pirâmide. Na base dela, no nível 1, estão os membros que apenas "curtiram" a página do grupo, mas não costumam acessá-la, isto é, não passaram da curiosidade inicial. Identificaram-se com a proposta do grupo/comunidade e decidiram a ela aderir, mas nada investem nessa relação.

Com isso queremos dizer que a*penas "curtir" a página de um grupo não significa, de fato, ser membro desse grupo*. Segundo Kozinets (2012), para que haja a ideia de

pertencimento a um grupo particular, é preciso existir *permanência* e *repetição*. Por isso não se pode dizer que todos os 30 mil membros do DU são "ativos" em termos de participação. Muitos nem participam, ainda que tenham visitado o fórum uma ou duas vezes. Por outro lado, não podemos menosprezar o fato de que o DU tem o poder de mobilizar um grande número de pessoas, incluindo aquelas que apesar de serem membros não costumam interagir no grupo do Facebook, mas estão ali compondo uma espécie de "exército de reserva". Basta lembrarmos que o #OcupeEstelita 2014, em seu primeiro domingo, chegou a reunir 10 mil participantes, como relatado no primeiro capítulo deste trabalho.

No nível 2 da nossa tipologia vêm os membros do DU que participam apenas lendo as postagens do grupo no Facebook, demonstrando não apenas algum tipo de interesse pelo tema do grupo/comunidade (interesse que os levou à "curtida" da página) mas também pelos assuntos abordados nos *posts*. Porém, não interagem, isto é, não curtem nem comentam. Em pesquisa anterior (BATISTA & FELIX, 2013), já constatávamos que quase dois terços dos membros do (63,6%) apenas leem/acompanham as postagens. Porém, como não há relação nesses casos, a atual pesquisa não conseguiu mensurar esse contingente – se não há relação, não há rede a ser estudada. Aqui, esse contingente é apenas pressuposto.

No nível 3 são considerados os membros do grupo/comunidade que, além de ler as publicações, interagem com elas através do botão "curtir". Esse tipo de interação representa um degrau a mais no envolvimento do membro com o grupo/comunidade, uma vez que a "curtida", como já dissemos, geralmente funciona como um endosso. Ao "curtir" uma postagem, o membro indica que concorda ou, no mínimo, que se identificou com a posição do autor e/ou com os argumentos utilizados. Identificação que indica algum sentido de pertencimento.

No nível 4 da pirâmide estão localizados aqueles que, além de ler e "curtir", também costumam comentar as postagens. Como também já dissemos, comentar exige um

investimento maior do que “curtir”. É preciso refletir minimamente para elaborar uma mensagem escrita na forma de comentário, que inclusive pode ser contrário à posição expressa pelo autor. Os que comentam demonstram ter um maior envolvimento com a comunidade.

Por fim, no 5º e último nível, estão aqueles que, além de lerem, “curtirem” e comentarem as publicações, também publicam. Essa minoria habita o topo da pirâmide porque, ao postar determinado conteúdo, está pautando o grupo/comunidade e pode formar opinião. Não só o investimento é maior como também o seu envolvimento com o grupo. Na pesquisa, constatamos que aqueles que mais publicam são, geralmente, administradores do grupo.

A representação gráfica dessa tipologia das interações possíveis nos grupos/comunidades do Facebook pode ser conferida na Figura 25.

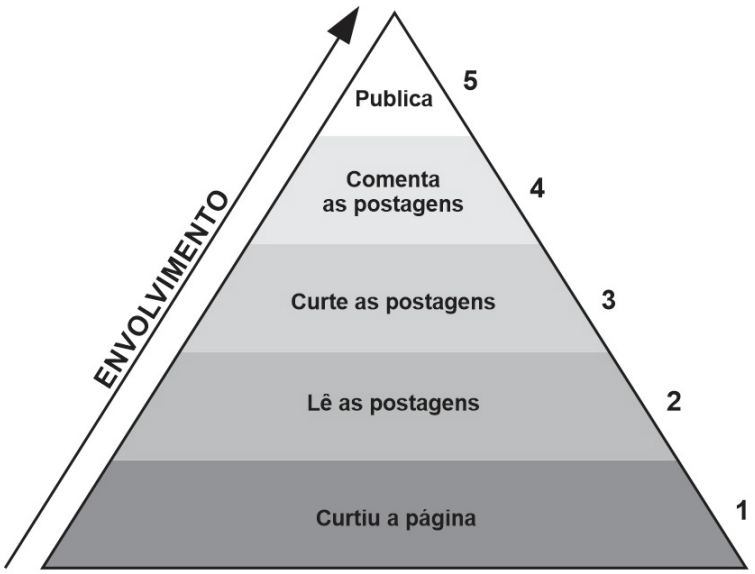


Figura 25 (5) - Níveis de interação em comunidades do Facebook

Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa tipologia, portanto, quanto maior o nível de interação, maior o envolvimento do membro com a comunidade. Dadas as amostras consideradas, não é possível inferir uma relação entre esse maior envolvimento e a progressão da participação em comunidades on-line proposta por Kozinets (2012) e exposta na Figura 17 (3), que vai da simples troca de informações até a adoção das normas culturais do grupo e a coesão cultural. Seria necessário um estudo mais aprofundado para confirmar essa relação, que aqui é apenas pressuposta. Pressupõe-se que um maior envolvimento dos membros, somado ao tempo e ao número de comunicações, pode levar a um aumento do compromisso e à coesão cultural.

Existe outro tipo de interação possível nos grupos/comunidades do Facebook que é o *compartilhamento* de publicações. Em pesquisa anterior (BATISTA & FELIX, 2013), constatamos que 60% dos membros do DU participam das discussões compartilhando as postagens. No entanto, é importante registrar que, apesar de ser possível compartilhar publicações do grupo nos perfis individuais e vice-versa, lamentavelmente o Facebook não nos fornece a quantidade de compartilhamentos nos grupos, inviabilizando a análise desse tipo de interação. É um dos limites que a tecnologia nos impõe.

5.2 Mapeando a interação: conteúdos, formatos e fluxo de postagens

Para além da análise de redes sociais, dos pontos (nós) e linhas (arestas) dos sociogramas, ao nos debruçarmos sobre os dados quantitativos e qualitativos das postagens feitas na página do grupo DU no Facebook e sobre as entrevistas começamos a perceber como o campo institucional que abriga a grande rede DU se estrutura, quais suas principais características e peculiaridades, conteúdos, formato e fluxo de postagens, e como a tecnologia atua sobre esses elementos geradores de interação que têm na comunicação a sua base.

5.2.1 Conteúdos e formatos de postagens X interação

O que é capaz de chamar mais atenção e gerar mais interação em comunidades on-line – uma informação, um compartilhamento de experiência, uma denúncia? O impacto é maior quando publicado no formato de texto, foto ou vídeo? Buscamos identificar os conteúdos das postagens que são feitas na página do DU no Facebook e as formas através das quais são apresentadas visualmente aos leitores. Nosso intuito era investigar se o formato de apresentação do *post* pode gerar um maior ou menor nível de interação entre os membros e que conteúdos estão contidos nessas postagens.

Em relação ao conteúdo das postagens, o que os membros do DU gostam de postar? Na amostra das 40 postagens que selecionamos manualmente, a maioria refere-se ao compartilhamento de informações (37,5%) e de experiências (10%). Na sequência vêm as críticas à política de ocupação e uso do solo, os pedidos de informação e as denúncias, cada um com 7,5%. O quadro a seguir (Quadro 4) mostra as categorias das postagens analisadas. No Anexo I podem ser conferidos também os autores e assuntos abordados em cada publicação.

Quadro 4 (5) – Categorias das postagens analisadas

Categoria	Frequência	%
Compartilhamento de informações	15	37,5
Compartilhamento de experiências	4	10
Críticas à política de ocupação e uso do solo	3	7,5
Pedidos de informação	3	7,5
Denúncias	3	7,5
Mobilização para eventos	3	7,5
Críticas à política de mobilidade	2	5
Pesquisa/enquete	2	5
Humor	2	5
Crítica ao grupo	1	2,5
Nota de repúdio	1	2,5
Alerta ao grupo	1	2,5
Total	**40**	**100**

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os conteúdos postados, o que mais estimula os membros do DU a "curtir" e a comentar, isto é, o que os estimula a interagir com os *posts*? De maneira geral, os entrevistados afirmam que gostam de postar, "curtir" e comentar sobre experiências e projetos inovadores, denúncias, reflexões, informações em geral sobre a questão urbana.

> **AnaPaP:** gosto de curtir posts sobre experiências e projetos inovadores, posts técnicos sobre questões urbanas, materiais gráficos e audiovisuais.
>
> **LeoCi:** na maior parte das vezes ou é algo como uma denuncia ou informação importante dos nossos focos de ação ou algum texto que possa produzir algum debate interessante rico e, as vezes, que possa servir de exemplo pra cá.. algo assim..

O depoimento a seguir mostra que alguns membros acabam se envolvendo mais – e consequentemente comentando mais – quando o *post* "rende uma boa discussão". Talvez, "uma boa discussão" não precise de dezenas de comentários, apenas de "argumentos fortes". Em outras palavras, *a quantidade de comentários não determina se o nível da discussão é bom ou ruim. Mas, normalmente, assume-se que quando um* post *é muito comentado é porque rendeu "uma boa discussão"*.

> **LeoCi:** o "curtir" é muito barato, né? hehehe é mais um "legal", "obrigado pela informação" ou algo como um endosso, quando é curtir um comentário numa discussão mais acirrada..comentar. o que rende uma boa discussão.. não sei definir bem.. eu gosto qd tem uma discussão com argumentos fortes.. mais elaborados. é qd acabo me envolvendo mais

Até onde pudemos perceber, aquilo que pode render "uma boa discussão" normalmente está relacionado aos valores que são compartilhados entre os membros do grupo – em geral, valores associados à construção de uma cidade mais inclusiva, mais humana, com menos arranha-céus e com um transporte coletivo eficiente. Há a ideia de que "a cidade deve servir para aproximar, misturar, conectar". Desenvolvimento urbano com mais justiça social, mais qualidade de vida para todos e respeito à diversidade e à identidade histórica da cidade também seriam valores que guiam a atuação do DU – e de outros movimentos urbanos

recentes, como pontuam Castells (2008) e Harvey (2014) – e que, portanto, costumam pautar as discussões e gerar interação no grupo, mobilizando mais os membros.

> **LeoCi:** a idéia que eu mais tenho usado pra resumir esses valores é a de que a cidade é um misturador de gente, como diz o prof Luis Amorim. a cidade deve servir para aproximar, misturar, conectar. compartilhar oportunidades para todos e isso requer tanto uma certa forma urbana, mas fundamentalmente a idéia de que o desenvolvimento urbano deve trazer mais justiça social, mais qualidade de vida pra todos . e também outros valores ligados a identidad histórica da cidade, sua diversidade de gente. acho que é clara uma rejeição a uma cidade de plástico, artificial, desumanizada, pra inglês ver..

Esse modelo idealizado de cidade ("A cidade dos sonhos possíveis"; "Nossos ideais cabem no cais" – como dizem algumas das frases vistas com frequência no *feed* do DU) pressupõe uma construção coletiva, nos termos colocados por Harvey (2014, p. 28). Construção não apenas de uma cidade, mas de relações sociais e com a natureza, de estilos de vida. Em Maffesoli (2006), essa integração, ou o que o autor chama de "*participação* mágica" – com os outros, com o mundo, com a natureza – é o que sobredetermina o indivíduo e reduz o triunfo do "império" individualista.

Talvez por isso mesmo a troca de vivências e conhecimentos no intuito de alcançar uma cidade mais humana e humanizadora seja tão valorizada entre os membros do DU, aparecendo em vários depoimentos, como o que reproduzimos abaixo:

> **LucLo:** A ideia de cidade do DU e da maioria que está à pagina, é uma ideia que compartilho. (...) penso Recife como uma cidade sempre vanguardista, e nào esta pilha de má administração e oportunismo político-empresarial. eu me sinto parte sim, de um grupo que pensa uma cidade grandiosa, moderna, mas que preserve suas características, includente, humana e humanizadora. Par ter uma ideia, sempre coloquei a ideia da cidade não permitir prédios com mais de 8 andares, a volta dos bondinho no Centrão, VLT (ideia da maioria), etc. em termos de experiências, sempre cito as cidades em que vivi ou vivo.

Outra entrevistada menciona a generosidade e a disposição dos membros para "ofertar seu conhecimento, suas habilidades, seu tempo e seu trabalho" e em "uma capacidade coletiva

de agregação de pessoas, ideias e projetos". Isso, na opinião desta entrevistada, é o que eleva a qualidade da reflexão e do debate dentro do grupo. Mas podemos ir além e dizer, seguindo Maffesoli (2006), que além da proxemia, da solidariedade e da generosidade, nesta "tribo" há partilha de afeto e prazer de estar junto – "*o lugar se torna laço*". O estar junto é muito importante. No lugar de uma atividade política profissional, pragmática e fria, temos no DU a mistura da política com o afeto – pelas pessoas e pelo lugar.

> **AnaPaP:** É uma experiência política e intelectual única. A qualidade da reflexão e do debate no DU impressiona, tenho aprendido muito, todos os dias. A generosidade e a disposição das pessoas para ofertar seu conhecimento, suas habilidades, seu tempo e seu trabalho é uma das coisas mais lindas e comoventes que já vi em meus muitos anos de ativismo político. Há uma capacidade coletiva de agregação de pessoas, ideias e projetos que também me parece única. E garra. É um movimento muito corajoso, aguerrido, sem medo de enfrentar o grande poder econômico e político. Acho isso admirável. Assim, compartilho conhecimento, experiência, coragem, projetos, esperanças...

O depoimento acima nos leva a concordar com Maffesoli (2006) quanto este diz que o individualismo está em declínio e que a necessidade de identificação é uma das molas do neotribalismo, ou comunitarismo renovado (RHEINGOLD, 2000), que surge com as comunidades on-line como o DU. A fala exalta justamente o componente relacional, invocando o sentimento de pertencimento, a "simbiose afetual", a "lógica da fusão", amalgamados pela partilha de valores, afetos e experiências e pelo comprometimento. Essa integração com o outro realça a importância do grupo enquanto elemento estruturador de sociabilidades.

A partilha de conhecimentos parece mesmo bastante valorizada pelos membros do DU. Cada um espera poder dar sua contribuição a partir da experiência individual em outros espaços, seja no âmbito profissional ou de articulação coletiva. Acredita-se estar compartilhando valores como gestão democrática da cidade e ocupação do espaço público enquanto produção coletiva pois, como observa Harvey (2012, p. 28), a cidade que desejamos

não pode estar dissociada “do tipo de pessoas que queremos ser”. Seria a reinvenção da cidade como resultado do exercício de um poder mais coletivo do que individual.

> **RudRa:** busco levar meu acúmulo dos espaços q já atuo (forum de reforma urbana,comitê popular da copa,conselho da cidade) e tb apreender um saber técnico bem amplo do urbanismo aplicado à realidade recifense. de valores,acho q tem muito da questão da gestão democrática da cidade,discussão sobre usos e funções do espaço,resgate do sentido de ocupação do espaço público. da cidade enqnt um direito e como prodvcao coletiva msm.

Como bem coloca Castells (2008, p. 79), os movimentos sociais urbanos se movem em torno das necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo; da afirmação da identidade cultural local; e da conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos. Pode-se dizer que esses três eixos pautam a maior parte das publicações e interações na página do DU no Facebook. No vácuo deixado pelos movimentos e políticas proativas, as pessoas passam a reagir com base em seu próprio território (minha cidade, minha rua, minha praia etc.), produzindo múltiplos significados.

Como todos esses conteúdos são apresentados aos leitores? Quais os formatos que geram mais interação? Identificamos que *o formato mais utilizado nos posts da página do DU no Facebook é a foto*, envolvendo 16 das 40 postagens analisadas (40%), seguido dos *links* (12 ou 30%), confirmando a tese de Virilio (1996b) de que vivemos no império da imagem, da instantaneidade na transmissão e recepção de mensagens. O tipo de postagem que mais gerou “curtidas” e comentários também foi foto e, em segundo lugar, vêm os textos.

Tabela 9 (5) – Formato das postagens analisadas X Interação

Formato	Frequência	%	Curtidas	Comentários
Fotos	16	40	371	207
Links	12	30	185	49
Textos	7	17,5	226	145
Charge	1	2,5	3	3
Vídeo	1	2,5	68	15
Evento	1	2,5	24	3
Enquete	1	2,5	17	11
Pergunta	1	2,5	2	4
TOTAL	**40**	**100**	**896**	**437**

Fonte: Elaborada pela autora.

Cabe aqui uma ressalva relacionada aos limites da tecnologia de comunicação móvel de terceira geração (3G), porque certamente uma boa parcela dos membros do grupo acessa a página do grupo através do celular. Devido à baixa velocidade na transmissão de dados móveis (em torno de 1 Megabit por segundo atualmente), os vídeos, que costumam ser arquivos mais pesados, não carregam 100% nos celulares. Se os membros não conseguem visualizar os vídeos postados, não têm como interagir com as publicações. Do contrário, certamente os vídeos, assim como as fotos, também seriam muito prestigiados, muito mais do que os textos, já que vivemos no império da imagem.

Dessa forma, dentre os 40 *posts* analisados, temos que *a categoria mais utilizada nas postagens é o compartilhamento de informações e que o formato preferido é a foto*, sendo este formato o que aparentemente produz mais interações dentro do DU. Vivemos na sociedade da aceleração (Virilio), portanto interagir com imagens é mais fácil e rápido.

Na figura seguinte (Figura 26) pinçamos, a título de ilustração, uma das postagens na categoria compartilhamento de informações com utilização de foto e texto. Foi publicado no dia 14 de abril de 2014. Dos 40 *posts* analisados, foi o que recebeu mais “curtidas” (120).

Figura 26 (5) - Compartilhamento de informações no formato de foto

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

O referido *post* tem como assunto a preservação de um patrimônio histórico, no caso, a antiga Fábrica Tacaruna, situada entre Recife e Olinda. O autor compartilha a foto de um panfleto distribuído durante protesto realizado dia 11 de abril de 2014 no Recife, saindo da Praça da Independência até a Prefeitura, conhecido como #forabraga.

Um dos detalhes que podem ser observados no panfleto da foto é a suposta data em que a compra da Tacaruna foi feita pelo governo estadual, 1996, quando na verdade foi em 2000 (fato esclarecido em um dos comentários, com *link* para uma matéria do *Diario de Pernambuco*). Os três primeiros comentários (foram dez ano todo) escritos em letras maiúsculas (na *netiqueta*, significa que a pessoa está gritando, com raiva ou querendo chamar atenção) criticam este que foi um dos últimos atos do então governador Eduardo Campos e sua relação com o avô Miguel Arraes, então governador em 1996, enquanto Eduardo era secretário da Fazenda – quando, na verdade, o governador à época da aquisição do imóvel era Jarbas Vasconcelos. Um dos comentadores pede para as pessoas conferirem “as fontes pra

saber se é verdade" antes de repassar. Um último comentário chama o ato (a doação do imóvel para a instalação de um centro de pesquisa e desenvolvimento da Fiat) de "insensatez" e de "coisas do Brasil".

> **VavSc-P:** QUEM ERA O GOVERNADOR EM 1996?
>
> **VavSc-P:** EU MESMO RESPONDO: MIGUEL ARRAES!!!
>
> **VavSc-P:** OUTRA PERGUNTA: QUAL ERA O CARGO DELE, EDUARDO CAMPOS?
>
> **ValLiB:** Ui!!! Alguma coisa fedendo aqui. . Foi na época dos famosos PRECATÓRIOS?
>
> **AlvMe:** Antes de repassar, confiram as fontes pra saber se é verdade...
>
> **PedEr:** Secretário da Fazenda.
>
> **MarMoO:** O fato não foi quem vendeu pois arrecadou 14 milhões foi quem deu de graça..., se foi de graça. Quem sabe não vai se chamar FIAT GOVERNADOR MIGUEL ARRAES, que é o que ele mais sabe fazer usar o nome do avô.
>
> **GinIm:** E vale lembrar que esse batismo desenfreado é inconstitucional.
>
> **IngMaM:** Segundo o diário de pernambuco o predio foi comprado em 2000.
> http://www.diariodepernambuco.com.br/.../uso-da-fabrica.....
> A doação em 2014 não deixa de ser absurdo! Vão pras ruas galera! Aqui na europa os jornais estão atentos a tudo que acontece por aí!
>
> **FabPa:** Meu Deus. Que insensatez. Um local estratégico daqueles sendo doado a uma empresa capitalista e multinacional. Aliás, uma das maiores e mais ricas empresas do mundo. Coisas do Brasil.

O *post* e seus comentários também nos mostram como as notícias – muitas delas falsas ou imprecisas – circulam largamente pela internet e como as pessoas muitas vezes replicam sem checar a veracidade das informações (GURAK, 1999). Se o *post* em si traz informações incorretas, mesmo que a correção tenha sido feita nos comentários, ainda assim será replicado, pois não são muitos os que se dão ao trabalho de ler todos os comentários. Essas informações falsas ou imprecisas, ainda que desmentidas, nunca serão de todo falsas. Serão *frações* de verdade, ou "verdades fractais", como pontua Baudrillard (2005).

Como o DU é um grupo grande, as publicações geralmente repercutem bastante e acabam circulando também em outras redes. As postagens geram debates, reflexões e, eventualmente, alguns encaminhamentos sobre a posição do grupo em relação a determinados assuntos. Como nos mostra o depoimento abaixo:

> **RudRa:** o DU é quase uma instância de transparência do processo de constituição da cidade,tento postar reflexões e conteúdos que contribuam nesse sentido. tudo ganha mais repercussão no DU. é um espaço q faz c q vc circule numa só postagem conteúdo p 15 mil pessoas,q debatem e encaminham coisas sobre aquilo.além do q podem circular aquilo em outras redes e espaços.

Entretanto, identificamos que, apesar de haver alguns encaminhamentos sobre determinados temas, *quase não há deliberações sobre os assuntos de interesse do grupo*. Apenas duas das 40 postagens analisadas (5%) foram pesquisas/enquetes em que a opinião dos membros sobre determinados assuntos foi requisitada. A ideia de que o DU é um grupo de discussão curiosamente não implica nos desdobramentos naturais dessa discussão, entre eles a tomada de decisão sobre o problema discutido ou, pelo menos, um encaminhamento. Discutimos sobre os problemas do Recife, agora o que faremos a respeito disso? No final das contas, o grupo do DU no Facebook acaba servindo mais como *ambiente para troca de informações e experiências* do que qualquer outra coisa.

Em 12 de janeiro de 2014, um dos administradores do grupo postou uma enquete perguntando quais os principais desafios urbanos do Recife para aquele ano (Figura 27). Até o momento da coleta, foram 491 respostas. Considerando que o grupo possuía, na época, em torno de 14,7 mil membros, apenas 3,3% responderam. Em primeiro lugar, com maior número de votos (139), aparece a opção “Projeto Novo Recife”. Em segundo lugar, com 110 votos, “Revisão da legislação urbanística. Revisão da LUOS”. A enquete ficou no ar até 31 de

janeiro. Percebemos, assim, que *além de serem raras, as postagens de cunho deliberativo, que implicam na tomada de decisões, também geram um retorno baixo.*

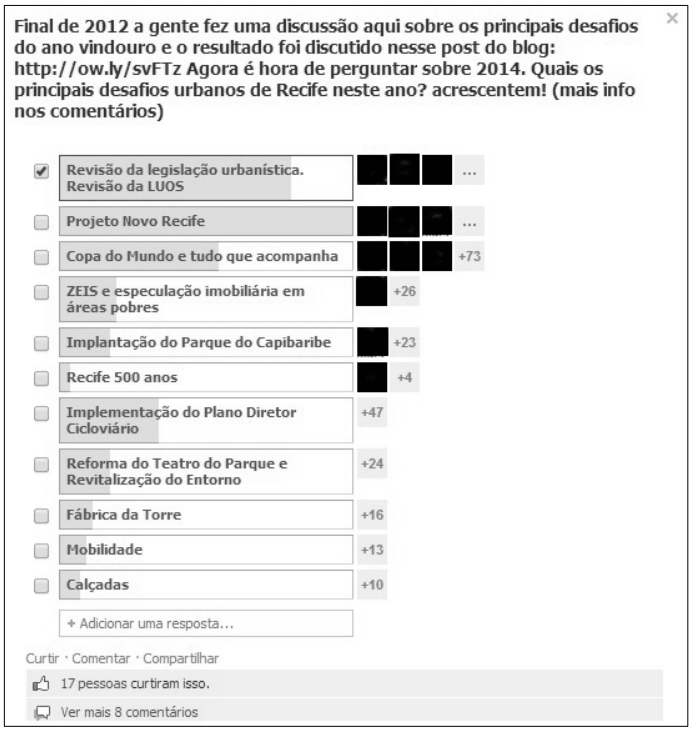


Figura 27 (5) – Enquete no DU

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

No caso da postagem em tela, ela deixa claro o objetivo dos administradores de sondar a opinião dos membros do grupo em relação ao principal tema que iria nortear as ações do DU ao longo daquele ano, isto é, uma forma de eleger as prioridades da agenda do movimento, o que não deixa de ser uma deliberação. Perceba-se, contudo, que apenas 491 membros se manifestaram, pelo menos até o momento da coleta.

A segunda postagem com conteúdo de pesquisa/enquete, na verdade, foi publicada por um estudante de mestrado que estava coletando dados sobre a situação do trânsito no Recife. Ele solicitava a participação dos membros do DU e disponibilizou um *link* para o questionário eletrônico. Não tratou-se, portanto, de uma deliberação interna, mas uma sondagem de

opinião externa ao grupo (como também o foi a pesquisa relatada em BATISTA & FELIX, 2013).

Também é interessante observar que, das três postagens feitas com o objetivo de mobilizar os membros para participarem de eventos, apenas uma teve o formato de “Evento” do Facebook, isto é, em apenas uma foi utilizada a ferramenta de eventos disponibilizada pelo *site*, importantíssima para a divulgação das atividades desses novos movimentos urbanos que se articulam através da internet. As outras duas possuem formato de foto e *link* acompanhados de textos.

A Figura 28 mostra a postagem feita no formato “Evento” do Facebook. No dia 31 de janeiro de 2014, um dos administradores escreve um texto convidando para a audiência pública sobre o Conselho da Cidade (PL 66/2013), colocando o *link* para a página do evento agendado para o dia 6 de fevereiro, na Câmara de Vereadores do Recife.

Figura 28 (5) - Mobilização para eventos no DU

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

A ferramenta de eventos do Facebook tem se mostrado importantíssima para a divulgação das atividades desses novos movimentos urbanos que se articulam através da internet. Ela permite que, no momento de criação de um evento e distribuição de convites, cada usuário convidado convide as pessoas de sua rede, o que facilita a viralização do evento.

Já ao ser convidado, o evento fica registrado na página inicial do usuário e alertas são emitidos de acordo com a proximidade da ocasião. Cada convidado pode confirmar o comparecimento, dizer que não vai ou deixar em aberto (“talvez”). Dessa forma fica mais fácil mensurar a eficácia desse tipo de ferramenta, embora dizer que vai a um evento do Facebook não signifique que a pessoa de fato comparecerá. Muitos confirmam presença –

inclusive em eventos realizados em outras cidades ou países – apenas como forma de demonstrar apoio à causa.

De qualquer forma, pode-se dizer que essa ferramenta (Eventos) facilitou e muito a ação dos grupos que atuam através da internet, *potencializando o alcance das convocações* (tanto pelos convites quanto pelos compartilhamentos possíveis) que, antes da internet, eram feitas exclusivamente no boca a boca, através de carros de som e da distribuição de panfletos. Como assinala Gurak (1999), mobilizar pela internet é mais rápido e mais barato. É mais rápido porque, na rede, encontramos facilmente outros usuários com preocupações e interesses similares – o *ethos* em comum viabiliza a viralização. E é mais barato porque na mobilização on-line não há custos com impressão de panfletos ou aluguel de carros de som, por exemplo.

5.2.2 Fluxo de postagens e os efeitos da tecnologia sobre a comunicação

Em relação ao fluxo das postagens, por ser uma comunidade relativamente grande, observamos no DU a publicação de dezenas de postagens por dia. Em um levantamento realizado no início da pesquisa de campo, entre os dias 1º e 24 de novembro de 2013, contabilizamos a publicação de 642 postagens, isto é, uma média de 26,75 *posts*/dia. Em um só dia (19/11/2013), foram identificadas 45 publicações. Na época, o DU possuía 14.077 membros.

Ao fim da pesquisa de campo, exatamente um ano depois, verificamos que o grupo mais que dobrou de tamanho, passando a contar com 29.588 membros, e que o número de *posts* aumentou praticamente na mesma proporção. Foram contabilizadas, entre 1º e 24 de novembro de 2014, 1.178 publicações, com uma média de 49,08 *posts*/dia. Em um só dia (18/11/2014), foram 96 publicações.

Percebemos que um maior ou menor fluxo de postagens feitas no grupo está diretamente relacionado a notícias que são publicadas diariamente pela imprensa envolvendo questões urbanas do Recife. Significa que, apesar de haver uma desconfiança generalizada dos membros do grupo – e dos movimentos anticapitalistas em geral, como pontua Castells (2013, p. 9) – em relação às mídias tradicionais, elas ainda assim conseguem pautar as discussões na comunidade. Nem que seja em forma de crítica.

A realização de eventos ligados ao grupo ou a temáticas relacionadas também costuma impulsionar as publicações. No caso das postagens de 2013, em 19 de novembro, dia em que identificamos o maior número de publicações no grupo durante o período analisado, foi realizado no Recife o seminário Cidades Habitáveis, evento que já havia passado pela Argentina, Chile, Espanha e Cingapura e estava sendo realizado pela primeira vez no Brasil. O *Blog de Jamildo* noticiou uma possível parceria anunciada durante o evento, entre a Prefeitura do Recife e o Instituto de Urbanismo e Estudos para as Metrópoles (Urbem), para um projeto de reordenamento urbano na capital pernambucana.

Essa notícia gerou muitas postagens no grupo, como a que vemos abaixo (Figura 29), em que a autora divulga o *link* para a matéria do *blog* e critica de maneira irônica o fato do tal projeto poder ser feito por arquitetos paulistas e não por pernambucanos.

Figura 29 (5) – Postagem com *link* para notícia em blog – 19/11/2013

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

Já em 2014, o dia 18 de novembro, dia em que foi contabilizado um maior número de publicações, marcou o lançamento do minidocumentário “Recife, cidade roubada”, realizado pelo DU com o apoio do cineasta Kléber Mendonça Filho e o ator pernambucano Irandhir Santos, entre outros. O vídeo mostra o impacto que o projeto Novo Recife pode ter na capital pernambucana e é considerado “uma síntese” da luta do grupo. Foi bastante postado e comentado durante o dia e nos dias seguintes. Na Figura 30 temos uma dessas postagens, em que a autora relata ter assistido ao vídeo e tece alguns comentários.

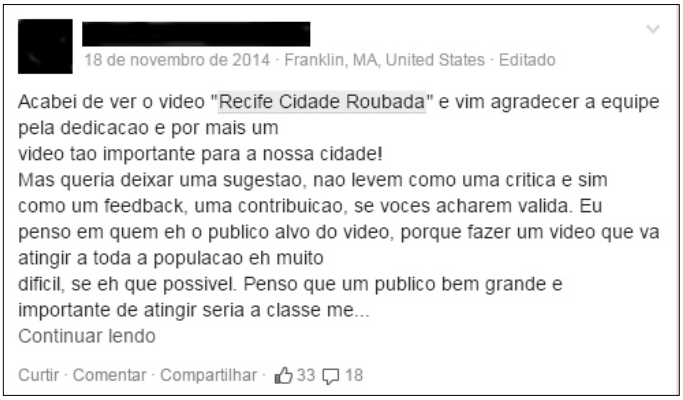


Figura 30 (5) – Post sobre o minidocumentário “Recife, cidade roubada” – 18/11/2014

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/)

Além disso, nesta data também foram postadas dezenas de fotos do #OcupeEstelita realizado dois dias antes (16/11). Uma das principais atrações do evento, como já vimos, foi a presença do geógrafo David Harvey.

Note-se que a postagem da Figura 29 recebeu 23 “curtidas” e 31 comentários, significando que, em um universo de 14.077 membros (tamanho do DU em novembro de 2013), apenas 0,22% interagiu de alguma forma. Na Figura 30, observamos que 33 “curtiram” e 18 comentaram, isto é, 0,11% de interação, considerando um universo de 29.588 membros (tamanho do DU em novembro de 2014).

Esses percentuais podem ser ainda menores se considerarmos que uma única pessoa pode fazer vários comentários. Podemos “curtir” cada postagem uma única vez, mas podemos comentar à vontade. Para se ter uma ideia, na postagem da Figura 30, os 18 comentários foram feitos por apenas nove pessoas. Uma delas chegou a postar cinco comentários. Esses dados, embora não formem um indicador absolutamente seguro do impacto que as postagens causam nos membros do grupo, reforçam nossa tese de que o nível de interação no DU é relativamente baixo e que são poucos os membros realmente ativos que curtem, comentam e postam.

5.2.2.1 Efeitos da tecnologia sobre a comunicação

O grande volume de informações que chega ao grupo na forma de *posts* e/ou comentários deixa a sensação de que muita coisa acaba se perdendo no fluxo. Há queixas dos entrevistados em relação à desorganização, pois a fluidez do próprio sistema impediria a retenção de informações, tornando a discussão “caótica e fugidia”. A velocidade da máquina (mais uma vez, Virilio) dificulta a retenção. O que reter e o que descartar? Como garantir que

as informações e discussões contidas nos *posts* sejam retidas a ponto de permanecerem relevantes no médio prazo para o grupo?

Trata-se de um problema que pode, por exemplo, prejudicar a consolidação das agendas da comunidade. Na opinião deste entrevistado, o grupo tornou-se refém do Facebook, porque é o lugar onde as pessoas (os membros) estão.

> **LeoCi:** para as coisas do DU, a desorganização, uma fluidez que impede que se retenha informação com facilidade. A discussão fica meio caótica e fugidia, passageira. eu acho q para algumas coisa seria preciso um espaço para uma discussão mais detida, mais aprofundada, mas qq alternativa sofre com a dificuldade dos usuários para migrar do facebook pra lá. (...) sou entusiasta do opensource e o face tá fechando cada vez mais nossa experiencia na internet. não é legal, mas é onde as pessoas estão e isso nos torna reféns..

Vimos com Ellul (1980) que a velocidade dos fluxos informacionais não deixa espaço para reflexão e com Virilio (1996a; 1996b; TRIVINHO, 2007) que a técnica e a tecnologia organizam/desorganizam e reescalonam relações e valores sociais, políticos e culturais das sociedades contemporâneas, dificultando a resistência a esse sistema totalitário. Mas o que vemos no DU vai de encontro a essa tese. As pessoas estão ali para discutir e refletir sobre a cidade desejada, o que nos leva a inferir que algum espaço para reflexão pode ser aberto e que algumas informações acabam sendo retidas, apesar da temporariedade e da superficialidade próprias da internet – e, de forma ainda mais radical, do Facebook –, que sem dúvida impactam nas discussões grupo. Do contrário, os membros do DU dificilmente conseguiriam se mobilizar para lutar contra o apetite do capital imobiliário.

De qualquer maneira, a preocupação com a informação que pode ser perdida no fluxo rápido e dinâmico das interações que ocorrem no grupo sempre está sempre presente, como também fica claro neste depoimento:

> **LucAl:** me incomoda a mercantilização das ferramentas e a maneira como a informação pode se perder no tempo por causa do volume, mas acho que esse último ponto é natural, não sei se seria possível evitar.

A ferramenta de grupos do Facebook não permite, por exemplo, que os *posts* sejam arquivados por tópicos. Um *post* importante pode ficar visível por mais tempo contanto que seja afixado no topo da linha do tempo do grupo – e depois de desafixado ele inevitavelmente se perderá no emaranhado das dezenas de *posts* diários. Como já foi dito, os administradores do grupo criaram o *blog* Direitos Urbanos (www.direitosurbanos.wordpress.com) para tentar organizar melhor as discussões, ajudando a consolidá-las. Funciona como ferramenta auxiliar e também hospeda arquivos, isto é, armazena informações que, na visão dos administradores, devem ser retidas para utilização posterior. Nesse espaço são publicados, por exemplo, artigos, documentos e estudos, arquivados em seções específicas, que embasam as tomadas de decisões no grupo. *Este é o primeiro indicativo de que a ferramenta de grupos oferecida pelo Facebook é importante, porém insuficiente para as atividades do DU.*

No entanto, a mesma fluidez que dificulta a retenção de informações é o que possibilita a conexão de pessoas que podem contribuir de diferentes maneiras com o movimento, somando forças, e também a disseminação de informações de forma rápida e eficaz, algo difícil de ser alcançado no "mundo analógico".

> **LeoCi:** internet possibilitou conectar gente que dificilmente se encontraria offline, pelo menos não no timing necessário para a atuação da gente, as forças do DU: conectar gente com formações e backgrounds diferentes e complementares, agregar, receber e divulgar informação com rapidez, processar a informação com rapidez. da forma como atua, o grupo não sobreviveria em um mundo analógico..a rede permite uma agilidade complicada de reproduzir no analógico.

A rapidez é fundamental para que as ações off-line do DU sejam bem sucedidas. No caso do Edifício Caiçara, não fossem as redes sociais, o embargo da demolição não teria sido

obtido em tempo hábil de forma a impedir que o prédio viesse totalmente abaixo, como relata este entrevistado:

> **LeoCi:** veja o caso do embargo da demolição do Caiçara: 1) alguém viu a demolição qd ia para o trabalho 2) alertou AnaPaP, que jogou a info no grupo 3) um fotografo viu a info, foi lá fotografou e 9h da manhã já tava na rede 4) a gente começou o bafafá, às 10h tava nos jornais online. o promotor de patrimonio tá no grupo, viu a info, alguém viu e correu na FUNDARPE. o promotor entrou com uma ação cautelar. nisso tudo, no meio da tarde a demolição tava embargada pela prefeitura, pelo estado e pela justiça, não fosse essa agilidade, não teria restado nada do prédio, certo? e em vários outros casos foi assim. tem uma notícia, joga no grupo, pergunta quem checa, a gente já sabe quem entende de cada assunto. já vai marcando a pessoa

Mas, da mesma forma que o sistema tecnológico afeta o fluxo de informações, seja negativa ou positivamente, afeta também os relacionamentos e a comunicação. Para alguns entrevistados, existe uma percepção de que a internet e suas redes sociais, como o Facebook, melhorou em alguns aspectos sua forma de se relacionar e de se comunicar com as pessoas, mas piorou em outros. O uso da rede mundial de computadores e do Facebook, de certa forma, teria agilizado a comunicação, potencializando a mobilização em torno de determinados temas, mas também é visto como algo estressante, que pode levar ao vício, ao sedentarismo e também como algo que pode chegar a prejudicar as relações face a face.

> **LucAl**: ela [a internet] também consome bastante tempo que poderia ser de contato face a face. claro que ela também facilita o contato face a face com mais gente, e também ajuda a manter contato com gente que é mais próxima, mas talvez prejudique de alguma forma o convívio mais próximo com quem está ao seu lado no dia-a-dia. e essas ferramentas de redes sociais me parecem causar um tipo de ansiedade que faz com que a gente perca o equilíbrio entre as duas coisas.

A rede, em alguns casos, é vista como um lugar de narcisismos, de julgamentos, de invasão de privacidade e, como já vimos, de disseminação de notícias falsas e sensacionalistas. Alguns entrevistados se mostraram preocupados com a falta de equilíbrio entre as relações on-line e off-line, passando a sensação de que a vida on-line estaria

consumindo mais do seu tempo do que gostariam. A sensação, principalmente para quem pratica o ciberativismo e vive permanentemente conectado, é de perda de limites, como fica explícito neste depoimento:

> **EdiAl:** sinto-em mais reconehcida e respeitada publicamente, devido ao meu ciberativismo, a todas as lutas que me envolvo e que as pessoas gostam, apoiam e se manifestam, inclusive muita gente que eu conhecia pouco. postam e apoiam na rede e no mudno off-line. isso é bom, mas tem outras coisas que pioraram. (...) Me dedico muito à militância e às vezes prejudica as relações familiares. Creio que sou meio viciada em FB e na internet, por conta da militânica. (...) então temrina ficando meio sem limite

Apenas um entrevistado afirmou categoricamente que a internet *piorou* sua forma de se relacionar com as pessoas. Ele diz que as ferramentas disponíveis não substituem o olho no olho. Não permitem captar a entonação da voz das pessoas nem a intenção das mensagens, o que em sua opinião pode causar "ruídos" à comunicação. Como bem apontou Thompson (1998), a interação mediada por artefatos tecnológicos pode dificultar o entendimento da mensagem, pois as "deixas simbólicas" são mais difíceis de serem percebidas. Há uma ambiguidade na comunicação/informação recebida.

> **MarSo:** A forma de relacionar piorou, principalmente as relações pessoais. As relações mais íntimas. Acredito que usar redes sociais, por exemplo, modificou muito as relações com as pessoas porque as ferramentas que existem não substituem um olho no olho. E muitas vezes não mostram a entonação da voz ou a intenção da messagem. Mas acho que é uma questão de aprendizado, dos ruídos que podem existir por conta destas faltas. (...)

O entrevistado também menciona a questão da invasão de privacidade. Tudo fica gravado, pode ser rastreado e o privado torna-se público. Segundo Kirkpatrick (2011), há uma quantidade enorme de dados que o Facebook armazena sobre as pessoas – algo que na análise de redes facilita o rastreamento das relações sociais, mas que acaba suscitando diversas questões sobre as políticas de privacidade adotadas pelo *site*.

Outra coisa interessante na fala de MarSo é a ideia de que as informações circulam apenas entre pessoas que já se relacionam, formando uma espécie de bolha:

> **MarSo:** Existe uma invasão da sua Privacidade no meio da rede social que fica ali gravada e todo mundo vê. (...) E muitas vezes a pessoa interessada interpreta certas atitudes de forma enviesada. Tenho mais acesso à informação e tenho mais condições de analisar a informação que tenho acesso e emitir opinião. Isso de certa forma foi um ganho, mas a tendência é que você receba apenas estas informações de pessoas que tem relações, ou seja, que estejam presente na sua time line. O que torna tudo uma pequena bolha.

O depoimento acima se torna bastante emblemático quando lembramos o que diz Armand Mattelart (2006) sobre a sociedade da informação: não se pode afirmar que, nesta nova era, as pessoas estão se comunicando mais, apenas que estão trocando mais informações. A tecnologia facilita o acesso à informação, mas esse processo não envolve a produção de sentidos. É algo mecânico que se torna fluido porque passamos de uma visão dicotômica (antes/depois, centro/periferia etc.) para uma visão reticular, comportando todo "um potencial de ambigüidades e ambivalências" (MATTELART, 2006, p. 242).

Nessa "nova" sociedade, o enorme fluxo de informações a que hoje as pessoas têm acesso parece também paralisá-las, ao passo que as relações virtualizadas podem gerar ruídos – as ambiguidades – devido à ausência de elementos comunicacionais importantes como o olho no olho e a entonação da voz (as "deixas simbólicas" de que nos fala Thompson).

Já a sensação de que as informações circulam apenas entre pessoas que já se relacionam, formando uma espécie de bolha, nada mais é do que a constatação de que vivemos em rede – a nossa rede social é a nossa bolha. Evidentemente, não temos apenas uma, mas várias redes: a rede de familiares, a rede de amigos, a rede dos colegas de trabalho etc. É o que Simmel (1964) chama de interseção de círculos sociais, onde cada pessoa tem um padrão de participação único.

Assim, não nos surpreende o fato de que, na defesa da ideia do individualismo em rede, Wellman (2001a) e Castells (2003) afirmem que agora é o indivíduo, e não mais a família ou o grupo, a unidade primária de conectividade. As redes sociais são utilizadas pelas

pessoas para buscar informação, apoio e sociabilidade (por isso se conectam e se desconectam com facilidade, ao sabor de seus interesses particulares), mas poucas se dão conta de que vivem, na verdade, em uma pequena bolha.

Por outro lado, é importante destacar que os membros do DU geralmente participam de outros grupos e que isso potencializa tanto a mobilização quanto a troca de informações. Como sinalizado em outro trabalho (BATISTA & FELIX, 2013), também aqui fica clara a existência de uma ampla rede, no Facebook, formada pelo DU e outras comunidades afins – *Bicicletada Recife, Frente de Luta pelo Transporte Público de Pernambuco, Salve o Caiçara, Salve o Cais José Estelita* e *Coque RExiste*, além do *Direitos Culturais* e *DU na Copa*, estes dois últimos derivativos do DU. Possivelmente existem outras ligações.

Essa pluralidade de redes e o próprio fato de o DU ter originado outros grupos, como o *Direitos Culturais* e o *DU na Copa*, são coisas vistas com naturalidade pelos integrantes. O principal argumento é o de que algumas pautas ganham "vida própria" e pedem a criação de novos espaços, mais especializados em determinados temas, no sentido de somar forças para lutar contra "um inimigo comum". Vejamos:

> **ClaTaM:** hj [o DU] é composto por várias outros coletivos, frentes, movimentos e, graças, do cidadão comum. (...) o que mais importa é essa quantidade toda de gente, unida em favor da cidade, das pessoas desta cidade e contra um inimigo comum. isso é que é o belo!
>
> **AnaPaP**: Nós sempre atuamos formando grupos específicos para ações e ou temas específicos, que são paralelos, simultâneos ao DU. Como a luta pelo estelita cresceu muito e agregou muitos outros coletivos e movimentos, era de se esperar que esses grupos crescessem e ganhassem autonomia. MAs participamos de todos eles e atuamos conjuntamente. Recife Resiste, Marcha das Vadias, PSol, Coletivo Lama, Mídia Ninja, Coque Resiste. Frente Independente Popular - FIP, se não me engano. são coletivos de esquerda, alguns anarquistas. tem grupos de brasília teimosa e outros do coque.

Este outro entrevistado revela como o DU e outros grupos se articulam entre si e com outras pessoas, criando "redes de redes", e como eles foram se especializando em

determinados temas que o DU não comportava, como a política cultural e a desapropriação de moradores de Camaragibe cujas casas dariam lugar a obras para a Copa do Mundo 2014.

> **LeoCi:** esses novos movimentos aqui são muito ligados entre si e aí nessas horas de muita emergência a rede se aciona e a reação é rápida também. algumas pautas vão tomando vida própria. sim.. tem uma tentativa de organização com os spin-offs, mas também pauta que cria vida própria e articula outras pessoas. mas isso vai criando essas redes de redes. os movimentos vão se misturando p.ex. o Direitos Culturais. tem bem a ver com a idéia de um spin-off criado para aprofundar uma certa pauta do DU mas que foi agregando várias outras pautas de patrimonio, essas questões da repressão ao carnaval etc. mas acabou incorporando discussões sobre política cultural que não cabiam no DU. então é ao mesmo tempo uma especialização de uma preocupação do DU e uma extensão para além da questão urbana. o DU na Copa funciona mais como especialização mesmo.

Fora da internet a participação dos membros do DU em outros grupos também parece ser múltipla, até porque vários dos grupos citados anteriormente, embora não tenham nascido no Facebook tal qual o DU, possuem presença nesse *site* de rede social. Se em Batista & Felix (2013) mais de 60% afirmaram não participar de outros movimentos sociais, aqui registramos menções à participação em movimentos urbanos ligados aos bairros de Casa Amarela e Graças e vinculação a organizações como o Fórum de Reforma Urbana e o Comitê Popular da Copa, *todos com presença no Facebook.*

> **LeoCi:** participo de várias de movimentos urbanos também, como do pessoal de Casa Amarela, das Graças, a Bicicletada
>
> **RudRa:** trabalho na ong cendhec,participo do fórum de reforma urbana,do comitê popular da copa e da articulação nacional dos comitês e de outros espaços.

Dessa forma, percebemos que *o DU representa uma rede que atua de forma articulada com outras redes, e que dentro da rede DU existem as redes sociocentradas e as redes pessoais de cada membro* que se articulam tanto interna quanto externamente. Essas diversas articulações multiplicam o alcance e a visibilidade do DU e de suas ações.

5.3 Experiência de comunidade: força dos laços, ordem e controle social

Onde termina a experiência de rede e onde começa a experiência de comunidade no DU? Difícil precisar. Ambas parecem ocorrer simultaneamente e entrelaçam-se. Quando lá atrás, no tópico sobre o conteúdo das postagens, falamos sobre os valores que são compartilhados entre os membros do grupo (construção coletiva de uma cidade mais humana e inclusiva, com menos arranha-céus e com um transporte público eficiente, desenvolvimento urbano com justiça social, respeito à diversidade e à identidade histórica da cidade etc.) e como a abordagem desses valores costuma render "uma boa discussão", o comunitarismo também estava presente. Quando falamos que o DU representa a mistura da política com o afeto – pelas pessoas, pelo Recife –, quando falamos da solidariedade, dos membros que doam seu conhecimento e relatam experiências no intuito de contribuir para o debate, também temos aí uma dimensão comunitária importante.

O grupo do DU no Facebook possui uma identidade coletiva, valores, um *ethos*, apresenta uma ordem e um controle social como preconizam Smith e Kollock (1999). Existe um propósito que é compartilhado, existem rituais, protocolos, regras e leis, como elenca Preece (2000). Esses elementos ganham contornos mais nítidos quando deixamos de enxergar o grupo apenas como uma estrutura formada por pontos e linhas, nós e arestas, sustentados por um sistema computacional (a dimensão rede). Por trás de tudo isso existem pessoas de carne e osso que se relacionam entre si, envolvendo sentimentos, emoções, paixões, afetos etc. Há que se considerar, portanto, para além da ênfase estrutural, os elementos culturais e discursivos, como preconizam Emirbayer e Goodwin (1994).

Evidentemente, entre os 30 mil membros do DU, nem todos vivenciam a dimensão comunitária do grupo em sua plenitude. Há muita gente que reside em outras cidades ou países e acompanha as discussões a distância, sem a possibilidade do contato face a face com

outros membros. O contato face a face não é imprescindível, ainda mais em se tratando de uma comunidade on-line, mas é importante. Além disso, há os *trolls* (usuários que deliberadamente tentam perturbar e provocar), os "olheiros" (tanto da parte do poder público quanto das empreiteiras), os perfis *fakes* etc. Ou seja, nem todos que estão ali vivenciam o DU em suas dimensões on e off-line e nem todos estão ali para contribuir positivamente.

Igualmente não podemos desprezar o fato de que no meio desse "grupão" estão aqueles membros que apenas "curtiram" a página, mas não costumam acessá-la e que, por isso, não se envolvem em outros processos interativos (ainda que funcionem como um "exército de reserva" e sejam mobilizados para as ações off-line, como já dissemos). Portanto, assumimos que nesse grupo predominam os laços fracos, sem duração no tempo, intimidade ou intensidade emocional. Mas isto não se constitui de fato um problema, já que, de acordo com Granovetter (1973), é o laço fraco que conecta os grupos e traz sempre novidades, uma vez que está conectado a outras redes (e no caso do DU constatamos que o grupo abriga redes sociocentradas e egocentradas que se movimentam de forma articulada em relação a outras redes).

Se dissermos que predominam os laços fracos, admitimos que os fortes, aqueles que apresentam duração no tempo e intensidade na ligação, também existem, embora em menor proporção. Para tentar identificá-los, não nos parece correto utilizar a simplicidade matemática proposta por Kozinets, que presume, partindo do conceito de Rheingold (2000), que a quantidade mínima para o estabelecimento de uma comunidade on-line é de 20 pessoas, e o máximo, entre 150 e 200. Essa conta igualmente não garante que esse grupo mais enxuto seja formado predominantemente por laços fortes.

Contudo, coincidentemente ou não, um entrevistado nos revelou – confirmando nossas suspeitas – que o DU possui uma espécie de "núcleo duro", que cuida da operacionalização das ações e reuniões públicas, formado por cerca de 50 pessoas – incluindo os

administradores/moderadores do grupo no Facebook. Haveria também um grupo mais amplo, que atinge algo em torno de 200 integrantes, que são os membros que participam mais ativamente das ações off-line, como os ocupes, e que frequentam as reuniões. Todos parecem se conhecer pessoalmente, como indica o depoimento abaixo:

> **RudRa:** sou moderador do grupo e conheço os demais,mas não se resume a isso.as ações e reuniões públicas tb propiciaram esses encontros. acho q conhecia só 2 pessoas q atuam mais no operacional do grupo,hj devo conhecer quase todos (que deve ser na faixa de uns 50) e do grupo como um todo dou um chute de 200

Kozinets (2012, p. 8-9) defende que comunidades on-line tanto podem intensificar relações existentes quanto ajudar a criar e a manter novos laços. Neste sentido, perguntamos se os entrevistados conheciam outros membros do grupo pessoalmente antes do DU, se a participação na comunidade os aproximou ou distanciou mais e se o grupo os ajudou a fazer novas amizades.

Três dos nove entrevistados participaram de grupos pré-DU (*Salve o Caiçara* e *Lei Seca de Marília Arraes – Eu digo não!*) e se conheciam pessoalmente antes do momento fundacional do grupo (a audiência pública realizada no dia 22 de março de 2013 na Câmara de Vereadores para discussão do projeto Novo Recife). *Num primeiro olhar, essas relações parecem ter se fortalecido a partir do DU*, como relatam esses entrevistados:

> **AnaPaP:** aproximou, sim, trouxe novos assuntos para as conversas, identificamos mais interesses comuns e nos encontramos mais, nas atividades do DU.
>
> **EdiAl:** eu conhecia antes 4 pessoas do DU. mas a minha relação com elas ficou mais próxima depois do DU.
>
> **MarSo:** Aproximou sim. Pessoas que já conhecia do passado, mas que estava distante. De repente, nos aproximamos de novo. Não viraram meus melhores amigos, mas são pessoas que sempre encontra em bares. Sempre rola uma conversa boa e uma camaradagem.

Os demais entrevistados contam ter conhecido o DU em momentos diferentes, após a realização da audiência pública na Câmara de Vereadores e a criação do grupo no Facebook. Basicamente, porque já conheciam alguém que participava do grupo, porque ouviram falar ou porque leram alguma postagem compartilhada por algum "amigo". Depois da entrada no grupo *as novas relações que foram surgindo também parecem ter ganhado consistência* ou apresentam potencial para tanto. São possibilidades que se abrem.

> **AnaPaP:** Construí novas relações de amizade tão verdadeiras e profundas quanto às anteriores, há um vínculo bem forte entre nós, muito afetuoso. Compartilhamos muito a vida nesses três últimos anos. Esse é um dos grandes ganhos do DU, ao qual nos referimos como o componente do amor: pela cidade, pelas pessoas e uns pelos outros, entre nós.
>
> **EdiAl:** considero que fiz amigos sim. alguns têm potencial pra vir a ser

É neste sentido que enxergamos no mundo moderno, assim como Maffesoli (2006), uma ideia enfraquecida de individualismo e a ascensão de formas mais empáticas de sociabilidade, calcadas no sentimento de pertença, no afeto, no desejo de fusão e no prazer de estar junto. Podemos pensar o DU como uma família ampliada, ainda que seja uma família fluida, pontual, momentânea e que se mantenha coesa em função de determinados interesses. Como já dissemos, a ação estratégica não prescinde necessariamente da emotividade.

Nessa família, como em outros grupos, há direitos e deveres, regras e rituais, cujo objetivo é garantir que os interesses individuais não se sobressaiam aos do grupo (SIMMEL, 1964), sob pena de comprometer a coesão. Também há consensos, dissensos e disputa pelo poder. Mas existe uma pauta a ser seguida, por isso o importante papel desempenhado pelos administradores/moderadores do grupo. Para manter o controle e a ordem, eles agem como patrocinadores de um possível consenso, que raramente chega, pois a tensão geralmente está presente. Lembremos que em Habermas (1989; 1981) nem sempre existe a possibilidade de consenso. O processo de compreensão e interpretação, intrinsecamente hermenêutico, acaba prejudicado pelos ruídos característicos da comunicação mediada pela tecnologia.

No caso do DU, constatamos que o dissenso – que às vezes é provocado pelo próprio ruído – também é um elemento importante na manutenção da coesão do grupo. O grupo não se mantém coeso apesar dos dissensos, mas com os dissensos. É no dissenso que algumas pautas são colocadas em suspenso, enquanto outras são expurgadas, ajudando a fomentar coalizões e a fortalecer o discurso hegemônico do grupo.

O *post* referenciado na Figura 26, sobre a doação da Fábrica Tacaruna à Fiat, e a reprodução dos comentários nos dá uma vaga ideia de como se processa a conversação entre os membros do DU. Uma análise mais cuidadosa, entretanto, pode nos dar informações mais detalhadas acerca dos processos discursivos que ocorrem no grupo. *Olhando mais de perto, percebemos as tensões, ironias, xingamentos, mal-entendidos, preconceitos, intolerâncias, rotulações, desinformação e críticas, muitas à gestão da cidade mas também à atuação do próprio DU*, tudo acompanhado de perto pelos moderadores.

Para alcançar este olhar mais acurado, fomos além dos 40 *posts* analisados em termos de redes de relações (quem posta, quem curte e quem comenta), de conteúdos e de formatos. Coletamos outras quatro postagens, feitas entre 1º e 24 de novembro de 2014, com o objetivo de verificar *como o debate acontece na prática e como ocorre a ação dos moderadores* do grupo na busca pelo entendimento. Isto é, verificar os meandros dos "jogos de linguagem" que podem ser percebidos na *timeline* do DU.

As publicações, que analisamos a seguir, versam sobre política, ordenamento urbano, uso e ocupação do solo e mobilidade e estão dispostas em ordem cronológica. Uma das postagens, certamente uma das mais polêmicas no histórico do grupo, alcançou quase 300 comentários.

5.3.1 A conversação e o trabalho de moderação

5.3.1.1 Manifestação contra Dilma divide opiniões

No dia 1º de novembro de 2014, PedEf compartilha um *link* para reportagem do jornal Folha de S. Paulo (novamente, a mídia pautando as discussões no grupo) sobre uma manifestação contra a presidente Dilma Rousseff que teria reunido 2,5 mil pessoas na capital paulista. O *post* recebeu 19 "curtidas" e 28 comentários. O autor chama os manifestantes de "antidemocráticos", por estarem pedindo o *impeachment* da presidente e intervenção militar, e faz uma relação entre estes e aqueles que consideram o Movimento Ocupe Estelita uma "baderna de vagabundo e maconheiro".

> **PedEf:** A oposição é deveras salutar em uma democracia, mas o que fazer quando temos esse tipo de oposição?
> Antidemocráticos que são agora pedem impeachment e intervenção militar, é um caso de SP, mas tem adeptos aqui pertinho entre aqueles, por exemplo, que dizem que o ocupe o estelita é baderna de vagabundo e maconheiro.
> É essa galera que é contra a democratização dos espaços públicos, do direito à cidade e, indo até as últimas consequências, do direito à dignidade dos historicamente marginalizados.
> Agora como lidar com antidemocratas em uma democracia e, pior ainda, quando eles estão no poder?
> http://www1.folha.uol.com.br/…/1542047-ato-em-sao-paulo-ped…

A discussão se inicia quando alguém comenta que a reportagem também se refere à manifestação contra o governador de São Paulo Geraldo Alckmin e pede a avaliação do autor do *post*. O autor, por sua vez, responde que não julgou "antidemocrática a manifestação contra Alckmin, mas sim uma legítima cobrança da sociedade civil".

> **GilSeA:** Reportagem tb se refere à manifestação contra Alckmin - sua avaliação também?
>
> **PedEf:** Não julguei antidemocrática a manifestação contra Alckmim, mas sim uma legítima cobrança da sociedade cívil, uma vez que ali não se falou em impeachment ou golpe para derrubá-lo.

Estamos diante de uma discussão sobre política e as falas que se seguem revelam as posições político-partidárias de alguns membros do DU e a leitura que fazem daquele momento histórico, após as eleições presidenciais de 2014, em que Dilma Rousseff (PT) foi reeleita. Os dias que se seguiram à eleição geraram debates bastante acalorados nas redes sociais entre aqueles que votaram em Dilma (chamados pejorativamente de "petralhas") e os que votaram no candidato do PSDB Aécio Neves (os "reaças"). Essa polarização, evidentemente, não poderia estar ausente do mural do DU.

O clima esquenta quando surge um terceiro membro afirmando que "Dilma apoia a ditadura cubana, então não pode reclamar da falta de democracia." E o autor do *post* responde dizendo que não está falando por Dilma.

> **LeoArA:** Dilma apoia a ditadura cubana, então não pode reclamar de falta de democracia.
>
> **PedEf:** Não falo por Dilma, falo por mim e eu posso reclamar de falta de democracia.

Voltando ao *post no dia seguinte*, GilSeA provavelmente considerou a manifestação de PedEf "pró-Dilma". Começam os xingamentos: o comentador tacha o autor do *post* de ingênuo e "coxinha de orkut".

> **GilSeA:** o seu pensamento está no terreno da anti imparcialidade ditatorial mais simplória e elementar possível - de causar riso em qualquer um menos alheio à igualdade de direitos democráticos e à admissão da existência do outro que a democracia pressupõe. Padrão Coreia do Norte, ou mais próxima, venezuelana de tolerância; lamentável sua ingenuidade, tipo coxinha de orkut

Um quarto membro entra na conversa, já tensa, para alfinetar, chamando a reação dos "perdedores" de "missa de sétimo dia". Outro afirma que qualquer um tem direito de pedir *impeachment* e que os "abilolados" que pregavam o golpe militar na manifestação eram a minoria, assim como os *black blocs* nas jornadas de junho de 2013. Completa sua fala

lembrando que, em 1999, o PT também foi às ruas pedir a saída de Fernando Henrique Cardoso. Não ficou sem resposta.

> **GinIm:** Essa missa de sétimo dia dos perdedores foi agitada.
>
> **PieLu:** Pedir impeachment é um direito que qualquer um tem.
> Ali tinha meia duzia de abilolados pedindo golpe, mas era minoria, assim como sempre aparecia algum idiota para promover quebra quebra no ano passado.
> Apenas lembrando que em 1999, 5 meses depois da reeleição de FHC, o PT e afins foram às ruas pedir Fora FHC.
>
> **GinIm:** Os motivos foram bem nobres.

Aos poucos vão surgindo outras vozes, umas mais favoráveis e outras mais contrárias ao conteúdo do *post*. Enquanto uma diz que Dilma foi eleita com o voto do povo, outro diz que a manifestação em São Paulo foi legítima. Apoiando o autor do *post*, ZezMu afirma que "querer derrubar um governo eleito é casuísmo". LeoArA, o mesmo que anteriormente havia afirmado que "Dilma apoia a ditadura cubana", retorna para questionar a legitimidade da reeleição da presidente.

> **AnaSiS:** NOSSA ESSE POVO NÃO SABE O QUE É DEMOCRACIA? O POVO PEDIU E VOTOU SE O CANDIDATO OU CANDIDATA NÃO É O QUE VC QUERIA RESPEITEM A DEMOCRACIA....
>
> **IvsMe:** Isso é a mais pura manifestação da democracia, embora você relute em atentar-se. A razão pelo fato de estarem protestando também é valida: inúmeras denúncias e vulnerabilidade do sistema eleitoral brasileiro, que em nada é transparente, que podem ter ajudado a reeleger a atual presidente.
>
> **ZezMu:** Sim voce pede a volta dos militares, tá pregando golpe. Onde isso é democrático??? Voce protestar é democrático, mais querer derrubar um governo eleito de forma legítima é casuismo. Democracia é aceitar a derrota, continue cobrando o que vcs querem.
>
> **LeoArA:** Legítima???

É quando LeoCi, um dos administradores do grupo, entra no debate para colocar mais lenha no fogueira, chamando os "mimizentos" (aqueles que pregam o golpe) de "canalhas". O moderador – que naquele momento parece esquecer seu papel que seria o de buscar um

possível consenso – chama a atenção de LeoArA e se impõe, pedindo que ele apresente evidências do que está falando. A reação é de indignação e de crítica ao formato de moderação do grupo. LeoArA diz que não sabia que o moderador “falava pelo grupo todo”. *Percebe-se claramente um clima de tensão*. LeoCi explica para LeoArA o papel da moderação e este afirma que não sabe o que precisa provar.

> **LeoCi**: pregar golpe e defender um regime em que os direitos humanos foram violados em larga escala pelo Estado só não é crime porque é ridículo. O que alguns aqui não entendem é que há uma contradição em se valer da liberdade de expressão para pregar a favor da supressão dessa liberdade. É o que tentaram fazer os mimimizentos. Se têm o direito de pregar contra a democracia, mais direito tenho de chama-los de canalhas...
>
> **LeoCi:** LeoArA, ou você apresenta evidências sólidas do que tá falando, ou seu discurso golpista não cabe no grupo.
>
> **LeoArA:** Me expulse então. Não é isso que vcs fazem com quem discorda de vcs???
>
> **LeoArA:** Não sabia que vc falava pelo grupo todo.
>
> **LeoCi:** a gente, **a moderação**, faz isso com gente incapaz de participar de um espaço democrático de discussão ao se utilizar repetidamente de desinformação e discurso falacioso.. para levantar dúvidas sobre a legitimidade das eleições ou você prova o que está afirmando ou está falando de forma leviana só pra "causar" o que caracteriza a atitude de um troll, passível, portanto, de banimento do grupo..
>
> **LeoArA:** O que foi que eu falei que preciso apresentar provas???
>
> **LeoCi:** que a eleição foi ilegítima..
>
> **LeoArA:** Afirmação. Em que lugar eu fiz uma afirmação sobre a legitimidade das eleições???
>
> **LeoArA:** Uma afirmação nunca vem acompanhada de um ponto de interrogação.

Podemos entender o fórum do DU como algo pertencente ao mundo da vida, propício à racionalidade comunicativa (Habermas). No entanto, observamos que muitos atores estão ali visando a imposição de opiniões subjetivas ou a manipulação de outros atores, isto é, agindo estratégica ou instrumentalmente. Isso gera tensões. Há pretensões de verdade nos discursos, por vezes nada republicanos. Nesse espaço, a liberdade comunicativa é concedida, mas com restrições, pois algumas interpretações não podem ser negociadas porque o grupo tem

posições firmes previamente definidas. Por exemplo, quando diz que “a pauta do DU é claramente uma pauta de esquerda”. Em Habermas (1997, p. 92), as interpretações daqueles que agem comunicativamente são negociadas cooperativamente, diferentemente daqueles que agem racionalmente.

Dois dias depois de ter postado o *link* e o comentário na página do grupo, PedEf retorna ao *post* e decide responder a GilSeA, considerando seu comentário “lamentável”, “no terrreno na baixaria”. E pede respeito. Perceba-se como é complicado acompanhar o debate, pois as respostas não seguem um fluxo linear.

> **PedEf:** Lamentável é o seu comentário Gil, está no terrreno da baixaria. Você tenha respeito, não venha comentar posts com ofensas baratas, isso não é argumento, mas falácia de quem não se propõe a debater, seu lugar não é aqui.

O debate morre por aí, exceto por um último comentário de LeoArA, postado no dia 5 de novembro, que na verdade é um *link* para uma reportagem do portal *Infomoney* que dá conta de um diretor dos Correios que foi condenado no Mato Grosso por usar a estatal para pedir votos a Dilma[75]. Com isso, fica clara sua intenção de provocar outros membros do DU que votaram pela reeleição da presidente, mas ninguém se mostrou mais disposto a concordar ou discordar com ele.

Curioso notar que, pelo menos até o fechamento do campo, LeoArA continuava membro do grupo, isto é, a ameaça de banimento feita por LeoCi não se cumpriu. Ele não se apresentava exatamente como um *troll*, mas como um membro do DU que se alinhava com a proposta do grupo, porém não com a reeleição de Dilma.

De qualquer forma, banir um membro é sempre uma decisão difícil, como conta LeoCi em entrevista:

[75] http://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/3677367/diretor-dos-correios-condenado-por-usar-estatal-para-pedir-votos.

> **LeoCi:** o mais complicado não é decidir apagar. é decidir excluir o usuário troll e a linha demarcadora aí é um problema. e sempre rende um bocado de discussão. a gente tinha uma política de moderação soft no início, de tentar conversar ao máximo, de uma auto-regulação do grupo pelos usuários, mas na prática, com o crescimento do grupo o ambiente foi ficando mais hostil.

No processo de moderação, são proibidos *posts* político-partidários e propagandas em geral, embora o *post* sobre a manifestação contra Dilma mostre que, apesar de proibidos, eles ainda vêm a público. Na maioria das vezes, na busca pelo entendimento, os moderadores agem no intuito de convencer o autor a retirar o *post* que consideram inadequado, mas, quando isso não ocorre, a postagem pode ser sumariamente apagada, como detalha este entrevistado:

> **MarSo:** Às vezes, foge ao controle e aí a moderação tem sido feita para isso. Tanto a moderação como suas regras. Posts políticos, por exemplo, são proibidos porque fogem dos assuntos do grupo e acabam em discussão infrutífera. Tento convencer a pessoa a retirar o post mostrando que ela está errada. Eu não costumo retirar, a não ser que seja muito fora do assunto.

Apesar de a moderação no DU ser considerada flexível, épocas de eleições (como o ano de 2014) e de protestos, por exemplo, são consideradas situações-limite em que a habilidade comunicativa dos moderadores é testada, no sentido de não permitir que a liberdade de expressão alimente hostilidades entre os membros. Também parecem incomodar a recorrência de assuntos já discutidos anteriormente e as chamadas discussões "off-topic", ou seja, aquelas que fogem ao escopo de atuação do DU, como explica em entrevista o mesmo moderador que ameaçou expulsar LeoArA do grupo.

> **LeoCi:** a gente usa uma moderação meio soft, flexível, aceitando que algumas discussões são off-topic mas tem algum parentesco como discussões em geral sobre direitos humanos, mas tem que trabalhar com algum limiar de relevância, senão o grupo se dispersa demais. e é sempre muito difícil definir esse limiar. aí qd tem situações mais nervosas, como a época das eleições de 2012 ou os protestos de junho passado fica um caos. pq a flexibilidade q a gente dá em épocas mais tranquilas é testada ao limite o tempo todo.

A discussão sobre a manifestação contra Dilma em São Paulo nos mostra que *o DU, apesar de declaradamente seguir uma pauta "de esquerda", abriga diversas correntes partidárias e ideológicas. Mostra, também, uma dificuldade dos membros de conviver com o dissenso*. Não raro, os comentários contêm xingamentos, acusações e rotulações de ambos os lados – "coxinha de orkut", por exemplo. Essas tensões demandam o *controle social* (SIMITH & KOLLOCK, 1999) dos moderadores para que a ordem seja mantida, sob pena de inviabilizar o debate.

O problema é que, em uma esfera pública como o DU, "as informações e argumentos são elaborados na forma de opiniões focalizadas" (HABERMAS, 1997, p. 94), o que a nosso ver dificulta a formação de uma "opinião pública" própria do DU, dando margem a interpretações distintas e raramente consensuadas.

5.3.1.2 A polêmica dos "flanelinhas"

No dia 4 de novembro de 2014, ManNi compartilhou na página do DU uma foto do jornal *Diario de Pernambuco* (de novo, a imprensa pautando as discussões do grupo) com *link* para matéria sobre uma audiência pública que seria realizada pelo MPPE para discutir a atuação dos "flanelinhas" nas ruas do centro do Recife. O debate torna-se interessante quando consideramos que, em dezembro daquele ano, por recomendação do MMPE, a Prefeitura do Recife iniciou o cadastramento de 100 desses "profissionais", que a partir de janeiro de 2015 passariam a atuar com crachá de identificação no Bairro do Recife. O *post* recebeu 12 "curtidas" e 23 comentários.

De início, MisAn defende que o DU debata o assunto e elabore uma proposta para encaminhar ao MPPE. A proposta seria cadastrar os "flanelinhas" como profissionais guardadores de carro, com direitos trabalhistas e fiscalização. LucAl responde que, no caso de

regularização, eles iriam disputar vagas públicas de estacionamento em qualquer lugar, o que na sua opinião já deveria ter sido extinto do centro da cidade. MisAn rebate afirmando que o problema não tem solução.

> **MisAn:** Pessoal do DU. vamos propor una solução definitiva e institucional para esse problema. Levantemos propostas e debates aqui. Elaboramos e vamos ao ministério público cobrar solucoes. Minha proposta é cadastrar os "flanelinhas" como profissionais guardadores de carro. Com direitos trabalhistas e fiscalização do modo de agir.
>
> **LucAl:** complicado, pois eles irão aonde houver concorrência por vagas públicas de estacionamento, algo que para mim já deveria ter sido extinto do centro do Recife.
>
> **MisAn:** Não da para por fim a isso. Flanelinhas tomam conta das ruas e por mais q o poder público tente é como enxugat gelo. Simplesmente não tem solução.

RudRa é o primeiro a fazer uma leitura menos rasa da situação. Ele afirma que o problema aparece como a face incômoda de um processo estrutural relacionado a “um modelo de apropriação privada, violenta e mercantilizada do espaço”. Tal violência começaria na elevada concentração fundiária, passa pelo modelo de apropriação do solo e chega à deficiência do transporte público, que leva a uma ocupação crescente do espaço urbano pelos carros.

> **RudRa:** Essa é uma questão complexa e que deve ser vista na sua inteireza. Porque ela aparece como a face incômoda de um processo estrutural que, dentre outras coisas, expressa a cristalização de um modelo de apropriação privada, violenta e mercantilizada do espaço. Mas é só a ponta do problema. Essa violência começa na elevada concentração fundiária, passa pelo modelo de apropriação do solo chegando à deficiência do transporte público. Os carros ocupam cada vez mais área no espaço construído das cidades, tirando espaço das pessoas, do transporte coletivo, etc. (...). Se houvesse uma oferta suficiente de transporte público, uma maior ocupação dessas áreas e uma cultura menos mercantilizada do espaço talvez não precisaríamos ver o indivíduo lá como o problema. O flanelinha é o cara que tenta sobreviver dessa lógica

CriLa fala da experiência de estacionamento em áreas públicas em Porto Alegre (RS). Segundo ela, a cidade utiliza o sistema de parquímetros tanto no centro quanto em bairros

residenciais. No comentário, ela coloca uma foto e um *link* para o *site* da empresa que administra este sistema na capital gaúcha (http://www.estapar.com.br/zonaazul.asp).

> **CriLa:** porto alegre usa o sistema de parquímetro, e não apenas no centro, até em bairros residenciais também... e não tem choro nem vela, nem vale pagar de novo, o carro tem que sair da vaga no tempo máximo de duas horas (o tempo é fracionando de acordo com o valor depositado em moedas, indo de 30 minutos a 2 horas).
> e tem agentes com PDAs multando o dia todo, circulando a cada poucas quadras - e ainda com uma pochete cheia de moedinhas, para trocar caso alguém alegue que não pagou o parquímetro porque tava sem moeda.

A proposição rende comentários, uns contra e outros a favor. Até aí tudo bem, pois segundo Habermas (1997, p. 94) é próprio das esferas públicas a tomada de posição pró ou contra alguma coisa. Porém, normalmente, essas opiniões focalizadas são "enfeixadas" e transformadas em opinião pública. Pelos diálogos que se seguem, não dá para perceber que o DU, enquanto grupo, tenha formado uma opinião a respeito do assunto.

Dando prosseguimento ao debate, IgoMa diz não ter entendido qual a diferença entre pagar a um "flanelinha" ou a uma empresa terceirizada pelo uso de um espaço público. MisAn considerou boa a solução dos parquímetros, porém chama atenção para a falta de segurança. LuiTa diz que o parquímetro é uma ótima ideia, mas não acaba com o problema dos "flanelinhas".

> **IgoMa:** Me desculpa se não entendi direito, mas qual a diferença de se pagar a um flanelinha ou a uma empresa terceirizada pelo uso de um espaço público?
> Na minha opinião o que deviam acabar eram as vagas de estacionamento na rua e esse espaço ter outro fim.
>
> **MisAn:** Boa a solução dos paquimetros. Mata se a coelhada dos flanelinhas e o problema da ocupação dos carros nos centro. Pois a tarifa seria ajustada afim de permitir ou não maior uso do centro. Mas o problwma é a falta de seguranca aqui. Provavelmre os próprios flanelinhas tentariam vandalizar os equipamentos
>
> **LuiTa:** O parquímetro é uma ótima ideia, mas não acaba com os flanelinhas, assim como o Zona Azul não acaba.

Outros membros chegam para relatar suas experiências com “flanelinhas”, que via de regra envolvem ameaças aos motoristas. A maioria se sente intimidada com a atuação deles e são comuns relatos de extorsão e violência. Surgem vozes favoráveis e contrárias ao cadastramento.

> **IzaCa:** Cobranças antecipadas e ameaças. Deixo de sair, às vezes, para não enfrentar isso. Pra mim a CTTU é conivente porque a Globo já mostrou várias vezes esse abuso e nada foi feito. Um vergonha!
>
> **FabPa:** E o pior é que eles ameaçam os motoristas com agressões verbais e físicas, caso sejam contrariados. Esse é um assunto muito importante para a RMR. De fato, eles precisam ser registrados, treinados e monitorados em suas atividades.

Uma mais radical sugere a proibição do estacionamento em vias públicas em favor das ciclofaixas, o que acaba provocando o protesto de quem vai ao centro da cidade de automóvel. Mas também há quem apoie a ideia. Percebemos que *algumas opiniões começam a se dividir no grupo,* formando subgrupos ou panelinhas. Lembremos que na *rede de interações* do DU, envolvendo “curtidas” e comentários, foram identificadas 19 cliques.

> **BruBa:** Sem querer ser radical, mas já sendo: tem que proibir estacionar em via pública. Transformar essas vagas de zona azul em ciclofaixa. Os estabelecimentos que quiserem ofertar vaga a seus clientes, que o façam indoor.
>
> **IzaCa:** Bru, espero que você lembre que alguns profissionais carregam material de trabalho. Desloco-me a pé. Uso pouquíssimo o automóvel. E faço quando preciso carregar peso.
>
> **BruBa:** Não me oponho ao tráfego de automóveis. Só acho que para parar o carro, o motorista deve fazê-lo dentro do imóvel ou em estacionamento pagos.
>
> **IgoMa:** O Bru disse tudo.

Significa que a questão dos “flanelinhas” passa também pela questão do transporte público na RMR, considerado de péssima qualidade. Sem poder contar com um sistema eficiente, parte das pessoas que precisa se deslocar para o centro, seja para trabalhar, estudar ou fazer compras, acaba recorrendo ao automóvel. Neste sentido, as vagas públicas, ainda que

pertencentes ao sistema Zona Azul, tornam-se financeiramente mais interessantes do que os estacionamentos privados, que costumam cobrar caro pela hora. Na discussão, a questão dos parquímetros volta à tona, deixando claro que, para alguns, a solução não é tirar os carros da rua, bastaria cobrar mais caro. Uma solução de mercado.

> **PieLu:** À despeito da pilantragem deste pessoal, só não acabaram os flanelinhas porque ainda existe espeço [espaço] em via pública de graça. Em qualquer lugar civilizado parar na rua custa caro.
> No fundo, os flanelinhas apenas apresentam uma solução de mercado. Se há espaço para cobrança, eles chegaram lá e cobraram.
> Basta colocar parquímetro pagando por hora que essa turma some.

A discussão é encerrada dois comentários adiante, um de alguém que não acha que os "flanelinhas" são um problema e outro concordando com o fim dos estacionamentos públicos. Os comentadores apenas reforçaram a polarização observada anteriormente. Notamos que, assim como na política, *é difícil alcançar o consenso até mesmo em questões de mobilidade e ordenamento urbano*, temas que fazem parte da pauta do grupo.

Também não percebemos, nessa discussão, a ação comunicativa dos moderadores, nem mesmo para externar uma posição mais consolidada do grupo a respeito do assunto – se é que tal posição existe. Se existisse, considerando a visão habermasiana, o grupo teria força para pressionar o sistema político por uma solução para o problema. Lembremos que o debate se inicia com a ideia colocada por MisAn de elaborar propostas para serem apresentadas ao Ministério Público, a fim de cobrar soluções para o problema dos flanelinhas. A discussão se desenrola e é encerrada sem que nenhuma proposta seja de fato elaborada, discutida nem deliberada.

5.3.1.3 Hooters: entre o sexismo e o conservadorismo

O *post* de LuaWoM traz um *link* para o texto do *blog Arca – Articulação Combativa Antisexista* sobre a chegada ao Recife de uma unidade da Hooters, "rede internacional de restaurantes famosa por explorar sexualmente o corpo e a imagem das mulheres". A postagem, do dia 9 de novembro de 2014, despertou tanta polêmica que obteve 158 "curtidas" e 293 comentários, alguns bem longos – evidentemente, destacaremos aqui apenas os principais. Além da questão sexista atrelada à imagem da tal cadeia de restaurantes americana, pesou o fato de a unidade estar sendo instalada nos Armazéns do Porto, complexo gastronômico inaugurado no Bairro do Recife, centro histórico da cidade, considerado como "elitista", inclusive por muitos membros do DU.

> **LuaWoM:** Semana passada foi divulgado o lançamento de um restaurante no armazém 13 e a repercussão do post rendeu algumas polêmicas.
> A ARCA divulga sua posição sobre a chegada da rede de restaurantes Hooters na cidade e convoca demais grupos comprometidos com a luta feminista e antisexista a somar forças contra esta iniciativa e seus empresários e patrocinadores.
> http://espacaarca.noblogs.org/…/cidade-para-os-ricos-cidad…/

Os dois primeiros comentários, da mesma autora (MarMa), apenas destaca trechos do artigo do *blog*, tratando-os com ironia ("really?"). Entra em cena, então, TulAs, afirmando que o texto é sensacionalista e que distorce a realidade, embora não concorde com a proposta do restaurante. A autora do *post* dialoga com TulAs, argumentando que a análise é de nível estrutural. Como o *blog Arca* não identifica seus autores, não é possível saber se LuaWoM faz parte desse coletivo ou se foi ela mesma quem escreveu o texto do *blog*.

> **TulAs:** Acho que esse é um dos textos mais sensacionalista e com maior distorção de realidade que eu ja li. Não gosto da proposta do restaurante, mas falar que incentiva o turismo sexual e mascara a criação de subsídios estruturais para uma possível articulação de tráfico internacional de pessoas com fins de exploração sexual foi no mínimo muito exagerado.

> **LuaWoM:** Tul, a análise é de nível estrutural! quem conhece a realidade do tráfico de pessoas sabe que a principal porta de agenciamento se dá a partir de bares, boates e estabelecimentos que incentivam o consumo sexual.
> traficante de mulheres não buscam vítimas em universidades, fóruns ou praça pública.

O próximo comentário é de GeoCa que, de forma taxativa e intolerante, manda a autora do *post* abrir "sua cabeça cubana". "Cubana" aqui é utilizado como um adjetivo, uma espécie de sinônimo de "comunista paranóica-delirante". Outro é mais econômico na rejeição à postagem.

> **GeoCa:** Rapaz...digitei e apaguei textos aqui mais de 10 vezes. Mas vou falar so uma coisa, abra sua cabeça cubana
>
> **MarXa:** Eu, hein?
> Todo dia eu rezo...

A partir daí percebe-se que as opiniões se dividem bastante, entre os que são contra e os que são a favor do empreendimento. TheBraW diz que defende o direito de qualquer um frequentar locais como o Hooters, mas admite que o assunto se torna delicado quando se considera a realidade do Recife.

> **TheBraW:** Really kkkkkkkk E esta a ideia. Se nao, pq sensualizar tanto as mulheres se nao para expor como produtos. Cortesia da casa toda a visao caso vc resolva fazer uma refeicao e se embreagar por la. Aqui no Canada e assim, porem a fiscalizacao e absurdamente efetiva de forma q nunca vi assim em nenhum lugar do Recife. Alem do mais chega a ser uma piada propor tal coisa em um estado como dito: 5° mais perigoso para mulheres. E preciso ver a realidade social que vai ta convivendo com o empreendimento.

.

Neste momento, uma única voz feminina surge para apoiar a autora do *post*.

> **MarPaP:** Quem quiser veja as imagens associadas à marca no Google. Apenas mulheres, mulheres e mulheres. O que vende lá mesmo?

Todas as vozes seguintes são masculinas e tentam justificar a proposta do Hooters, embora nem todos se posicionem a favor do empreendimento.

> **FerPe:** As propagandas de cervejas também exploram a sensualidade feminina.
>
> **TheBrW:** Vdd Fer... Ate a Sandy, pra vc ver a que ponto chegamos kkkkkkkk
>
> **AraJe:** Vai ter muita menina querendo ser oprimida por esse capital opressor...

TheBraW concorda com FerPe em relação à exploração da sensualidade feminina na publicidade, declara-se contra essa exploração, mas acha que o que precisa ser debatido não é o estabelecimento em si, mas sua localização. No que MarMa, aquela que foi irônica no início, e JamFa concordam. Este último sugere que o local ideal seria a Avenida Sul, conhecida no Recife pelas boates de prostituição. A autora do *post*, no entanto, discorda afirmando que não há lugar ideal para exploração do corpo da mulher.

> **TheBrW:** Eu acho que se vamos nos apegar a exploracao da imagem femina, e como o FerPe falou, nos ja temos isso demais. Lojas de marca fazem isso o tempo todo. (...) Agr eu acho com ctz [certeza] que ali nao deveria ser o local para se estabelecer este tipo franquia. Acho que deviam usar para outras coisas mais familia coisas do tipo. Existem ai boates, nightclubs muito mais pesados que o Hooters.
>
> **MarMa:** "Agr eu acho com ctz que ali nao deveria ser o local para se estabelecer este tipo franquia. Acho que deviam usar para outras coisas mais familia coisas do tipo." Concordo com isso.
>
> **JamFa:** Achei apenas o local completamente inadequado para o estabelecimento. Ficaria interessante ali na Avenida Sul.
>
> **LuaWoM:** ser contra a exploração de mulheres baseado em argumentos cristãos e moralistas só mascara a violência machista e sofistica a opressão da hegemonia. Não existe lugar ideal para exploração do corpo feminino..

O debate, como já era de se esperar, não segue pacífico. CriLa, uma das administradoras do grupo à época, entra para tentar organizar a discussão, mas acaba gerando confusão. Ela lembra as regras do DU, que tem "moderação rigorosa", e proíbe "OFENSAS"[76]. MarXa ficou confuso sobre se, como membro do DU, deveria apoiar ou ser contra o Hooters. Questionou CriLa mas ficou sem resposta.

[76] Para descrição completa das regras de moderação do DU, ver https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/permalink/686678934763022/.

> **CriLa:** ATENÇÃO - antes que o tópico destoe novamente, como o anterior, atento que o grupo possui regras e que dentre elas há o respeito entre os membros, sempre: "O grupo é aberto, mas a moderação será rigorosa. Não é um lugar para propagandas, OFENSAS e para QUEM NÃO SABE DEBATER."
> e com atenção para o fato de que, antes de tudo, somos um grupo de esquerda. esse fato é disposto previamente na descrição do grupo, para ser observado antes da entrada (...)
> lembrando que o ingresso no grupo é de escolha pessoal e que a entrada no mesmo pressupõe que o membro concorda com as regras e pautas previamente divulgadas.
> sem "mimimi" conservador e reacionário depois.
>
> **MarXa:** Não entendi. Ser conservador é aceitar ou impedir o Hooters?
> (Pergunta sincera).

Para o leitor que acompanha a discussão a fala da moderadora também não deixa claro que, sendo o DU "um grupo de esquerda", os membros devem aceitar ou rejeitar a ideia de instalação de uma unidade do Hooters no Bairro do Recife. Na "pauta de esquerda" do grupo constam, por exemplo, a defesa da democracia, da diversidade, das minorias... Haveria no grupo algum espaço para a luta contra a exploração do corpo feminino, isto é, para questões caras ao feminismo?

A partir do diálogo acima algumas mulheres começam a entrar no debate para apoiar a autora do *post*. Uma critica a destinação dada pelo Estado àquela área do Bairro do Recife e outra é enfática ao afirmar que não cabe aos homens julgar o impacto de um empreendimento desse tipo, que reforça "os estigmas de mulher-brasileira-tipo-produto-exportação".

> **VanDeM:** Exageros a parte, há vários pontos acertivos no texto. Não vejo porque o Estado dá prioridade a um espaço voltado marjoritariamente a um público restrito, que vai utilizar o espaço por questões sexuais (sim!) e não para um público mais heterogêneo que poderia usurfruir de um serviço com outro tipo de destino.
>
> **MarEdO:** Primeiro: não cabe aos homens julgarem o impacto que um empreendimento desse trará para as mulheres da cidade. Não são vocês homens que tem seu corpo constantemente usado como produto, como coisa pública. Segundo: sim, um empreendimento desse tipo em uma área turística, símbolo da cidade, reforçará os estigmas de mulher-brasileira-tipo-produto-exportação.

A exceção fica por conta de MarMa, que desde o início é uma voz dissonante entre as mulheres que estão comentando o *post*. Ela acredita que há mulheres que gostam de se exibir

e que vão se identificar com o trabalho no Hooters. É confrontada por MarEdO, que responde afirmando que a exploração também é institucional.

> **MarMa:** Ainda não vi no texto onde é que uma mulher está sendo obrigada a trabalhar no Hooters. Com certeza por falta de emprego não é. Deixa eu contar uma coisinha a vocês, tem um monte de mulher que gosta sim de se exibir e que com certeza vai se identificar com o trabalho lá. Quem são vocês pra impedir isso? Cadê aquele discurso feminista de respeitar a liberdade de cada mulher? Se acha este tipo de estabelecimento repulsivo então não frequentem, é problema de vocês, mas tem gente que quer frequentar pela comida.
>
> **MarEdO:** Preguiça de mulher que não entende o feminismo. Sororidade mandou lembranças (e a noção de que uma escolha dessas não é intrínseca à mulher, uma vez que a exploração é institucional, também).

Os homens retrucam, porém sob diferentes óticas. Um não quer entrar em um "movimento anti bar erótico"; outro diz que já foi ao Hooters e não viu nada de mais; outro comparou o texto do *blog* a um editorial da revista *Veja*, só que ao contrário. Um quarto desafia a Arca a fazer piquete na frente de locais de prostituição.

> **MarPe:** Qual é a proposta? Fazer um movimento anti bar erótico??? É isso mesmo? Entramos numa seara perigosa ...
>
> **MarXa:** Eu já fui ao Hooters com minha namorada. Apesar dos shortinhos e camisetas justas, não vi nenhuma falta de respeito lá.
>
> **PieLu:** Esqueceram apenas de dizer que lá trabalha e frequenta quem quer.
> Aliás, este texto está digno de editorial da Veja, apenas invertendo a visão.
>
> **FelFaC:** Mermao! Quem escreveu esse texto nunca foi numa Hooters! Quem não conhece e ler o texto vai pensar q é um puteiro. Quero ver essa tal de ARCA ir fazer piquete na frente do sampa ou ninfas, quem sabe até uma campanha de conscientização na Conselheiro Aguiar! Quem escreveu esse texto quer mais é aparecer

No estilo "sem querer ser agressivo", chega alguém para sugerir que, neste caso, seria mais interessante contratar advogado e buscar a proposição de leis de proteção às mulheres. Mas, para propor leis de proteção às mulheres a um vereador ou deputado é preciso que haja um fórum onde o assunto seja discutido e deliberado, é preciso mostrar que a sociedade está

mobilizada em torno do tema. O comentador dá a entender que o DU não é lugar para discutir esse tipo de assunto, o que revela certa intolerância com determinadas pautas.

> **RicJrX:** se for pra tentar mudar algo é mais interessante contratar um advogado e falar com um vereador e deputado que tenha disposição para entrar com um projeto de lei que proteja as mulheres que são exploradas sexualmente pelas ruas de nosso país, não ficar batendo boca e tentando materializar entidades "machistas" que eu sinceramente não entendo... Por favor não tou querendo ser agressivo, só quero entender o teu motivo pra ficar discutindo isso aqui

Após outros tantos comentários polêmicos, CriLa (uma das administradoras) retorna e tenta analisar o tópico sob a ótica do DU em um longo comentário. Em suma, para justificar a pertinência do *post* (possivelmente em resposta a RicJrX), ela diz que o Hooters seria inadequado para o Bairro do Recife porque é um "bar típico dos estados unidos", isto é, nada diz sobre a cultura local aos turistas.

> **CriLa:** voltando sobre o hooters, assunto do tópico. analisando sob o recorte do grupo direitos urbanos e respeitando a sua pertinência temática:
> (...) o recife antigo (e adentrando pelos bairros de são josé, santo antônio, etc) é um dos maiores locais com potencial de exploração turística baseada no ponto forte da nossa história e da cultura da nossa cidade, com preservação de boa parte da nossa paisagem histórica e com grande potencial de foco na nossa identidade cultural (...)
> mas, parecendo uma enorme piada (como tantas outras no recife), o que se concede em pleno local de um dos maiores potenciais de exploração turística da nossa identidade cultural é a licença para o funcionamento de um estabelecimento que é um dos símbolos da cultura norte-americana. repetindo, porque é realmente surreal: em um dos pontos mais fortes de nossa identidade cultural na cidade, o que agora temos é um "bar típico dos estados unidos".
> oi?
> oi??
> oi???
> pois é, é isso mesmo. clap, clap, clap, clap... mais uma vez, parabéns à imensa "inteligência estratégica" da cidade do recife.

A discussão esquenta ainda mais e LuaWoM dispara dizendo que, estando em um grupo sobre direito à cidade, não tem "disposição para debater nestes pontos e neste nível". E se refere diretamente a RicJrX, que a acusou de estar sendo hipócrita por estar reclamando e "criando causo sobre um local privado". Mas ele retruca, afirmando que o DU não é um lugar "para discutir questões extremamente subjetivas sobre machismo, feminismo e etc." Ele

aconselha a autora do *post* virar política ou votar em alguém que represente seus ideais caso queira mudar essa "sociedade machista".

> **LuaWoM:** uma pessoa que está num grupo sobre direito a cidade - que luta por uma cidade para TODAS - e não entende o motivo de trazer questões anti-machistas aqui, sinceramente, não tenho disposição para debater nestes pontos e neste nível!!!!
> RicJr, por fim, deixe que as mulheres que estão se organizando contra este empreendimento escolham o que é mais interessante fazê-lo. entendo que suas sugestões devam partir do mais alto grau da boa intenção, mas carregada dos discursos liberais e machistas que vem junto
>
> **RicJX:** LuaWo considero o direitos urbanos um lugar pra discutir a utilização do espaço urbano da cidade do recife pra evitar o abuso das empreiteiras sobre as áreas que deviam ser de lazer e comércios de pequeno porte e etc. Não para discutir questões extremamente subjetivas sobre machismo, feminismo e etc., o lugar para garantir e fazer valer liberdades individuais é no congresso nacional e no stf não pegando briga no facebook por algo completamente irrelevante no grande esquema das coisas... (...) se quer uma mudança nessa "sociedade machista" vire política ou vote em alguém que represente seus ideais

Este entrevistado explica que ninguém gosta de exercer a função de moderador, mas que alguém tem que fazer o "serviço". Neste sentido, o respeito à opinião alheia parece fundamental, mas a pertinência do tema aparenta ser a maior preocupação dos moderadores, já que se não houver esse filtro a discussão desanda, abarcando assuntos que fogem à área de atuação do grupo.

> **ClaTaM:** não gosto desta função - ninguém gosta, na verdade, né!? dizer pras pessoas o óbvio - que devem se comportar como adultos, respeitando o outro - é de lascar. mas contribuo trocando ideias com os outros administradores. tipo: 'pegue leve aqui', "ignore aquele acolá e deixe a coisa morrer por ela mesma", por aí... algumas vezes precisamos ser mais duros, mas não sou do tipo que acha que devemos interferir em tudo. Contudo a observação a pertinencia temática do grupo deve ser tratada com um certo rigor, eu acho. senão a coisa descamba

A maioria dos comentários seguintes representa mais do mesmo e percebemos que muitos resvalam no senso comum. Mulheres como MarEdOG insistem que não cabe aos homens analisar nem julgar o impacto que a Hooters traz (colocando o "homem branco de classe média" no papel de opressor), e homens como PieLu dizendo que a atitude das que

querem protestar contra o empreendimento é “patrulha comportamental do pensamento alheio”, pois é homem branco de classe média e não trata mulher como propriedade.

Outros, como MarXa., continuam argumentando que se um lugar como o Hooters existe é porque existe demanda de mercado. Chegam até mesmo a questionar se a autora do *post* existe mesmo ou é *fake*, pondo em xeque a identidade de LuaWoM. A autora, obviamente, fica indignada.

> **PieLu:** Aliás...a autora do post existe ou é fake?
>
> **LuaWoM:** fake por que fake Pie, meu deus quanta tentativa de deslegitimação!

Outra administradora do DU intervém na conversa e avisa que a moderação está excluindo comentários que infringem as regras ao utilizar linguagem abusiva, misógina e machista. Significa que foram feitos muito mais do que os 293 comentários assinalados e que dá para imaginar o baixo nível daqueles que foram apagados.

> **AnaPaP:** Avisando geral aqui que a moderação está excluindo todos os comentários que ferem as regras de moderação com relação ao uso de linguagem abusiva e, no caso específico, misógina e machista. Infelizmente, a discussão aqui está tomando rumos que fogem muito dos propósitos do grupo. Agradecemos pela compreensão.

Em alguns casos, os moderadores pedem publicamente que alguém apague os comentários, o que não deixa de ser um constrangimento. No caso deste *post*, EriAn pede que MarXa apague “comentários ofensivos e/ou gracinhas”. Ele não entende e pergunta qual foi o comentário de intolerância que fez, mas fica sem resposta.

> **EriAn:** Bom dia! Sou um dos moderadores do DU e peço que MarXa apague comentários ofensivos e/ou gracinhas que não contribuem para a discussão. Esse tipo de atitude além de ferir as regras básicas de uma discussão saudável poluem o debate. Não toleramos a intolerância manifestada em comentários ofensivos como alguns dos que foram feitos por ti.
>
> **MarXa:** EriAn, qual foi o comentário de intolerância que fiz? O exemplo quanto ao beijo gay? Pode ficar tranquilo que não me oponho à liberdade de ninguém, principalmente dos gays, não tenho ABSOLUTAMENTE NADA CONTRA, mesmo!

Fica evidente que vários membros entram na discussão sem se dar ao trabalho de ler os comentários anteriores e acabam "batendo nas mesmas teclas". Isso deixa o debate cansativo, inclusive para os moderadores, como este observou em entrevista:

> **LeoCi:** o problema é que a cada leva de novos membros muita discussão já "resolvida" acaba voltando. melhor dizendo, tem muito mal entendido que é recorrente e isso vai enchendo um pouco..

Enfim, as interações verificadas nesse *post* mostram mais uma vez que as discussões no DU estão longe de serem pacíficas... Pelo contrário, *o debate costuma ser bastante tenso e acirrado*. Mostram que os membros têm suas opiniões formadas, que são intolerantes em relação a determinados temas e que nem sempre seguem a linha ideológica do grupo que, aliás, nem sempre fica clara. Chegam "ao nível de falar do sovaco cabeludo dos outros", como pontuou EveGa, indicando que o debate já teria se esgotado, chamando a atenção dos moderadores.

> **EveGa:** Chegamos ao nível de falar do sovaco cabeludo dos outros. Acho que já descambou e a moderação tem que ficar de olho.

As tensões são muitas, piadas surgem. Membro do DU deve apoiar ou rechaçar um empreendimento como o Hooters? E se rechaçar, será que é porque se refere a um empreendimento que trata a mulher como um objeto sexual a serviço do homem ou porque, sendo tipicamente norte-americano, está equivocadamente inserido em um local turístico como o Bairro do Recife? Talvez no bairro de Boa Viagem fosse mais apropriado?

Apesar do esforço comunicativo empreendido por alguns moderadores para tentar sempre trazer o debate para a questão urbana, não faltaram acusações de que quem critica o Hooters está na verdade fazendo um discurso puritano. Foram cinco dias de debates! *Encontrar o consenso em meio a vozes tão dissonantes, em um grupo grande e extremamente heterogêneo, parece, em princípio, uma tarefa impossível.*

Também fica a impressão de que os debates começam e terminam sem que a discussão tenha um fim prático, origine uma proposta ou encaminhamento. O que o DU faz com esses debates? Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a finalidade do grupo, como colocada na descrição da página do Facebook, é “discutir não só os problemas, mas também ideias, propostas, novos rumos”. Cadê as propostas? O DU, por ser uma esfera pública, está se eximindo de tomar decisões, deixando-as apenas para as instituições? “As estruturas comunicacionais da esfera pública *aliviam* o público da tarefa de tomar decisões; as decisões proteladas continuam reservadas a instituições que tomam resoluções”, diz Habermas (1997, p. 93-94). Como no *post* anterior sobre a questão dos “flanelinhas” (item 5.3.1.2), nesse também não houve encaminhamento.

Ora, só o fortalecimento da sociedade civil e suas instituições permite um espaço público mais democrático – o que, a nosso ver, passa necessariamente pelo modelo deliberativo de democracia, proposto por Habermas, que põe ênfase nas relações intersubjetivas, na esfera pública e implica em participação política. De todo modo, há algo importante nessas discussões, ainda que não impliquem na tomada de decisões ou encaminhamentos, isto é, algo que está além do fim prático: a formação de opinião.

5.3.1.4 Fila “interminável” de carros no #OcupeEstelita

A quarta e última postagem que analisamos tem o detalhe curioso de ter sido publicada por um não membro do DU. Em 18 de novembro de 2014, dois dias após a realização do #Ocupão, OdoRo escreve um texto provocativo no qual questiona o discurso e a prática dos membros do grupo. A postagem recebeu 19 “curtidas” e 103 comentários.

> **OdoRo:** Será que só eu vi uma fila interminável de carros estacionados la no Estelita no último domingo? Desde Cinco Pontas até o viaduto Cabanga, onde embaixo tinha mais carro ainda... O pessoal prega o uso do transporte coletivo e o uso da bike, até porque é domingo e os ônibus tem menos gente... Mas, casa de ferreiro, espeto de

> pau... o que vi mesmo foi uma elite branca moradora dos trigésimos andares do nosso Recife... ☹
> Ah... foi apenas a impressão que tive... sei que lá tinha muita gente comprometida realmente com o Recife, e não apenas aqueles que só aproveitaram o momento, a companhia e o lugar pra se divertirem - o que não é ruim, diga-se de passagem...

Esse tipo de crítica foi bastante frequente durante os dias do #Ocupaço. Integrantes do movimento Ocupe Estelita foram tachados de desocupados, “elite de Casa Forte”, “filhinhos de papai”. Muitos criticaram a ocupação dizendo se tratar de uma “baderna”, que as pessoas compareciam ao local apenas para fumar, beber, encontrar amigos e ouvir música, sem de fato se importarem com os reais motivos da ocupação (luta pela democratização do espaço público, não à especulação imobiliária etc.). Para parecer socialmente engajado ou politicamente correto.

Seguindo esse raciocínio, é como se os membros do DU devessem se abster de utilizar automóvel porque lutam pelo transporte público de qualidade e pela intermodalidade, pois a ideia seria defender o uso do ônibus e, sobretudo, da bicicleta como principal meio de transporte, porque não polui o meio ambiente, não causa engarrafamentos etc. Qualquer atitude diferente soaria como incoerência, daí à crítica à grande quantidade de carros estacionados ao longo do Cais José Estelita no dia do evento. É bom lembrar que em pesquisa anterior (BATISTA & FELIX, 2013), citada no capítulo 1, 34,2% dos membros do DU afirmaram se locomover de automóvel particular e apenas 5% afirmaram utilizar a bicicleta como principal meio de transporte diário (Tabela 3).

A referência que o autor faz aos “trigésimos andares” é uma forma de dizer que os ativistas do DU são filhos da “elite branca”, estudantes desocupados, moradores dos arranha-céus de bairros ricos como Casa Forte, que vão aos protestos de carro e com roupas de grife porque “está na moda ser cabeça”, apenas para se divertir. É uma provocação forte, assim como é forte o teor dos comentários feitos à publicação.

O debate começa com alguém dizendo que foi e voltou de ônibus. Outra tenta argumentar que muita gente foi de carro, mas muitos compareceram de ônibus, táxi, bicicleta. E afirma, de forma incisiva, que o fato de muitos morarem em apartamentos e serem "elite branca" não invalida a luta por uma gestão democrática de cidade. O primeiro completa dizendo que quem só viu "elite branca" é porque não prestou atenção.

> **EnoCa:** Fui de ônibus. Voltei de ônibus. Foi massa.
>
> **NadGrF:** Muita gente foi de carro próprio, outros tantos de bici, outros de taxi(eu) outros de ônibus, alguns andando. Intermodalidade e é por isso que brigamos, pela integração de vários modais. Muitos moram em aptos, outros em casa (eu) mas não invalida a luta de que está no apartamento. Elite branca rs no nosso universo misturado - uso misto mesmo não vou nem comentar. E muitos pertencem classe média SIM e daí?
>
> **EnoCa:** Se você viu uma "elite branca moradora dos trigésimos andares" você não prestou atenção. Viu?

Este *post* é interessante porque mostra com mais clareza ainda como *os membros se articulam entre si para apoiar o discurso do outro*, principalmente quando é preciso defender o grupo. LucAl chega para perguntar se só ele viu muito mais gente do que carro. EnoCa argumenta que havia até uma oficina improvisada de *bike* no local e posta uma foto, atuando conjuntamente com LucAl para desconstruir o discurso de OdoRo. NadGrF menciona LucAl e reforça o discurso. Até que surge alguém que não se identifica como "elite branca", dizendo-se negro e morador de bairro periférico. LuzCa apoia e questiona por que o autor do *post* não vende seu automóvel.

> **LucAl:** Só eu que vi muito mais gente do que carro?
>
> **EnoCa:** Um dos polos tinha até oficina improvisada pra bikes, olha:
>
> **NadGrF:** Luc eu também vi muito mais gente e gente na rua e interagindo e feliz do que todos os dias e do que carros... mesmo ali sendo uma passagem
>
> **IsaAr:** Ao menos existe uma elite preocupada com o bem de todos e que deseja que todos tenham os mesmo direitos, se não usam os tranportes alternativos como deveriam deve ser pela falta de estrutura pra isso, temos que lembrar que estamos

> longe de ser uma holanda. Só pra esclarecer, não sou parte dessa elite, sou negro, moro em torrões, não tenho carro, mas entendo perfeitamente a resistência daqueles que ainda usam o carro.
>
> **LuzCa:** Perfeito IsaAr! Sem mais comentários..Oh OdoRo sei que vc tem carro, pq não vendes? rsrs

CezMa também chega para justificar o uso do automóvel. No seu encalço vem LeoCi, que volta afirmando ter "uma besteirada nessa provocação aí" – uma forma de desqualificar seus opositores. Segundo ele, mesmo que o carro fosse utilizado maciçamente pelos integrantes do Ocupe Estelita, ainda assim a luta por uma cidade com menos carro estaria justificada. No que LuzCa endossa. O autor do *post* diz que esse tipo de atitude é uma incoerência e assume que se trata, de fato, de uma provocação.

> **CezMa:** Odo. Eram 6000 pessoas. Quantos carros tinham? Pq todos sabemos que a cidade impõe mil barreiras para o uso de outros modais, e algumas pessoas nem cogitam usar outros modais. Encaro esse teu comentário como uma provocação, principalmente em relação ao ônibus. A não ser quem fosse levar muitas coisas, convido os outros a no próximo usarem os aplicativos disponíveis e irem de ônibus. Não se arrependerão.
>
> **LeoCi:** agora, tem uma besteirada nessa provocação aí. Mesmo que, por hipótese, as pessoas do OCupe usassem o carro maciçamente, caberia lutar por uma cidade que permitisse usa-lo menos ou viver livre dele. A pessoa pode não ter coragem de pedalar na rua e isso seria justamente um motivo para lutar por ciclovias e assim por diante. Então, além da pretensão de ficar apontando o dedo pros outros, tá apontando uma incoerência que não existe..
>
> **LuzCa:** LeoCi eu mesmo sonho com o dia de trabalhar de bike! Mas não tenho coragem pela falta de respeito que vejo dos motoristas e a falta de tudo nas ruas do Recife. Só tenho uma vida nessa vida..sinto muito.
>
> **OdoRo:** É uma cidade dirigida por gente incoerente, LeoCi... incoerência é até algo natural... mas de fato foi uma provocação sim, CezMa, mas uma provocação saudável... afinal, muitos lá não querem oa espigões que enfeiam e aquecem e superpopulam e congedtionam e etc... mas moram em espigões... É aquela coisa: não quero mais espigões, já basta o meu...

Esse jogo de um endossar o outro, para fortalecer o discurso, é bastante comum na página do grupo do Facebook. *Através das falas também descobrimos o que cada um pensa que é a "luta" do DU, o que o grupo, de fato, defende.* Ideia que parece estar bastante clara na mente dos administradores, mas não dos membros em geral. Em Simmel (2006, p. 34), o

grupo está convencido de sua orientação, sabe quem é amigo, quem é inimigo. Mas no DU, talvez por ser um grupo tão grande, heterogêneo e altamente fragmentado, essa percepção parece não atingir a maioria.

Apesar disso, percebemos que, através do dissenso, o grupo tem a oportunidade de elaborar sua identidade e forjar lideranças, que são aquelas pessoas capazes de enxergar os fatos e as discussões em perspectiva.

Prosseguindo, RafSo adiciona uma pitada de humor irônico ao debate, afirmando que, se sai ou se fica em casa, "A elite branca é um problemão". LucAl reaparece em seguida num tom mais conciliador, afirmando que o problema não é o prédio em si, mas o tipo de construção e o lugar.

> **RafSo:** Quer dizer que a elite branca moradora de prédios deve ficar em casa? Se a elite branca não sai, é um problema. Se a elite branca sai, é outro problema. A elite branca é um problemão. (seja lá o que for essa elite branca)
>
> **LucAl:** Odo, em geral as pessoas aqui não são contra prédio em si. O tipo de construção e o lugar é que estão errados.

Seguem-se diversos comentários. Muitos falam que as pessoas moram em prédios altos porque não têm opção; que o acesso ao Cais José Estelita via transporte público é ruim; outros tantos relatam que foram de *bike* e moram numa casa; que não se pode "vilanizar" os motoristas; que é legítimo filhos da elite brigarem por uma cidade melhor para todos; que OdoRo reclama mas nunca foi ao Estelita (ele diz que foi)...

É interessante observar como os membros do DU lidam com as críticas... FabPa acha que a crítica de OdoRo não é construtiva. Por que não seria? E aí surge a primeira voz dissonante. RenFe é o primeiro a concordar com o autor do *post* e sugere aos demais um exercício de reflexão. Na sua opinião, seria mais proveitoso fazer horta, bioconstrução de fogão de barro, decoração de ambientes etc., do que ficar bebendo e assistindo a shows durante os ocupes.

> **FabPa:** Essa postura não soma em nada o DU. Uma crítica construtiva é sempre útil mas uma crítica destrutiva só serve para ser jogada no lixo. Nesse caso, não são os meios que são importantes e sim os fins. O nosso objetivo final deve ser colocado em primeiro plano. E, ao meu ver, a construção dessa polêmica é desnecessária para o nosso grupo.
>
> **RenFe:** EU CONCORDO COM O ODO EM NÚMERO, GÊNERO E GRAU!!!! o que um trabalhador pensaria ao passar pelo estelita domingo? façam um exercício de reflexão... quem iria queimar seu dia de descanso pra ficar la em pe vendo show, bebendo, tomando banho de piscina, etc etc etc.... as intervenções tem de ser repensadas de forma a somar com as pessoas dos bairros circunvizinhos, são josé, cabanga, coque, coelhos, santo antonio, joana bezerra, etc etc etc.... fazer horta, bioconstrução de fogão de barro, decoração de ambientes (raspar, passar a base branca, pintar, enfim atividades), etc etc etc...

A reflexão sugerida, na verdade, já está sendo feita ao longo da discussão, não se sabe se consciente ou inconscientemente. *A ferida foi aberta*. Para quem está aberto ao diálogo e à autocrítica, o *post* de OdoRo representa uma oportunidade de repensar as práticas do grupo. E começam a surgir outros depoimentos. LeoCa, por exemplo, nos transporta para uma outra realidade, a das periferias. Diz que o Recife não é apenas Boa Viagem, Espinheiro, Aflitos, Torre, Madalena e Casa Forte, bairros considerados "nobres".

> **LeoCa:** Horrivel eh nao ter onibus nos fins de semana por que o bairro considerado de classe baixa ou periferia nao apresenta segurança para deixa-los rodar; horrivel eh nao morar em bairros arborizados e bem cuidados e seguros com cones de proteção que vai lhe dar segurança para andar de bike; horrível é não ter outra opção senao utilizar o transporte individual. Eu só vejo defender transporte público os que não utilizam o transporte público.
>
> **LeoCa:** Recife não é apenas boa viagem, espinheiro, aflitos, torre, madalena, casa forte e imediações

Se é tão problemático conviver com o dissenso, com a crítica, conviver com mal-entendidos parece ser tão complicado quanto. Principalmente quando não se sabe se a pessoa está comentando o conteúdo da postagem ou algum comentário anterior. E comentários deslocados (em relação ao tempo da conversa) também vão surgindo. Significa que *se uma pessoa não acompanha o fluxo, dificilmente entenderá o conjunto da discussão*. Quando a interação não é simultânea e mediada por computador, como argumenta Thompson (1998), há

sempre a possibilidade maior de ruído que dificulta o entendimento da mensagem, devido à ausência de expressões faciais, tonalidade de voz etc.

> **TucMo:** A pessoa tentando se chegar e é julgada pelo tom de pele. Daí vai embora pra casa vestir a carapuça de ativista de sofá. Difíciu, viu!
>
> **LuzCa:** nao entendi o comentário da TucMo
>
> **VinSa:** que nivel de cretinice esse cara, hein? é um "caça-incoerência", aquele cara que jura que é esperto e jura que "fomenta debates". haja cunhão
>
> **TucMo:** Ainda é sobre o post e não sobre os comentários, Luz. Sobre achar ruim que pessoas queiram se aproximar do movimento pra entender qual é. Só isso.
>
> **LuzCa:** Ah certo.Desculpe não ter entendido..
>
> **OdoRo:** Vin, cretino é VOCÊ! Meça suas palavras... Ninguém aqui ta procurando briga... Se VC acha ruim não participe... Mas náo venha esculhambar...
>
> **OdoRo:** Eu também não entendi seu comentário, TucMo... Fiquei voando...

Dá a impressão de que TucMi disse algo antes e foi "julgada" por alguém do grupo, mas não há registro de comentário anterior, nem de resposta dirigida a ela. Na sequência acima temos uma confusão armada, porque VinSa entra no meio da conversa para xingar o autor do *post*, OdoRo responde e em seguida afirma que também não entendeu a colocação de TucMo. Numa espécie de parêntese, LeoCi desabafa sugerindo que há outras coisas mais importantes para se debater. Outro administrador tenta moderar o tom e é apoiado por LuzCa. PabVa acha que a discussão não vai levar a nada e, mais radical, sugere que o *post* seja deletado.

> **LeoCi:** Putz.. uma audiência sobre a Vila Naval rolando AMANHÃ, a gente tendo a chance de barrar um novo Estelita no nascedouro, e a galera alimentando essa falsa polêmica...
>
> **ClaTaM:** Ei, bora parando aí! Ofensas pessoais, de jeito maneira, aqui, por favor. Vinicius, vc pode melhorar sua forma de criticar.
>
> **LuzCa:** É pessoal, é feio ofensas mútuas..vamos debater com respeito.

> **PabVa:** Honestamente, esse post já deu umas cem voltas ao redor do nada. Tá na hora do delete.

Durante a observação captei diversos momentos em que *posts* foram apagados e o autor vem a público reclamar do que considerou uma "arbitrariedade" da moderação. Vez por outra, isso rende discussões acaloradas entre os moderadores, como é revelado neste trecho de entrevista:

> **LeoCi:** tem um bocadinho de coisa apagada. na verdade, tem coisa que a gente apaga e nem comenta com os outros, como propaganda.. agora tem os casos que requerem uma discussão da moderação e aí sempre rende. tem gente que entende e tira sozinho. como regra geral, a gente tenta dar uma advertência antes e apagar na insistência. como regra geral, nem sempre observada, a gente dá print antes de apagar.

De volta à discussão, percebemos que TucMo retorna para se explicar, afirmando que as "ovelhas negras das elites brancas" acabam levando "pro almoço de domingo" as demandas do movimento (sugerindo que tais demandas ajudam a formar opinião). VinSa decide pedir desculpas, embora não ache que escreveu algo ofensivo. E afirma estar incomodado com o nível da discussão porque é "apaixonado" pelo movimento e prefere se ater ao que une as pessoas, não ao que as separa. OdoRo dialoga com TucMo sobre essa questão de "elite branca".

> **TucMo:** Caro, Odo, deixa eu ver se consigo me fazer entender. Essas "ovelhas negras" das elites brancas, que se interessam pelo movimento apesar de, em tese, não precisar lutar por muita coisa, bem ou mal, levam pro almoço de domingo um pouco das demandas do movimento. Informações que dificilmente chegariam às pessoas dessas classes. Isso, na minha opinião, ajuda a divulgar a causa..
>
> **VinSa:** peço desculpas aos que acharam ofensivo o que escrevi, inclusive ao caça-incoerências, apesar de achar que cretino nem é uma palavra tão pesada assim. só me incomodou o nível da discussão. sou apaixonado por esse movimento, como a maioria aqui.
>
> **OdoRo:** Cara Tuc... Eu sou mestiço brasileiro, com sangue paraibano, nascido no Rio de Janeiro e radicado em Pernambuco. Sou policial, fui militar por 10 anos, sou de família humilde. Não sou contra o movimento Estelita, nem contra qualquer outro que

> promova uma cidade melhor. Estou nos requisitos? Eu náo saí chamando ninguém de ativista de sofá... (...) Fica na paz... Abraço!
>
> **VinSa:** tranquilo, Odo. é a paixão e o ímpeto e a falta de paciência com algumas coisas. imagino que tenhamos a mesma percepção em relação ao projeto novo recife, então vamos nos ater ao que nos une. grande abraço.
>
> **OdoRo:** Vin... A discussão tava numa boa... E náo sei o que pra VC pode ser ofensivo... Apenas palavras de calão? (...) E se VC acha que errou, pode pedir desculpas a mim mesmo... Eu náo tenho problemas em reconhecer meu erro, por haver cedido à sua provocação - a meu ver, injusta... E por isso, peço desculpas. Fica na paz!

Como sabemos, os assuntos vão e voltam na mesma discussão. Gente que entra no meio do debate acaba repetindo discursos anteriores e mesmo repetindo ofensas, como IvaDr. Ela compara OdoRo a pessoas que pregam que socialistas devem doar seus bens... OdoRo diz concordar “em muita coisa”, mas reafirma que, na sua opinião, antes de amar o Estelita, as pessoas deveriam amar o Recife. ClaTaM tenta explicar que o Estelita virou um ícone da luta pela cidade de forma mais ampla, isto é, vai além do projeto Novo Recife.

> **IvaDr:** Que comentário uó...
> Parece com a galera que diz: “ Se diz socialista? Doe seus bens ”
> Vamos lá...Querido Odo, não faço parte da elite branca a qual vc se referiu, moro nos morros da zona norte e faço parte do #OcupeEstelita. Fui ao Cais no domingo de moto \0/ é de moto... pq não de bicicleta, Iva? Vc está sendo incoerente....
>
> **OdoRo:** Iva concordo em muita coisa contigo... Mesmo sendo chamado de incoerente, etc... Só discordo de uma coisa... Antes de amar o Ocupe Estelita, acho que deveriamos amar o Recife... Abraço!
>
> **ClaTaM:** Odo, aí é que tu ainda não entendeu: o Estelita é tudo isso que temos discutido há quase 3 anos, inclusive, sobre mobilidade - o debate posto aqui e tão bem encaminhado pelos que comentaram. O Estelita é sobre o Recife.

Depois disso a discussão caminha perceptivelmente para um esgotamento. Os comentários vão se repetindo. AndLuF aparece quase no fim para dizer, dialogando com FerMe, que já tinha levantado essa bola, isto é, que previu que as pessoas iriam falar da quantidade de carros no Estelita. Significa que essa preocupação já estava presente entre os membros do DU.

> **AndLuF:** FerMe, eu não te disse que iam levantar esse argumento e sequer pensar como o acesso ao estelita é problemático e limitado por causa, exatamente, de um modelo de sociedade que o DU combate?

Um dos últimos a comentar é EweOl, lembrando que essa discussão já tinha ocorrido no grupo e que houve muito aborrecimento. Mas a repetição também é, em muitos casos, uma forma de reafirmar o *ethos* do grupo. A insistência de alguns argumentos hegemônicos é importante para a consolidação desse *ethos*. Com isso queremos dizer que a repetição não é apenas um problema técnico, causado pelo ruído.

> **EweOl:** Já rolou esse tipo de discussão aqui no grupo e só houve estresse, me aborreci de forma desnecessária e não mais critico quem foi ao Estelita de carro. Das vezes que fui ao Estelita fui de ônibus, mas não vou negar que o acesso àquela área por meio de busão é precário mesmo.

Percebemos, a partir dessa análise, que não é fácil lidar com vozes ora concordantes ora discordantes em um grupo heterogêneo e plural como o DU, por mais que haja uma "pauta de esquerda" a seguir, e que o debate só flui de forma satisfatória quando há tolerância, compreensão e respeito pela opinião alheia. É quando o fato do DU ser um grupo tão grande é considerado algo desafiador, "uma faca de dois gumes" – ao mesmo tempo em que dá visibilidade e força política ao grupo, agrega mais conhecimento e experiência, também cresce o número de *trolls*, de perfis *fakes* e de pessoas que não têm noção do que estão fazendo ali, dando mais trabalho à moderação, como diz esta entrevistada:

> **AnaPaP:** [É] Desafiador. Uma faca de dois gumes: nos dá visibilidade e força política, agrega mais conhecimento e experiência, mas amplia também a diversidade dos membros e, com isso, o trabalho de moderação. Entra muita gente que não sabe exatamente o que fazer ali e com pouca disposição para aprender, cresce o número de trolls, nossos adversários também entram, enfim... é mais complexo, mas é o preço da boa luta...

A moderação, enquanto processo simbolicamente mediado, busca dar ênfase ao que une os membros do DU. Segundo Maffesoli (2006), a partilha de valores, de lugares ou de ideais teria um aspecto “coesivo”. Os agrupamentos contemporâneos seriam, para este autor, guiados pelo sentir em comum, o laço coletivo e pelo *costume*, entendido como o conjunto dos usos comuns associados a um determinado conjunto social. No caso do DU, esses usos comuns tanto podem ser os valores assumidos pelo grupo quanto as regras da moderação, que envolvem o entendimento do que é o próprio grupo, o que ele representa e como a pessoa precisa se comportar para ajudar a produzir um “bom debate”.

5.4 A produção de mudanças fora da tela

Percebemos que o DU funciona bem como espaço de discussão, mas não é um espaço propriamente deliberativo, isto é, um lugar no qual se toma decisões após as pessoas discutirem sobre determinados temas. As decisões são tomadas em outros lugares – em encontros face a face e através de mensagens que são trocadas de forma reservada pelos administradores. *Este é o segundo indicativo de que só a ferramenta de grupos oferecida pelo Facebook é insuficiente para as atividades do DU*, especialmente aquelas que envolvem a tomada de decisões.

Assim, faz-se necessária uma alternância entre o *espaço de fluxos* e o *espaço de lugares* (CASTELLS, 1999), isto é, a utilização da internet e também de encontros face a face, de forma complementar. É desta forma que o DU é percebido como uma comunidade, em suas dimensões on e off-line, como avalia este entrevistado:

> **LeoCi:** [o DU] é uma comunidade, mas aí não exatamente o DU-espaço-de-discussão-no-facebook e sim o movimento como um todo, nas suas dimensões online e offline. tem uma troca de vivência e de conhecimento que é fundamental..

Os encontros presenciais realizados pelo DU têm o objetivo de aproximar as pessoas e discutir ações e formas de organização. Embora eles não tenham sido incluídos na pesquisa de campo, é importante que sejam citados. O primeiro deles foi "Do sofá pra rua: roda de diálogos", realizado em 10 de outubro de 2013 no Parque 13 de Maio, Centro do Recife. Segundo relato[77], na ocasião foram feitas sugestões, definidos métodos para a proposição de ações e organização do grupo e foram dados informes acerca da agenda política daquele momento. Depois desse encontro foram realizadas as "ágoras" "Um futuro para a Torre" (9 de novembro de 2013, na quadra de futebol da Avenida Beira Rio, Bairro da Torre)[78] e "DU na praça – Do sofá para a rua de novo!!" (10 de novembro de 2013, na Praça da República, Centro do Recife)[79]. Por fim, registramos o evento "Direitos Urbanos: Retrospectiva 2014 – Expectativa 2015", realizado em 10 de janeiro de 2015 na Praça do Arsenal, Bairro do Recife, para marcar os mil dias desde o primeiro #OcupeEstelita.

Além desses encontros, os moderadores conversam permanentemente para deliberar sobre as ações do grupo, como os ocupes.

> **LeoCi:** tem conversa permanente dos moderadores. algumas ações são articuladas em grupos fechados antes de sair pro mundo, como os Ocupes, p.ex.

O depoimento acima mostra que as decisões são tomadas em "grupos fechados", sugerindo que, por mais que se coloque como uma comunidade horizontal, existe, sim, hierarquia dentro do DU. A análise das quatro redes sociais que estudamos, é bom recordar, revelou graus significativos de centralidade.

Também percebemos, em alguns depoimentos, que existe uma tensão entre o que é discutir em um fórum virtual e conseguir tirar as ideias da tela. Ou seja, conseguir influir

[77] https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/10/11/relato-da-roda-de-dialogo-de-10102013-no-parque-13-de-maio/
[78] https://www.facebook.com/events/1402192010018335/.
[79] https://www.facebook.com/events/543147802436397/.

concretamente no cotidiano da cidade, para além do Facebook – uma dificuldade de articular os movimentos fora da tela. Neste sentido, o ingresso de ações na Justiça e pedidos de informações junto a órgãos públicos são considerados avanços.

> **NadGrF:** acho que ainda nao sabemos articular bem os movintos [movimentos] fora da tela...mas de qualquer forma ja articulamos bem açoes na justiça, pedidos de informaçoes.

Mas o DU, como sabemos, conseguiu ir muito mais além do que a articulação de ações na Justiça e pedidos de informação. Essas iniciativas geraram resultados concretos. Entre as principais conquistas do grupo são mencionados o impedimento da construção dos viadutos da Avenida Agamenon Magalhães; o atraso na construção do projeto Novo Recife; o tombamento da Fábrica da Torre; a discussão sobre o tombamento do casario do bairro da Boa Vista; e a conscientização das pessoas sobre o seu direito à cidade.

> **AnaPaP:** Impedir a construção dos viadutos da agamenon e esse pequeno atraso de quase três anos nas obras do NR [Novo Recife]
>
> **ClaTaM:** a mobilização do du conseguiu evitar os viadutos na agamenom. tombamos a fábrica da torre e fizemos com que o projeto de lei que tomba a boa vista se consagrasse. mas, pra mim, a maior conquista, até agora, é estarmos colocando o poder público e o capital imobiliário contra a parede nestes quase tres anos.

O caso do Cais José Estelita é emblemático porque, apesar de terem sido 50 dias de ocupação, não houve (ainda) vitória. E são as vitórias que dão "o gosto pelo empoderamento", isto é, evidencia o poder da mobilização e dá sentido à luta, como bem coloca este entrevistado:

> **ClaTaM:** eu sempre quis que estivéssemos nos manifestando nas ruas. conseguíssemos contagiar para além do face, outras pessoas, outras classes scociais, outras comunidades. meu desejo se materializou com o Moviemento#OcupeEstelita. mas ainda estamos muito no começo. não! eu não sinto que alcançamos nada ainda. primeiro eu quero vencer o caso Estelita. quero muito!!! acredito que só uma vitória como esta pode solidificar o gosto pelo empoderamento. o DU contabiliza algumas vitórias sim. o #MOE ainda não...

O #OcupeEstelita é um desses exemplos de ocupação do espaço urbano como forma de reivindicar a própria cidade de que nos fala Castells (2013, p. 15-16), formando o que o autor chama de “redes de indignação e esperança”. Assim, mesmo para quem está longe, o movimento representa a esperança de que, com pressão e participação popular, as coisas no Recife podem ser diferentes.

> **LucLo:** O #OE é a maneira melhor de trazer, para a cidadania, a discussão sobre a cidade. Principalmente sabedores que somos, que o poder público busca desvincular-se da população. Isso, não só em Recife e não somente no Brasil. Onde o poder público interage, é porque há uma participação social intensa. (...) A contribuição do #OE é chamar a atenção geral

O depoimento abaixo, por sua vez, destaca que o DU traz a possibilidade de “sair da mera discussão” e provocar mudanças ainda que seja apenas no modo de vida das pessoas. Há, portanto, uma percepção de ganho de uma maior consciência, que podemos chamar de “consciência cidadã” – como alguém, por exemplo, que passa a andar de bicicleta como forma de contribuir para a melhoria do ambiente urbano. Participação política como exercício da cidadania. Como bem coloca Castells (2008, p. 80), os movimentos sociais urbanos acabam sempre produzindo algum significado não apenas para os atores sociais envolvidos, mas para toda a comunidade.

> **LeoCi:** este debate sobre a cidade tem essa possibilidade de virar realidade, de sair da mera discussão, de mudar alguma coisa, nem que seja, por baixo, sua vivência da cidade (passar a andar de bicicleta, p.ex).. não tou nem falando de resultados políticos palpáveis, mas até mesmo poder se juntar numa praça para discutir a cidade..
>
> **MarSo:** [o principal ganho foi] Trazer a consciência das pessoas que elas têm o direito à cidade e de decidir os caminhos para ela, mesmo que a aliança poder público iniciativa privada seja contra.

No depoimento a seguir, a entrevistada relata que seus comportamentos mudaram após o ingresso no DU. Deixou, por exemplo, de estacionar em calçadas como forma de não

obstruir a circulação de pedestres, deixando inclusive de frequentar um estabelecimento comercial cuja área de estacionamento estaria invadindo a calçada.

> **NadGrF:** o olhar da cidade e comportamentos meus que mudaram. por exemplo... hoje eu nao vou mais a padaria do espinheiro rsrsrs o estacionamento deixa o carro com a bunda na calçada. antes eu ia sem sentir isso. (...) estacionar na calçada NUNCA MAIS...

Segundo Fontes (2012), os movimentos populares atuam justamente criando e consolidando a democracia, processo que ocorre a partir da construção da consciência cidadã e da incorporação dos valores universais da democracia na vida cotidiana da população.

Há ainda quem mencione o fato de o DU ter conseguido levar as discussões sobre urbanismo para o dia a dia das pessoas, para a mesa de bar, por exemplo.

> **LucAl:** levar a cidade à mesa do bar. o professor Luiz Amorim dizia que o Recife começaria a se transformar quando urbanismo se tornasse assunto de mesa de bar. acho que conseguimos isso um pouco. e há vitórias pontuais que apontam para uma mudança de postura da população em relação a governo e empresas.

Outros enxergam no DU uma oportunidade de lutar pelo bem comum sem esperar mais pela política tradicional – “a gente agora faz acontecer”. Esse “fazer acontecer” estaria relacionado a uma busca por mais transparência e mais mecanismos de participação popular. Segundo Castells (2013, p. 9), todos esses movimentos que vêm ocorrendo desde 2011 teriam em comum o desprezo por partidos políticos e organizações formais, sustentando-se na internet e em reuniões locais para debater propostas e tomar decisões. Isso confirmaria a crença de Lévy (1993; 1999) de que as TICs podem ampliar a participação política, o contato social e o empoderamento.

> **ClaTaM:** participar do du e do movimento#OcupeEstelita me confirmou o sentimento e de que a gente pode se empoderar, como comunidade, coletivo e lutar pelo bem comum sem esperar mais pela política institucional e tradicional para resolver nossos problemas. não contamos mais com as

> eleições, nem apenas em votar e ficar de braços cruzados esperando que resolvam nossos problemas. a gente agora faz acontecer, ao menos tentamos, exercer a democracia direta - buscando transparencia e mais mecanismos de participação popular. (...) [compartilhamos] cidadania, sentimento de comunidade e empoderamento, como eu disse antes. mas é interessante também, que hoje, discutimos políticas públicas de forma diferente. (...) e toda reunião, toda vida em sociedade, comunidade, é política: faltava nos empoderarmos e atuarmos como agentes pol´ticos também

Tal empoderamento não seria possível sem as redes sociais da internet, embora elas não sejam exatamente espaços 100% autônomos, que fogem do controle de governos e empresas, como advoga Castells (2013). Mas são espaços importantes. O depoimento a seguir mostra como a rede se tornou importante para a ação da mesma sociedade civil, que passou a utilizá-la para se organizar e se contrapor à mídia tradicional. Redes sociais como Facebook e Twitter são citadas como ferramentas de empoderamento para qualquer grupo que queira se mobilizar em prol de uma causa. Fica clara, ainda, a influência de movimentos como o Ocupe Wall Street no *modus operandi* do DU.

> **ClaTaM:** a rede tornou-se e firmou-se como o único meio seguro de nos contrapormos a mídia corporativa.uma luta de contrainformação, especialmente, anti-rede globo. a influencia do occupy wall street também foi muito grande, claro. a gente viu que a rede, o face e o twitter eram a ferrmenta que nos empoderava. - nós e a qualquer povo que quisesse se manifestar e mobilizar por uma cusa [causa].

Não sabemos, contudo, até que ponto essa rede é de fato segura. A internet é dominada por grande corporações, inclusive midiáticas, que controlam o conteúdo, decidem o que podemos ver, com quem podemos nos relacionar. Sim, é um instrumento de empoderamento, mas também de controle e vigilância. Acreditamos em rupturas, em brechas, mas não somos tão otimistas quanto Castells e Lévy. Felizmente, pelo menos até aqui, essa dubiedade parece estar favorecendo os novos movimentos sociais urbanos, como o DU, na utilização dessa ferramenta de comunicação (ou, na pior das hipóteses, de informação) para organizar e mobilizar milhões de pessoas ao redor do mundo para ações off-line. É algo, portanto, que não se encerra no virtual, algo que ultrapassa a ideia de “ativismo de sofá”, essencialmente

individualista. A ação de grupos como o DU traz consequências concretas para o cotidiano da cidade porque é fundamentalmente coletiva e reacende o debate para repensarmos a dimensão comunitária da vida. Precisamos da rede, mas o mundo da vida não pode prescindir da comunidade.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho pudemos constatar várias coisas. A primeira delas é que desde a primeira década do século XXI as redes sociais da internet vêm sendo utilizadas por grupos ao redor do mundo para organizar e mobilizar milhares de pessoas em torno de causas as mais diversas. Um desses grupos é o *Direitos Urbanos | Recife* (DU), que desde 2012 vem lutando por uma cidade mais justa e inclusiva, menos verticalizada, que respeite a cultura e a história do seu povo, e por uma participação mais ativa da sociedade nas decisões que afetam o destino da urbe.

A partir de ações on e off-line, o DU conseguiu feitos como o atraso de mais de três anos na construção do projeto Novo Recife. Ainda que o projeto saia do papel, a atuação do grupo mostrou que é possível se contrapor ao poder do capital imobiliário reivindicando, fundamentalmente, o direito à cidade. A experiência dos 50 dias de ocupação no Cais José Estelita e a ação violenta da polícia durante a desocupação da área são ícones dessa luta.

Enxergamos nesse fenômeno algo além do ciberativismo e propusemos um olhar mais acurado sobre seus aspectos interacionais e comunicacionais. No caso do DU, a organização e a mobilização de pessoas têm sido feitas, principalmente, a partir de um grupo de discussão no Facebook. Constatamos que tal espaço oferece duas experiências distintas que interferem nos processos de interação e comunicação entre os membros do grupo: a experiência de rede e a experiência de comunidade. Como rede, o DU segue a lógica própria desse tipo de estrutura social, que é conectar e desconectar, de acordo com os interesses individuais. A partir dessa constatação procuramos demonstrar que o individualismo e a racionalidade estratégica já estavam presentes na gênese do conceito de rede social lá atrás no século XIX e que isso afeta a comunicação uma vez que exclui (ou não considera) os desejos e necessidades do outro.

Não à toa, autores como Castells e Wellman consideram o individualismo em rede a configuração social dominante na contemporaneidade. Contudo, a partir da experiência comunitária que grupos como o DU também proporcionam, percebemos que o individualismo e a racionalidade estratégica que foram realçados com o advento da modernidade chegam ao início deste terceiro milênio convivendo com novas formas de sociabilidade calcadas mais fortemente na empatia, na solidariedade e no prazer de estar junto com base na identificação. Seguimos Maffesoli (2006) quando ele diz que o indivíduo moderno, autônomo, atomizado e senhor de si, começa a dar sinais de enfraquecimento. Sua configuração fechada passa a ser confrontada com a configuração da pessoa aberta, que só existe na relação com o Outro. Há uma "fome por comunidade" – relacionada ao desaparecimento dos espaços públicos informais – que faz com que o componente emocional funcione novamente, porém de forma distinta daquela de 200 anos atrás.

Nessa relação com a alteridade a comunicação desempenha papel fundamental, uma vez que torna possível a interação social. A comunicação consciente é a linguagem humana, que nos diferencia dos outros animais. A esse respeito, a tecnologia tem muito a nos dizer. As TICs transformaram o modo como nos comunicamos, para o bem e para o mal. As pessoas não estão se comunicando mais, apenas estão trocando mais informações. De um lado, temos na internet uma notável ferramenta de empoderamento, que favorece a liberdade de expressão e pode ampliar nossa participação política no sentido de alcançarmos uma sociedade mais justa e democrática. De outro, temos um lugar de controle e vigilância, que elimina territórios, indivíduos, subjetividades e também nossa capacidade crítica e reflexiva. Nesse processo de mediação, a comunicação perde seu objetivo original, que é a construção e o compartilhamento de sentidos, sendo reduzida a meros fluxos informacionais.

A tecnologia, portanto, é ambígua. Da mesma forma que existem limites, existem também possibilidades. Como dissemos, resta ao ser humano explorar as potencialidades mais

positivas da tecnologia, encontrando brechas que quebrem seu determinismo. Por exemplo, o uso que alguns grupos como o DU estão fazendo do Facebook, no sentido de informar, organizar e mobilizar para ações de contrapoder e resistência ao capital. Eles estão provocando fissuras ao ponto de fazer eclodir movimentos como o #OcupeEstelita, que nos fazem repensar conceitos como movimento social e ação coletiva, tão caros à sociologia.

Estudando o DU pudemos constatar que as comunidades não desapareceram nem foram substituídas pelas redes sociais – apenas são arranjos sociais diferentes. As comunidades subsistem, ainda que através de pequenos grupos e ainda que esses grupos sejam fluidos e momentâneos, como os grupos de discussão do Facebook. Sem o peso da tradição e sob o efeito da multiterritorialidade, as comunidades encontraram na internet um terreno fértil para se desenvolver. Podemos até falar em redes comunitárias ou comunidades de redes sem receio de entrar em contradição, pois os termos rede e comunidade não são excludentes. Em alguns casos, são inclusive complementares. Podemos pensar em comunidades on-line abrigadas em *sites* de redes sociais, por exemplo.

Interessante notar como a própria arquitetura do Facebook estimula a exposição de individualidades e o "voyeurismo social", influenciando assim a sociabilidade, que se revela racional e emotiva ao mesmo tempo. Como aponta Castells (2003, p. 109), não é a internet que cria o individualismo em rede, mas ela fornece o suporte material apropriado para a sua difusão. Não raro, essa sociabilidade é embalada por notícias sensacionalistas, falsas ou imprecisas, que dificilmente serão desmentidas. Enquanto *site* de rede social, o "Face" funciona como esse suporte, estando fundado no prazer de "curtir" e ser curtido, havendo pouco diálogo e pouca solidariedade. Porém, ao misturar o privado ao público, esses sistemas deixam rastros que nos permitem explorar os padrões de conexões e suas dinâmicas.

Fomos além dessa dimensão individualista do Facebook, que tão bem se expressa no *feed* de notícias de cada um dos usuários do *site*, para tentar entender os padrões de conexões

e dinâmicas comunicacionais que ocorrem nos grupos de discussão ou comunidades on-line. Em termos de redes sociais, foi um desafio fazer análise relacional no DU, isto é, uma análise focada em redes sociocentradas, num ambiente que está organizado em torno de pessoas (redes egocêntricas). Os dados da pesquisa empírica mostraram que são poucos (menos de 10%) os membros do DU que possuem relação de amizade no Facebook com outros membros e que aqueles que possuem se relacionam com apenas dois outros membros, em média. Identificamos uma rede de amizade pouco viva e muito fragmentada.

O nível de interação também não se mostrou muito significativo – quem interage, seja curtindo ou comentando as postagens, também o faz com apenas dois outros membros, em média, embora as discussões travadas a partir dos *posts* e seus comentários tenham se mostrado intensas e muito vivas. Todas as redes analisadas indicaram graus consideráveis de centralidade, isto é, são redes verticalizadas, com poucos atores bem conectados e capazes de influenciar outros atores. São redes sem escala (BARABÁSI, 2009), em que prevalece o modelo *Power Law*, ou a ideia de que "os ricos ficam mais ricos". Os nós mais bem conectados têm mais chances de ampliar seus laços e, consequentemente, sua influência.

Também concluímos que são poucos os integrantes do DU realmente ativos. Uma boa parte dos membros – que totalizam cerca de 30 mil – apenas curtiu a página do grupo no Facebook e não costuma interagir. São poucos os que curtem as postagens, menos ainda os que comentam. *É mais fácil curtir do que comentar*, porque o comentário demanda um investimento maior. É preciso refletir minimamente. O grupo dos que costumam postar é ainda mais reduzido e são esses que acabam pautando o debate. Há uma distância significativa entre o que é ser membro e o que é participar efetivamente de uma comunidade on-line. Não dá para dizer que alguém pertence a uma comunidade on-line porque "curtiu" uma página ou se só visitou o fórum uma ou duas vezes. Para que um maior envolvimento se estabeleça, levando da curiosidade inicial à coesão cultural, é preciso haver um fluxo de comunicações

frequente ao longo do tempo, como pontua Kozinets (2012). A participação contínua é decisiva. Permanência e repetição.

Há, sem dúvida, um fluxo intenso de postagens na página do DU no Facebook. Em um único dia, contabilizamos 96 publicações. A média diária de *posts*, ao final da pesquisa, foi de quase 50. Uma parte significativa dessas postagens está relacionada a notícias que são publicadas diariamente pela imprensa local envolvendo questões urbanas do Recife. Isso indica que, apesar de haver uma desconfiança em relação aos meios de comunicação de massa, eles conseguem pautar as discussões do DU, nem que seja em forma de crítica. Eventos promovidos pelo grupo ou por parceiros e aqueles com temáticas relacionadas ao escopo do DU também costumam impulsionar as publicações.

O fluxo intenso e caótico das postagens na página do DU dificulta a organização e a retenção de informações que poderiam ser relevantes para a comunidade. Muita coisa acaba se perdendo no fluxo e o Facebook não oferece a organização de *posts* por tópicos. Entretanto, essa mesma fluidez que dificulta a retenção de informações é o que possibilita a ação rápida, como vimos no caso da demolição do Edifício Caiçara. De qualquer forma, para tentar suprir essa lacuna, administradores criaram um *blog* para armazenar informações que precisam ser retidas, indicando que a ferramenta oferecida pelo Facebook é importante, porém insuficiente para as atividades do grupo. O DU também possui uma *fan page* no Facebook, contas no Twitter, Instagram, Flickr e YouTube, numa multiplicidade de canais de comunicação que busca dar suporte às diversas atividades do grupo na internet.

Na página do DU no Facebook verificamos que trocas de informações e de experiências são os tipos de postagens mais frequentes, geralmente utilizando os formatos de fotos e *links*. As fotos costumam gerar mais interação (“curtidas” e comentários). Vivemos no império da imagem e da velocidade (Virilio), de forma que interagir com fotos e vídeos é mais fácil e rápido.

Percebemos que no mural do grupo há pouco espaço para deliberações, pois as decisões são tomadas em outras esferas, em conversas privadas entre os administradores/moderadores no *chat* do próprio Facebook ou em encontros face a face, como o evento “Do sofá pra rua: roda de diálogos”, realizado em outubro de 2013. Postagens feitas com o intuito de sondar a opinião dos membros sobre determinados assuntos são raras e as discussões geralmente começam e terminam sem que haja uma deliberação ou encaminhamento. Assim, a página do grupo acaba funcionando mais como ambiente para troca de informações e experiências, havendo uma alternância entre o *espaço de fluxos* e o *espaço de lugares*. E não poderia ser diferente, já que o grupo possui uma forte âncora territorial que é, ao mesmo tempo, física e simbólica. Por isso, o DU precisa ser compreendido em suas dimensões on e off-line.

Em termos de comunidade, constatamos que o DU intensificou alguns laços que já existiam off-line e ajudou a criar e a manter novos laços entre os membros. Esses laços parecem ser mais fortes entre aqueles que se conhecem face a face, situando-se em torno de 200 integrantes. Entre esses membros parece haver um vínculo “forte” e “muito afetuoso”, que se traduz em amor pela cidade e pelas pessoas. Há não apenas uma partilha de interesses, mas também de afetos e compromisso mútuo, gerando comprometimento e um sentimento de pertença, como em uma família ampliada.

Ainda que essa pertença não seja absoluta como nas comunidades tradicionais e ainda que não se estenda à maioria, pois, como vimos, o DU é um grupo muito grande (cerca de 30 mil membros), heterogêneo e altamente fragmentado, com inúmeras “panelinhas”. Ficou claro que as redes sociais da internet são campos onde se manifestam sociabilidades distintas, porém a tese de Castells (2003, p. 108), de que comunidades on-line formam redes de laços fracos porque “raramente constroem relações duradouras” e raramente articulam a interação on-line com a interação física, é aqui colocada em xeque.

Em relação à conversação em si, percebemos tensões, ironias, xingamentos, mal-entendidos, preconceitos, rotulações, disputas pelo poder, desinformação e muitas críticas à gestão da cidade e à atuação do próprio DU. Muitas dessas tensões surgem dos ruídos característicos da comunicação mediada pela tecnologia. Expressões faciais e tonalidade de voz, por exemplo, são elementos ausentes e essa ausência impacta negativamente a comunicação. Mas percebemos uma predisposição para compartilhar e aprender e um esforço dos membros no sentido de buscar o entendimento. Esse esforço, por menor que seja, realça a importância do modelo de ação comunicativa proposto por Habermas para os estudos de comunidade, inclusive em sua versão on-line. As normas sociais adotadas pelo grupo é que vão orientar a negociação do consenso que nem sempre se mostra algo possível de ser alcançado.

Como observa Hine (2000), é comum encontrarmos, em espaços como esse, a afirmação de valores subjetivos e episódios de conflito. Isso, obviamente, vai de encontro ao projeto emancipatório habermasiano. O grupo está convencido de sua orientação, embora para muitos membros, individualmente, essa não seja uma ideia clara, o que acaba gerando inúmeros ruídos. Não raro, percebemos que alguns integrantes do DU são chamados ao debate ("marcados" nos comentários) no sentido de reforçar as falas uns dos outros com o intuito de desconstruir o discurso dos "inimigos" do grupo. Os diálogos são acompanhados de perto pelos moderadores, que em casos extremos podem decidir pela exclusão de *posts*, de comentários ou mesmo de usuários. A liberdade comunicativa é concedida, porém com restrições.

Como estamos lidando como um grupo grande, heterogêneo e plural, administrá-lo representa um desafio. Há uma dificuldade em conviver com críticas e com o dissenso, por isso a ação dos moderadores é tão importante para a coesão, que se mantém apesar dos dissensos. São os moderadores que, a todo momento, resgatam as regras internas para a

manutenção de uma agenda mínima e do discurso hegemônico. *Porque a cidade é feita pelas pessoas*, como diz o *slogan* universalista do grupo. O que se busca é "A cidade dos sonhos possíveis".

O DU opera em um espaço híbrido (CASTELLS, 2013), formado tanto pelas redes sociais da internet quanto pelo espaço urbano ocupado. Como não poderia deixar de ser, há uma tensão entre o que é discutir em um fórum virtual e conseguir tirar as ideias da tela, para além do Facebook. Neste sentido, ações na justiça e pedidos de informação ingressados pelo DU são considerados avanços que trouxeram resultados concretos, como o impedimento da construção dos viadutos da Avenida Agamenon Magalhães, o tombamento da Fábrica da Torre e o atraso de três anos na construção do projeto Novo Recife. Resultados que foram obtidos através da mobilização não apenas dos membros, mas também de outros grupos, coletivos, frentes e movimentos que atuam em rede com o DU (Frente Independente Popular, Marcha das Vadias, PSOL, Coletivo Lama, Mídia Ninja, Coque RExiste, entre outros). Além desses resultados, considera-se que houve uma ampliação das discussões sobre as questões urbanas do Recife e um ganho de maior consciência cidadã – mais pessoas passaram a andar de bicicleta e a respeitar mais os pedestres, por exemplo.

Nada disso teria sido possível sem as redes sociais da internet, sistemas que ajudam a conectar as pessoas e permitem rapidez e eficácia na troca de informações. Como disse um entrevistado, a rapidez e a eficácia no processo de disseminação de informações na internet são coisas difíceis de alcançar no "mundo analógico". Redes como o Facebook se tornaram ferramentas de empoderamento – "a gente agora faz acontecer", sem esperar mais pelo poder público, partidos políticos ou organizações formais. Sinal de que o Facebook não é só lugar da superficialidade e da exposição de si – há espaços que podem ser ocupados para discussão de problemas que até podem atingir as pessoas individualmente, mas que são vivenciados por uma coletividade. Como também já dissemos, o poder não está nos *sites* de rede social, mas

nas pessoas que os utilizam. Daí a importância da ação comunicativa nesses ambientes: racional, porém relativamente livre e crítica, tendo a linguagem como possível meio de entendimento e de transformação da realidade, para que se possa neutralizar os efeitos negativos da tecnologia.

Referências

AÇÃO de reintegração de posse termina em violência no Recife. **G1,** Jornal Nacional, Rio de Janeiro, 17 jun. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/videos/t/edicoes/v/acao-de-reintegracao-de-posse-termina-em-violencia-no-recife/3428568/>. Acesso em: 18 jun. 2014.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **La sociedad:** lecciones de sociología. Buenos Aires: Proteo, 1969.

_____. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade.** São Paulo, Paz e Terra, 2002, p. 7-74.

A INCRÍVEL profecia de Fidel Castro existiu mesmo? **E-farsas.com**. 24 jul. 2015. Disponível em: <http://www.e-farsas.com/a-incrivel-profecia-de-fidel-castro-existiu-mesmo.html>. Acesso em: 2 ago. 2015.

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. X Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais. **Anais...** Campos do Jordão, SP, 1986. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_01.htm>. Acesso em: 15 mai. 2011.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Novas tecnologias e interatividade: além das interações mediadas. **DataGramaZero** – Revista de Ciência da Informação, v. 4 n. 4, ago. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago03/Art_01.htm>. Acesso em: 23 mar. 2015.

ARAÚJO, Penélope. Blocos do Recife usam bom humor para discutir temas sérios no carnaval. **G1 Pernambuco**, Recife, 29 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/carnaval/2015/noticia/2015/01/blocos-do-recife-usam-bom-humor-para-discutir-temas-serios-no-carnaval.html>. Acesso em: 30 jan. 2015.

AUDIÊNCIA pública do projeto Novo Recife começa com vaias e bate-boca. **G1 Pernambuco**, Recife, 27 nov. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/11/comeca-audiencia-publica-para-apresentar-redesenho-do-novo-recife.html>. Acesso em: 27 nov. 2014.

BALBINO, Marcela. Alegando temor com violência, ativistas do Ocupe Estelita encerram acampamento no cais José Estelita. **Blog de Jamildo**, Recife, 10 jul. 2014. Disponível em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/07/10/temendo-violencia-ativistas-do-ocupe-estelita-encerram-acampamento-no-cais/>. Acesso em: 19 jul. 2014.

BARABÁSI, Albert-László. **Linked:** a nova ciência dos networks. Leopardo Editora, 2009.

BATISTA, Micheline Dayse Gomes. **Second Life**: corpo e identidade no mundo virtual. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPE, Recife, 2010.

_____; FELIX, Vilma Barbosa. Direitos Urbanos | Recife: uma nova forma de articulação e participação política. XXIX Congreso de la Associación Latinoamericana de Sociología 2013. **Anais...** Associación Latinoamericana de Sociología, Santiago do Chile, 2013. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT20/GT20_GomesBatista.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2014.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

_____. **A ilusão vital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Tela total:** mitoironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 2005.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 189-217.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECK, Ulrich. A política na sociedade de risco. **Idéias**, n.1, 2º semestre, 2010. Traduzido por Estevão Bosco. Disponível em: <https://www.academia.edu/375747/A_POLÍTICA_NA_SOCIEDADE_DE_RISCO_-_by_Ulrich_Beck._Translation_>. Acesso em: 16 jul. 2015.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte da era da sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN *et al*. **Benjamin e a obra de arte**: técnica, imagem, percepção. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 9-40.

BORGATTI, S.P. **Netdraw Network Visualization**. Analytic Technologies: Harvard, MA, 2002.

_____; EVERETT, M.G.; FREEMAN, L.C. **Ucinet 6 for Windows**: Software for Social Network Analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

_____; MEHRA, Ajay; BRASS, Daniel J.; LABIANCA, Giuseppe. Network Analysis in the Social Sciences. **Science Magazine,** Vol. 323, 2009, p. 892-895.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social networks sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication,** 13(1), article 11, 2007. Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>. Acesso em: 15 mai. 2013.

BRUM, Eliane. Sobrenome: "Guarani Kaiowa". **Época**, 26 nov. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/11/sobrenome-guarani-kaiowa.html>. Acesso em: 20 nov. 2013.

BRYMAN, Alan. E-research: using the internet as object and method of data collection. In: _____. **Social research methods**. New York: Oxford University Press, 2008a, p. 627-659.

_____. The nature of qualitative research. In: _____. **Social research methods**. New York: Oxford University Press, 2008b, p. 365-399.

BURITY, Joanildo. Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes (Org.). **Política e contemporaneidade no Brasil**. Recife: Bagaço, 1997, p. 29-74.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação: rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David *et al*. **Occupy**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 7-14.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura, Vol. 1, A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da internet:** reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

_____. Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MORAES, Denis de (Org.). **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 225-231.

_____. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura, Vol. 2, O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 17-99.

COHEN, Ira. Anthony Giddens. In: STONES, Rob (Org.). **Key sociological thinkers.** Nova York: NYUP, 1998, p. 279-290.

CONSELHO da Cidade do Recife inicia os trabalhos. **Portal da Prefeitura da Cidade do Recife**, Recife, 19 mai. 2014. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/node/9340>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CONSÓRCIO NOVO RECIFE. Projeto Novo Recife. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YNJDBVvOp8M>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CONSÓRCIO Novo Recife aceita rever o projeto no Cais José Estelita. **Diario de Pernambuco**, Editoria de Últimas Notícias, 5 jun. 2014. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/outros/ultimas-noticias/46,37,46,11/2014/06/05/interna_vidaurbana,508353/consorcio-novo-recife-aceita-rever-o-projeto-no-cais-jose-estelita.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2014.

CUMPRIMENTO de mandado deixa três pessoas feridas no Cais José Estelita. **Globo.tv**, NETV 1ª edição, Recife, 17 jun. 2014. Disponível em: <http://globotv.globo.com/rede-globo/netv-1a-edicao/t/edicoes/v/cumprimento-de-mandado-deixa-tres-pessoas-feridas-no-cais-jose-estelita/3426152/>. Acesso em: 18 jun. 2014.

DIAS, Bio. Minha primeira e última vez no ocupe estelita. **Blog de Jamildo,** Recife, 9 jun. 2014. Disponível em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/06/09/minha-primeira-e-ultima-vez-no-ocupeestelita/>. Acesso em: 15 jun. 2014.

DREYFUS, Hubert. Heidegger on the connection between nihilism, art, technology, and politics. In: GUIGNON, Charles B. (Ed.). **The Cambridge Companion to Heidegger**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 289-316.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, [1893] 1995.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

_____. **O processo civilizador Volume 1**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

ELLUL, Jacques. **The technological system.** New York: The Continuum, 1980.

EMIRBAYER, Mustafa; GOODWIN, Jeff. Network analysis, culture, and the problem of agency. **The American Journal of Sociology**, Vol. 99, No. 6, mai. 1994, p. 1411-1454.

ENCONTRO termina sem definição sobre reintegração em cais do Recife. **G1 Pernambuco**, Recife, 2 jun. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/encontro-termina-sem-definicao-sobre-reintegracao-em-cais-do-recife.html>. Acesso em: 7 jun. 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Jonatas. A ideia de democracia digital na obra de Heidegger. **Análise Social**, vol. XLV, n. 196, 2010, p. 515-533.

_____; AMARAL, Aécio. Memória eletrônica e desterritorialização. **Política & Sociedade**, nº 4, abr. 2004, p. 137-166.

FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa online: a utilização da internet. In: _____. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 239-253.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. **Redes sociais e poder local.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREEMAN, Linton C. **The development of social network analysis:** a study in the sociology of science. Vancouver: Empirical Press, 2004.

FRONTEIRAS DO PENSAMENTO. Diálogos com Zygmunt Bauman. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=in4u3zWwxOM>. Acesso em: 25 nov. 2014.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II.** Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Verdade e método.** Petrópolis: Vozes, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Dualidade da estrutura:** agência e estrutura. Oeiras: Celta Editora, 2000.

GOLGHER, Paulo. Adeus ao Orkut. **Orkut Blog**, 30 jun. 2014. Disponível em: <http://blog.orkut.com/2014/06/adeus-ao-orkut.html>. Acesso em: 20 jul. 2014.

GRANOVETTER, Mark S. The strenght of weak ties. **The American Journal of Sociology**, Vol. 78, Nº 6, 1973, p. 1360-1380. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/2776392>. Acesso em: 7 jul. 2011.

GURAK, Laura J. The promise and the peril of social action in cyberspace: *ethos*, delivery, and the protests over MarketPlace and the Clipper chip. In: SMITH, Marc; KOLLOCK, Peter (Orgs.). **Communities in cyberspace**. London: Routledge, 1999, p. 241-261.

HABERMAS, Jürgen. Modernity versus Postmodernity. **New German Critique**, No. 22, p. 3-14, 1981.

_____. The tasks of a critical theory of society. In: SEIDMAN, S. (Org.). **Jürgen Habermas on society and politics:** a reader. Boston: Beacon Press, 1989. p. 77-103.

_____. Individuação através de socialização: sobre a teoria da subjetividade de George Herbert Mead. In: _____. **Pensamento pós-metafísico:** estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1990, p. 183-234.

_____. Atores da sociedade civil, opinião pública e poder comunicativo. In: _____. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 91-121.

_____. O conteúdo normativo da modernidade. In: _____. **O discurso filosófico da modernidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 467-509.

_____. **A inclusão do outro:** estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **A lógica das ciências sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Técnica e ciência como "ideologia". In: _____. **Técnica e ciência como "ideologia".** Lisboa: Edições 70, [1968] 2011, p. 45-92.

_____. **Teoria do agir comunicativo**, 1: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.

_____. **Teoria do agir comunicativo,** 2: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b.

HAESBEART, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Ano IX, Nº 17, 2007, p. 19-45. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/%20article/viewFile/213/205>. Acesso em: 18 ago. 2013.

_____; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc, espaço, tempo e crítica – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas,** nº 2 (4), vol. 1, 15 ago. 2007, p. 39-52. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADs/etc%202007_2_4.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, David *et al*. **Occupy.** São Paulo: Boitempo, 2012, p. 57-64.

_____. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David *et al.* **Occupy.** São Paulo: Boitempo, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. São Paulo: Centauro, 2005.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography.** London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage Publication, 2000.

HUGUES, Jason. Norbert Elias. In: STONES, Rob (Org.). **Key sociological thinkers**. Nova York: NYUP, 1998, p. 138-150.

INTERNET world stats. Disponível em: <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia:** guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

JUSTIÇA Federal suspende demolição dos galpões do Cais José Estelita. **Portal da Justiça Federal da 5ª Região.** Recife, 22 mai. 2014. Disponível em: <http://www.jfpe.jus.br/index.php/2015-03-12-18-14-35/781-justica-federal-suspende-demolicao-dos-galpoes-do-cais-jose-estelita.html>. Acesso em: 23 jul. 2014.

KIRKPATRICK, David. **O efeito Facebook**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KOZINETS, Robert V. **Netnography:** doing ethnographic research online. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington: Sage, 2012.

LACERDA, Angela. Seis pessoas são detidas em reintegração de posse em PE. **Estadão**, Editoria Geral, São Paulo, 17 jun. 2014. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,seis-pessoas-sao-detidas-em-reintegracao-de-posse-em-pe,1513758>. Acesso em: 19 jul. 2014.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, São Paulo, out. 1986. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=304&Itemid=203>. Acesso em: 2 abr. 2015.

_____; MOUFFE, Chantal. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: _____ (org.). **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1993, p. 111-145.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Denis de (Org.). **Por uma outra comunicação.** Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 367-384.

LOPES, Helder. Três projetos de lei pretendem regulamentar o consumo de álcool no Recife. **Blog de Jamildo,** Recife, 31 ago. 2011. Disponível em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2011/08/31/tres-projetos-de-lei-pretendem-regulamentar-consumo-de-alcool-no-recife/>. Acesso em: 30 jan. 2014.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências.** Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

_____. **O tempo das tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MAIS de 10 mil pessoas se reúnem contra a especulação imobiliária em Recife. Conheça o Ocupe Estelita. **Mídia Ninja**, 1º jun. 2014. Disponível em: <https://ninja.oximity.com/article/Mais-de-10-mil-pessoas-se-re%C3%BAnem-1>. Acesso em: 6 jul. 2014.

MANIFESTANTES pedem saída do secretário João Braga. **JC Online**, Recife, 11 abr. 2014. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/04/11/manifestantes-pedem-saida-do-secretario-joao-braga-124701.php>. Acesso em: 11 abr. 2014.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: _____. **Tecnologia, guerra e fascismo.** São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 73-104.

MARICATO, Ermínia *et al*. **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MARTINS, Hermínio. **Experimentum humanum**: civilização tecnológica e condição humana. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

MATTELART, Armand. Para que "nova ordem mundial da informação"? In: MORAES, Denis de (Org.). **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 233-246.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva:** pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MEME (INTERNET). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Meme_(Internet)&oldid=41806578>. Acesso em: 27 mai. 2015.

MERCKLÉ, Pierre. **Les réseaux sociaux**: les origines de l'analyse dês réseaux sociaux. CNED, 2004.

MOLINA, José Luis. La ciencia de las redes. **Apuntes de Ciencia y Tecnología**, Nº 11, 2004, p. 36-42.

MOVIMENTO Ocupe Estelita realiza protesto na área central do Recife. **G1 Pernambuco**, Recife, 1 out. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/10/movimento-ocupe-estelita-realiza-protesto-na-area-central-do-recife.html. Acesso em: 10 out. 2015.

MUMFORD, Lewis. **The myth of the machine.** Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1970.

MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. **SINAIS – Revista Eletrônica – Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n. 09, v.1, junho 2011, p. 127-143.

MYERS, Greg. Análise da conversação e da fala. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 271-292.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. Apresentação à quarta edição brasileira: tribalismo – vida & teoria em Michel Maffesoli. In: MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. vii-xix.

NO Recife, área do Cais José Estelita terá licenciamento refeito. **G1 Pernambuco**, Recife, 6 jun. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/no-recife-area-do-cais-jose-estelita-tera-licenciamento-refeito.html>. Acesso em: 7 jun. 2014.

OCUPE Estelita. Criolo Ocupa Estelita – Sangue no Cais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GQ8xl_BGSWQ>. Acesso em: 12 jul. 2014.

PARECER jurídico sobre a irregularidade da reunião do CDU sobre o Novo Recife. **Blog Direitos Urbanos | Recife**, Recife, 1º dez. 2012. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/12/01/parecer-juridico-sobre-a-irregularidade-da-reuniao-do-cdu-sobre-o-novo-recife/>. Acesso em: 30 jul. 2013.

PESQUISA aponta aprovação. **Diario de Pernambuco**, Caderno Local, p. A16, Recife, 16 jun. 2014.

PINZANI, Alessandro; DUTRA, Delamar Volpato. Jürgen Habermas e a herança da teoria crítica. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (Orgs.). **O pensamento alemão no século XX:** grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil, Volume I. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 305-329.

PM cumpre mandado de reintegração de posse no Cais José Estelita. **G1 Pernambuco**, Recife, 17 jun. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/pm-cumpre-mandato-de-reintegracao-de-posse-no-cais-jose-estelita.html>. Acesso em: 19 jul. 2014.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. **Oficina do CES**, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, nº 271, 2007. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/271/271.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2011.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean *et al*. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 215-253.

PREECE, Jenny. **Online communities:** designing usability, supporting sociability. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd., 2000.

PREFEITURA suspende alvará de demolição do Cais José Estelita. **JC Online**, Editoria de Cidades, Recife, 3 jun. 2014. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/06/03/prefeitura-suspende-alvara-de-demolicao-do-cais-jose-estelita-130100.php>. Acesso em: 7 jun. 2014.

RAINIE, Lee; WELLMAN, Barry. **Networked:** the new social operating system. Cambridge, MA: MIT Press, 2012.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

_____. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da *hashtag* #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, Vol. 16 nº 2, maio/agosto 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.162.01/4191>. Acesso em: 23 mar. 2015.

RHEINGOLD, Howard. **The virtual community:** homesteading on the electronic frontier. Cambridge/London: MIT Press, 2000.

RIEDER, Bernhard. Studying Facebook via data extraction: the Netvizz application. In: **WebSci '13 Proceedings of the 5th Annual ACM Web Science Conference**, New York: ACM, 2013, p. 346-355.

RODEGUIERO, Carolina Campos. **Violência na internet:** um estudo do cyberbullying no Facebook. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ucpel.tche.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=377>. Acesso em: 5 mai. 2013.

ROLNIK, Raquel. Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia *et al*. **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 7-12.

ROMERO Britto realizará "redesenho" do Projeto Novo Recife. **Diário Pernambucano**, Recife, 17 jul. 2014. Disponível em: <http://www.diariopernambucano.com.br/noticias/romero-britto-realizara-redesenho-do-projeto-novo-recife/>. Acesso em: 2 ago. 2015.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia *et al*. **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 95-100.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais:** a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010.

SÁVIO, Domingos. Movimentos sociais realizam protesto em frente à Prefeitura do Recife. **Folha de Pernambuco Online**, Recife, 11 abr. 2014. Disponível em: <http://www1.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/cotidiano/noticias/arqs/2014/04/0163.html>. Acesso em: 11 abr. 2014.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SIEBENEICHLER, Flávio Breno. Apresentação à edição brasileira. In: HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 1**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. VII a XXVI.

SIISIÄINEN, Martti. Two concepts of social capital: Bourdieu vs. Putnam. In: **ISTR Fourth International Conference**, 4., Dublin, Irlanda, 2000. Disponível em: <http://www.istr.org/resource/resmgr/working_papers_dublin/siisiainen.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2011.

SIMMEL, Georg. The web of group-affiliations. In: _____. **Conflict and the web of group-affiliations**. New York/London: Free Press, 1964, p. 125-195.

_____. A metrópole e a vida mental (1903). In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 11-25.

_____. O dinheiro na cultura moderna (1896). In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (Org.). **Simmel e a modernidade.** Brasília; Editora Universidade de Brasília, 1998ª, p. 23-40.

_____. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva (1900). In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (Org.). **Simmel e a modernidade.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998b, p. 41-77.

_____. **Questões fundamentais da sociologia:** indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1917] 2006.

SMITH, Marc; KOLLOCK, Peter. Introduction. In: _____ (Orgs.). **Communities in cyberspace**. London: Routledge, 1999, p. 3-24.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, Denis de (Org.). **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 19-31.

_____. O globalismo como neobarbárie. In: MORAES, Denis de (Org.). **Por uma outra comunicação.** Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 21-40.

STIEGLER, Bernard. **La técnica y el tiempo, vol. 1**: el pecado de Epimeteo. Hondarribia: Argitaletxe Hiru, 1994, p. 13-37.

SOUZA, Jessé. Introdução: a crítica do mundo moderno em Georg Simmel. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (org.). **Simmel e a modernidade.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 9-20.

TEMOS que nos tornar anticapitalistas, diz David Harvey no Ocupe Estelita. **Carta Capital,** São Paulo, 24 nov. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/temos-que-nos-tornar-anti-capitalistas-diz-david-harvey-no-ocupe-estelita-9906.html>. Acesso em: 25 nov. 2014.

TERMINA a greve dos policiais militares em Pernambuco. **NE10**, Grande Recife, Recife, 15 mai. 2014. Disponível em <http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/grande-recife/noticia/2014/05/15/termina-a-greve-dos-policiais-militares-em-pernambuco-487972.php>. Acesso em: 15 jun. 2014.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and civil society.** Cambridge: Cambridge University Press, [1887] 2001.

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural:** lógica da vida humana na civilização midiática avançada. São Paulo: Paulus, 2007.

TRUFFI, Renan. A batalha pelo Cais José Estelita. **Carta Capital**, São Paulo, 18 jun. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>. Acesso em: 18 jun. 2014.

TURNER, Bryan S. Preface to the new edition. In: PARSONS, Talcott. **The social system**. London: Routledge, 1991, p. xiii-xxx.

VALENTE, Thomas W.; CORONGES, Kathryn; LAKON, Cynthia; COSTENBADER, Elizabeth. How correlated are network centrality measures? **Connect**, jan. 2008, 28(1), p. 16-26. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2875682/>. Acesso em: 6 ago. 2015.

VIEIRA, Felipe. Diretrizes para o Novo Recife. **Jornal do Commercio**, Recife, Caderno Cidades, p. 1, 18 jul. 2014.

VIEIRA, Lina Rosa Gomes. Caranguejos não sobem de elevador. **Blog de Jamildo**, Recife, 13 de jun. 2014. Disponível em: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/06/13/publicitaria-diz-porque-nao-quer-o-projeto-novo-recife>. Acesso em: 15 jun. 2014.

VIRILIO, Paul. **A arte do motor.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996a.

_____. **Velocidade e política.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996b.

VON WIESE, Leopold. Os processos de interação social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio (Orgs.). **Homem e sociedade:** leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1932] 1980, p. 212-222.

_____; BECKER, H. O contacto social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio (Orgs.). **Homem e sociedade:** leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1932] 1980, p. 136-152.

WALLERSTEIN, Immanuel. A esquerda mundial após 2011. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy.** São Paulo: Boitempo, 2012, p. 73-76.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social:** a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais.** Lisboa: Edições 70, 2005.

WELLMAN, Barry. Structural analysis: from method and metaphor to theory and substance. In: _____; BERKOVITZ, S. D. (Orgs.). **Social structures:** a network approach. Cambridge: Cambrigde University Press, 1988, p. 19-61.

_____. Physical place and cyber place: the rise of personalized networking. **International Journal of Urban and Regional Research** 25, 2, 2001a, p. 227-252. Disponível em: <http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/index.html>. Acesso em: 4 abr. 2011.

_____. The persistence and transformation of community: from neighborhood groups to social networks. **Report to the Law Comission of Canada,** 2001b. Disponível em: <http://homes.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/lawcomm/lawcomm7.PDF>. Acesso em: 4 abr. 2011.

_____; GULIA, Milena. Net surfers don't ride alone: virtual community as community. In: SMITH, Marc; KOLLOCK, Peter (Orgs.). **Communities in cyberspace**. London: Routledge, 1999, p. 167-193.

_____; LEIGHTON, Barry. Networks, neighborhoods, and communities: approaches to the study of the community question. **Urban Affairs Quaterly**, Vol. 14, Nº 3, mar. 1979, p. 363-390. Sage Publications.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas.** São Paulo: Nova Cultural, 1991.

http://bambuser.com

http://ninja.oximity.com

http://pt.wikipedia.org

http://www.cartacapital.com.br

http://www.change.org

http://www.diariodepernambuco.com.br

http://www.direitosurbanos.wordpress.com

http://www.e-farsas.com

http://www.estadao.com.br

http://www.facebook.com

http://www.folhape.com.br

http://www.g1.globo.com

http://www.globotv.globo.com

http://www.internetworldstats.com

http://www.jconline.com.br

http://www.jfpe.jus.br

http://www.ne10.com.br

http://www.ocupeestelita.com.br

http://www.revistaepoca.globo.com

http://www.terra.com.br

http://www.twitter.com

http://www.vakinha.com.br

http://www.youtube.com

Anexo A – Descrição e Pautas do Grupo Direitos Urbanos

Descrição e Pautas do Grupo Direitos Urbanos

Por Leonardo Cisneiros em Sexta, 12 de julho de 2013 às 09:50

Considerando que o momento político pede debates mais profundos e posicionamentos claros, achamos importante repostar aqui a descrição do Direitos Urbanos, com seus objetivos e pautas mais frequentes. Esperamos que ajude a quem está entrando agora e reavive a memória de quem está desde o início.

O grupo Direitos Urbanos | Recife surgiu da articulação de pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da cidade do Recife. A partir de um grupo de pessoas que se conheciam offline, o grupo foi se expandindo através das redes sociais e começou a transformar suas preocupações em ação pelo menos desde a reivindicação do tombamento do Edifício Caiçara. A mobilização seguinte foi contra um projeto de lei que visava proibir o consumo de álcool nas ruas e limitar o horário de funcionamento de bares como medida de combate à violência. Na nossa opinião, o projeto trazia um ônus à vivência da cidade, criava uma cidade enclausurada, proibida de frequentar um espaço social importante, reforçando, além disso, alguns hiatos entre classes sociais.

Esta mobilização agregou pessoas em torno do desejo comum de participar mais ativamente das decisões políticas que regulam ou interferem na vida social da cidade do Recife, buscando alternativas de ação quando o interesse da cidade fica esquecido pela representação política formal. Por isso logo ficou claro que aquilo que estava realmente em jogo nas discussões sobre o tal projeto de lei era uma concepção maior de cidade, de política, do tipo de vida que queremos. E por esta razão o grupo acabou atraindo a discussão de diversos outros problemas da cidade além desse projeto.

Hoje, o DU está ao lado dos grupos, coletivos, movimentos e setores da sociedade que defendem intransigentemente a democracia, seus princípios, valores e instituições. Junto com estes grupos, estamos dando continuidade ao esforço de debate e articulação política para compreender e atuar nessa nova conjuntura, por meio da página do grupo, da fanpage e do blog, utilizados como lugares de compartilhamento e enriquecimento deste debate e das propostas de ação.

O DU é um grupo aberto, mas não é o forum de todas as correntes ideológicas possíveis, de todas as posições possíveis sobre os mais variados temas. Não. Não admitimos entre nós a defesa de bandeiras que implicam, na verdade, na supressão do debate, da tolerância, da diversidade de opiniões. Somos completamente intolerantes com a intolerância. Além disso, o DU é um movimento social, reconhecido como tal por diversas instituições e que deverá ter assento no Conselho da Cidade. Não é um mero forum virtual. Utilizamos a internet como um meio para atuar, obter e processar informações, articular e incorporar mais gente. Mas a horizontalidade não significa falta de pautas e princípios. Independentemente da terminologia utilizada, a pauta do DU é claramente uma pauta de esquerda: *defesa da democracia, da justiça social, da diversidade, das minorias, da inversão das prioridades no processo de urbanização, na mobilidade, defesa da transformação da cidade e do país e não do retrocesso, do preconceito, do conservadorismo, do aprofundamento das desigualdades sociais*.

Nessa nossa curta existência, vários projetos já mostraram a capacidade da internet para conectar pessoas e idéias e mobilizar a força de uma inteligência coletiva para construir soluções. Participam do grupo pessoas bastante qualificadas de diversas áreas, com diferentes graus de experiência no setor privado ou nos governos, pessoas que aliam o conhecimento técnico com preocupação ética e social. O grupo é um lugar de intensa interdisciplinaridade, um lugar onde arquitetos e engenheiros conversam com sociólogos e filósofos e operadores do Direito interagem com artistas plásticos e cineastas.

A força do grupo está, portanto, nessas discussões, que rompem com as compartimentalizações nas quais o planejamento da cidade é forçado pela estrutura burocrática dos governos e nos dá a esperança de que dessa troca de idéias surjam boas soluções para os problemas da cidade.

Pautas mais frequentes

Transparência e Participação Popular

• Implementação do Conselho da Cidade do Recife, com a extinção do CDU e de todos os demais conselhos setoriais da política urbana, com ampla participação da sociedade civil.
• Reformulação do papel das audiências públicas
• Implementação da Tribuna Popular e Conselho dos Cidadãos, previstos na LOMR
• Implementação dos mecanismos de participação previstos no Plano Diretor (art 147, VI)

Revisão e regulação do Plano Diretor e reorganização da legislação urbanística

A legislação urbana do Recife é um labirinto, principalmente por conta da falta de regulação do PD e por suas disposições transitórias. Há que se levar em conta a retomada do processo participativo e das conquistas da época da elaboração, solapadas pela versão de gabinete que substituiu o Plano construído coletivamente.
Planejamento Urbano e Metropolitano Integrado e de Longo Prazo
• Entendimento da cidade como sistema.
• Condução da política pública para a melhoria da qualidade de vida e a justiça social.
• Revisão da idéia de que os investimentos privados por si são garantia de desenvolvimento. A justificativa das políticas de atração de investimentos só faz sentido quando combinadas com as ações que convertem esses investimentos em melhorias efetivas da qualidade de vida e da justiça social.

Valorização do Espaço Público

Necessidade de controle urbano e cuidado com as áreas públicas em tensão com a ameaça de “faxina” sócio-econômica em áreas eleitas e naturalização do abandono do espaço público pela administração nas áreas pobres, que se tornam invisíveis para a cidade.
Ver nos relatos sobre as transformações de Bogotá o cidadão como protagonista da dinâmica urbana e foco das intervenções públicas:https://www.facebook.com/groups/233491833415070/permalink/329841413780111/

Revitalização sem Gentrificação

Enfrentamento do problema do risco de gentrificação nos projetos de re-habilitação de áreas degradadas. Isso sem desconsiderar o estimulo ao aproveitamento do estoque construído em áreas com infra-estrutura desde que não jogue fora o que interessa das dinâmicas que neles tomam lugar até o momento da intervenção e que as transformações levem ao uso democrático do espaço, tanto nas áreas públicas quanto no destino dos imóveis.
Para isso: valorização do espaço público, do uso coletivo de áreas privadas e de projetos de assistência ao direito à moradia (HIS no centro).
Proteção das ZEIS e de comunidades ameaçadas de remoção
Em primeiro lugar, garantir a fixação das comunidades de baixa renda protegidas pelo regime das Zonas Especiais de Interesse Social e fomentar a oferta de habitação de interesse social no Centro da cidade e nas áreas de maior dinamização econômica é uma questão de justiça social na medida em que garante a diferentes classes sociais igual acesso às oportunidades da cidade. Sem essa proteção a tendência é termos uma cidade cada vez mais segregada entre um Centro abastado e uma periferia pobre, quadro que tende naturalmente a se agravar, visto que torna cada vez mais difícil o acesso ao emprego e agrava o problema da mobilidade justamente para os mais necessitados.

Deslocamento não-motorizado e planejamento do uso do solo como centro do problema da mobilidade

Ações integradas entre estímulo à bicicleta, planejamento e cuidado dos passeios públicos, qualidade do transporte de ônibus e metrô (com revisão séria dos itinerários e implementação de bilhetagem eletrônica integtrada) e revisão do papel do carro no sistema, de protagonista a empecilho. Por exemplo: só faz sentido proporcionar vagas de estacionamento em edifícios garagem se isso deixar as ruas mais livres para os pedestres, ônibus e bicicletas. Além disso, é preciso que a própria regulação do uso do solo induza diversidade de usos e valorização dos espaços públicos, elementos mais importantes para estimular o deslocamento não motorizado do que a própria infra-estrutura de calçadas ou ciclovias.

Subsídio e valorização do transporte coletivo como forma de distribuição de renda e de construção de um modelo de mobilidade mais eficiente

As dificuldades, a falta de um mínimo de conforto aceitável e a baixa eficiência do transporte coletivo na Região Metropolitana do Recife evidentemente prejudicam diretamente as camadas mais carentes da população e prejudicam mais justamente os que moram mais distante das áreas onde há maior oferta de emprego ou educação. Além de pagar uma tarifa que corresponde pelo menos a 15% de um salário mínimo, o trabalhador e o estudante dependente de transporte público no Recife e na RMR é penalizado por longos tempos de deslocamento, tempo este que se reverte em prejuízo na formação profissional e no convívio familiar.

• Implementação de bilhete único, isto é, integração por bilhete eletrônico que permita um certo número de viagens em um certo período de tempo a partir de um único pagamento. Uma das vantagens dessa proposta é eliminar a necessidade da construção dos terminais de integração e permite racionalizar bastante as linhas de ônibus

• Auditoria do sistema de transporte metropolitano e plena transparência sobre o sistema de transporte metropolitano da RMR: planilhas de custos, balanços, indicadores de qualidade etc.

• Implementação de faixas exclusivas para ônibus em todas as vias com três ou mais faixas de rolamento na cidade

• Congelamento das tarifas até a garantia de certos padrões de qualidade, eficiência e conforto para usuários e trabalhadores rodoviários

• Avaliar/discutir a possibilidade de oneração do transporte motorizado individual como fonte de recursos para subsídio da tarifa do transporte coletivo ou até mesmo implementação do modelo de tarifa zero.

Outros canais de comunicação:

- Fanpage do Facebook: https://www.facebook.com/DireitosUrbanos
- Blog: http://direitosurbanos.wordpress.com
- Twitter: @ocupeestelita

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/notes/direitos-urbanos-recife/descrição-e-pautas-do-grupo-direitos-urbanos/443429635754621)

Anexo B – Carta ao Prefeito do Recife – 07/02/2013

Exmo. Sr. Geraldo Júlio, Prefeito da Cidade do Recife,

O Recife é de toda a gente. Nossa cidade tem enorme potencial urbano, econômico e turístico, com história e patrimônio de imenso valor. No entanto, seu desenvolvimento segue um modelo urbanístico equivocado que gera a falsa ideia de progresso. De maneira desordenada, multiplicam-se as ruas sem pedestres, em áreas de grande adensamento, com tráfego congestionado e tecido urbano que nada agrega ao bem-estar da população. Há um zelo excessivo pelo espaço privado em detrimento do espaço público, reproduzindo a "negação da rua".

Sem se levar em conta a relação entre desenvolvimento urbano e mobilidade, segurança pública, sustentabilidade e preservação da paisagem cultural, renuncia-se à visão coletiva de cidade e se age com objetivos imediatistas em benefício exclusivo da atividade construtiva.

O urbanismo exige, além de transporte coletivo acessível e de qualidade, a garantia de diversidade de usos e infraestrutura que estimulem a caminhada e o uso da bicicleta. A mistura social e de usos aumenta a segurança das ruas, otimiza a mobilidade e estimula a atividade econômica. No Recife, entretanto, edifícios com uma única função, sejam residenciais ou comerciais, com gabaritos exagerados para a infraestrutura do entorno, quadras sem permeabilidade e calçadas estreitas e deterioradas são fatores que geram fluxos desnecessários de carros, esvaziam os espaços públicos e retiram as pessoas da rua, favorecendo a insegurança.

É imprescindível que a cidade preserve sua paisagem cultural e a capacidade de acolher bem os habitantes e os visitantes. Afora as perdas que uma mobilidade ineficiente impõe à economia local e à competitividade, a qualidade de vida é fator fundamental na decisão de instalar um negócio ou fixar moradia na cidade, ou na escolha do destino turístico, atividade para a qual o Recife tem vocação ainda mal aproveitada.

Se o Recife almeja ser um polo de inovação tecnológica e de sustentabilidade deve rever seus conceitos de desenvolvimento e a forma como vem conduzindo os procedimentos administrativos de aprovação de projetos urbanísticos e arquitetônicos.

Para tanto, é imprescindível que o **Conselho de Desenvolvimento Urbano** (CDU) - fórum que, entre outras atribuições, é responsável pela aprovação de projetos de impacto - cumpra a missão de zelar pelo interesse da coletividade.

Nesse contexto, merece destaque o **Projeto Novo Recife**, que pretende construir 12 torres de até 45 andares no Cais José Estelita, situado no histórico Bairro de São José. Profundamente preocupada com as consequências de um projeto de tal magnitude, a sociedade iniciou mobilização a fim de obter informações e buscar, por meio da participação popular, a solução mais adequada ao bairro e a toda a cidade.

Em dezembro de 2012, foram impetradas duas **ações populares** por representantes do Fórum Direitos Urbanos contra a Prefeitura, denunciando irregularidades na composição do CDU. Por sua vez, os Ministérios Públicos Estadual (MPPE) e Federal (MPF) também instauraram investigação sobre o caso.

Foram concedidas liminares em ambas as ações. A primeira suspendeu a discussão do projeto no dia 21/12/2012. A segunda foi descumprida em nova reunião, na semana seguinte, pela Secretária de Assuntos Jurídicos e pela Secretária de Controle Urbano e Obras, sob o argumento de que havia sido cassada. Na realidade, apenas a primeira liminar havia sido cassada. Portanto, a reunião do dia 28/12/2012, a votação e a aprovação do projeto Novo Recife foram realizadas em desobediência a uma ordem judicial válida e não impugnada por nenhuma instância.

Paralelamente, o MPPE e mais recentemente o MPF ajuizaram **ações civis públicas** enumerando as ilegalidades do empreendimento, havendo, ainda, outras questões que podem ser objeto de questionamentos judiciais.

Assim, dentre as **ilegalidades** do Projeto Novo Recife, destacam-se:

1) Ausência de **plano urbanístico para a área do Cais**, exigido pelos art. 193 e 194 do Plano Diretor da Cidade do Recife, Lei Municipal n° **17.511/08**, e pela Lei Municipal nº **16.550/00**, que institui a Área Temporária de Reurbanização do Cais José Estelita, segundo a qual não é permitido o protocolo de qualquer projeto antes da elaboração do plano urbanístico para os seus 15,62 hectares;

2) Inexistência de **Estudo Prévio de Impacto Ambiental**, obrigatório por força do art. 225, §1º, IV, da **Constituição Federal**, pelo art. 61 da Lei Municipal nº **16.176/96**, Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, pelo art. 10º da Lei Municipal nº **16.243/96**, Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife;

3) Inexistência de **Estudo de Impacto de Vizinhança**, cuja obrigatoriedade é determinada pelos arts. 36 e 37 do Estatuto da Cidade (Lei nº. **10.257/01**) e pelo art. 188, § 2º do **Plano Diretor** do Município;

4) Ausência de **parcelamento prévio do imóvel**, em violação ao art. 186 da Lei Municipal nº **16.292/97** e ao art. 1°, §1°, do Decreto Municipal nº **23.688/08**, que determinam que o parcelamento é **requisito prévio e imprescindível ao protocolamento do projeto inicial**, à formação do processo administrativo e à inscrição imobiliária do imóvel. Assim, no momento da formação dos processos administrativos, não estavam registrados e nem mesmo definidos os lotes, situação que perdura até hoje;

5) Ausência dos **pareceres obrigatórios** do IPHAN, ANAC, DNIT e ANTT, pois, de acordo com o art. 271 da Lei de Edificações e Instalações, Lei Municipal nº **16.292/97**, "os processos que dependam da anuência prévia ou parecer do órgão de outras esferas de governo só poderão ser aprovados, pelo Município, quando o interessado cumprir as exigências emanadas daqueles órgãos".

6) Violação dos art. 86 e 89 do **Código de Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico** da Cidade do Recife, Lei nº **16.243/96**, segundo os quais os "pontos de contatos visuais entre a cidade e a paisagem distante, os remanescentes da paisagem natural próxima que constituam áreas de interesse ecológico, turístico e outros pontos focais notáveis terão seu descortino assegurado."

É grave dar continuidade ao processo como se apresenta, pois **questões jurídicas precedem questões urbanísticas**. Se o processo de análise é nulo, não há base para se discutir a aprovação da proposta nem mitigações. Não ignoremos a oportunidade de assegurar a integração daquele trecho, tanto do ponto de vista social quanto paisagístico, fazendo do Recife uma cidade melhor.

Convidamo-lo, Senhor Prefeito, a colocar-se ao lado do povo e passar da condição de réu dessas ações populares à condição de autor, faculdade prevista no § 3º do art. 6º da Lei de Ação Popular, Lei n. 4.717/65, para atender à moralidade administrativa, aos princípios constitucionais da participação popular e da legalidade nos procedimentos administrativos relativos às questões urbanas, descumpridos pela última gestão. É anseio da coletividade impedir que o patrimônio ambiental seja apropriado para o benefício exclusivo de alguns poucos, em detrimento da maioria.

Para garantir que os erros da gestão anterior não prejudiquem a população ou os empreendedores envolvidos, cabe à sua gestão reconduzir o processo, buscando alternativas pautadas pela ética e pelo respeito à vontade popular. Este é o momento para retomar o papel do poder público de mediar interesses, reequilibrando os pesos e visando ao bem coletivo. Reivindicamos que se proceda à **anulação do processo de análise do Novo Recife e que se recomece com base num plano urbanístico**. Por meio de uma **operação urbana democraticamente construída**, será possível garantir potencial construtivo até superior ao previsto no Plano Diretor, desde que submetido a um desenho urbano adequado, com visão abrangente sobre o entorno.

Acreditamos na importância da intervenção urbanística no Cais José Estelita. A incorporação imobiliária pode ser saudável para a área, desde que orientada pelo poder público, atendendo aos anseios e necessidades de longo prazo de toda a população recifense.

Diante de todo o exposto e pelo bem da cidade do Recife, nós, abaixo assinados, PLEITEAMOS:

1) Quanto ao processo de planejamento e análise do desenvolvimento urbano do Recife:

I - prioridade ao pedestre e ao transporte coletivo, aos espaços públicos, ao incentivo do uso misto e à preservação dos patrimônios histórico, ambiental e paisagístico do Recife;

II - regulamentação, por iniciativa do Poder Executivo, dos instrumentos do Estatuto da Cidade, suprindo omissão de mais de dez anos, e revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife, prevista pelo Plano Diretor;

III - transparência e participação popular nos projetos urbanos, por meio de divulgação antecipada de informações, audiências, debates e consultas públicas;

IV - Estudos de Impacto Ambiental e de Vizinhança em todas as hipóteses exigidas por lei, acompanhados da participação popular, sobretudo de audiências públicas, e que sejam analisadas e incorporadas ao projeto as contribuições por parte da sociedade.

2) Quanto ao Conselho de Desenvolvimento Urbano:

I - que cumpra a sua missão de fórum de discussão participativa e volte a funcionar como instância consultiva;

II - que os projetos de impacto sejam apreciados pelo CDU também de forma preliminar, deixando claras as finalidades e consequências esperadas para a cidade;

III - que seja reformulada a composição do conselho, passando a proporção de seus membros a ser de 60% da sociedade civil e 40% do Poder Público;

IV - que seja instituída a alternância de sua Presidência, de forma que o mandato seja exercido durante um ano por membros do Poder Público e, no segundo ano, por membros da Sociedade Civil;

V - que seja renovado o cadastro da Sociedade Civil a cada dois anos.

3) Quanto ao bairro de São José e ao Cais José Estelita:

I - que o Senhor Prefeito passe à condição de autor das ações populares que denunciam a violação da moralidade e da legalidade administrativas no funcionamento do CDU;

II - revisão dos procedimentos da gestão anterior referentes ao Projeto Novo Recife, anulando-se as etapas irregulares e ilegais;

III - definição de prazo para a elaboração do plano urbanístico para toda a área do Cais, conforme exigido pela Lei Municipal nº 16.550/00 e pelo Plano Diretor;

IV - exigência de Estudo de Impacto de Vizinhança e de Estudo de Impacto Ambiental;

V - que o projeto só volte a ser analisado pelo CDU após todos os estudos e procedimentos exigidos pela legislação, elaboração do Plano Urbanístico, e consideradas e respondidas as sugestões e críticas da sociedade civil em audiências públicas.

Este é um momento de tomada de decisões que vão repercutir no futuro. Seu nome, Senhor Prefeito, vai inscrever-se na história do Recife de uma forma ou de outra. Reiteramos o convite para que opte pelo desenvolvimento urbano sustentável, tornando seu nome referência no processo de reordenamento do Recife, marcado pela inclusão e orientado pelos princípios democráticos.

Anexo C – Fanzine *O Estelita é Nosso* – 30/06/2014

PARA SABER MAIS

MOVIMENTO OCUPE ESTELITA | RESISTE ESTELITA (FACEBOOK)

DIREITOS URBANOS http://www.facebook.com/groups/direitosurbanos

APOIE ESTELITA http://apoieestelita.tumblr.com

PENSE RECIFE http://penserecife.tumblr.com

VAI TER NO ESTELITA http://vaiternoestelita.tumblr.com

CARTA AO PREFEITO http://www.change.org/pt-BR/petições/carta-ao-prefeito-do-recife-geraldo-júlio

POR FAVOR, NÃO JOGAR EM VIA PÚBLICA

ESTE MATERIAL NÃO É UM DOCUMENTO OFICIAL DO DIREITOS URBANOS

RECIFE, 30 DE JUNHO DE 2014

O ESTELITA É NOSSO!

#OCUPE ESTELITA

ENTENDA A POLÊMICA DO CAIS JOSÉ ESTELITA

No fim de 2012, 12 torres de 40 andares foram aprovadas pela Prefeitura do Recife para serem construídas na área do Cais José Estelita, no Bairro de São José. A área foi comprada, em 2008, por R$ 55,4 milhões (10 vezes abaixo do seu valor) pela Moura Dubeux e GL Empreendimentos que, junto à Queiroz Galvão e à ARA Empreendimentos, formam o Consórcio Novo Recife. O leilão de venda do imóvel foi considerado ilegal por parte do Ministério Público Federal (MPF) e a sua anulação vem sendo discutida judicialmente.

O QUE TEM SIDO FEITO EM RELAÇÃO A ESSA POLÊMICA?

Em oposição ao Projeto Novo Recife (ver infográfico na próxima página) e em favor de um melhor planejamento urbano da cidade, surge em 2012 o Movimento Ocupe Estelita, denunciando as irregularidades do Projeto e propondo uma discussão com toda a população sobre essa e outras áreas abandonadas pelo poder público. Criado pelo grupo Direitos Urbanos, o Movimento conta com o apoio de órgãos como os Ministérios Públicos Estadual (MPPE) e Federal (MPF), a Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco (OAB-PE), o Instituto de Arquitetos do Brasil, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, a Universidade Federal e Universidade Rural de Pernambuco (UFPE e UFRPE, respectivamente), o Sindicato dos Médicos de Pernambuco, além da adesão de vários artistas e músicos.

POR QUE SÓ SE PREOCUPARAM COM AQUELA ÁREA AGORA?

Não há quem não se preocupe com aquela área. É tão importante que desde 1917 são feitos projetos para o local. Mas o processo de aprovação do Novo Recife não foi transparente: apenas o Direitos Urbanos divulgou o projeto na internet. Além disso, nos últimos dois anos, cinco ações judiciais foram promovidas pelo grupo e pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual. Defendemos um novo processo com a participação popular que a Constituição nos assegura, preservando a história e a dignidade do Recife.

O PROJETO NOVO RECIFE É A MELHOR E ÚNICA OPÇÃO PARA AQUELA ÁREA?

De todas as propostas, o "Novo Recife" é considerada a pior, com condomínios enormes de luxo que dão as costas e se isolam do bairro de São José. A Prefeitura tem, por lei (16.550 e Plano Diretor), o dever de fazer um plano para a área, mas tem se omitido. O Movimento defende, dentre outras diretrizes, projetos de uso misto que incluam os seguintes pontos:

- Ênfase em comércio, serviços, turismo e gastronomia voltados para a rua, para que as pessoas circulem a pé e tragam vitalidade e segurança ao bairro;
- Áreas de convivência e entretenimento públicas;
- Habitação e negócios com diversidade social, e não apenas para "alta renda" como no Novo Recife.;
- Restringir a altura das construções, priorizando a paisagem e o patrimônio histórico do bairro, e evitando problemas ambientais de circulação dos ventos, conforto térmico e sombreamento das águas, para citar alguns;

#PENSERECIFE
UMA OUTRA CIDADE É POSSÍVEL

O principal conceito desse projeto é mostrar que há várias soluções possíveis que conjuguem os interesses financeiros e imobiliários sem prejuízo aos interesses urbanos. Não há uma polarização antagônica. Essa é apenas **uma** proposta das várias necessárias para que uma melhor atenda a cidade do Recife. A escolha de um projeto alternativo só será tomada por meio de um profundo planejamento e de uma discussão com a população.

CONEXÃO da Av. José Estelita com a Dantas Barreto e **AMPLIAÇÃO** da Praça José Loreto

REVITALIZAÇÃO dos 28 galpões da antiga rede ferroviária, transformando-os em um **equipamento de recreação, lazer, cultura e prática esportiva**

VALORIZAÇÃO DA ORLA com uma **conexão direta com a Bacia do Pina**, possibilitando que a população tenha **acesso ao potencial paisagístico** do rio

OBSERVAÇÃO: O Ocupe Estelita é um movimento sócio-político apartidário. Buscamos analisar criticamente as decisões dos nossos representantes com relação a esta e outras causas que se referem ao planejamento urbano, questionando se a opinião pública está sendo levada em conta acima do interesse privado.

QUAL O FUTURO DO CAIS JOSÉ ESTELITA?

NOVO RECIFE As ideias de desenvolvimento que associam crescimento econômico a determinados tipos de instituições nos mostram como a vida urbana mantém populações em situação de pobreza e sofrimento. A essa altura, todos já sabem em que consiste o projeto "Novo Recife". Ele reproduz uma lógica conhecida de exclusão e divisão da cidade entre os que fazem parte da vida econômica, cultural e política, e todo o resto são dela excluídos.

As 12 torres de 40 andares **CORTAM A CIRCULAÇÃO DE AR E DESTROEM A PAISAGEM** do Bairro de São José

O projeto prevê a criação de **5 MIL VAGAS de estacionamento** na área do cais, contribuindo para **AGRAVAR O TRÂNSITO DA CIDADE**, considerado o pior do Brasil

O projeto de luxo contribui para agravar **A SEGREGAÇÃO SOCIAL**, já que **exclui a população de baixa renda**

E A PROPAGANDA DO NOVO RECIFE? Tudo aquilo que o Consórcio está divulgando como benefícios são ações exigidas pela Prefeitura para maquiar os problemas causados pelo projeto. É tudo **apesar do projeto**. Não precisam desse projeto para saírem do papel e, ainda assim, há muita enganação:

A DEMOLIÇÃO DO VIADUTO do Forte das Cinco Pontas **é obrigação do próprio governo**, e não do Consórcio

OS ARMAZÉNS que eles dizem que vão restaurar são protegidos pelo Iphan. **Eles têm que ser restaurados de qualquer jeito.**

Os 90 mil m² de "parque" que divulgam, na verdade, é **a soma de todas as ruas, avenidas, calçadas, armazéns antigos e canteiros de área verde, que NÃO COMPÕEM UM PARQUE**

Seguindo estas diretrizes, novas propostas foram apresentadas e estão disponíveis em: **WWW.PENSERECIFE.TUMBLR.COM**

O PROJETO NOVO RECIFE É ILEGAL? O projeto vem descumprindo uma série de exigências previstas na lei, tais quais:

- Ausência de plano urbanístico para a área do Cais, exigido pela lei municipal;
- Inexistência de estudo prévio de impacto ambiental;
- Ausência de parcelamento prévio do imóvel;
- Inexistência de estudo de impacto de vizinhança;
- Ausência dos pareceres obrigatórios do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), entre outros;
- Violação do Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico da Cidade do Recife (art. 86 e 89 da lei 16.243/96).

MAS A EMPRESA PAGOU PELO TERRENO! ELA PODE FAZER O QUE QUISER COM ELE! Errado. O leilão está sob investigação da Polícia Federal e sendo questionado na Justiça pelo Ministério Público Federal, que o considera ilegal. Além disso, a legislação determina que a área é de altíssima importância para a cidade e que por isso cabe ao Município fazer um plano específico. Isso não significa tirar de lá as empresas, mas somente determinar, de forma participativa e democrática, de que maneira aquela área pode ser desenvolvida. Isso é fundamental para que seja plena a função social da propriedade, como garante a Constituição.

JÁ NÃO É TARDE PARA UMA DECISÃO DA PREFEITURA? Não. A administração pública tem o poder de rever os seus atos administrativos, podendo voltar atrás na aprovação de uma obra, se for concluído que isso atende ao interesse público. No ano passado, a Prefeitura de São Paulo embargou a construção de um condomínio de luxo na Vila Mariana (SP), aprovada na gestão do Ex-Prefeito Gilberto Kassab (PSD). Eles tinham 5 mil assinaturas em petição ao Ministério Público. Nós já temos mais de 15 mil assinaturas em carta dirigida ao atual Prefeito do Recife. A anulação ainda é possível!

QUAL A HISTÓRIA DO MOVIMENTO?

Ao contrário do que muitos acreditam, o Movimento Ocupe Estelita já existe há mais de dois anos, desde antes da aprovação do Projeto Novo Recife pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), no fim da gestão do Ex-Prefeito João da Costa (PT). De lá para cá, lutamos por um melhor planejamento urbanístico que atenda aos interesses da população.

2012

NÃO FOI DE AGORA!

15 e 22 de Abril e 12 de Maio

1°OCUPE ESTELITA

2°OCUPE ESTELITA

3°OCUPE ESTELITA

A proposta do #OcupeEstelita desde então é chamar a atenção para a área e reforçar que existem muitas outras formas de renová-la. Sempre foi predominante a consciência de que é um encontro festivo, mas também político. E, sobretudo, pacífico.

2013

07 de Fevereiro

CARTA AO PREFEITO

Início do recolhimento de assinaturas para a carta ao prefeito. O documento solicita a investigação das irregularidades observadas pelo movimento no Projeto Novo Recife, e também a anulação do leilão. O objetivo é chamar a atenção do prefeito para o reclame popular.

28 de Abril

4°OCUPE ESTELITA

NOTA

Através do Movimento Ocupe Estelita, lutamos por um melhor planejamento urbanístico que atenda aos interesses da população. Nossa luta vai além do Cais José Estelita: queremos uma melhor qualidade de vida na nossa cidade. Se você também sonha com um Recife mais justo e inclusivo, una-se a nós. A cidade é nossa. Ocupe-a!

2014

"VAMOS APROVEITAR QUE NINGUÉM TÁ VENDO!"

21 de Maio

Por volta das 22h, sem alvará autêntico, representantes do Consórcio Novo Recife iniciam, irregularmente, as demolições dos armazéns. O publicitário Sergio Urt grava imagens da destruição do patrimônio e envia as redes sociais. Seguranças da Consórcio agridem o publicitário e quebram o seu celular.

21 de Maio 2014 **OCUPAÇÃO DO ESTELITA**

Início da Ocupação da área do Cais José Estelita, para evitar a derrubada dos armazéns e garantir o cumprimento da lei.

27 de Maio

MÍDIA DE RABO PRESO

Diferente da mídia local, que boicota o movimento e distorce informações, a imprensa mundial e artistas influentes discutem e apoiam o movimento.

1º, 8 e 15 de Junho

VIVENDO A CIDADE

OCUPAÇO

Com oficinas, brincadeiras para crianças, shows e atividades culturais; reunindo em média 10.000 pessoas no Estelita.

03 Junho

DEMOLIÇÃO SUSPENSA

Representantes do Ocupe Estelita, reitores das duas maiores universidades do estado e integrantes da OAB, IAB e CAU se encontram com o Prefeito Geraldo Julio e a Prefeitura suspende a licença de demolição do Cais José Estelita.

17 Junho

ENQUANTO GRITAVAM GOL

ATAQUE SURPRESA

Apesar das várias reuniões de negociação, o Governo do Estado fica do lado das empreiteiras e ordena a ação da polícia militar na desocupação do Cais José Estelita. O batalhão de choque invade o local e agride os ocupantes, inclusive crianças e uma mulher grávida. O movimento se transfere para debaixo da alça do viaduto Capitão Temudo.

21 e 22 de Junho

ESTAMOS MAIS FORTES!

#RESISTE ESTELITA

Comemoração pelos 30 dias de ocupação, com aulas públicas promovidas pelos professores das universidades da cidade. No dia seguinte, **REINTEGRAÇÃO DE PAZ**, com shows de cantores pernambucanos, oficinas e atividades culturais.

30 de Junho

OCUPAÇÃO DA PREFEITURA

Anexo D – Lista de necessidades para o #OcupeEstelita 2014

LISTA DE NECESSIDADES ATUALIZADA - 06/06/14

Editar

Por Anna Andrade, Quinta, 5 de junho de 2014 às 13:13

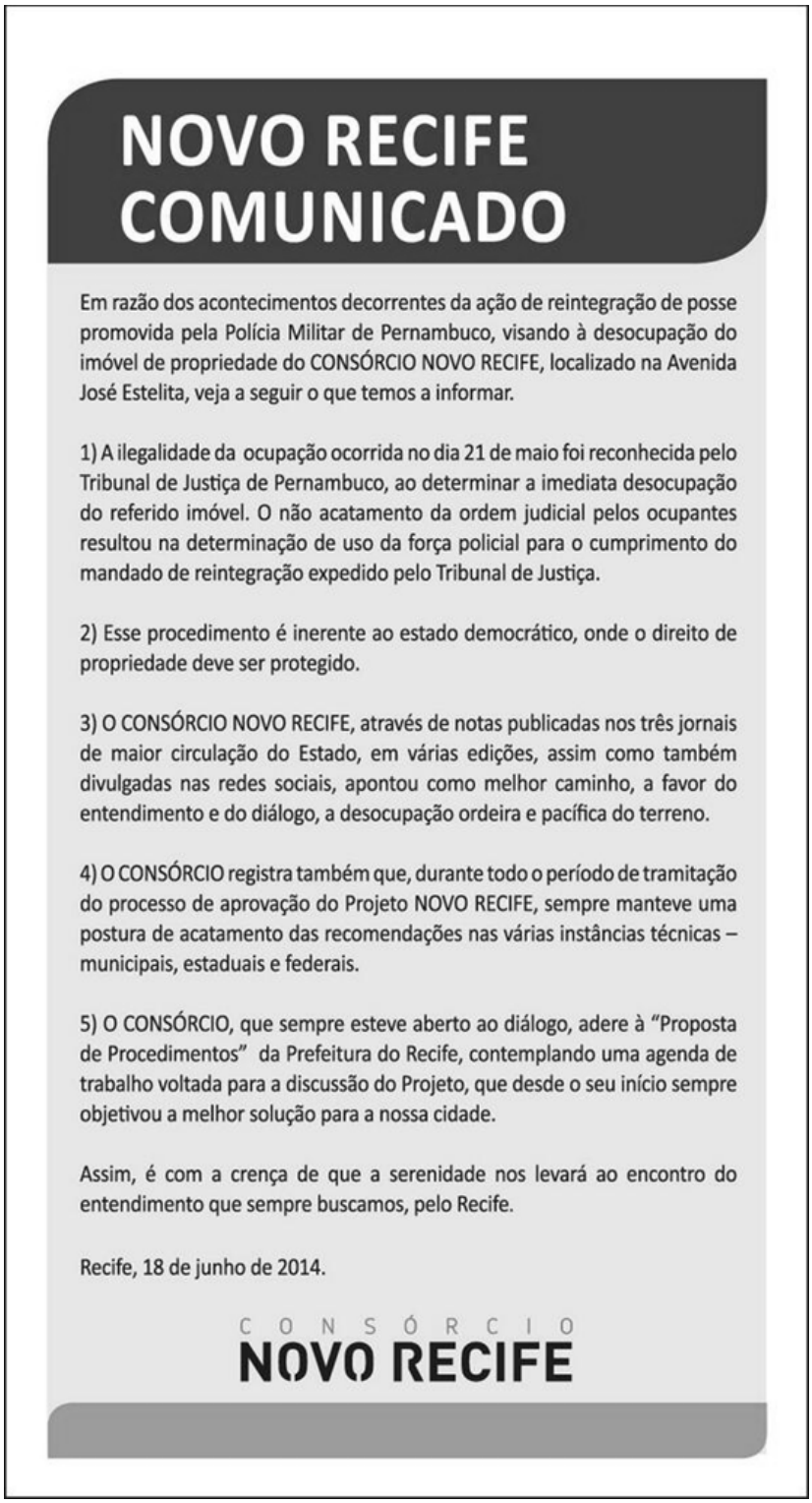
LISTA DE NECESSIDADES PARA O #OCUPEESTELITA

- CUIDEM DO SEU LIXO ANTES DE QUALQUER COISA
- ANTES DE FOTOGRAFAR OU FILMAR NO LOCAL, SE APRESENTE E SEJA PACÍFICO.

- PRATOS E TALHERES PERMANENTES (SEM SER DESCARTÁVEL)
- COPOS DESCARTÁVEIS
- ÁGUA MINERAL
- GELO
- GELADEIRA (quem puder emprestar aquela que está encostada e quse não usa)
- CAIXA D´ÁGUA
- PÃO
- CAFÉ DE VERDADE (NÃO TRAGAM SOLÚVEL)
- FRUTAS COM CASCA (banana, maça, abacaxi, laranja, limão...)
- BETERRABA
- JERIMUM
- INHAME
- ARROZ INTEGRAL
- MACAXEIRA
- CHARQUE
- FOLHAS (coentro, cebolinha, alface, rúcula, repolho, majericão...)
- CEBOLA
- TOMATE
- ALHO
- QUEIJO
- MORTADELA
- OVOS
- PALETES (PARA APOIAR MANTIMENTOS)
- VINAGRE
- SOJA
- DETERGENTE
- AGUA SANITÁRIA
- SABAO EM BARRA

PODEM SE DIRIGIR AO LOCAL E ENTREGAR QUE SERÃO SERÃO MUITO BEM RECEBIDOS.

Anexo E – “Novo Recife – Comunicado” (Jornal do Commercio, 18 jun. 2014)



NOVO RECIFE
COMUNICADO

Em razão dos acontecimentos decorrentes da ação de reintegração de posse promovida pela Polícia Militar de Pernambuco, visando à desocupação do imóvel de propriedade do CONSÓRCIO NOVO RECIFE, localizado na Avenida José Estelita, veja a seguir o que temos a informar.

1) A ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento da ordem judicial pelos ocupantes resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandado de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça.

2) Esse procedimento é inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido.

3) O CONSÓRCIO NOVO RECIFE, através de notas publicadas nos três jornais de maior circulação do Estado, em várias edições, assim como também divulgadas nas redes sociais, apontou como melhor caminho, a favor do entendimento e do diálogo, a desocupação ordeira e pacífica do terreno.

4) O CONSÓRCIO registra também que, durante todo o período de tramitação do processo de aprovação do Projeto NOVO RECIFE, sempre manteve uma postura de acatamento das recomendações nas várias instâncias técnicas – municipais, estaduais e federais.

5) O CONSÓRCIO, que sempre esteve aberto ao diálogo, adere à “Proposta de Procedimentos” da Prefeitura do Recife, contemplando uma agenda de trabalho voltada para a discussão do Projeto, que desde o seu início sempre objetivou a melhor solução para a nossa cidade.

Assim, é com a crença de que a serenidade nos levará ao encontro do entendimento que sempre buscamos, pelo Recife.

Recife, 18 de junho de 2014.

CONSÓRCIO
NOVO RECIFE

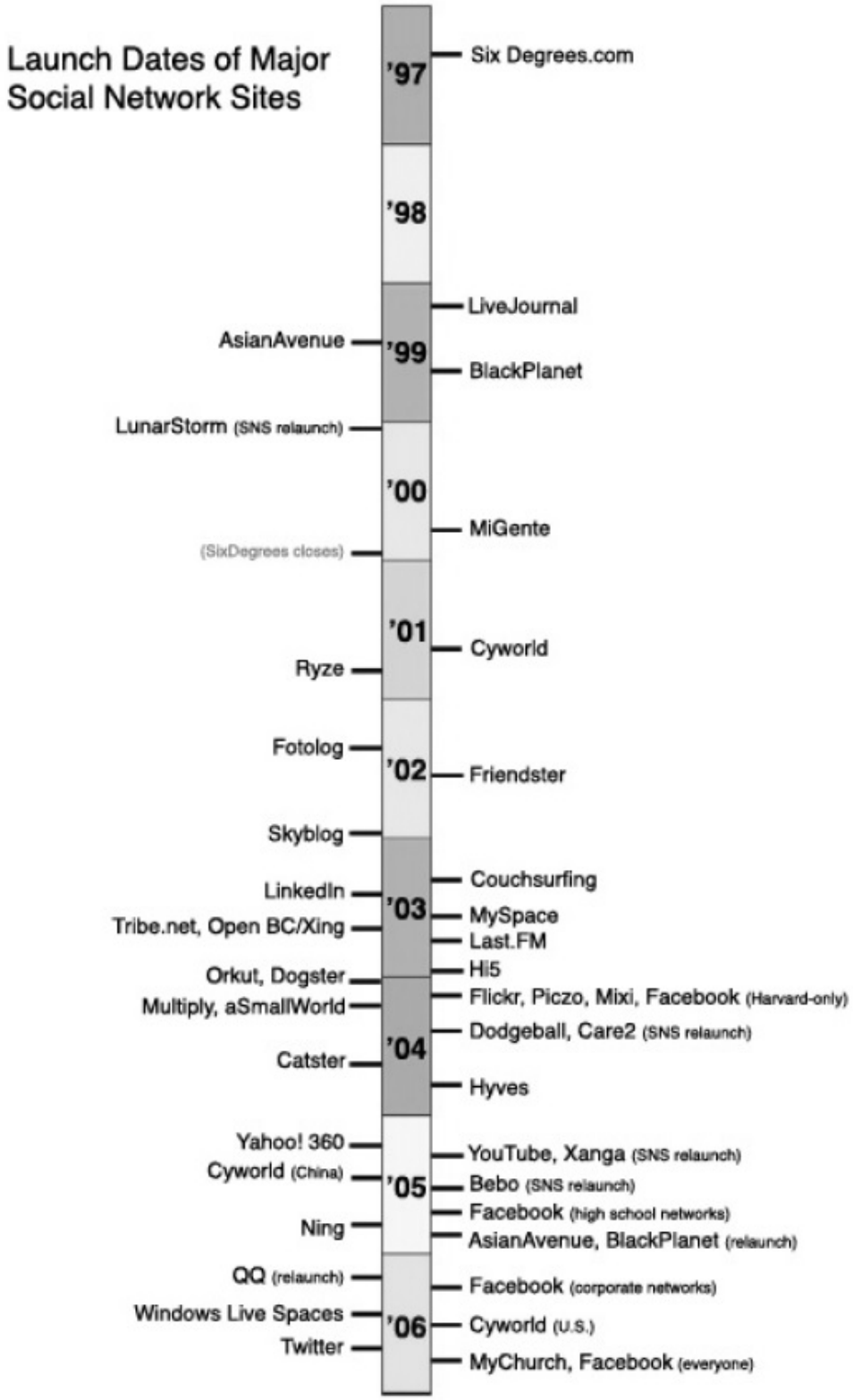
Anexo F – Transcrição do discurso de Liana Cirne Lins – 5/07/2014

"Ao contrário do que muita gente fala, nós já temos três anos de existência. Então, vou rapidamente dizer, nesses três anos, o que foi que nós conquistamos. Nós conseguimos impedir a execução dos viadutos da Agamenon, que ia ser um caos para a cidade. Nós conseguimos preservar o Clube Líbano. Nós estamos lutando pela preservação da memória do Edifício Caiçara. Nós conseguimos fazer um pedido de tombamento da Fábrica da Torre, que está impedindo projetos do mesmo tipo que esse contra o qual estamos lutando, na área da Torre. Nós fizemos uma representação ao Ministério Público que motivou a formulação do plano urbanístico para a Zona Especial de Patrimônio Histórico da Boa Vista, a ZEP Boa Vista. Nós derrubamos os camarotes VIPs do Governo lá no Marco Zero e na Torre Malakoff. Nós propusemos a ação popular que impediu que o projeto Novo Recife fosse aprovado, lá no CDU em 2012, e nos desse a oportunidade para nós estarmos aqui hoje. Nós conseguimos instaurar uma negociação sobre um projeto que foi dado como definitivo, e que não havia a menor chance de ser modificado, que o que nós estávamos fazendo era mimimi, que era para a gente se conformar, que não havia a menor possibilidade de rever o projeto Novo Recife, e nós conseguimos instaurar uma negociação para rediscutir esse projeto. Nós conseguimos colocar em um mês de ocupação do Cais José Estelita, ocupação lá dentro, conseguimos colocar mais de 20 mil pessoas, felizes, fruindo arte, vivendo a cidade. Hoje, o Cais do qual nós fomos expulsos parece Auschwitz, que é uma boa metáfora para o projeto Novo Recife, é tirar vida e transformar num campo de concentração. Quando a gente passa que vê aquelas cercas todas, aquela violência simbólica que muito bem representa o projeto Novo Recife. Nós apanhamos, apanhamos com cassetetes, com bala de borracha, nós levamos chicotadas, levamos bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta. E nós resistimos. (...) É por isso que a elite está com tanto ódio de nós. Ódio que a gente deve simplesmente ignorar. A gente não deve alimentar de forma alguma. Esse ódio nos dá ainda mais convicção de que todas as nossas escolhas foram certas. Porque quando eles falam em insegurança jurídica, não há insegurança jurídica. Eles estão falando da segurança, dos privilégios que eles sempre tiveram. Várias vezes em vim para esse microfone aqui no Som na Rural para dizer que aonde o Estado só faz cumprir as leis seletivamente, não existem cidadãos, não existe cidadania, só existem vassalos. Era assim que eles nos tratavam, como vassalos. Mas nós nos impusemos. Nós substituímos o discurso da segurança, dos privilégios da elite, para uma segurança jurídica de fato. Nós tiramos o discurso da igualdade dos direitos do plano do discurso e o colocamos na prática. Nós mudamos essa cidade. Nós mudamos essa cidade porque nós

estabelecemos uma vivência democrática de verdade. Nós construímos uma vivência democrática. E isso que nós construímos é um caminho sem volta. Ocupe Estelita

Fonte: Internet (https://www.facebook.com/photo.php?v=10204181884283122&set=vb.1107067015&type=2&theater e https://www.facebook.com/photo.php?v=10204195933074333&set=o.233491833415070&type=2&theater)

Anexo G – Datas de lançamento dos principais sites de rede social



Fonte: BOYD & ELLISON (2007)

Anexo H – Roteiro de entrevista

PERFIL

Nome/apelido:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Profissão/ocupação:

PRIMEIRO BLOCO - USO DA INTERNET

1. Fale um pouco sobre sua relação com a internet, há quanto tempo utiliza, que usos faz dessa ferramenta etc.
2. Você acha que a sua forma de se relacionar com as pessoas mudou ao longo desse tempo? Sua comunicação com as pessoas melhorou ou piorou?
3. Você acha que o mundo da internet é muito diferente ou igual ao mundo “real”? Por que?

SEGUNDO BLOCO - USO DO FACEBOOK

4. Fale um pouco sobre há quanto tempo você utiliza o Facebook, quantos amigos possui aproximadamente e que tipos de laços que existem entre vocês.
5. Com qual regularidade você se conecta ao Facebook e quanto tempo, em média, você fica conectado a cada vez que entra?
6. Que usos você faz do Facebook e que atividades desempenha enquanto está conectado ao site?
7. O que mais lhe agrada e o que mais lhe desagrada no Facebook? Fale um pouco sobre sua experiência nesta rede social.

TERCEIRO BLOCO - EXPERIÊNCIA NA COMUNIDADE ON-LINE

8. Conte como encontrou essa comunidade on-line, por que decidiu participar dela e o que significa para você essa participação.
9. Que tipo de experiências, valores, interesses você acha que está compartilhando nesse espaço? Você sente que realmente faz parte de uma comunidade?

10. De alguma forma, essas experiências, valores, interesses são levados para seu mundo físico, “real”, ou se encerram no mundo on-line?
11. Que tipo relação você acha que estabeleceu com o administrador/moderador da comunidade e que importância você acha que ele tem no funcionamento do mesmo?
12. Você conhece algum membro do grupo pessoalmente? Se sim, você acha que a participação na comunidade aproximou ou distanciou mais vocês? Fale um pouco sobre isso.
13. De que forma você interage com os participantes do grupo que não conhece pessoalmente? Fale um pouco sobre isso.
14. Fale um pouco sobre sua atuação dentro do grupo, o que você mais curte, o que mais compartilha e o que costuma postar. O que lhe estimula a curtir, comentar ou compartilhar algo?
15. Você costuma ser cortês, educado, nas suas interações com os demais membros do grupo? Ou procura ser verdadeiro, isto é, expressa sentimentos de raiva, ódio, indignação, discordância etc. quando eles ocorrem?
16. Você participa de outras comunidades on-line? Quais?
17. Você participa ou se sente parte integrante de alguma outra comunidade que não seja on-line? Se sim, procure descrever como se sente em relação a isso e que similaridades ou diferenças você enxerga em relação à comunidade on-line.

Anexo I – Categorias, autores e assuntos das postagens analisadas

Categoria	Autores/Assuntos	Frequência	(%)
Compartilhamento de informações	- **PedJo:** Visita de representantes da Plataforma Dhesca ao Recife; - **MarBo:** Critérios para reconstrução da Ponte d'Uchoa, destruída em acidente de carro; - **RudRa:** Nota da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa; - **JamLi:** Medidas restritivas anunciadas para o carnaval pela PCR; - **RauKa:** Demolição de casa antiga na Boa Vista; - **RenLi:** Programação do carnaval 2014 não terá tenda eletrônica; - **AleCa:** Reivindicações trabalhistas dos garis de Niterói (RJ); - **IgoCa:** Projeto de jornalismo independente sobre os "homens-placa"; - **ArtScL**: Denúncia do Ministério Público de descaso com pacientes do SUS por cirurgias; - **HudRa:** Ranking de logística divulgado pelo Banco Mundial; - **PedJo:** Assédio sexual no transporte público; - **CarTa:** Ambulantes propõem shopping popular no prédio do antigo colégio Marista; - **KleMeF:** Mapas indicam quais as cidades mais segregadas da América; - **AnaPaP:** Doação da antiga fábrica Tacaruna ao grupo Fiat Chrysler; - **LucMa:** Jornalista que diz ter presenciado assassinato de crianças em Fortaleza, por causa da Copa, seria uma farsa.	15	37,5
Compartilhamento de experiências	- **JosDu:** Cultivo de hortaliças em terreno improdutivo por jovens de Berlim; - **ClaGuF:** Proliferação de shopping centers em Salvador (BA); - **ReiRoN:** Criação de minipraças (*parklets*) em São Paulo; - **EdiAl:** Preservação de imóvel de 2 andares na Vieira Souto, em Ipanema, no Rio.	4	10
Críticas à política de ocupação e uso do solo	- **LeoCi:** Aprovação pelo CDU de projeto imobiliário na Rua da Aurora; - **NilGa:** Suposta construção irregular de prédios na Av. Beira Rio; - **LiaCiL:** Preservação do edifício Caiçara e denúncia de irregularidade na ocupação da vaga da Câmara de Vereadores.	3	7,5
Pedidos de informação	- **AnaLi:** Se o DU vai participar do evento Cidades Habitáveis; - **MesMa:** Fechamento do Marco Zero por causa da Fan Fest/Copa do Mundo; - **CarCeP:** Características originais de um imóvel.	3	7,5
Denúncias	- **MarSo:** Cavalo atropelado na BR-101; - **RenMe:** Critérios para transporte de carga no metrô do Recife; - **EdiAl:** Apropriação indevida das frentes d´água do Recife.	3	7,5
Mobilização para eventos	- **EduAm:** Debate público na Câmara de Vereadores sobre violação do direito à moradia em função da Copa do Mundo 2014; - **LeoCi:** Audiência pública sobre o Conselho da Cidade; - **RudRa:** Coletivo Caranguejo da Ilha convida para ação ambiental coletiva.	3	7,5
Críticas à política de mobilidade	- **NosSeL:** Cálculo de quantos carros a mais passarão a circular na região de Santo Amaro após construção de 2 torres de 47 andares; - **CezMa:** Espaços para ciclistas X espaço para carros.	2	5
Pesquisa/enquete	- **LeoCi:** Quais os principais desafios urbanos do Recife para 2014; - **DieSo:** Pesquisa de mestrado sobre trânsito no Recife.	2	5
Humor	- **NilPe:** Baixa adesão à Marcha da Família (foto); - **AnaPaR:** Engarrafamento e o direito de ir e vir (charge).	2	5
Crítica ao grupo	- **ChiMo:** Membro reclama de censura por causa de post deletado.	1	2,5
Nota de repúdio	- **RudRa:** Cancelamento de debate público na Câmara de Vereadores barrando a participação de Raquel Rolnik.	1	2,5
Alerta ao grupo	- **LiaCiL:** Possíveis ataques ao DU devido ao período eleitoral, encomendados por políticos.	1	2,5
Total		**40**	**100**

Fonte: Elaborado pela autora.